

RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

v.9n.2 maio/ago. 2020

ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, quadrimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.9 n.2 maio/ago. 2020 ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



Universidade Federal da Bahia
Reitor: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Escola de Administração/ UFBA
Diretor: Prof. Dr. Horácio Nelson Hastenreiter Filho

Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Tânia Fischer

Editor chefe

Grace Kelly Marques Rodrigues
(CIAGS/EA/UFBA)

Editores Associados

Eduardo Paes Barreto Davel
(CIAGS/EA/UFBA)

Fábio Bittencourt Meira
(UFRGS)

Luiza Reis Teixeira
(UFBA)

Paula Chies Schommer
(UDESC)

Gestor Executivo

Kleber Moitinho Gomes
revistarg@ciags.org.br

**Revisão da Língua Portuguesa
e Normalização**

Kleber Moitinho Gomes

Gestão da Comunicação

Rodrigo Maurício Freire Soares
(CIAGS/EA/UFBA)

Gestão do Design e Diagramação

Márdel Santos
(CIAGS/EA/UFBA)

Gestão Financeira

Cristina Araújo
(CIAGS/EA/UFBA)

Foto da Capa

Cadu de Castro

Revista interdisciplinar de gestão social / Universidade Federal da
Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de
Desenvolvimento e Gestão Social. – Vol.9, n. 2 (maio/ago. 2020)-
- Salvador : EAUFBA, 2014 -
v.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: Vol. 1, n.1 (jan./ abr. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social -
Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.
CDD 352

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Pádua Carrieri
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

Alketa Peci
Fundação Getúlio Vargas, EBAPE, Rio de Janeiro, Brasil

Ana Sílvia Rocha Ipiranga
Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil

Anderson de Souza Sant'Anna
Fundação Dom Cabral, Brasil

Andrea Leite Rodrigues
Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, Brasil

Antonia de Lourdes Colbari
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Antonio Strati
Facoltà di Sociologia, Università di Trento, Itália

Ariádne Scalfoni Rigo
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Cintia Rodrigues de O. Medeiros
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Eda Castro Lucas de Souza
Universidade de Brasília, Brasil

Fabio Bittencourt Meira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Fabio Vizeu Ferreira
Universidade Positivo, Brasil

Fernando Gomes de Paiva Júnior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Jeová Torres Silva Júnior
Universidade Federal do Cariri, Brasil

João Martins Tude
Universidade Federal da Bahia, Brasil

José Antonio Gomes de Pinho
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Josiane Silva de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Letícia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Luciano Junqueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Luiz Alex Silva Saraiva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcelo de Souza Bispo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Maria Amélia Jundurian Corá
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Maria Ester de Freitas, Fundação Getúlio Vargas - SP/EAESP, Brasil

Miguel Pina e Cunha
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Paula Chies Schommer
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Pedro Bendassolli
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Silvia Gherardi
Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Itália

Tânia Maria Diederichs Fischer
Universidade Federal da Bahia, Brasil

sumário

09 Editorial

11 Foto da Capa

Contribuição fotográfica

Grace Rodrigues

13 Desenvolvimento à Escala Humana na Economia Solidária: síntese de necessidades e satisfatores de trabalhadoras do segmento da produção de artesanato (Natal, 2017-2018)

Denys Daniel Silva, Washington José de Souza, Nicole Silva Moreno e Raquel Maria da Costa Silveira

Contribuição teórica

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.32494>

33 Preocupação Socioambiental e Hábitos de Consumo: o que nos dizem os estudantes universitários?

Renato da Silva Cavalcanti, Carlos Kleber Santos Silva, Jordana Soares Lira e Marconi Freitas Costa

Contribuição teórica

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.32577>

57 Psicologia Política e Políticas Públicas no Contexto Latino-Americano: definições, histórico e perspectivas

Maria Fernanda Aguilar Lara, Henrique Araujo Aragusuku e José Fernando Andrade Costa

Contribuição teórica

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.33422>

83 “Era um Biquíni de Bolinha Amarelinha tão Pequeninho”: análise de um artefato cultural de moda e sua [re]significação a partir dos Estudos Culturais

Carlos César de Oliveira Lacerda, Fernando Gomes de Paiva Júnior e Sérgio Carvalho Benício de Mello

Contribuição teórica

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.33985>

115 A Utilização da Contabilidade Gerencial nos Centros de Tradições Gaúchas

Tamires Martini, Sinara Jaroseski e Roberto Birch Gonçalves e Sérgio Carvalho Benício de Mello

Contribuição teórica

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.36538>

137 Dinâmicas Locais de Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Alan Ferreira de Freitas e Alair Ferreira de Freitas

Contribuição teórica

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.33416>

157 A Pobreza no Brasil e a Nova Classe Média a Partir dos Capitais de Pierre Bourdieu: diagnóstico das obras de Jessé Souza

Marinette Santana Fraga, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio e Cláudia Aparecida Avelar Ferreira

Contribuição teórica

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.34745>

175 Mapeando Dificuldades e Intervenções no Cotidiano das Organizações de Cultura Popular em Caruaru-PE

Elisabeth Cavalcante dos Santos, Ítalo Henrique F. R. Silva, Pâmela Karolina Dias e Wilson Mike Morais

Contribuição Vivencial

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i2.35348>

editorial

O atual número da RIGS constitui-se por reflexões diversificadas que envolvem desde questões mais amplas, como influências culturais no comportamento humano, até discussões mais técnicas e objetivas no campo da gestão social. A questão das políticas públicas nesse campo, como de costume na revista, também está presente neste número.

O artigo inicial aborda, a partir da investigação do cotidiano de mulheres artesãs, o desenvolvimento à escala humana, em particular, fatores que dificultam ou que favorecem tal desenvolvimento, com destaque para aspectos como a autonomia, capacidade de autogestão e autodependência desses grupos associados ao senso de conexão e coletividade que apresentam entre si.

O artigo seguinte, trata do comportamento humano associado à dimensão socioambiental, buscando identificar, nos hábitos de consumo de jovens estudantes, possíveis relações com seu nível de preocupação e consciência ambiental.

O próximo artigo concentra-se na análise de políticas públicas no contexto latino-americano pela perspectiva da psicologia política, analisando possíveis articulações entre uma abordagem relativamente recente, a psicopolítica, em meio a realidades locais diversas na América Latina.

Na sequência, outras contribuições trazem mais discussões interessantes, como a que retrata a influência de artefatos culturais, com o 'biquíni de bolinha amarelinha', e seus significados num universo de convenções sociais, identidades e reflexões sobre o gênero feminino.

Outro artigo discute a política pública voltada à agricultura familiar, analisando a implementação de um programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas, visando compreender a dinâmica entre as práticas desses agricultores e as exigências do programa.

O texto seguinte analisa as contribuições e efetividade de práticas contábeis no Terceiro Setor, tendo como caso os centros de tradições gaúchas (CTG's) e seus processos de captação e utilização de recursos.

A seguir, outro trabalho propõe reflexões sobre a pobreza e a nova classe média no Brasil, a partir de abordagens críticas de Jessé Souza e Bourdieu, no que diz respeito à relação do capital e essa classe social.

Por fim, uma contribuição vivencial mapeia as principais dificuldades observadas no cotidiano de organizações de cultura popular pernambucana, relatando experiências e dificuldades vividas por vários mestres e artistas da cultura popular de Caruaru-PE, bem como algumas intervenções realizadas nesse contexto.

E assim se compõe este número da RIGS, com mais uma série de discussões, relatos e reflexões no campo da Gestão Social, a partir de um rico conjunto de abordagens teóricas e experiências reais presentes nos trabalhos aqui apresentados.

Boa leitura e excelentes insights!

GRACE RODRIGUES
Editora-chefe



Foto: Grace Rodrigues

FOTO DA CAPA

Grace Rodrigues

Barcos que embelezam uma tarde de outono em
Florianópolis-SC.

Acervo de Grace Rodrigues, abr. 2019.



Foto: Grace Rodrigues

Desenvolvimento à Escala Humana na Economia Solidária: síntese de necessidades e satisfatores de trabalhadoras do segmento da produção de artesanato (Natal, 2017-2018)^{1/2}

Denys Daniel Silva, Washington José de Souza, Nicole Silva Moreno e Raquel Maria da Costa Silveira

Resumo

O texto classifica necessidades e satisfatores de desenvolvimento à escala humana, tomando como ambiente empírico empreendimentos econômicos solidários do segmento do artesanato e, como referência teórico-metodológica, a matriz de necessidades e satisfatores de Max-Neef (2012). O estudo seguiu três caminhos: revisão sistemática em nível de pós-graduação stricto sensu no Brasil; coleta de dados, via grupo focal, junto a nove empreendimentos econômicos solidários do artesanato; criação de enunciados para os achados e enquadramento na matriz. Neste texto, são abordadas vivências de artesãs combinadas às necessidades existenciais e axiológicas que aparecem com destaque nas quatro pesquisas de pós-graduação stricto sensu realizadas no Brasil. Como resultado, destacam-se a dimensão autogestionária dos empreendimentos estudados, a natureza da atividade produtiva e o perfil das trabalhadoras envolvidas – donas de casa, aposentadas, pensionistas – explicando a presença das necessidades axiológicas: ociosidade, criação, liberdade, participação e entendimento (MAX-NEEF, 2012), e, espiritualidade (PEREIRA, 2011).

Palavras-chave

Desenvolvimento à Escala Humana. Empreendimentos Econômicos Solidários. Economia Solidária. Gênero.

Abstract

The text classifies needs and satisfactors of Human-scale Development, taking as empirical environment, economical enterprises in the handicraft segment and, as its theoretical-methodological reference, the matrix of needs and satisfactors by Max-Neef (2012). The study followed three paths: a systematic review at the stricto sensu postgraduate level in Brazil; data collection, through a focus group, along with nine economic enterprises in solidarity with the handicraft; creation of statements for the findings and framing in the matrix. In this text, experiences of artisans combined with the existential and axiological needs that appear prominently in the

four stricto sensu-postgraduate studies carried out in Brazil are discussed. As a result, the self-management dimension of studied enterprises is highlighted, the nature of the productive activity and the profile of the workers involved – housewives, retired women, pensioners – explaining the presence of axiological needs: idleness, creation, freedom, participation and understanding (MAX-NEEF, 2012), and spirituality (PEREIRA, 2011).

Keywords

Development on a Human Scale. Economic Solidarity Organizations of Handicraft. Solidarity Economy. Gender.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo classificar necessidades e satisfatores de desenvolvimento à escala humana na economia solidária, tomando como ambiente empírico empreendimentos econômicos solidários do segmento do artesanato potiguar e, como referência teórico-metodológica, a matriz de necessidades e satisfatores de Max-Neef (2012). Para versar a respeito do desenvolvimento à escala humana (DEH), Max-Neef (2012) assume leitura para a América Latina, citando crises frequentes que extrapolam fragmentações – de âmbitos econômicos, sociais, políticos, culturais e outros –, reafirmando processos de convergências de instabilidades de várias naturezas que abarcam, dentre outros fenômenos, ineficiência de mecanismos de representatividade política em relação às decisões da elite, carências na fiscalização e no controle da sociedade civil das burocracias públicas, internacionalização da economia, desmembramento de identidades socioculturais, fragmentação dos movimentos sociais e marginalização das massas e minorias.

Elaborado em colaboração com profissionais de Chile, Uruguai, Bolívia, Colômbia, México, Brasil, Canadá e Suécia, o desenvolvimento à escala humana privilegia a autonomia das comunidades em perspectiva que se aproxima de Paulo Freire. Assim, novas formas de conceber e praticar política encontram-se ancoradas na participação direta, o que estimula o protagonismo das pessoas e a busca de soluções criativas endógenas, tal como indica, por exemplo, a ecossocioeconomista de Ignacy Sachs (2007), ou, as epistemologias do sul de Boaventura de Sousa Santos (2010). Max-Neef (2012), economista chileno, propôs, em 1986, por meio de longo processo coletivo de reflexão, uma alternativa, uma nova linha de ação e, sobretudo, uma nova ótica (e ética) acerca das noções de economia e desenvolvimento que, em essência, acompanham provocação similar àquela de Galeano (1979, p. 8), quando argumenta que “o desenvolvimento desenvolve a desigualdade”.

Sob uma perspectiva de autodependência, o autor advoga um processo de autonomia, não como sinônimo de individualismo e egocentrismo, mas, sim, de conexão e coletividade, alegando que uma série de fatores restringe o olhar e influi todas as estruturas e engendramentos societários de desenvolvimentismo e neoliberalismo monetário, com

ambos apresentando ideias mecanicistas e de concentração – de renda, de cultura, de saúde, de educação, de segurança, de poder – em intensidades distintas. O desenvolvimentismo, apesar de brotar de um ideal mobilizador e produtor de diversas correntes e instituições, assumiu que “a industrialização é o único meio que os países latino-americanos dispunham para captar os frutos do progresso técnico e elevar progressivamente a qualidade de vida da população” (NASSIF, 2008, p. 13). Por sua vez, o neoliberalismo monetário fomenta uma noção de crescimento econômico, e não de desenvolvimento, sob concepção mecanicista, sem qualquer tentativa de controle da crescente concentração, a qual acabou se distanciando da natureza e da noção integral de humano/mundo, reduzindo a ação humana ao sistema econômico e à circulação de mercadorias.

A noção de desenvolvimento deve incorporar componentes psicológicos, comunitários, sociais, culturais, ambientais, políticos, espirituais e institucionais, focando as necessidades humanas conforme propõe Maslow (1954), ou, como as pessoas buscam satisfazê-las por meio de satisfatores, conforme propõe Max-Neef (2012). Tratar de necessidades exige, preliminarmente, percebê-las não como fragmentos do desejo humano, mas, sim, como sistema de simultaneidades, complementaridades e compensações que dizem respeito à própria vida, ao desenvolvimento humano e seus elementos subjetivos. É nesse sentido que Max-Neef (2012), na obra “Desenvolvimento à Escala Humana: concepção – aplicação – reflexos posteriores”, sintetiza dimensões de desenvolvimento em uma matriz de necessidades e satisfatores. O presente estudo assume tal perspectiva humanista de desenvolvimento para discutir dimensões de trabalho e produção na economia solidária, à luz do pensamento de Max-Neef e de necessidades e satisfatores atribuídos por mulheres em vivências no interior de empreendimentos econômicos solidários do segmento do artesanato.

Este estudo debruça-se, secundariamente, sobre componentes de utilidade social da economia solidária, considerando a natureza dos achados da Pesquisa-Ação em Administração, Mercado e Relações de Gênero na Economia Solidária: aplicação, avaliação e aperfeiçoamento de metodologia de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (Natal, 2016/2017). Tal atividade, realizada junto a dezessete empreendimentos econômicos solidários do segmento do artesanato – mediante fomento da então Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) – integra um conjunto de trabalhos acadêmicos do grupo de ensino, pesquisa e extensão Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (Oasis), do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGA/UFRN), vinculado à Rede Unitrabalho de incubadoras sociais.

A pesquisa-ação em pauta adotou a seguinte questão central: como se classificam as necessidades e os satisfatores de vivências de trabalhadoras, em empreendimentos econômicos solidários do segmento do artesanato, à luz de preceitos teórico-empíricos do desenvolvimento à escala humana? Para abordar os resultados, este texto estrutura-se em quatro tópicos. Após esta introdução, no tópico seguinte, estão descritos os procedimentos metodológicos adotados, os quais demandaram uma revisão sistemática em torno de aplicações anteriores do construto desenvolvimento à escala humana (DEH) no Brasil, aliada

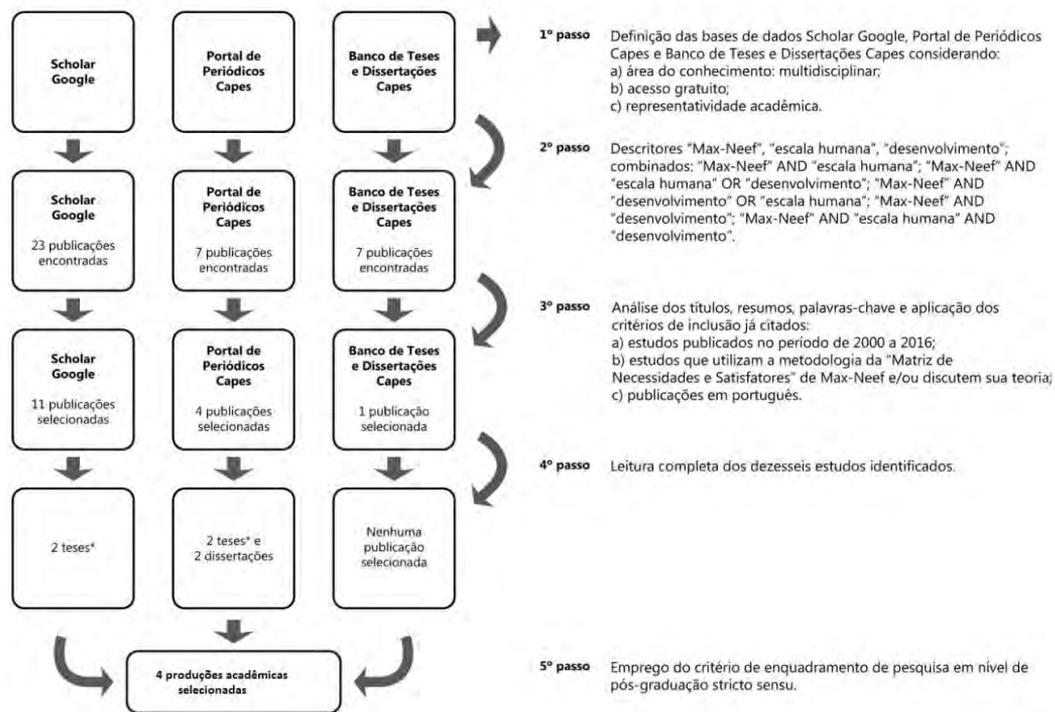
à realização de grupos focais junto a empreendimentos econômicos solidários integrantes da aludida pesquisa-ação. Trata-se, portanto, de estudo de natureza qualitativa que emprega dados coletados no primeiro semestre de 2017. Posteriormente, são discutidos atributos do desenvolvimento à escala humana (DEH) com base na concepção de Max-Neef (2012) e em resultados de estudos já realizados no Brasil, em paralelo aos achados da investigação que origina este texto. As conclusões enfatizam especificidades do segmento pesquisado – constituído predominantemente por mulheres aposentadas, donas-de-casa, pensionistas – e, diante desse fato, a pertinência da aplicação do desenvolvimento à escala humana em outros segmentos produtivos da economia solidária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Três caminhos foram adotados na realização da investigação que dá origem a este texto. Preliminarmente, a equipe realizou uma revisão sistemática para compilar estudos teórico-empíricos relacionados ao desenvolvimento à escala humana no Brasil. A revisão sistemática da literatura, para Santos (2015 apud NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013), consiste na tentativa de sintetizar múltiplos estudos disponíveis em relação a um problema específico, de forma objetiva e passível de reprodução, por meio de procedimentos e análises que possibilitam a incorporação de uma gama de resultados relevantes. É composta pela utilização de um conjunto de critérios de inclusão e exclusão para selecionar dado estudo e analisar o conteúdo, demandando um protocolo de pesquisa. A revisão sistemática requer a pergunta que a motiva, critérios de seleção do material, estratégias de busca – base de dados e palavras-chave ou descritores – e tipos de busca (NUNES, 2013).

A pergunta que motivou a revisão sistemática em pauta foi assim abordada: como o construto desenvolvimento à escala humana de Max-Neef se apresenta na produção acadêmica brasileira? Para responder à questão em apreço, foram consultados o indexador Scholar Google, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as respectivas bases de dados que nele se inserem – SciELO, Scopus, SPELL, Springer Science, Wiley, DOAJ, Dialnet, Cengage Learning, ProQuest, Emerald. Além disso, foi contemplado o Banco de Teses e Dissertações da Capes.

As seguintes palavras-chave integraram as buscas: “Max-Neef”; “Escala humana”; “Desenvolvimento”. A decisão de separar “desenvolvimento” de “escala humana” se deu, porque, em várias publicações, foi percebido que o termo “Desenvolvimento à escala humana” não aparecia na íntegra. Os critérios de inclusão/exclusão, por sua vez, foram: a) natureza da produção acadêmica: tese, dissertação e artigo; b) produção acadêmica com foco em Max-Neef; c) publicações em português; d) recorte temporal, abarcando desde o ano da primeira produção intelectual brasileira em 2000 (anterior, portanto, à publicação da obra em português) até 2016; e) opção pela sistematização de dissertações e teses, considerando o vínculo do Grupo Oasis à pós-graduação stricto sensu, bem como por se encontrar vinculado a uma dissertação em andamento no Curso de Mestrado do PPGA/UFRN. Resumidamente, as buscas mediante os critérios de inclusão/exclusão do material localizado ocorreram em cinco etapas, conforme sintetizadas na Figura 1.

Figura 1 - Etapas da revisão sistemática

* 2 teses foram encontradas em ambas as bases de dados.

Fonte: elaborado pelos autores (2017)

Quando empregados os descritores, ocorreram vinte e três registros no Scholar Google, sete no Portal de Periódicos Capes e sete no Banco de Teses e Dissertações Capes. Resumos, resenhas, livros e publicações de outra natureza, em desconformidade com os critérios, internacionais ou repetidos, foram descartados. Excluídas tais publicações, restaram onze registros no Scholar Google, quatro no Banco de Teses e Dissertações Capes e um no Portal Capes, sob as formas de textos científicos e trabalhos de pesquisa em nível de pós-graduação stricto sensu, com repetição no caso das teses (Scholar Google e Banco Capes). Como resultado final, permaneceram duas dissertações e duas teses cujos conteúdos são devidamente abordados no tópico seguinte, em interlocução com resultados da pesquisa em pauta.

A outra fase envolveu a realização de grupos focais com nove dos dezesseis empreendimentos que participam da Pesquisa-Ação em Administração, Mercado e Relações de Gênero na Economia Solidária: aplicação, avaliação e aperfeiçoamento de metodologia de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (Natal, 2016/2017), referida anteriormente. Os grupos focais ocorreram entre maio e junho de 2017, norteados por um roteiro semiestruturado, o qual abordou, preliminarmente, o exercício de contextualização dos empreendimentos – como o grupo se constituiu, conquistas e ganhos, dificuldades e desafios

enfrentados – e, dentre outros pontos, as seguintes questões: Por que vocês vêm para o trabalho neste empreendimento? Que necessidades vocês preenchem aqui?

Na realização dos grupos focais, foi observado o entendimento de Barbour (2009) quando defende que a adoção dessa técnica é adequada para os seguintes fins: 1) avaliar propostas de questionários para adequá-los, caso seja verificada necessidade; 2) encorajar participantes usualmente relutantes em conceder entrevistas individuais ou os que seriam “pouco acessíveis”; 3) abordar questões do tipo por que não? Por outro lado, o método não é apropriado para: 1) obter narrativas e 2) avaliar atitudes. No caso em pauta, o grupo focal foi aplicado como meio para encorajar participantes usualmente relutantes em conceder entrevistas individuais. Tornou-se possível, então, estimular a interação ativa e a discussão, assegurando que os participantes desenvolvessem um diálogo fluente sem submissão à condução do pesquisador (moderador), o que garantiu a reprodução de experiências diversas e debates, bem como, a manifestação de opiniões divergentes.

As concepções de cada grupo foram codificadas separadamente, e, na sequência, reunidas na matriz de necessidades e satisfatores a partir de analogias com os exemplos de satisfatores de Max-Neef (2012) para cada quadrante (Quadro 1). Igualmente em sintonia com orientação do autor, os satisfatores foram relacionados a tudo aquilo que, por representar formas de ser, ter, estar e fazer, contribui para a realização das necessidades humanas, podendo incluir, dentre outros atributos, formas de organização, estrutura política, comportamentos (tudo que está em tensão entre consolidação e mudança).

Cada grupo focal foi classificado a partir do Quadro 1 (pág, 21), o qual ilustra a matriz necessidades e satisfatores conforme concebida por Max-Neef (2012). Assim, o terceiro momento do estudo foi destinado à criação de enunciados para os achados gerados nos nove grupos focais do presente estudo junto a empreendimentos econômicos solidários do segmento da produção de artesanato. No exercício do enquadramento dos achados na matriz, foram considerados os seguintes direcionamentos, conforme sugestão de Max-Neef (2012): ser, registra atributos pessoais ou coletivos expressos em substantivos; ter, registra instituições, normas, leis, mecanismos; fazer, registra ações pessoais ou coletivas expressas por verbos; estar, ambientes, tempo, espaço. Neste momento, a equipe da pesquisa dedicou-se à definição de enunciados que pudessem melhor representar cada achado nos formatos propostos pelo autor. Resultados de tal exercício encontram-se no Quadro 3 – integrando as discussões do tópico seguinte – em conjunto com o Quadro 4, destinado à sistematização final dos resultados dos estudos realizados em nível de pós-graduação stricto sensu no Brasil agrupados aos achados da pesquisa realizada junto aos empreendimentos econômicos solidários aqui abordados.

Quadro 1 – Matriz de Necessidades e Satisfatores (Max-Neef, 2012)

		NECESSIDADES EXISTENCIAIS			
		Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	1. Saúde física, saúde mental, equilíbrio senso de humor	2. Alimentos, abrigo, trabalho	3. Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	4. Meio ambiente, meio social	
Proteção	5. Cuidado, adaptabilidade, autonomia, equilíbrio, solidariedade	6. Sistema de seguro, poupança, seguro social, sistemas de saúde, família e direitos	7. Cooperar, prevenir, planejar, cuidar, curar e defender	8. Espaço onde se mora ambiente social, habitação	
Afeto	9. Autoestima, solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, receptividade, paixão, determinação sensibilidade, senso de humor	10. Legislação, amizade, família, parcerias, animais domésticos, plantas, jardins, relação com a natureza	11. Fazer amor, acariciar, expressar emoções, compartilhar, cuidar, cultivar, apreciar	12. Privacidade, intimidade, lar, espaço de encontro	
Entendimento	13. Consciência crítica, receptividade, curiosidade, espanto, disciplina, intuição, racionalidade	14. Literatura, professores, métodos, políticas educacionais, políticas de comunicação	15. Investigar, estudar, experimentar, educar, analisar, meditar, interpretar	16. Ambiente de interação formativa, escolas, universidades, academias, grupos de comunidades, família	
Participação	17. Adaptabilidade, responsabilidade, solidariedade, vontade, determinação, dedicação, respeito, paixão, senso de humor	18. Direitos, responsabilidades, obrigações, privilégios, trabalho	19. Fililar-se; cooperar; propor, compartilhar, divergir, acatar, interagir, concordar, expressar opiniões	20. Ambientes de interação comunitária, vizinhança, família	
Ociosidade	21. Curiosidade, receptividade, senso de humor, tranquilidade, sensibilidade	22. Jogos, espetáculos, clubes, festas, paz de espírito	23. Devagar, sonhar, lembrar dos velhos tempos, mergulhar em fantasias, relembrar, relaxar, divertir-se, brincar	24. Privacidade, intimidade, espaços de encontro, tempo livre, espaço que nos rodeia, paisagens	
Criação	25. Paixão, determinação, intuição, imaginação, ousadia, racionalidade, autonomia, inventividade, curiosidade	26. Destreza, habilidades, métodos, trabalho	27. Trabalhar, inventar, construir, desenhar, compor, interpretar	28. Ambientes de produção e informação, work shops, grupos culturais, audiências, espaços para expressão, liberdade temporal	
Identidade	29. Sensação de pertencer, consistência, diferenciação, autoestima, assertividade	30. Símbolos, linguagem, religião, hábitos, costumes, grupos de referência, sexualidade, valores, normas, memória histórica, trabalho	31. Comprometer-se, integrar-se, confrontar-se, conhecer a si próprio, reconhecer-se, realizar-se, crescer	32. Ritmos sociais, ambientes do cotidiano, ambientes aos quais pertencemos, estágios de amadurecimento	
Liberdade	33. Autonomia, autoestima, determinação, paixão, assertividade, abertura de mente, ousadia, rebeldia, tolerância	34. Igualdade de direitos	35. Descordar, escolher, diferenciar-se, arriscar, desenvolver a consciência, comprometer-se, desobedecer, meditar	36. Plasticidade, espaço temporal	

Fonte: Max-Neef (2012, p 41).

DESENVOLVIMENTO À ESCALA HUMANA NO BRASIL: DIÁLOGOS ENTRE RESULTADOS DE PESQUISAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E VIVÊNCIAS NO SEGMENTO DA PRODUÇÃO ARTESANAL

Conforme registrado anteriormente, este tópico destina-se à descrição de dimensões do desenvolvimento à escala humana (DEH), tomando como referência, por um lado, conceituações de Max-Neef (20012) e resultados de pesquisas em nível de mestrado e doutorado realizadas no Brasil, e, por outro, vivências de artesãs em empreendimentos econômicos solidários do segmento da produção de artesanato de Natal/RN, tarefa que se realiza pela via da classificação de necessidades e satisfatores na matriz concebida por Max-Neef (2012). O autor assume três postulados na concepção do DEH:

- . Desenvolvimento refere-se a pessoas e, não, a objetos. Assim, o melhor desenvolvimento será aquele que permitir o aperfeiçoamento na qualidade de vida das pessoas, dependendo das possibilidades que as pessoas têm para satisfazer as próprias necessidades humanas. É crença que as necessidades humanas são infinitas, que elas mudam a toda hora, que são diferentes em cada cultura e ambiente. Para o autor, o erro está em não reconhecer a diferença entre necessidades e satisfatores (ou, agentes de satisfação de necessidades). As necessidades humanas precisam ser vistas como um sistema, todas interligadas, interatuantes;
- . As necessidades humanas fundamentais são finitas, poucas e classificáveis. Desta forma, o autor identifica quatro necessidades existenciais – ser, ter, fazer e estar – e nove axiológicas – subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ociosidade, criação, identidade e liberdade –, as quais se interpõem para formar uma matriz;
- . As necessidades humanas fundamentais são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O que muda é o modo ou os meios usados para satisfazê-las.

O autor concentra-se e sustenta-se na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, na interação de processos globais com comportamentos locais, do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e da sociedade civil com o Estado. Além disso, defende a criação de condições para que as pessoas sejam protagonistas do seu próprio futuro. Não há possibilidade, afirma, de participação ativa de pessoas em sistemas gigantescos, hierarquicamente organizados, uma vez que o desenvolvimento convencional provoca acesso limitado da maioria das pessoas aos benefícios sociais, estabelece relações sociais verticais e provoca concentração de poder.

De modo geral, os valores da matriz de necessidades e satisfatores alinham-se a fundamentos da economia solidária quando, por exemplo, por meio da propriedade coletiva, tal modo de trabalho e produção estabelece relações de dependência mútua entre sujeitos, ou seja, autodependência (MAX-NEEF, 2012), mediada pelo direito à liberdade individual, princípio advogado por Singer (2002). Os empreendimentos econômicos solidários são autogestionários, com participação dos membros nas decisões sob o critério de um voto para

cada sócio, independentemente da quantidade de cotas de capital que cada indivíduo possui. São, assim, empreendimentos não hierarquizados que requerem articulação orgânica de sujeitos, favorecendo o aperfeiçoamento na qualidade de vida em relações organizacionais de igualdade de direitos e obrigações. Trata-se de sistema de trabalho e produção inteiramente democrático, assim sintetizado:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002, p. 21).

A economia solidária tem como mérito principal, na leitura de Singer (2002), o desenvolvimento humano, manifesto em atributos como educação, conscientização, realização pessoal, autoconfiança, segurança. Aproxima-se, assim, de pontos centrais da formulação teórica de desenvolvimento à escala humana de Max-Neef (2012), cujo construto, no Brasil, conta com quatro pesquisas em nível de pós-graduação *stricto sensu*. No Quadro 2, esses estudos estão sintetizados por área, tipo (dissertação ou tese), autoria, ano, instituição de ensino superior (IES) e título, ordenados cronologicamente.

O primeiro estudo em nível de pós-graduação *stricto sensu* ocorreu, no Brasil, em 2010, vinte e quatro anos após a concepção original publicada sob o título *Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro* (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1986). Trata-se de uma tese em Saúde Pública e Meio Ambiente, defendida na Fundação Oswaldo Cruz, intitulada *Por uma pedagogia dos satisfatores para a promoção da saúde: dos espaços estruturais de Boaventura de Souza Santos às necessidades humanas de Max-Neef* (FREITAS, 2010), centrada na interlocução entre as necessidades humanas e os satisfatores de Max-Neef e os espaços estruturais das sociedades capitalistas modernas de Boaventura de Souza Santos. Adotando como foco a promoção de saúde em contextos locais, Freitas (2010) investiga práticas emancipatórias a partir do engajamento de jovens moradores de periferias urbanas em ações de saúde coletiva, assumindo uma visão crítica e contextualizada de desenvolvimento.

Quadro 2 – Síntese da aplicação do DEH em pesquisas em nível de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil

Área/tipo	Autor/ano	IES	Título
Saúde Pública e Meio Ambiente/ tese	FREITAS, Jairo Dias de; 2010	Fundação Oswaldo Cruz	Por uma pedagogia dos satisfatores para a promoção da saúde: dos espaços estruturais de Boaventura de Souza Santos às necessidades humanas de Max-Neef

Administração/ tese	PEREIRA, Viviane Santos; 2011	UFLA	Desenvolvimento à escala humana: uma análise em São Tome das Letras/ MG
Área/tipo	Autor/ano	IES	Título
Administração/ dissertação	NASCIMENTO, Marcos Addler de Almeida; 2013	UFRN	Educação complementar e desenvolvimento humano: alcances e limites da estratégia socioeducativa do Projeto "Oasis" de Intervivência Universitária
Gestão de Negócios Turísticos/ dissertação	PEREIRA, Maria Fernanda Sales Nogueira; 2015	UECE	Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana, em Icapuí/CE

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Freitas (2010) analisou uma das mais importantes referências no campo da vigilância ambiental, qual seja, a matriz de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual contempla uma cadeia causal de forças motrizes e efeitos de problemas concretos de saúde ambiental à saúde humana. Vislumbrou, então, alternativas ao problema agregando análises locais de positividade e de construção do futuro, tendo como aporte cenários prospectivos conjugados ao desenvolvimento à escala humana, à ruptura epistemológica de Boaventura de Sousa Santos e contribuições do educador Paulo Freire, com destaque à sua visão de futuro. O autor identificou desafios e fragilidades de tal abordagem, como base à promoção da saúde emancipatória, concluindo pela possibilidade de uma pedagogia dos satisfatores na iniciação científica de jovens em comunidades vulneráveis, incorporada a práticas educativas em saúde com viés crítico à ideologia hegemônica de desenvolvimento baseada na regulação.

Dentre os achados, Freitas (2010) registra que crianças adotavam o hábito de tomar banho no Rio Faria-Timbó sem qualquer preocupação com eventuais problemas de saúde em consequência da poluição. Ali, constatou o autor, as crianças realizavam uma necessidade axiológica abordada por Max-Neef (2012), qual seja, ociosidade na dimensão existencial fazer (relaxar, divertir-se, brincar). Sugere o autor uma perspectiva de promoção da saúde que supere o sentido usual de atendimento a necessidade e aponte para potencialidades do agir humano. O apelo por potencialidades do agir humano aproxima-se de necessidades axiológicas como criação – em satisfatores como inventividade e autonomia – e liberdade – em satisfatores como autonomia e tolerância.

Quadro 3 - Principais achados dos estudos realizados em nível de pós-graduação stricto sensu

Pesquisador/Área	Nível	Público pesquisado	Necessidades	
			Axiológicas	Existenciais

Pesquisador/Área	Nível	Público pesquisado	Necessidades	
			Axiológicas	Existenciais
FREITAS (2010) / Saúde Pública e Meio Ambiente	Doutorado	Jovens	Ociosidade	Fazer
			Criação	Ser
			Liberdade	Ser
PEREIRA (2011) / Administração	Doutorado	Jovens	Participação	Ser
				Fazer
			Espiritualidade (PEREIRA, 2011)	Ser
				Ter
				Estar
NASCIMENTO (2013) / Administração	Mestrado	Jovens	Entendimento	Fazer
				Ser
PEREIRA (2015) / Gestão de Negócios Turísticos	Mestrado	Lideranças comunitárias; e representantes de organizações da sociedade civil	Participação	Ser
				Ter
				Fazer
			Identidade	Estar
				Ser
				Ter
				Fazer
Estar				

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

No caso dos empreendimentos econômicos solidários deste estudo, essas necessidades axiológicas aparecerem com os seguintes contornos. A ociosidade apresenta-se na necessidade existencial fazer ilustrada pela expressão segundo a qual se associar é compartilhar momentos de trabalho e de prazer. Na axiológica criação, a necessidade existencial ser apresenta-se mediante a busca de educação e qualificação em prol de criatividade e imaginação para elaborar novos produtos. Na axiológica liberdade, a existencial ser revela-se pelo trabalho autogestionário que confere sensações de liberdade pela ausência de subordinação, e, assim, incrementando a autoestima e a autonomia das associadas.

O público pesquisado em “Desenvolvimento à Escala Humana: uma análise em São Tomé das Letras-MG” é igualmente do segmento populacional jovem e aparece em necessidades e satisfatores revelados na outra tese desenvolvida no Brasil, no Doutorado em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). A tese de Pereira (2011), também realizada em período anterior à publicação da obra de Max-Neef em português, identifica satisfatores ideais e limitantes para o atendimento às necessidades humanas dos moradores de São Tomé das Letras e foi realizada com estudantes do ensino médio. A pesquisa avaliou espiritualidade como necessidade com o propósito de sugerir sua inclusão no modelo de Max-Neef. A análise das necessidades humanas pelos estudantes atesta a pertinência da inclusão da espiritualidade na matriz. A autora realizou exercício simultâneo de construir matrizes das necessidades humanas positivas e das necessidades humanas negativas, seguindo orientação de Max-Neef (2012), discutindo efeitos singulares ou sinérgicos como positivos, e, em sentido oposto, efeitos violadores/destrutores, inibidores ou pseudosatisfatores como negativos.

Interessa, aqui, a matriz das necessidades humanas positivas, integralmente preenchida por

Pereira (2011) nos trinta e seis quadrantes da proposta de Max-Neef, acrescida da necessidade axiológica espiritualidade, por ela preenchida nas quatro necessidades existenciais (ser, ter, fazer e estar) negativa e positivamente. Frente ao volume de informações, vale destacar a relevância atribuída à necessidade participação, considerando que “muito ainda deve ser feito para que as necessidades dos moradores sejam atendidas. Isso quer dizer que tanto o poder público como cada indivíduo têm muito que trabalhar para se aproximar da situação ideal” (PEREIRA, 2011, p. 187). Além desse quesito, a autora defende a inclusão da necessidade axiológica espiritualidade por envolver “todas as funções psicológicas, como cognição, percepção, emoção e vontade, promovendo o bem-estar físico, social e mental”.

No caso trazido pela pesquisa que origina este texto, a necessidade axiológica participação aparece quando as informantes expõem, na necessidade existencial ser, que o trabalho associativo requer determinação e dedicação, e, em fazer, quando as sócias dos grupos se veem diante do imperativo de compartilhar a convivência e os saberes adquiridos no trabalho de produção de artesanato. A necessidade axiológica espiritualidade é assim apresentada pela autora em termos de satisfatores. Na necessidade existencial ser, a autora relaciona solidário, religioso, amável, consciente, puro; em ter, indica crença, autoconhecimento, valores; em fazer, registra acreditar, ajudar, perdoar, orar; em estar, insere paz, templos (PEREIRA, 2011).

No caso em pauta, com empreendimentos econômicos solidários do segmento de artesanato, espiritualidade aparece nas quatro necessidades existenciais: em ser, registrando atributos pessoais ou coletivos expressos em substantivos, sob a forma de associação que proporciona acolhimento e conforto entre os membros e que remete à proteção mútua e à solidariedade; em ter, registrando instituições, normas, leis, mecanismos, quando o estatuto dos grupos preveem valores, mecanismos e práticas autogestionários; em fazer, registrando ações pessoais ou coletivas expressas por verbos, sob a forma de ajudar a comprar material coletivamente, pela cooperação e para pegar empréstimo; em estar, registrando ambientes, tempo, espaço, sob a forma de paz, pela via da articulação das ações socioprodutivas dos grupos com as respectivas comunidades, suprimindo a necessidade axiológica de proteção em ambientes sociais.

O terceiro estudo em Max-Neef no Brasil, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, ocorreu no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGA/UFRN). A dissertação de Nascimento (2013) abordou o tema Educação complementar e desenvolvimento humano: alcances e limites da estratégia socioeducativa do Projeto Oasis de Intervivência Universitária. Com jovens, da mesma forma que as duas teses abordadas, a pesquisa mensurou efeitos da Intervivência Universitária Oasis, no desenvolvimento humano de jovens de pequenos municípios potiguares, vinculados à rede pública de ensino, em decorrência da inserção no projeto.

Em pesquisa de natureza quantitativa, Nascimento (2013), a partir de análise fatorial, atesta que o Projeto OASIS provocou mudanças significativas no que se refere à necessidade axiológica entendimento, considerando que o fator sinérgico educação popular, empregado na metodologia do Projeto, a influencia diretamente e, secundariamente, em proteção,

participação, criação, identidade e liberdade. O entendimento aparece com maior amplitude de mudanças entre os momentos antes e depois da participação do jovem no Projeto, representado na necessidade existencial fazer, por meio dos satisfatores investigar e experimentar e, na necessidade existencial ser, por meio de disciplina e consciência crítica.

A natureza do trabalho artesanal aqui pautado não incorpora viés investigativo, e, portanto, o tema esteve ausente nos grupos focais realizados. No tocante a experimentar, é factível assumir a presença de tal satisfator, considerando que as informantes fortemente destacaram, na necessidade existencial fazer, a necessidade axiológica entendimento, assegurando que participar de uma associação permite trocar experiências, aprender, ensinar e repassar saberes coletivamente. A necessidade existencial ser, caracterizada por Max-Neef (2012), na necessidade axiológica entendimento, por meio dos satisfatores consciência crítica, receptividade, curiosidade, espanto, disciplina, intuição e racionalidade, não ocorreu na presente pesquisa com empreendimentos econômicos solidários do segmento do artesanato.

A pesquisa mais recente no Brasil, em nível de pós-graduação stricto sensu tendo como base Max-Neef (2012), ocorreu em 2015, no Mestrado Profissional em Gestão de Negócios da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A dissertação Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana, em Icapuí/CE (PEREIRA, 2015) investigou as comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé no município de Icapuí/CE, as quais possuem histórico de participação popular e elevado nível de politização, focando o turismo realizado em tais comunidades tradicionais, as quais produzem artesanalmente embarcações e artefatos de pesca, utensílios que famílias utilizam no litoral como fonte de turismo alternativo. A pesquisa intentou compreender transformações ocorridas nas comunidades supracitadas a partir da chegada da atividade turística, o que lhes atribuiu caráter de núcleos receptores de turistas e áreas de segunda residência, com implicações no desenvolvimento socioespacial do município.

Pereira (2015) centrou-se em possibilidades para o turismo sustentável, com viés de desenvolvimento pautado no crescimento humano e no exercício digno de cidadania e justiça social, mediante garantia de bem-estar para residentes e turistas. Para tanto, a autora empregou a matriz de Max-Neef (2012), com o propósito de sintetizar necessidades e satisfatores das comunidades pesquisadas, concluindo que: Ponta Grossa une residentes na luta pela terra e contra o turismo convencional; Redonda tem destaque na luta por direitos humanos e por ter sido, no Ceará, a primeira comunidade a propor o turismo de base comunitária; Requenguela abraça o turismo sustentável e a educação ambiental para a preservação do território e melhoria de vida da população; Tremembé destaca-se pela prática do turismo comunitário como meio de possibilitar desenvolvimento responsável e sustentável.

A matriz de necessidades e satisfatores foi integralmente abordada por Pereira (2015), no viés positivo, diferentemente do procedimento adotado por Pereira (2011), que, ao contemplar a totalidade da matriz, a construiu, também, em termos negativos, elencando destruidores/inibidores. Como principais achados, a autora destaca a necessidade axiológica

participação por meio dos seguintes satisfatores: em ser, determinação e comprometimento; em ter, direitos e deveres; em fazer, compartilhar opiniões; em estar, os espaços em casa, escolas e local de trabalho. Além de participação, identidade igualmente é destacada nos resultados, por meio dos satisfatores: em ser, autoconhecimento e pertencimento; em ter, opinião e manutenção dos costumes; em fazer, interagir; em estar, em casa, escolas e local de trabalho.

Nos empreendimentos econômicos solidários pesquisados, nas necessidades existenciais ser e fazer, o satisfator participação está presente conforme narrado anteriormente quando abordado o caso de Pereira (2011). Considerando que Pereira (2015) classificou participação nas quatro necessidades existenciais, resta, aqui, registrar o modo como se manifestam ter e estar no caso dos empreendimentos do presente estudo. Ter não obteve registro e, em estar, está presente pela preocupação das associadas com o espaço físico de trabalho – geralmente instalações cedidas por órgãos públicos, compartilhadas ou alugadas – e a participação em feiras, apontada como ambiente de interação que proporciona a troca de experiências.

Quanto à identidade, a outra necessidade axiológica destacada por Pereira (2015) nas quatro necessidades existenciais, vale registrar que, nos empreendimentos deste estudo, tal necessidade axiológica aparece em ser, sob a forma de convivência em grupo, proporcionando autoestima, e pelo reconhecimento de que o trabalho manual é prazeroso, conferindo sensação de pertencimento. Em ter, quando o trabalho associado facilita a formalização do grupo, tendo sido registrados casos de obtenção de carteira de artesã e o reconhecimento de empreendimento de utilidade municipal por parte de alguns grupos. Em fazer, por meio da consciência de que compor uma associação proporciona integração, satisfação e reconhecimento, trazendo autoestima e crescimento pessoal. O trabalho em associação aparece, também, sob registros de ganhos na renda e em conhecimentos. A necessidade existencial estar não obteve registro.

O Quadro 4 sintetiza os achados dos estudos realizados no Brasil, em nível de pós-graduação stricto sensu, agrupados aos resultados da pesquisa realizada junto a empreendimentos econômicos solidários do segmento da produção de artesanato. Das necessidades existenciais e axiológicas enfatizadas nos resultados das quatro pesquisas ocorridas entre 2010 e 2015, duas estiveram ausentes neste estudo: na necessidade existencial ser, a axiológica entendimento (NASCIMENTO, 2013); na necessidade existencial ter, a axiológica participação (PEREIRA, 2015). As demais, foram identificadas com os seguintes perfis: ociosidade, em fazer, relacionada à ideia de trabalho, de produção de artesanato, realizado com prazer, satisfação, e, por prazer, com o propósito de ocupar o tempo como lazer.

Criação e liberdade, na necessidade existencial ser, estão diretamente vinculadas à autogestão, percebida por meio de processos administrativos sem chefia, horizontalizados e livres de controle, os quais possibilitam a livre atuação das sócias tanto na tomada de decisão quanto na criatividade na fabricação de artesanato. Os mesmos motivos, com a mesma base na autogestão, explicam a presença de participação em ser e fazer (PEREIRA, 2011) e em ser, fazer e estar (PEREIRA, 2015). A liberdade para atuar nas decisões e para criar, no

processo produtivo, explica atributos como dedicação e determinação – esta, manifesta sob a forma de crença nos propósitos da economia solidária – aliadas à partilha de saberes em espaços físicos que viabilizam, na necessidade axiológica fazer, trocas de experiências e participação em feiras – estas, igualmente apresentadas sob a forma de espaço físico de troca de experiências e menos como momento de realização de vendas. Aprender, ensinar e repassar técnicas de produção de artesanato são atividades que explicam a presença de entendimento, pela via da experimentação, em perspectiva similar à pesquisa de Nascimento (2013).

As quatro necessidades existenciais – ser, ter, fazer e estar – são identificadas na necessidade axiológica espiritualidade (PEREIRA, 2015). O trabalho associativo, em ser, proporciona acolhimento e conforto (bem-estar) explicados pelo sentimento de proteção mútua – “a gente se ajuda”. Em ter, a espiritualidade ganha forma nos valores de autogestão registrados nos estatutos das associações. Em fazer, aparece sob a forma de a associação possibilitar tanto “ajudar a comprar material” e, ao coletivo, a “cooperar para pegar empréstimo”. Em estar, são enfatizadas relações comunitárias dos grupos, as quais aparecem resguardando ambientes sociais de convívio. Quanto à necessidade axiológica identidade, a presença é explicada: a) pela convivência em grupo, o que proporciona autoestima, fornece ao trabalho manual sentido de prazer e confere sensação de pertencimento; b) pelo trabalho associado, o qual facilita a formalização da atividade coletivamente realizada; c) pela obtenção de reconhecimento profissional via carteira de artesã, e, quando as associações passam a ser reconhecidas como de utilidade pública municipal, proporcionando integração, satisfação, reconhecimento, autoestima e crescimento pessoal.

O trabalho realizado permite ganhos na renda, todavia, são enfatizados os conhecimentos adquiridos e compartilhados no âmbito da profissão. Em síntese, é relevante destacar que a dimensão autogestionária das organizações estudadas (associações e grupos produtivos da economia solidária), a natureza da atividade produtiva (produção de artesanato) e o perfil das trabalhadoras pesquisadas (donas-de-casa, aposentadas, pensionistas) explicam a presença das necessidades axiológicas já enfatizadas em pesquisas de pós-graduação stricto sensu no Brasil – ociosidade, criação, liberdade, participação e entendimento (MAX-NEEF, 2012) – e, espiritualidade (PEREIRA, 2011) – ainda que por meio de satisfatores distintos. A seguir, está representado o quadro síntese com a sistematização dos resultados da pesquisa em Natal.

Quadro 4 – Síntese da sistematização dos resultados

Principais achados em pesquisas de pós-graduação stricto sensu		Principais achados da pesquisa em empreendimentos econômicos solidários de artesanato
Axiológicas	Existenciais	Enunciado
Ociosidade	Fazer	O trabalho em grupo é momento de satisfação e realização pessoal ocorrido sob a forma de períodos de lazer e partilha.

Principais achados em pesquisas de pós-graduação stricto sensu		Principais achados da pesquisa em empreendimentos econômicos solidários de artesanato
Axiológicas	Existenciais	Enunciado
Criação	Ser	Busca de educação e qualificação em prol do desenvolvimento da criatividade e da imaginação para elaborar novos produtos.
Liberdade	Ser	O trabalho autogestionário confere sensação de liberdade pela ausência de relações de subordinação propiciando autoestima e autonomia ao associado.
Participação	Ser	O trabalho associativo no artesanato requer dedicação e determinação
	Fazer	Compartilhar a convivência e os saberes.; interagir e cooperar com o outro é gratificante com “todo mundo trabalhando junto”
Espiritualidade (PEREIRA, 2011)	Ser	Associação que proporciona acolhimento e conforto entre os membros e que remete à proteção mútua e à solidariedade
	Ter	O estatuto dos grupos incorpora valores, mecanismos e práticas autogestionários
	Estar	Ajudar a comprar material coletivamente, cooperação e pegar empréstimo
	Fazer	Articulação das ações socioprodutivas dos grupos com as respectivas comunidades suprimindo a necessidade axiológica de proteção em ambientes sociais
Entendimento	Ser	Ausente
	Fazer	Participar de uma associação permite trocar experiências, aprender e ensinar e repassar saberes coletivos.
Participação	Ser	O trabalho associativo no artesanato requer dedicação e determinação
	Ter	Ausente
	Fazer	Compartilhar a convivência e os saberes.; interagir e cooperar com o outro é gratificante com “todo mundo trabalhando junto”
	Estar	O espaço físico dos grupos aparece em perspectiva de fragilidade – imóveis alugados, cedidos, emprestados; a participação em feiras de economia solidária é abordada como ambiente de interação que proporciona a troca de experiência fazendo com que a venda ganhe menos relevância
Identidade	Ser	A convivência em grupo proporciona autoestima dando ao trabalho manual sentido de prazer e conferindo sensação de pertencimento.
	Ter	O trabalho associado facilita a formalização; obtenção de carteira de artesã; associações reconhecidas como de utilidade pública municipal.
	Fazer	Compor uma associação proporciona integração, satisfação, reconhecimento, autoestima e crescimento pessoal; o trabalho permite ganhos na renda e no conhecimento.
	Estar	Ausente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento à escala humana sintetiza esforço teórico que se materializa na matriz de necessidades e satisfatores e abre um leque de possibilidades para investigações e ações ancoradas na racionalidade substantiva. Trata-se da construção de paradigma de desenvolvimento fundamentado na crença de que as necessidades humanas são finitas, poucas e classificáveis, diferindo em cada cultura e ambiente tão somente em termos de satisfatores, ou seja, nos agentes de satisfação das necessidades – por ele classificadas em existenciais (fundamentais) e axiológicas (de valor). O desenvolvimento à escala humana refere-se a pessoas e, não, a objetos, enquanto as necessidades humanas constituem um sistema, todas interligadas, interatuantes. Além disso, as necessidades humanas são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O que muda é, tão somente, o modo ou os meios usados para satisfazê-las.

Pressupostos de natureza substantiva são igualmente identificáveis na economia solidária quando, por meio da autogestão, possibilitam, por exemplo, a manifestação de valores como liberdade, criação e participação em relações horizontais, de igualdade e de identidade com uma causa que tem nítido compromisso político de promoção de bem-estar coletivo. As quatro pesquisas realizadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, entre 2010 e 2015, assumem, por diferentes trajetos, o emprego de tais pressupostos humanitários e humanistas.

São estudos realizados com jovens, predominantemente, e com lideranças comunitárias e representantes de organizações da sociedade civil, em programas das Ciências Sociais Aplicadas – Administração e Turismo – e nas Ciências da Saúde. No conjunto, predomina a necessidade axiológica participação, nas necessidades existenciais ser e fazer. Com menor incidência, mas com destaque em cada estudo isoladamente, aparecem ociosidade, liberdade, criação, identidade e entendimento igualmente nas existenciais ser e fazer. Merece destaque o caráter inovador impresso em um dos estudos que, ao utilizar a matriz original, gerou uma nova necessidade axiológica, qual seja, espiritualidade. Foram, portanto, todas essas necessidades fortemente presentes em estudos anteriores no Brasil, aqui utilizadas na leitura de circunstâncias de desenvolvimento à escala humana na economia solidária, especificamente em empreendimentos do segmento da produção de artesanato.

A dimensão autogestionária dos empreendimentos pesquisados imprime, ao presente estudo, igualmente, ênfase na necessidade axiológica participação. O desenvolvimento à escala humana aplicado à economia solidária, é válido assumir, possivelmente enfatizará tal necessidade axiológica em virtude do caráter particular que qualifica a gestão dos empreendimentos econômicos solidários. Todavia, há outros elementos a ponderar acerca de tal resultado. Os resultados aqui abordados têm origem em uma atividade produtiva de artesanato que congrega trabalhadoras que são, majoritariamente, donas-de-casa, aposentadas, pensionistas. Na maioria dos casos, o trabalho ganha caráter de lazer e, por vezes, de terapia.

Pesquisas posteriores em outros ramos da economia solidária, registre-se, deverão apresentar resultados distintos daqueles aqui ressaltados. Nesse sentido, torna-se válida a

aplicação do desenvolvimento à escala humana em, pelo menos, mais quatro segmentos de trabalho autogestionário com características distintas em termos de perfil dos associados e natureza do trabalho. Podem ser indicadas, a título de pesquisas futuras, investigações com trabalhadores vinculados ao segmento de resíduos sólidos, com agricultores familiares, em empreendimentos com trabalhadores em situação de restrição de liberdade (a exemplo de presidiários do regime fechado e/ou semiaberto) e em empreendimentos com trabalhadores submetidos a transtornos mentais graves e persistentes em atendimento, por exemplo, pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). É factível assumir que o perfil dos participantes e a natureza de cada atividade tendem a produzir resultados distintos daqueles aqui narrados.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em jul. 2019. Aceito para publicação em jul. 2020.
- 2 Projeto contemplado no Edital N° 01/2016 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Pibic/UFRN, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

Barbour, R. **Grupos Focais**. São Paulo: Artmed, 2009.

FREITAS, J. D. D. **Por uma pedagogia dos satisfatores para a promoção da saúde**: dos espaços estruturais de Boaventura de Souza Santos às necessidades humanas de Max-Neef. 2010. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MASLOW, A. **Motivação e personalidade**. New York: Harper&Row, 1954.

MAX-NEEF, M. A.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desenvolvimento à escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

NASCIMENTO, M. A. D. A. **Educação complementar e desenvolvimento humano**: alcances e limites da estratégia socioeducativa do projeto OASIS de intervenção universitária. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

NUNES, M. C. A.; ANDRADE, A. G. de S.; MORAIS, N. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, 2013.

PEREIRA, M. F. S. N. **Turismo em Comunidades na Busca do Desenvolvimento à Escala Humana, em Icapuí/CE**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Ceará, 2015.

PEREIRA, V. S. **Desenvolvimento à escala humana**: uma análise em São Tomé das Letras-MG. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2011.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SANTOS, L. V. D. **Avaliação pós-ocupação da habitação de interesse social no Brasil**: uma revisão sistemática da literatura. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, 2015.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

**Denys Daniel
Silva**

Graduado no curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar (UFRN). Pesquisador do grupo de ensino, pesquisa e extensão Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (Oasis/UFRN).

**Washington
José de Souza**

Professor Titular do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do grupo de ensino, pesquisa e extensão Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (Oasis/UFRN). Membro titular do Conselho Estadual de Cooperativismo (Cecoope) do Rio Grande do Norte. Membro da Rede de Pesquisadores em Gestão Social, Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial, Rede Latino-Americana de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais e Rede Unitrabalho. Realizou Estágio Pós-Doutoral na Business School of the University of Birmingham no Reino Unido e Estágio Sênior, no campo da Gestão Social, na Royal Holloway of the University of London (RHUL), entre 2013 e 2014.

**Nicole Silva
Moreno**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora do grupo de ensino, pesquisa e extensão Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (Oasis/UFRN).

**Raquel Maria
da Costa
Silveira**

Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Graduada em Gestão de Políticas Públicas (UFRN) e Direito (UNIRN). Docente do Departamento de Políticas Públicas (UFRN). Pesquisadora do grupo de ensino, pesquisa e extensão Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (Oasis/UFRN), da Rede INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal e do Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas.



Foto: Grace Rodrigues

Preocupação Socioambiental e Hábitos de Consumo: o que nos dizem os estudantes universitários?¹

Renato da Silva Cavalcanti, Carlos Kleber Santos Silva, Jordana Soares Lira e Marconi Freitas Costa

Resumo

Este estudo teve como principal objetivo compreender os hábitos de consumo de estudantes de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, campus Caruaru, para determinar o grau de preocupação socioambiental. Foram realizadas uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo para avaliar em que medida esses estudantes tendem a expressar condutas que indiquem certa preocupação de ordem social e ambiental. Os resultados apontaram para um exíguo grau de preocupação socioambiental em relação aos seus hábitos de consumo, mas cabe destacar que o propósito desta pesquisa não foi o de generalizar os resultados, mas, sim, o de conhecer a estrutura de comportamentos responsáveis desses consumidores. Esta pesquisa contribui à medida que avalia esse comportamento de consumo, demonstrando que há pouca preocupação socioambiental por parte destes universitários. Ademais, contribui como um diagnóstico importante para assistir ações relacionadas às políticas públicas, ao demonstrar a necessidade de maior conscientização socioambiental desses estudantes.

Palavras-chave

Consumidor Consciente. Comportamento do Consumidor. Marketing Ambiental. Marketing Social. Preocupação Socioambiental.

Abstract

This study aimed to understand consumption habits of business students at the Federal University of Pernambuco, Caruaru campus, to determine the degree of social and environmental concern regarding their consumption habits. A bibliographic research and a field research were conducted to evaluate the extent to which these students may suffer alterations that indicate some social and environmental concern. The results point to a level of socioenvironmental concern regarding their consumption habits, but it is worth mentioning the objective of this research was not to generalize the results, but to know the structure of use that it uses. This research contributes to measure consumption behavior, showing that there is little

social and environmental concern on the part of these students. In addition, it is an important diagnosis to display actions related to public policies, to demonstrate the need for greater socio-environmental awareness of these students.

Keywords Conscious Consumer. Consumer's Behavior. Environmental Marketing. Social Marketing. Socio-Environmental Concern.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, como uma preocupação a uma sociedade de consumo crescente e a mudanças naturais dos mais diversos níveis decorrentes da ação humana no meio ambiente (DE MENEZES, 2018), vêm ganhando força discussões sobre soluções que diminuam o impacto do homem sobre a natureza, buscando saídas aceitáveis para uso e descarte dos produtos de maneira consciente (TSARENKO et al., 2013; DHANDRA, 2019).

Assim, tendo a consciência de que não há como deixar de consumir, o consumo sustentável ganha relevância, pois leva em consideração os impactos provocados pelo consumo e seu descarte de acordo com os princípios da sustentabilidade (PEREIRA et al., 2017). Para Albinsson, Wolk e Kopf (2010), a consciência socioambiental é uma abordagem relevante para o estudo dos hábitos de compra do consumidor, haja vista que, quanto mais informado o indivíduo for maior será a probabilidade de que ele tenha atitudes favoráveis quanto à sustentabilidade.

Nesta acepção, constata-se que os consumidores estão assumindo um papel decisivo no avanço do índice de sustentabilidade de qualquer país, uma vez que estão se conscientizando da importância de comprar de forma consciente e exigir das empresas um comportamento ecologicamente correto (NAIR, 2015; NASCIMENTO; COSTA; OLIVEIRA, 2015). De acordo com Dhandra (2019), a visão de que a consciência nas escolhas de consumo tanto pode gerar consequências positivas quanto negativas para a sustentabilidade da vida na terra tem contribuído para ampliar o espaço desta questão na discussão das estratégias pró-sociais das empresas.

Destarte, para que se tenha uma prática de consumo sustentável, faz-se necessário compreender o comportamento de compra do consumidor em relação às questões ambientais, bem como entender como acontece o processo de decisão de compra desses consumidores (RONCHI et al., 2016). Para Karimi, Papamichail e Holland (2015), o processo de decisão de compra do consumidor envolve cinco passos que descrevem como o consumidor utiliza de sua cognição para chegar ao ato de compra.

No último decênio, muitas pesquisas internacionais foram realizadas com o intuito de identificar os fatores que influenciam o comportamento ambiental (DE LEEUW et al.,

2015; GRØNHØJ; THØGERSEN, 2017; BHUIAN; SHARMA, 2017; BHUIAN et al., 2018; HONG, 2018). De acordo com Silva et al. (2016), essa temática vem sendo estudada há anos por pesquisadores como Straughan e Roberts (1999), os quais iniciaram estudos com universitários sobre a preocupação do consumo verde.

Para Silva et al. (2016), ao longo dos últimos dez anos, a discussão sobre temáticas de consumo consciente em instituições de ensino superior tem aumentado consideravelmente, o que tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas da academia, demonstrando a relevância dessa temática. No Brasil, algumas pesquisas buscam entender os hábitos de consumo consciente da população de acadêmicos universitários, como por exemplo, os trabalhos de Sarmiento et al. (2012), Lima et al. (2015), Silva et al. (2016) e Ronchi et al. (2016).

Deste modo, insuflado pelos trabalhos dos autores supracitados, este estudo tem como principal objetivo compreender os hábitos de consumo de estudantes universitários do curso de Administração do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), localizado na cidade de Caruaru-PE, para determinar seu grau de preocupação socioambiental. Para alcançar esse objetivo geral, esta pesquisa propõe a investigação de como eles buscam informação antes de decidir uma compra, como se planejam antes de comprar um novo produto, se há influência pela propaganda, pelos amigos e pela família quando compram algum produto, se sabem identificar um produto ecologicamente correto, se estão preocupados com os hábitos de consumo das outras pessoas, se estão dispostos a pagar mais por um produto ecologicamente correto e se estão informados quanto à questão socioambiental.

Para Ronchi et al. (2016), esta compreensão é necessária para o direcionamento de estratégias que promovam a prática do consumo sustentável na sociedade, justificando-se desta forma este estudo. No entanto, não basta apenas entender a visão socioambiental, é preciso possuir atitudes pró-ambientais para que de fato a cultura preservacionista se estabeleça (SILVA et al., 2016).

Assim, além desta introdução, este artigo está estruturado em mais quatro seções, quais sejam: o referencial teórico, para entendimento aprofundado deste trabalho; o método, o qual tratará dos delineamentos metodológicos utilizados na pesquisa; a análise de dados, pertinentes ao resultado da pesquisa em campo; e, por fim, a última seção com as considerações finais do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo do comportamento de compra do consumidor

De acordo com Vieira (2002), o estudo do comportamento do consumidor tornou-se uma matéria relevante a partir da década de 1960, por meio da influência de escritores como Ferber (1958), Katona (1960), Howard (1963), Newman (1963) e Engel (1968), os quais visavam identificar as variáveis que rodeiam o consumidor, bem como as suas atitudes

inconstantes perante diferentes produtos. Mais tarde, renomados autores como Blackwell, Miniard, Sheth et al., Solomon, Mowen e Minor, e Wilkie, por meio de seus estudos, passaram a ser considerados clássicos pesquisadores da teoria do consumidor.

Para Engel et al. (2000), o comportamento do consumidor pode ser definido como sendo as atividades do processo de troca diretamente envolvidas em obter, consumir e dispor de produtos e serviços, incluindo os processos decisórios que antecedem e sucedem essas ações. Para Solomon (2016), o campo do comportamento do consumidor pode ser entendido como o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos escolhem, compram, usam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências, para satisfazer suas necessidades e desejos.

Neste sentido, para entender a atividade de compra dos consumidores, faz-se necessário identificar e compreender quais são os fatores que estimulam seu comportamento de compra, pois estes podem gerar uma atitude positiva ou negativa em relação aos produtos ou a uma organização (OLIVEIRA et al., 2019). Segundo Solomon (2016), não se pode entender as escolhas de consumo sem considerar o contexto em que elas foram feitas. Assim, a cultura é uma lente, através da qual as pessoas enxergam os produtos.

De acordo com Solomon (2016), o comportamento de compra do consumidor é influenciado por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Sendo os fatores culturais aqueles que exercem a maior e mais profunda influência no comportamento de compra dos consumidores, uma vez que é a principal determinante do comportamento e dos desejos da pessoa (SOLOMON, 2016).

Outro fator importante no comportamento de compra são as classes sociais. As classes sociais apresentam preferências nítidas por produtos e marcas em diversas áreas, incluindo roupas, móveis e eletrodomésticos, atividades de lazer e automóveis (TING et al., 2019). Para Karsaklian (2009), o consumidor é inserido em diferentes classes sociais, implicando em diferentes opções de compra; logo, diferentes comportamentos de consumo. Somando-se o estilo de vida à classe social, verifica-se, ainda, que a renda, sozinha, não explica a causa dos diferentes comportamentos sociais, mas que a forma como o consumidor conduz sua vida (moda, viagens, inovações) tem impacto direto em suas decisões de compra.

Segundo Grewal e Levy (2017), além dos fatores culturais e das classes sociais, o comportamento do consumidor é influenciado por fatores sociais, como grupos de referência, família, papéis sociais e status. Para Karsaklian (2009), os grupos de referência são os grupos aos quais pertence o consumidor como indivíduo inserido numa sociedade. Conforme Grewal e Levy (2017), a família é a mais importante organização de compra de produtos de consumo na sociedade e constitui o grupo de referência mais influente nas decisões de compra.

Além desses fatores, segundo Grewal e Levy (2017), as decisões do comprador também são influenciadas por características pessoais, como idade e estágio do ciclo de vida, ocupação, circunstâncias econômicas, estilo de vida, personalidade e autoimagem. Outro fator que pode influenciar no comportamento de compra dos consumidores, segundo Solomon (2016), é a

personalidade, a qual é descrita em termos de características como autoconfiança, domínio, autonomia, submissão, sociabilidade, resistência e adaptabilidade.

Neste sentido, além de entender o que influencia as decisões do consumidor, também se faz necessário compreender como acontece o processo de decisão de compra desse consumidor (KARIMI; PAPAMICHAIL; HOLLAND, 2015). Assim, a seção a seguir traz as contribuições necessárias à elucidação deste tema.

O processo de decisão de compra

Quando se fala em consumo, é preciso que, primeiro, tenha existido um ato de compra. Assim, uma decisão de compra é o padrão comportamental de um consumidor que determina e segue um processo decisório que compreende várias etapas para chegar a uma escolha (KARIMI; PAPAMICHAIL; HOLLAND, 2015). Durante vários anos, tentou-se compreender como essa decisão de compra acontece e vários modelos de comportamento do consumidor foram sendo gerados, tais como o modelo proposto por Blackwell, Miniard e Engel (2005), o qual consiste em uma das primeiras apresentações de um modelo cognitivo de escolha do consumidor (KARIMI; PAPAMICHAIL; HOLLAND, 2015).

Segundo Solomon (2016), o modelo clássico de comportamento de compras é um modelo linear composto por cinco etapas: reconhecimento do problema, busca de informações, avaliação de alternativas, decisão de compra e comportamento pós-compra. Conforme o autor, esse modelo sugere que os consumidores passam sequencialmente por todas as cinco etapas ao comprar um produto, no entanto, os consumidores podem pular ou voltar algumas etapas, processando as informações de forma contínua e desagregada, por meio do processo de Heurística.

Para Blackwell, Miniard e Engel (2005), a primeira etapa do processo de compra começa quando o comprador reconhece um problema ou uma necessidade, a qual pode ser provocada por estímulos internos ou externos. No primeiro caso, uma das necessidades normais da pessoa sobe para o nível de consciência e torna-se um impulso. No segundo caso, a necessidade é provocada por estímulos externos à pessoa.

Segundo Grewal e Levy (2017), na etapa de busca de informações, a pessoa embarca em uma busca ativa: procurando literatura a respeito, telefonando para amigos e visitando lojas para saber mais sobre o produto. Para Karsaklian (2009), o caminho percorrido pelo consumidor para culminar com a compra passa pelo processamento da informação, que é a forma como ele seleciona e combina a informação que recebe do meio externo àquela já retida em sua memória, utilizando-a para compra ou não de determinado produto.

De acordo com Loriato e Pelissari (2017), os consumidores variam em virtude dos atributos que consideram mais relevantes e a importância associada a cada atributo. Eles prestam mais atenção aos atributos que forneçam os benefícios buscados. Para Churchill e Peter (2003), quanto aos atributos do produto, nota-se que os consumidores continuam valorizando mais a qualidade, o desempenho, a confiança e a durabilidade do que produtos que se baseiem

simplesmente no apelo emocional.

Na etapa de avaliação de alternativas, o consumidor cria preferências entre as marcas do conjunto de escolha. O consumidor também forma uma intenção de comprar as marcas preferidas. Contudo, dois fatores podem interferir entre a intenção de compra e a decisão de compra: a atitude dos outros e os fatores situacionais imprevistos, os quais podem surgir e mudar a intenção de compra (KARIMI; PAPAMICHAIL; HOLLAND, 2018).

A quarta etapa é a de decisão de compra. O que vai determinar se um comprador ficará muito satisfeito, um pouco satisfeito ou insatisfeito com a compra vai ser o desempenho percebido pelo produto. Se o desempenho não alcançar totalmente as expectativas, o cliente fica desapontado; se alcançar as expectativas, ele fica satisfeito, e, se exceder as expectativas, ele fica encantado. Esses sentimentos definem se o cliente voltará a comprar o produto e se ele falará favorável ou desfavoravelmente sobre ele para outras pessoas (SOLOMON 2016).

Segundo Grewal e Levy (2017), na última etapa, a qual se refere ao comportamento pós-compra do consumidor, os profissionais de marketing devem monitorar como os consumidores usam os produtos e lidam com eles. Se os consumidores jogam o produto fora, os profissionais de marketing precisam saber como eles o fazem, principalmente se isso pode prejudicar o meio ambiente. Para Grewal e Levy (2017), os consumidores estão se tornando cada vez mais conscientes com relação ao seu ato de consumo e isso faz com que as empresas levem em consideração esses aspectos no lançamento de novos produtos.

Deste modo, entende-se que os aspectos do processo de decisão do consumidor estão sendo modificados na medida em que os consumidores passam a inserir preocupações socioambientais, isto é, na medida em que se tornam consumidores mais conscientes, tema que será abordado a seguir.

O conceito de consumidor consciente

Para alguns autores como Milne, Ordenes e Kaplan (2019), os estudos na área do consumo consciente ainda são incipientes e, à medida que surge a literatura na área (por exemplo, Bahl et al., 2016; Fischer et al., 2017; Rosenberg, 2006; Sheth et al., 2011), constata-se que a perspectiva do consumidor sobre o papel e a atenção voltada para comportamentos de consumo não foi extensivamente medida ou avaliada. Deste modo, ter uma definição ou conceito do que é o consumidor consciente ainda é uma tarefa difícil.

Contudo, autores como Pinto e Batinga (2016) definem o consumidor consciente como aquele que converte o seu consumo em um ato consciente, levando em consideração todos os impactos que ele produz na sociedade e na natureza. Para Tsarenko et al. (2013), o que se pode observar é uma mudança de atitude por parte dos consumidores na medida em que se entende que a continuidade de uma cultura de consumismo leva a diversos impactos ambientais e sociais, contribuindo para a degradação do meio ambiente.

Dessa forma, segundo Lima et al. (2015), o consumo consciente caracteriza-se como o consumo de produtos sustentáveis somado à preocupação com aspectos sociais e ambientais. Para os autores, os principais protagonistas no processo de promoção desse consumo são os consumidores, na medida em que possuem o poder de cobrar de empresas e governos ações que possibilitem um consumo mais consciente. No entanto, para que os consumidores possam realizá-lo, as empresas e indústrias também devem estar em sintonia com as questões sociais e ambientais (NASCIMENTO, 2019; DHANDRA, 2019).

Neste sentido, de acordo com Silva et al. (2016), estudos vêm constatando que os consumidores estão mais envolvidos com questões ambientais no que diz respeito à responsabilidade socioambiental das empresas, preferindo, portanto, produtos que não agridam o meio ambiente. Segundo Donaire (2009), estudos de mercados têm demonstrado que os consumidores estão dispostos a pagar preços mais elevados por produtos que comprovadamente contribuem para a preservação do meio ambiente.

No entanto, conforme Oliveira Jr., Huertas e Oliveira (2015), embora as empresas e a sociedade afirmem estar mudando suas atitudes, ainda há dissonância entre a tendência da intenção e a realidade dos fatos frente ao comportamento. Segundo estes autores, há afirmações de mudanças de atitudes no que se refere às intenções, porém, o discurso não acompanha a prática real, o que seria um sinalizador efetivo de mudança de comportamento, havendo, portanto, uma lacuna denominada de atitude-ação.

METODOLOGIA

Delineamento da pesquisa

Para atender aos objetivos propostos, este estudo foi desenvolvido mediante a utilização de pesquisa bibliográfica voltada para a construção do referencial teórico sobre o comportamento do consumidor, com o direcionamento para a questão socioambiental. Nesse sentido, foi feita uma pesquisa de campo de natureza descritiva, utilizando o método de análise quantitativa, coletando dados primários, obtidos em campo com a aplicação de um survey. De acordo com Malhotra (2019), survey é uma entrevista com um grande número de pessoas por meio de um questionário predeterminado.

As surveys de questionário geralmente são criadas para obter grandes quantidades de dados, normalmente em forma de números (HAIR Jr. et al., 2005). Nesse contexto, o questionário de pesquisa, segundo Hair Jr. et al. (2005), é um conjunto predeterminado de perguntas criadas para coletar dados dos respondentes e um instrumento cientificamente desenvolvido para medir características importantes de indivíduos. Uma boa survey exige bons questionários para garantir a precisão dos dados (HAIR Jr. et al., 2005).

Segundo Collis e Hussey (2005), se o propósito da pesquisa implica medir relações entre variáveis em avaliar o resultado de algum sistema ou projeto, recomenda-se utilizar preferencialmente o enfoque da pesquisa quantitativa e utilizar o melhor meio possível de controlar o delineamento da pesquisa para garantir uma boa interpretação dos resultados.

O enfoque quantitativo utiliza a coleta e a análise de dados para responder às questões de pesquisa e testar as hipóteses estabelecidas previamente, e confia na medição numérica, na contagem e, frequentemente, no uso de estatística para estabelecer com exatidão os padrões de comportamento de uma população (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO 2006).

Seleção da amostra

A seleção da amostra foi constituída de uma amostragem aleatória simples, na qual cada elemento da população tem uma probabilidade conhecida e igual de ser escolhido. Além disso, segundo Malhotra (2019), cada amostra possível de um determinado tamanho tem uma probabilidade igual e conhecida de ser a amostra efetivamente selecionada. Isto implica que cada elemento é escolhido independentemente de qualquer outro elemento.

O tamanho da amostra é uma importante consideração no seu planejamento. Com a amostragem probabilística, a escolha do método de amostragem e o uso de uma amostra de tamanho apropriado são fundamentais para a generalização das descobertas a partir da amostra da população (HAIR Jr. et al., 2005). O cálculo da amostra pode exigir o uso de procedimentos estatísticos bastante especializados. Estes têm sempre o seu fundamento nas fórmulas básicas para o cálculo do tamanho da amostra de populações (GIL, 2019).

A amostra aleatória simples (n) foi formada por 280 estudantes, extraída de uma população (N) total de 517 universitários do curso de Administração do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), localizado em Caruaru-PE. No cálculo da amostra, foi utilizado um nível de confiança de 95%, considerando-se dois desvios-padrões (σ^2), uma percentagem (p) de 50% para o fenômeno verificado, uma percentagem complementar (q) de 50%, e um erro máximo (e^2) de 4%. Destarte, utilizou-se esta fórmula para calcular o tamanho da amostra da pesquisa:

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p \cdot q} \quad n = \frac{4.50.50.517}{16.516 + 4.50.50} \quad n = \frac{5\ 170\ 000}{18\ 256} \quad n \approx 280$$

Coleta dos dados

A coleta foi feita por meio da aplicação de um questionário de pesquisa quantitativo e individual. O questionário de pesquisa foi dividido em duas partes, com o objetivo de facilitar a coleta e a análise dos dados. A primeira parte foi constituída de perguntas fechadas, buscando identificar o perfil dos respondentes no que diz respeito às características demográficas (sexo, faixa etária, estado civil e renda). A segunda parte procura identificar o grau de conhecimento dos entrevistados acerca do tema através de afirmativas relacionadas com os seus hábitos de consumo. As afirmativas da segunda parte do questionário foram

organizadas em três subgrupos, com o objetivo de facilitar a compreensão lógica dos entrevistados e de facilitar a análise dos dados. Assim, baseado na literatura estudada, definiu-se o primeiro subgrupo como “consumo verde”, tendo como objetivo identificar se os entrevistados levam em conta algumas informações quanto aos aspectos ecológicos do produto ao decidirem uma compra.

O segundo subgrupo, por sua vez, refere-se à preocupação socioambiental dos entrevistados quanto aos seus hábitos de consumo e aos de outras pessoas. O terceiro e último subgrupo refere-se aos atributos que influenciam as decisões de compra dos entrevistados. Nas instruções da segunda parte do questionário, foi solicitado aos entrevistados que respondessem às afirmativas de acordo com a Escala de Likert de 5 pontos de concordância. A Escala Likert, segundo Malhotra (2019), é uma escala amplamente utilizada que exige que os entrevistados indiquem um grau de concordância ou discordância com cada uma de uma série de afirmações sobre objetos de estímulo.

Collis e Hussey (2005) recomenda a conveniência de realizar um pré-teste antes de aplicar o questionário definitivamente. Segundo ele, o pré-teste permite ao pesquisador verificar se as questões são compreensíveis, se a duração da entrevista está adequada, se a sequência das questões está boa, se há questões “sensíveis”, se há condições de analisar os dados e se os resultados têm sentido. Segundo Hair Jr. (2005), nenhum questionário deve ser administrado antes que o pesquisador avalie a provável exatidão e coerência das respostas. Essa avaliação pode ser feita por meio do pré-teste dos questionários, utilizando-se uma pequena amostra de respondentes com características semelhantes às da população alvo.

Deste modo, foi feito um pré-teste com uma amostra de 20 (vinte) estudantes do curso de Administração da UFPE, campus do CAA, com o objetivo de verificar a compreensão, a duração da entrevista, a sequência das questões, a exatidão e coerência do questionário de pesquisa. Com base nas informações obtidas com o pré-teste, foi realizado um aperfeiçoamento no questionário de pesquisa, referente à parte escrita, visando facilitar a compreensão dos entrevistados, evitando uma possível ambiguidade nas afirmativas.

Análise de dados

O Objetivo da Análise de Dados

O objetivo da análise de dados é fornecer informações que auxiliem na abordagem do problema em estudo. A análise preliminar dos dados proporciona avaliações detalhadas e orienta a interpretação dos resultados (MALHOTRA, 2019). Na pesquisa de caráter quantitativo, normalmente, os dados coletados são submetidos à análise estatística, com a ajuda de computadores. Tipicamente, as medidas para cada respondente são codificadas e, em seguida, manipuladas de várias maneiras. O processo de análise dos dados normalmente percorre os seguintes estágios: análise univariada, análise bivariada, análise multivariada e estudos de certos subgrupos (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A análise univariada permite comparar as características da amostra com a da população e verificar a representatividade da amostra levantada (COLLIS; HUSSEY, 2005). As técnicas univariadas podem ser classificadas conforme os dados sejam métricos ou não. Para os dados métricos, pode ser utilizada a análise de variância de um fator. O interesse está em testar a hipótese nula de que as médias das categorias são iguais na população (MALHOTRA, 2019).

A análise bivariada inclui tabulações cruzadas e a possibilidade de calcular diferentes medidas de associação entre as variáveis. Neste estágio, é importante ter de forma definida e clara qual é a variável dependente e quais são as variáveis independentes. Quando o estudo requer análise multivariada, utilizam-se medidas que buscam explorar o padrão de relações entre as variáveis do estudo. O plano de análise multivariada normalmente é realizado antes de coletar os dados. As medidas estatísticas permitem determinar quais as variáveis que contribuem mais ou menos para explicar certo comportamento (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A estatística descritiva representa o conjunto de técnicas que têm por finalidade descrever, resumir, totalizar e apresentar graficamente os dados de pesquisa. Nesse sentido, toda pesquisa de caráter predominantemente quantitativo fará uso dessa modalidade da estatística. Fazem parte dessa modalidade as distribuições de frequências, as medidas de tendência central, as medidas de dispersão (amplitude) e as representações gráficas das distribuições de frequência (APPOLINÁRIO, 2006).

A escolha de métodos e técnicas dependerá do tipo de dados coletados. Mesmo que o pesquisador não esteja analisando grandes quantidades de dados quantitativos, sugere-se a utilização de um software estatístico, como o SPSS (Statistical Package for the Social Science). Programas, como este, permitem que o pesquisador realize diversos tipos de análises, faça testes estatísticos de maneira rápida e precisa, e apresente os resultados na forma de tabelas ou gráficos. Nesse sentido, os softwares podem ser muito úteis, desde que o pesquisador saiba como interpretar os resultados (COLLIS; HUSSEY, 2005).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Perfil sociodemográfico da amostra

Do total de 517 estudantes universitários do curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (CAA), foram realizadas 280 entrevistas por meio de um questionário de pesquisa tipo survey. Na amostra, foi identificado um número equiparado entre os entrevistados do sexo masculino (136) e feminino (144).

Na característica demográfica referente às faixas etárias dos entrevistados, a faixa etária entre 16 e 25 anos foi formada por uma população de 249 respondentes, correspondendo à grande maioria das pessoas entrevistadas (88,9%). A população da faixa etária correspondente às idades entre 26 e 35 anos, foi formada por um total de 22 pessoas (7,9%). As outras três faixas etárias, de 36 a 45, de 46 a 55 e mais de 56 foram formadas por 5 (1,8%), 3 (1,1%) e 1

(0,4%) dos respondentes, respectivamente, totalizando 3,2% do total da amostra.

Na variável referente ao estado civil dos entrevistados, foi identificada uma população total de 249 pessoas solteiras, correspondendo à grande maioria dos entrevistados (88,9%). A população de respondentes identificada como casada corresponde a um total de 27 pessoas (9,6%). A condição civil referente às outras categorias, separado, divorciado e viúvo, foi formada por um total de 4 respondentes, totalizando 1,5% do total da amostra.

Nos subgrupos de renda, foi identificado um total de 60 entrevistados na faixa de renda familiar mensal até R\$ 900,00 (21,4%). A faixa de renda familiar mensal que vai de R\$ 901,00 a R\$ 1.800,00 foi formada por 84 respondentes (30,0%). Na faixa de renda familiar mensal que vai de R\$ 1.801,00 a R\$ 4.500,00, foi identificado um total de 100 pessoas (35,7%). A última faixa de renda correspondeu a um total de 35 pessoas (12,5%).

Análise das variáveis de preocupação socioambiental

Na Tabela 1, demonstrou-se os resultados obtidos dos respondentes em relação às variáveis de preocupação socioambiental. Destarte, com base na média de 3,35 da variável PS01, considerando-se o desvio-padrão de 1,25, percebe-se uma moderada preocupação socioambiental dos entrevistados no que se refere à compra de produtos que poluam menos. Pela média de 3,30 da variável PS02 e do desvio-padrão de 1,26, identifica-se que os entrevistados também se preocupam moderadamente em comprar produtos que podem ser reciclados. Nesse contexto, verifica-se uma média preocupação ambiental dos entrevistados em comprar produtos menos poluentes e que possam ser reciclados.

O resultado da variável PS03, média de 3,03 e desvio-padrão de 1,23, apresenta uma média de respostas de nem discordo nem concordo para a afirmativa compro produtos levando em conta seus efeitos no meio ambiente. Com isso, percebe-se que a média dos entrevistados é indiferente na hora de comprar produtos ao levar em consideração os seus efeitos no meio ambiente, como pode ser visto na Tabela 1.

A variável PS04 refere-se à disponibilidade dos entrevistados em pagar mais por um produto ecologicamente correto. Na variável PS04, representada por uma média de 2,74 e um desvio-padrão de 1,33, contata-se, considerando-se o desvio-padrão, que existe um número de pessoas que discorda dessa afirmativa e um número que concorda parcialmente. Considerando-se a média, pode-se afirmar que os entrevistados são indiferentes quanto à disponibilidade de pagar mais por um produto ecologicamente correto.

Com relação à variável PS05, pode-se observar na Tabela 1 que os entrevistados também se mostraram indiferentes quanto à afirmativa as pessoas estão preocupadas em comprar produtos ecologicamente corretos. Essa afirmação apresentou uma média de 2,35 e um desvio-padrão de 1,33. Com isso, percebe-se que os participantes da pesquisa oscilaram nas respostas entre discordo totalmente e concordo parcialmente, permanecendo numa média de discordo parcialmente. Algo semelhante aconteceu na variável PS06, relativa à preocupação dos entrevistados com os hábitos de consumo das outras pessoas. Nesta variável, verificou-se

uma média de resposta de 2,91 e um desvio-padrão de 1,29, indicando-se certa indiferença de preocupação social dos entrevistados quanto aos hábitos de consumo das outras pessoas.

Tabela 1 – Preocupação socioambiental

Cod.	Variáveis	Média	D.P.*
PS01	Tento ser atencioso para comprar produtos que poluam menos	3,35	1,25
PS02	Tento comprar produtos que podem ser reciclados	3,30	1,26
PS03	Compro produtos levando em conta seus efeitos no meio ambiente	3,03	1,23
PS04	Disponho-me a pagar mais por um produto ecologicamente correto	2,74	1,33
PS05	As pessoas estão preocupadas em comprar produtos ecologicamente corretos	2,35	1,33
PS06	Preocupo-me com os hábitos de consumo das outras pessoas	2,91	1,29

Fonte: Pesquisa de campo.

* Desvio-padrão

Em síntese, pelo que foi analisado na Tabela 1, infere-se que os entrevistados apresentam pouca preocupação ambiental em seus hábitos de compra e que a preocupação e a conscientização social dos entrevistados para com os hábitos de consumo das outras pessoas não foram consideravelmente representativas. Nesta acepção, esses resultados vão de encontro aos achados de Costa e Santos (2015), os quais, em seu estudo, constataram que os respondentes pesquisados em Caruaru – PE possuíam preocupação socioambiental e viam a questão ambiental como algo importante para a sociedade, no entanto, não colocavam em prática as ações necessárias para preservar o meio ambiente.

Alguns estudos (AAKER; BAGOZZI, 1982; ANDERSON et al., 1974; ROBERTS, 1996; ROBERTS; BACON, 1997; STRAUGHAN; ROBERTS, 1999) relacionam o nível de escolaridade com o comportamento e atitudes ecologicamente corretas, encontrando uma relação positiva entre nível educacional e preocupação socioambiental. Conforme os achados desses autores, quanto maior o nível de escolaridade do consumidor maior será a sua preocupação socioambiental e a sua consciência ecológica.

No entanto, ao se analisar os dados desta pesquisa, constata-se que, embora, os entrevistados sejam pessoas que estão cursando o ensino superior, não está presente a preocupação socioambiental, indo de encontro aos teóricos supracitados. Porém, os achados deste estudo corroboram os resultados encontrados em Brochado, Teiga e Brochado (2017), em que o nível de escolaridade não possui uma influência direta e positiva sobre a consciência ambiental dos indivíduos. Para os autores, a variável demográfica escolaridade não teve suficiente grau de correlação com consciência ou preocupação socioambiental.

Análise do consumo verde

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos dos respondentes em relação às variáveis referentes ao consumo verde representadas por meio da média e do desvio-padrão. A partir da avaliação da primeira variável, CV01, verifica-se pela média (3,44) e pelo desvio-padrão (1,25) que as respostas dos estudantes universitários oscilaram entre discordo parcialmente e concordo parcialmente, estabelecendo-se numa média geral próxima da alternativa concordo parcialmente. Nesse contexto, fica claro que a grande maioria dos entrevistados costuma ler os rótulos dos produtos antes de decidir uma compra, corroborando Karimi, Papamichail e Holland (2018), segundo os quais o caminho percorrido pelo consumidor para culminar com a compra passa pelo processamento da informação, sendo esta a forma como ele seleciona e combina a informação que recebe do meio externo àquela já retida em sua memória, utilizando-a para a compra ou não de determinado produto.

De acordo com a média (2,56) e com o desvio-padrão (1,27) referente à variável CV002 da Tabela 2, percebe-se que as respostas dos entrevistados oscilaram entre discordo totalmente e concordo parcialmente, concentrando-se na média geral de resposta próxima de nem discordo e nem concordo. Nesse sentido, observa-se uma baixa preocupação dos entrevistados em verificar se os produtos têm alguma certificação ambiental ao realizarem uma compra. Essa baixa preocupação dos entrevistados também pode ser percebida na variável CV03 representada pela média (2,68) e pelo desvio-padrão (1,34), constatando que os respondentes não costumam procurar informações ecológicas sobre os produtos ao realizarem uma compra.

Com base na variável CV04, constata-se que o público estudado concorda moderadamente com a afirmação sei identificar um produto ecologicamente correto. Entende-se também, pelo resultado, não haver uma predominância na opção de concordar com a afirmativa. De acordo com a média (3,20) e com o desvio-padrão (1,36), percebe-se que a maioria dos respondentes nem concorda nem discorda da variável CV04, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Consumo Verde

Cod. Variáveis	Média	D.P.*	
CV01	Costumo ler o rótulo dos produtos antes de decidir uma compra	3,44	1,25
CV02	Ao comprar verifico se os produtos têm alguma certificação ambiental	2,56	1,27
CV03	Ao comprar procuro saber se o produto é ecologicamente correto	2,68	1,34
CV04	Sei identificar um produto ecologicamente correto	3,20	1,36
CV05	Ao comprar procuro saber se o fabricante pratica ações ambientais	2,45	1,42
CV06	Ao comprar valorizo o fabricante que é ecologicamente correto	3,27	1,37

Fonte: Pesquisa de campo.

* Desvio-padrão

Na afirmativa representada pela variável CV05, constatou-se uma média de resposta de 2,45 e um desvio-padrão de 1,42, com isso, entende-se que os respondentes oscilaram entre as alternativas discordo totalmente e concordo parcialmente, estabelecendo-se numa média não considerável quanto à preocupação dos entrevistados em procurar saber se o fabricante pratica ações ambientais ou não. Quanto a variável CV06, houve uma média de 3,27 e um desvio-padrão de 1,37. Com isso, entende-se que a maioria dos respondentes é indiferente quanto ao fabricante que é ecologicamente correto.

Diante dessas análises, constata-se baixo comportamento de consumo verde no comportamento de compra e na tomada de decisão. Esses resultados corroboram Radons, Battistella e Grohmann (2016). Em sua pesquisa, feita com jovens universitários, os autores identificaram que o comportamento de compra verde obteve a menor média geral, indicando que os jovens consumidores atribuem pouca importância à compra de produtos que contribuem para a preservação do meio ambiente.

Ademais, estes autores também constataram que a preocupação ambiental afeta positivamente o comportamento de compra verde. Isto é, que os jovens preocupados com as questões socioambientais tendem a comprar produtos verdes. Neste sentido, como verificado na seção anterior, os jovens pesquisados neste estudo possuíam pouca preocupação socioambiental e por consequência, conforme os autores, também haveria de ter baixo consumo de produtos verdes. Outros autores, como Kim e Choi (2005), também evidenciaram em suas pesquisas que as preocupações ambientais têm influência direta e positiva sobre o consumo verde.

Análise dos atributos que influenciam as decisões de compra

A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos dos respondentes em relação às variáveis referentes aos atributos que influenciam as decisões de compra dos entrevistados. Na variável AIC01, verifica-se pela média (3,47) e pelo desvio-padrão (1,37) que as respostas dos participantes se estabeleceram numa média geral próxima da alternativa concordo parcialmente. Nesse contexto, fica claro que a grande maioria dos entrevistados costuma fazer algum tipo de planejamento antes de comprarem os produtos que consomem, embora não seja frequente essa prática. Esse achado corrobora os estudos de Karimi, Papamichail e Holland (2015), os quais afirmam que a tomada de decisão de compra dos consumidores, muitas vezes, é um processo planejado composto por cinco etapas. No entanto, ainda conforme os autores, podem ocorrer processos de Heurística, criando atalhos a essas etapas.

De acordo com a média (3,15) e com o desvio-padrão (1,34) referente à variável AIC02 da Tabela 3, percebe-se que as respostas dos entrevistados se concentraram numa média geral de resposta indiferente à variável analisada. Nesse sentido, verifica-se uma média influência da propaganda, dos amigos e da família nos hábitos de consumo dos entrevistados. Confirmando o que afirma Grewal e Levy (2017), a família é a mais importante organização de compra de produtos de consumo na sociedade. Os membros da família constituem o grupo de referência mais influente nas decisões de compra e sua influência no comportamento de

compra pode ser significativa. Com relação à influência da propaganda no comportamento de compra dos consumidores, de acordo com Karsaklian (2009), algumas pessoas percebem com agrado determinadas propagandas, enquanto outras as consideram ridículas.

Com base na variável AIC03, constata-se que o público estudado concorda parcialmente com a afirmação ao comprar um produto novo, verifico o seu consumo de energia. De acordo com a média de 3,59 e com o desvio-padrão de 1,36, percebe-se que a maioria dos respondentes concorda parcialmente com a variável AIC03. Com isso, entende-se que os respondentes, na maioria das vezes, levam em consideração o consumo de energia ao comprarem um produto novo.

Na Tabela 3, com base na média de 4,40 da variável AIC04, e considerando-se o desvio-padrão de 1,06, percebe-se uma considerável preocupação dos entrevistados em, ao comprar um produto novo, considerar a sua durabilidade. Nesse sentido, pela média de 4,47 e do desvio-padrão de 0,84 da variável AIC05, percebe-se que também há uma considerável preocupação dos entrevistados em levar em conta o preço ao comprar um produto novo. Algo semelhante pode ser verificado pela variável AIC06, representada por uma média de 4,59 e por um desvio-padrão de 0,84, segundo a qual fica evidente uma considerável preocupação dos entrevistados de considerarem a qualidade ao comprarem algo novo.

Tabela 3 – Atributos que influenciam as decisões de compra

Cod. Variáveis	Média	D.P.*	
AIC01	Faço planejamento antes de comprar os produtos que consumo	3,47	1,37
AIC02	Ao comprar, me deixo influenciar pela propaganda, amigos...	3,15	1,34
AIC03	Ao comprar um produto novo, verifico o seu consumo de energia	3,59	1,40
AIC04	Ao comprar algo novo, considero a sua durabilidade	4,40	1,06
AIC05	Ao comprar algo novo, considero o seu preço	4,47	0,84
AIC06	Ao comprar algo novo, considero a sua qualidade	4,59	0,84

Fonte: Pesquisa de campo.

* Desvio-padrão

Esses resultados confirmam os autores Loriato e Pelissari (2017) quando afirmam que os consumidores variam de acordo com os atributos que consideram mais relevantes e a importância associada a cada atributo. Nesta pesquisa, contou-se que os atributos considerados mais importantes pelos consumidores estão relacionados à durabilidade, preço e qualidade e não aos atributos relacionados a preocupações socioambientais. Para Churchill e Peter (2003), quanto aos atributos do produto, nota-se que os consumidores continuam valorizando mais a qualidade, o desempenho, a confiança e a durabilidade do que produtos que se baseiem simplesmente no apelo emocional, como no caso de produtos ecológicos.

Apresentação da ANOVA de renda

Nesta pesquisa, optou-se por analisar, por meio da ANOVA, como a variável demográfica renda influencia a preocupação socioambiental dos estudantes universitários entrevistados. A influência da renda foi estudada por alguns autores como: Anderson e Cunningham (1972); Anderson et al. (1974); Roberts (1996), Roberts e Bacon (1997) e Straughan e Roberts (1999). Para esses autores, a renda influencia de forma positiva e é preditora do comportamento ambiental dos indivíduos. Conforme os autores, os indivíduos de renda mais elevada estão mais dispostos a pagar pelos custos associados a causas ambientais e ao desenvolvimento e oferta de produtos que não prejudiquem o meio ambiente.

Nesse contexto, a Tabela 4 apresenta uma avaliação da influência da renda nas variáveis relativas à preocupação socioambiental dos entrevistados no que se refere aos seus hábitos de consumo e aos de outras pessoas. De acordo com os resultados da ANOVA, verifica-se que não existem diferenças significativas entre as médias para os subgrupos de renda dos respondentes referente às seguintes variáveis: tento ser atencioso para comprar produtos que poluam menos (F. 0,569 e Sig. 0,685); tento comprar produtos que podem ser reciclados (F. 0,190 e Sig. 0,944); compro produtos levando em conta seus efeitos no meio ambiente (F. 0,976 e Sig. 0,421); disponho-me a pagar mais por um produto ecologicamente correto (F. 0,827 e Sig. 509); as pessoas estão preocupadas em comprar produtos ecologicamente corretos (F. 0,737 e Sig. 0,568); preocupo-me com os hábitos de consumo das outras pessoas (F. 0,609 e Sig. 0,656). Dessa forma, não foi possível rejeitar a hipótese nula (H_0) por não apresentarem diferença estatística significativa.

Tabela 4 – ANOVA da relação da renda com o grau de preocupação socioambiental

Variáveis	Até R\$ 900,00 (n=60)		De 901,00 A R\$ 1.800,00 (n=84)		De 1801,00 A R\$ 4.500,00 (n=100)		Mais de R\$ 4.500,00 (n=35)	
	Média	D.P.*	Média	D.P.*	Média	D.P.*	Média	D.P.*
PS01	3,20	1,35	3,50	1,14	3,30	1,30	3,37	1,23
PS02	3,35	1,27	3,35	1,25	3,24	1,31	3,26	1,19
PS03	2,85	1,16	3,19	1,35	2,94	1,15	3,20	1,25
PS04	2,73	1,26	2,67	1,22	2,74	1,39	2,97	1,59
PS05	2,37	1,20	2,20	1,12	2,42	1,47	2,43	1,57
PS06	2,83	1,35	2,89	1,28	2,87	1,27	3,17	1,31

Fonte: Pesquisa de campo.

Portanto, constata-se que a renda não é uma variável determinante para uma consciência ambiental por parte desses estudantes pesquisados. Além disso, observou-se que a escolaridade não foi determinante uma vez que a amostra estudada, de acordo com os dados analisados, possui pouca preocupação socioambiental. Assim, esses resultados confirmam os achados de Brochado, Teiga e Brochado (2017), segundo os quais a escolaridade e a renda não são fatores que influenciam ou explicam a consciência ambiental dos indivíduos. Conforme os autores, dentre as variáveis demográficas, apenas a idade e o gênero emergem como correlatos significativos da consciência ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como escopo principal entender os hábitos de consumo de estudantes universitários do curso de Administração do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), localizado em Caruaru-PE, para determinar o grau de preocupação socioambiental desses universitários com relação a hábitos de consumo. Nesta acepção, realizou-se uma pesquisa bibliográfica quanto ao estudo do comportamento de compra do consumidor, ao seu processo de decisão de compra e ao conceito de consumidor consciente. Além disso, uma pesquisa de campo foi realizada com o intuito de avaliar em que medida os consumidores tendem a expressar condutas que indiquem certa preocupação de ordem social e ambiental e se também as levam em consideração no momento de adquirir produtos.

Os resultados do presente estudo apontaram para um exíguo grau de consciência socioambiental dos entrevistados em relação aos seus hábitos de consumo, uma vez que se constatou pouca preocupação quanto às questões ambientais no comportamento de compra e na tomada de decisão dos respondentes. Observou-se que as respostas obtiveram uma média mais elevada quanto à concordância com a afirmativa quando as afirmações se concentravam nos atributos dos produtos (qualidade, preço e durabilidade) e não quando se relacionavam a questões socioambientais.

Para avaliação da influência da renda, nas variáveis relativas à preocupação socioambiental no que se refere aos seus hábitos de consumo e aos de outras pessoas, foi realizado um teste de média por meio da ANOVA, verificando-se que não existem diferenças significativas entre as médias para os subgrupos de renda dos respondentes. Portanto, infere-se que a renda não é uma variável determinante para uma consciência ambiental por parte desses estudantes. Também foi observado que a escolaridade não foi determinante, uma vez que há um grau exíguo de preocupação socioambiental por partes desses universitários.

Portanto, a maior contribuição desta pesquisa consiste na identificação do comportamento de consumo desses universitários estudados, demonstrando que há pouca preocupação socioambiental por parte deles. Este achado acaba indo de encontro a alguns estudos (AAKER; BAGOZZI, 1982; ANDERSON et al., 1974; ROBERTS, 1996; ROBERTS; BACON, 1997; STRAUGHAN; ROBERTS, 1999) que relacionam o nível de escolaridade com o comportamento e atitudes ecologicamente corretas, encontrando uma relação positiva entre nível educacional e preocupação socioambiental.

Esta pesquisa também contribui como um diagnóstico importante para assistir ações relacionadas às políticas públicas, ao demonstrar a necessidade de maior conscientização socioambiental desses jovens universitários. Embora haja políticas públicas de conscientização socioambiental, em especial nas universidades, por meio de disciplinas e ações socioambientais promovidas pelas instituições de ensino, percebe-se, contudo, que ainda há necessidade de maior fomento quanto a estratégias e iniciativas para melhorar a conscientização socioambiental desses consumidores.

Além disso, este estudo pode contribuir com os micro e pequenos empresários, situados no Arranjo Produtivo Local - APL do agreste pernambucano, do qual Caruaru faz parte, na medida em que poderá subsidiar os profissionais da área de marketing e vendas que buscam desenvolver estratégias corporativas com base no comportamento dos seus consumidores. Esta pesquisa poderá ajudá-los a entender os hábitos de consumo desse público, trazendo insights para o desenvolvimento ou inserção de novos mercados (COSTA; PENALVA; LEITE, 2004).

Quanto às limitações do estudo, um aspecto pode merecer mais atenção, a saber, a composição da amostra de participantes, pois cabe destacar que o propósito desta pesquisa não foi precisamente generalizar os resultados, mas conhecer a estrutura de comportamentos socioambientalmente responsáveis desses consumidores universitários do curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, campus de Caruaru/PE.

NOTA

1 Submetido à RIGS em jul. 2019. Aceito para publicação em jul. 2020.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A.; BAGOZZI, R. P. Attitudes Toward Public Policy Alternatives to Reduce Air Pollution. **Journal of Marketing**, v. 1, p. 85-94, 1982.

ALBINSSON, P. A.; WOLF, M.; KOPF, D. Anticonsumption in East Germany: Consumer resistance to hyperconsumption. **Journal of Consumer Behaviour**, v. 9, n. 6, p. 412-425, 2010.

ANDERSON Jr., W. T.; HENION, K. E.; COX III, E. P. Socially vs Ecologically Responsible Consumers. **AMA Combined Conference Proceedings**, v. 36, p. 304-311, 1974.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thoson Learning, 2006.

BENICIO, F. C.; MENDES, B. N.; MARTINS, M. A. S.; SOUSA, T. A. V.; SILVA FILHO, V. B. A. Hábitos de Consumo Sustentável e Intenção de Compra de Produtos Ecológicos de Alunos de uma Instituição de Ensino Superior do Estado do Piauí. **Revista Científica Semana Acadêmica**, n. 114, 2017.

BHUIAN, S.; SHARMA, S. K. Predicting consumer pro-environmental behavioral intention: the moderating role of religiosity. **Review of International Business and Strategy**, v. 27, n. 3, p. 352-368, 2017.

BHUIAN, S.; SHARMA, S. K.; ZAFAR, I. B.; AHMED, U. Antecedents and pro-environmental consumer behavior (pecb): the moderating role of religiosity. **J. Consum.**

Market., v. 35, n. 3, p. 287-299, 2018.

BAHL, S.; MILNE, G. R.; ROSS, S. M.; MICK, D. G.; GRIER, S. A.; CHUGANI, S. K.; CHAN S. S. Mindfulness: its transformative potential for consumer, societal, and environmental well-being. **J. Public Policy Mark.**, v. 35, n. 2, p. 198-210, 2016.

BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do Consumidor**. 1. ed. São Paulo: Editora Thomson, 2005.

BROCHADO, A.; TEIGA, N.; OLIVEIRA-BROCHADO, F. The ecological conscious consumer behavior: are the activists different? **International Journal of Consumer Studies**, v. 41, n. 2, p. 138-146, 2017.

CHURCHILL, G. A. Jr.; PETER, P. J. **Marketing criando valor para os clientes**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, M. F.; PENALVA, D. C.; LEITE, E. F. Análise da Utilização do Marketing nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) da Cidade do Recife. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 10, n. 2, p. 1-9, 2004.

COSTA, M. G.; SANTOS, J. G. Sustentabilidade e Comportamento de Consumo: Um Estudo com Consumidores de Caruaru – PE. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 17., 2015, São Paulo. **Anais...** 2015.

DE LEEUW, A; VALOIS, P.; ICEK, A.; SCHMIDT, P. Using the theory of planned behavior to identify key beliefs underlying pro-environmental behavior in high-school students: implications for educational interventions. **Journal of Environmental Psychology**, v. 42, p. 128-138, 2015.

DE MENEZES, U. G. Consumo colaborativo: um caminho para o desenvolvimento sustentável? **Consumer Behavior Review**, v. 2 (Special Edition), p. 56-68, 2018.

DHANDRA, T. K. Achieving triple dividend through mindfulness: More sustainable consumption, less unsustainable consumption and more life satisfaction. **Ecological Economics**, v. 161, p. 83-90, 2019.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2009.

ENGEL, J. F.; KOLLAT, D. T.; BLACKWELL, R. D. **Consumer behavior**. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

FERBER, R.; WALES, H. G. **Motivation and market behavior**. Homewood, Ill: Richard D. Irvin, 1958.

FISCHER, D.; STANSZUS, L.; GEIGER, S; GROSSMAN, P; SCHRADER, U. Mindfulness and sustainable consumption: a systematic literature review of research approaches and findings. *Journal of Cleaner Production* , v. 162, p. 544-558, 2017.

GALHANONE, Renata Fernandes. **Atitudes, Emoções e Comportamento de Compra: Um Estudo com Consumidores de Produtos de Luxo ou Sofisticados**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

GIL, Alberto Pagano. **A Influência da Preocupação Ambiental na Segmentação de Consumidores de Papel**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

GREWAL, D.; LEVY, M. **Marketing**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.

GRØNHØJ, A.; THØGERSEN, J. Why young people do things for the environment: the role of parenting for adolescents' motivation to engage in pro-environmental behaviour. *Journal of Environmental Psychology*, v. 54, p. 11-19, 2017.

HAIR Jr., Joseph F. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HONG, Z. The effects of regional characteristics and policies on individual pro-environmental behavior in China. *Sustainability*, v. 10, n. 10, 2018.

HOWARD, J. A. **Marketing management analysis and planning**. ed. rev. Homewood, Ill: Richard D. Irwin, 1963.

KARIMI, K. N.; PAPAMICHAIL, C. P.; HOLLAND, C. P. The effect of prior knowledge and decision-making style on the online purchase decision-making process: A typology of consumer shopping behaviour. *Decision Support Systems*, v. 77, p. 137-147, 2015.

KARIMI, K. N.; PAPAMICHAIL, C. P.; HOLLAND, C. P. The impact of consumer archetypes on online purchase decision-making processes and outcomes: A behavioural process perspective. *Journal of Business Research*. v. 91, p. 71-82, out. 2018.

KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

KATONA, G. **The powerful consumer**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1960.

KIM, Y., CHOI, S. M. Antecedents of Green Purchase Behavior: An Examination of Collectivism, Environmental Concern and PCE. *Advances in Consumer Research*, v. 32, p. 592-599, 2005.

LAYRARGUES, P.P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor

verde: a delicada relação empresa–meio ambiente no ecocapitalismo. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, abr./jun. 2000.

LIMA, P. H. G.; FERREIRA, T. C.; BEZERRA, Y. M. S.; FEITOSA, M. J. S.; GÓMEZ, C. R. P. Consumo consciente: um estudo com estudantes do curso de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica Serra Talhada. **RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 6, n. 2, p. 97-108, 2015.

LENDREVIE, J.; LINDON, D.; DIONISIO, P.; RODRIGUES, V. **Mercator: Teoria e Prática do Marketing**. 6. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

LORIATO, H. N.; PELISSARI, A. S. Atributos determinantes na decisão de compra e satisfação dos clientes: um estudo em estabelecimentos que comercializam comida de rua. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 109-132, jan./abr. 2017.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MILNE, G. R.; ORDENES, F. V.; KAPLAN, B. Mindful consumption: Three consumer segment views. **Australasian Marketing Journal (AMJ)**, 2019. 10.1016/j.ausmj.2019.09.003.

NAIR, P. B. Profiling Green Consumer Characteristics: An Eternal Quandary. **Journal of Advanced Management Science**, v. 3, n. 2, p. 174-178, 2015.

NASCIMENTO, T. M. Examinando o domínio do comportamento pró-ambiental na promoção do bem-estar individual e coletivo. **Consumer Behavior Review**, v. 3, n. 1, p. 27-41, 2019.

NASCIMENTO, E. R.; COSTA, M. F.; OLIVEIRA, K. K. Comunicação Persuasiva na Internet por meio do Youtube: é possível aumentar a preocupação ambiental e o envolvimento do consumidor com a sustentabilidade? **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2015.

NEWMAN, J. **On knowing the consumer**. [S.l.]: Ronald Press, 1963.

OLIVEIRA, J. A. P.; WAISSMAN, V. Integrando Ação e Comunicação para uma Estratégia de Marketing Ambiental: O Caso da Aracruz Celulose. **REAd - Revista de Administração**, Edição Especial 30, v. 8, n. 6, nov./dez. 2002.

OLIVEIRA, P. S. G.; FERREIRA, L.; BARROS, R. B.; TECILLA, M. C.; SILVA, O. R. Fatores que influenciam o comportamento do consumidor em lojas virtuais. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 17, n. 1, p. 216-242 jan./abr. 2019.

OLIVEIRA Jr., A. B.; HUERTAS, M. K. Z.; OLIVEIRA, M. J. A Influência da Comunicação de Ações Sustentáveis Corporativas na Intenção de Compra e o Efeito Moderador do Tipo de Consumidor. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 2-18, 2015.

PALHARES, M. F. **O Impacto do Marketing “verde” nas decisões sobre Embalagens das Cervejarias que Operam no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

PEREIRA, G. R.; VEIGA, A. R.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. C.; OLIVEIRA, H. C. Marketing verde: Fatores da geração Z sobre questões ambientais. **Consumer Behavior Review**, v. 1, n. 2, p. 58-72, 2017.

PINTO, M. R.; BATINGA, G. L. Consumo consciente e consumismo. **Revista Gestão. Org**, v. 14, n. 1, Edição Especial, p 30-43, 2016.

QUEIROGA, F.; GOUVEIA, V. V; COUTINHO, M. P. L.; VASCONCELOS, T. C.; JESUS, G. R. Comportamentos Socialmente Responsáveis do Consumidor: Estudo Preliminar de Evidência de Validade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 143-149, jan./abr. 2005.

RADONS, D. L.; BATTISTELLA, L. F.; GROHMANN, M. Z. Comportamento de Compra Pró-Ambiental - Percepção dos Jovens Consumidores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, p. 378-408, 2016.

ROBERTS, J. A. Green Consumers in the 1990's: profile and implications for advertising. **Journal of Business Research**. v. 36, p. 217-231, 1996.

ROBERTS, J. A.; BACON, D. R. Exploring the Subtle Relations between Environmental Concern and Ecologically Conscious Consumer Behavior. **Journal of Business Research**, v. 40, p. 79-89, 1997.

RONCHI, L; OLIVEIRA, P. R. V; PARISOTTO, I. R. S.; GOMES, G. A prática do consumo sustentável entre estudantes universitários. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 118-138, jan./abr. 2016.

ROSENBERG, E. L. Mindfulness and consumerism. In: KASSER, T.; KANNER, A. D. (Ed.). **Psychology and Consumer Culture: The Struggle for a Good Life in a Materialistic World**. Washington D.C.: American Psychological Association, 2006. p. 107-125.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SARMENTO, R. F.; CARVALHO, J. R. M.; CÂNDIDO, G. A.; CARVALHO, E. K. M. A. Consciência ambiental: uma investigação junto aos discentes de ciências contábeis da federal de Campina Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 17, p. 83-102, 2012.

SHETH, J. N.; SETHIA, N. K.; SRINIVAS, S. Mindful consumption: a customer-centric approach to sustainability. **Journal of Academic. Marketing. Sci.**, v. 39, n. 1, p. 21-39, 2011.

SILVA, M. G.; ARAÚJO, N. S. M.; SANTOS, J. S. Consumo Consciente: O Ecocapitalismo como Ideologia. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2012.

SILVA, P.; VELOSO, M. N.; BARROSO, J. A.; PINTO, L. A.; TORRES, E. F. Consciência Ambiental Versus as Práticas de Comportamento Pró-Ambiental de Acadêmicos de Graduação. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 14, Ed. Espec. 1, p. 59-74, 2016.

SOLOMOM, M. R. O Comportamento do Consumidor: Comprando, Possuindo e Sendo. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

STRAUGHAN, R. D.; ROBERTS, J. A. Environmental segmentation alternatives: A look at green consumer behavior in the new millennium. **Journal of Consumer Marketing**, v. 16, p. 558 - 575, 1999.

TING, H.; THAICHON P.; CHUAH, F.; TAN, S. R. Consumer behaviour and disposition decisions: The why and how of smartphone disposition. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 51, p. 212-220, 2019.

TSARENKO, Y.; FERRARO, C.; SANDS, S.; MCLEOD, C. Environmentally conscious consumption: The role of retailers and peers as external influences. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 20, n. 3, p. 302-310, 2013.

VIEIRA, V. A. Comportamento do Consumidor. **RAC**, v. 6, n. 3, p. 219-221, set./dez. 2002.

**Renato
da Silva
Cavalcanti**

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco
Campus do Agreste – CAA. E- mail: renatocavalcanti@hotmail.com

**Carlos Kleber
Santos Silva**

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco
Campus do Agreste – CAA. E- mail: ckvania@bol.com.br

**Jordana Soares
Lira**

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco.
Mestre em Gestão Inovação e Consumo - PPGIC/UFPE. Funcionária
Pública Federal - UFPE. Pesquisadora na área Inovação, Comportamento
do Consumidor e Gestão Organizacional. E- mail: jordanaslira@hotmail.
com.

**Marconi
Freitas Costa**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
Doutor em Administração pela FEA/USP. Vice-Coordenador do Programa
de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo - PPGIC (Mestrado
Acadêmico) da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Caruaru.
Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração
- PROPAD/UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa do Comportamento do
Consumidor (GPCC) cadastrado no Diretório do CNPq. Editor da CBR
- Consumer Behavior Review. Editor Associado da RGSA - Revista de
Gestão Social e Ambiental. E-mail: marconi.fcosta@ufpe.br.



Foto: Grace Rodrigues

Psicologia Política e Políticas Públicas no Contexto Latino-Americano: definições, histórico e perspectivas¹

Maria Fernanda Aguilar Lara, Henrique Araujo Aragusuku e José Fernando Andrade Costa

Resumo

Este artigo busca apresentar e discutir as articulações entre a produção de conhecimento psicopolítico e o estudo das políticas públicas na América Latina. Para tanto, recuperamos a história e as principais definições do campo da Psicologia Política e do campo das Políticas Públicas, enfatizando as especificidades do contexto latino-americano. Também foram analisadas três abordagens psicopolíticas de estudo das políticas públicas, oriundas dos trabalhos de Telma de Paula Souza, Mirta González Suárez e Alessandro Soares da Silva. Argumentamos que o estudo das políticas públicas pela Psicologia Política latino-americana tem recaído fundamentalmente na compreensão dos aspectos normativos e político-filosóficos das políticas públicas, em detrimento da análise de seus aspectos operativos e institucionais – algo que vem sendo desenvolvido pelo campo das Políticas Públicas. Acreditamos que a articulação entre estes dois campos contribuirá para a produção de análises consistentes, atentas tanto aos aspectos normativos e operativos das políticas públicas quanto à inter-relação das suas dimensões psicossociais e políticas.

Palavras-chave

Psicologia Política. Políticas Públicas. Teoria. Revisão de Literatura.

Abstract

This article presents and discusses the articulations between the production of psychopolitical knowledge and the study of public policies in Latin America. To this end, we recovered the history and the main definitions of the field of Political Psychology and the field of Public Policies, emphasizing the specificities of the Latin American context. Three psychopolitical approaches of study of public policies were also analyzed, based on the works by Telma de Paula Souza, Mirta González Suárez, and Alessandro Soares da Silva. We argue that the study of public policies by Latin American Political Psychology has fundamentally reflected upon the understanding

of the normative and political-philosophical aspects of public policies, at the expense of the analysis of their operational and institutional aspects – something that has been developed by the field of Public Policies. We believe that the articulation between these two fields will collaborate to the production of consistent analysis, attentive to the normative and operational aspects as well as the interrelationship of the psychosocial and political dimensions.

Keywords

Political Psychology. Public Policies. Theory. Literature Review.

INTRODUÇÃO

As análises presentes neste artigo partem de reflexões sobre as possíveis articulações entre a produção de conhecimento psicopolítico e o estudo de políticas públicas na América Latina, visando explicitar como os trabalhos situados no campo da Psicologia Política desenvolveram (e podem desenvolver) abordagens particulares para o estudo deste objeto. A despeito do crescente interesse pela temática, argumentamos que a construção de abordagens em Psicologia Política para o estudo de políticas públicas ainda é incipiente no contexto latino-americano. Entretanto, formulações recentes, oriundas de estudos psicopolíticos que trataram desta temática, indicam uma via promissora de diálogo, pesquisa e intervenção prática. Por este motivo, iremos recuperar analiticamente aspectos históricos e conceituais dos campos da Psicologia Política e das Políticas Públicas, traçando relações já estabelecidas e possíveis articulações.

Antes de adentrarmos nas discussões centrais deste artigo, cabem algumas considerações de nível conceitual sobre as distinções entre o que chamamos de “campo” e “abordagem”. Por um lado, considerando o debate epistêmico estabelecido (STEIN, 2002; FARRAH, 2016; SOUZA, 2006), definimos dois campos de estudos (a Psicologia Política e as Políticas Públicas) que possuem conformações particulares e desenvolvimentos institucionais próprios, articulados por determinadas comunidades acadêmicas. Por outro lado, há distintas formas de se “abordar” os objetos de estudos a partir de um *modus operandi* de investigação científica. Compreendemos as abordagens como olhares particulares (teoria) e modos específicos de se pesquisar (método), existentes de forma plural no interior de um campo. Por exemplo, uma “Psicologia Política das Políticas Públicas” poderia ser definida como um subcampo da “Psicologia Política”, tendo como especificidade o estudo do objeto “políticas públicas”². No interior desse subcampo, teríamos a coexistência de diversas abordagens que estudam as políticas públicas, proporcionando diferentes perspectivas.

Neste artigo, buscamos apresentar e discutir as articulações entre a produção de conhecimento psicopolítico e o estudo de políticas públicas na América Latina. Para tanto, recuperamos a história e as principais definições do campo da Psicologia Política e do campo das Políticas

Públicas, enfatizando as especificidades do contexto latino-americano. Também foram analisadas três abordagens psicopolíticas de estudo das políticas públicas, oriundas dos trabalhos de Telma de Paula Souza (2015), Mirta González Suárez (2012) e Alessandro Soares da Silva (2012).

Nosso principal argumento é que o estudo das políticas públicas pela Psicologia Política latino-americana tem recaído fundamentalmente na compreensão dos aspectos normativos e político-filosóficos das políticas públicas, em detrimento da análise de seus aspectos operativos e institucionais – algo que vem sendo desenvolvido pelo campo das Políticas Públicas. Acreditamos, portanto, que a articulação entre estes dois campos contribuirá para a produção de análises consistentes, atentas tanto aos aspectos normativos e operativos das políticas públicas quanto à inter-relação das suas dimensões psicossociais e políticas. Desse modo, procuramos contribuir para a avanço do conhecimento sobre as intersecções entre psicologia, política e políticas públicas a partir de um debate teórico e epistemológico fundamentado na análise crítica da literatura.

O texto foi dividido em três partes. Na primeira, (1) abordamos o campo da Psicologia Política e suas relações com o estudo das políticas públicas, ressaltando as especificidades da perspectiva latino-americana; em seguida, (2) discutimos a constituição histórica do campo das Políticas Públicas e suas principais contribuições; e, por fim, (3) analisamos três exemplos de abordagem psicopolítica de estudo das políticas públicas no contexto latino-americano.

A PSICOLOGIA POLÍTICA E O ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Psicologia Política consolidou-se como um campo interdisciplinar de estudos que busca a compreensão dos fenômenos políticos a partir da leitura de sua natureza psicossocial, articulando saberes de diferentes campos das Ciências Sociais e das Humanidades, como da Psicologia, da Ciência Política, da Sociologia, da História, da Filosofia, entre outros (DORNA, 1998; IYENGAR; MCGUIRE, 1993; NESBITT-LARKING; KINNVALL; CAPELOS; DEKKER, 2014; PARISÍ, 2008; SABUCEDO, 1996). Apesar de existirem tensões e uma tendência pela definição da Psicologia Política como um subcampo da Psicologia, ou um enfoque especializado da Psicologia Social, optamos por considerá-la aqui como uma área autônoma, com uma história epistêmica, acadêmica e institucional própria, a qual não está vinculada a um único campo de saber.

Neste sentido, em contrapartida à noção de disciplina acadêmica, preferimos as definições mais amplas correntes na literatura, como “campo de inquérito” (STEIN, 2002) ou “campo centrado no problema” (NESBITT-LARKING *et al.*, 2014) – que demarcam a inexistência de uma unicidade teórica e metodológica, ou de uma tradição epistemológica dominante. Trata-se de um campo de interesse acadêmico posto em movimento em diversas partes do mundo por uma comunidade epistêmica plural.

A despeito de uma institucionalização recente – tendo como marco a criação da International Society of Political Psychology (ISPP), em 1978, nos Estados Unidos – a Psicologia Política

traz em sua história uma série de estudos que correlacionaram fenômenos políticos, sociais e psicológicos, realizados desde o final do século XIX. Dentre os quais, destacam-se obras como *Psychologie des les Foules* (1895) de Gustave Le Bon; *Psychopathology and Politics* (1930) de Harold Lasswell; e *The Authoritarian Personality* (1950) de Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson e Sanford. Nesses exemplos, o psicológico e o político encontram-se inextricavelmente relacionados.

Como apresentaram diversos manuais e textos que trataram sobre a sua história (COTTAM; DIETZ-UHLER; MASTORS; PRESTON, 2004; IYENGAR; MCGUIRE, 1993; JOST; SIDANIUS, 2004; MONTERO; DORNA, 1993; SABUCEDO, 1996), a Psicologia Política constituiu-se a partir de uma agenda comum de estudos, abarcando fundamentalmente as seguintes temáticas de investigação: relações intergrupais, personalidade e ideologia, opinião pública, propaganda política, comportamento eleitoral, dominância e hierarquias sociais, preconceito e estereotipização, extremismos e violência política, nacionalismos e conflitos internacionais.

Por conta de particularidades regionais, confluências teórico-metodológicas e aproximações linguísticas e geopolíticas, a Psicologia Política no contexto latino-americano desenvolveu-se a partir de características próprias, em relativa autonomia aos desenvolvimentos teóricos da Psicologia Política norte-americana, privilegiando, sobretudo, o diálogo com a Psicologia Social Latino-Americana de tradição crítica (MAGAÑA; DORNA; TORRES, 2016; HUR; LACERDA JÚNIOR, 2016a; 2016b; MARTÍN-BARÓ, 2013; MONTERO, 1987; RODRÍGUEZ KAUTH, 2001; SILVA; CORRÊA, 2015). Dessa forma, outras temáticas de estudo foram abordadas, algumas de grande relevância para a produção de conhecimento no território latino-americano, dentre as quais podemos citar as problemáticas da participação social e da formação da consciência política; da mobilização e atuação em movimentos sociais; dos processos de exclusão social, repressão política e dominação socioeconômica; e da produção e circulação da memória política.

Cabe destacar que a Psicologia Política desenvolveu-se no contexto latino-americano nos turbulentos anos de 1980, período em que diversos países da região viviam a intensificação de conflitos políticos em meio ao fim dos governos militares e ditatoriais – com a emergência de guerras civis, no caso da Nicarágua e de El Salvador, ou processos verticais de transição democrática, como na Argentina e no Brasil. Neste sentido, tivemos um momento de forte reorganização da sociedade civil, com o engajamento de psicólogos/as em movimentos democráticos e contestatórios. Certamente, este caldo sociopolítico foi determinante para a constituição da Psicologia Política na América Latina (MARTÍN-BARÓ, 2013; MONTERO, 1987).

Como um importante marco histórico, tivemos a publicação do livro *Psicología Política Latinoamericana*, editado por Maritza Montero (1987), com a compilação de artigos de pesquisadores/as de diversos países, podendo ser considerada a primeira sistematização de estudos psicopolíticos no contexto latino-americano. Neste livro, estavam presentes artigos de pesquisadores/as que posteriormente se tornariam importantes nomes de referência para o campo, como Maritza Montero (Venezuela), Pablo Christlieb (México), Ignacio Martín-Baró (El Salvador), Ángel Rodríguez Kauth (Argentina), entre outros/as.

Como destacado por Elio Rodolfo Parisí (2008), “con el nombre de ‘latinoamericana’, la psicología política incorpora una novedosa manera de realizar análisis de la realidad, vinculada con la realidad de los pueblos latinoamericanos” (PARISÍ, 2008, p. 26). Para além do enfoque psicossocial, outras epistemologias foram integradas à Psicologia Política, vinculadas, sobretudo, à necessidade da construção de uma resposta adequada aos diversos problemas que compõem a realidade regional e, sobretudo, à necessidade de ampliação da democracia e da cidadania, gerando aproximações com a temática da gestão social e das políticas públicas.

No entanto, raramente encontramos estudos sistemáticos na literatura em Psicologia Política relacionados especificamente ao estudo de políticas públicas. A partir da análise das coletâneas e dos manuais, apresentados anteriormente, visualizamos que a temática das políticas públicas em si não possui um lugar de destaque na Psicologia Política latino-americana. Como exemplo, em nenhuma das obras levantadas, o estudo de políticas públicas foi apresentado enquanto um dos temas tradicionais ou fundamentais de estudo em Psicologia Política – ainda que muitos dos artigos presentes nestas coletâneas tratem de fenômenos que circundam o processo de produção das políticas públicas.

Podemos, por um lado, afirmar que praticamente todas as pesquisas que se debruçam sobre a análise de fenômenos políticos acabam, em última instância, por se esbarrar no objeto políticas públicas. Afinal, dificilmente pode-se falar em “política” (*politics*), no sentido forte do termo, sem se referir em alguma medida às políticas do Estado, ou seja, às “políticas públicas” (*policy*) (FARAH, 2016; MARQUES; FARIA, 2013). Contudo, por outro lado, um estudo psicopolítico pode atravessar a temática sem necessariamente produzir reflexões consistentes sobre a natureza deste fenômeno, deixando também de apresentar derivações empíricas de suas reflexões e não estabelecendo diálogos com a vasta literatura interdisciplinar existente no campo das Políticas Públicas.

Por isso, cabe indagar: quais seriam as particularidades do estudo da Psicologia Política sobre políticas públicas? Existiria algum tipo de enquadramento teórico e metodológico específico, algum tipo de tratamento especial sobre o tema e o objeto de estudo? Como abordagens psicopolíticas se diferenciam de outras? E como a Psicologia Política dialoga com o vasto campo de Políticas Públicas?

Sob um ponto de vista histórico, a constatação da inexistência de uma sistematização teórica e metodológica consistente sobre a temática é bastante intrigante, pois, desde o surgimento das primeiras reflexões mais explícitas em Psicologia Política, vemos um forte interesse sobre a ação administrativa do Estado e o papel das políticas públicas. Como exemplos, podemos destacar os trabalhos seminais de Gustave Le Bon (1910), Harold Lasswell (1951a) e Marshall Segall (1976).

Na França do final do século XIX, tivemos o desenvolvimento de análises políticas por Gustave Le Bon (1910), em seu livro *La Psychologie Politique et La Défense Sociale*, no qual a Psicologia Política foi definida como uma “ciência do governo” (*science de gouverner*), um auxílio necessário para a boa atuação dos “homens do Estado”, evitando assim que durante a condução do governo “os impulsos do momento e quaisquer regras tradicionais muito sumárias, constituam seus únicos guias” (LE BON, 1910, p. 5, tradução nossa).

No entanto, Le Bon estava muito mais interessado, naquele momento, na legitimação e na estabilidade do governo, trabalhando fundamentalmente com proposições de caráter eugenista, como a da “psicologia das multidões e das raças”, visando o controle da população e a repressão de turbulências revolucionárias. Apesar de sua abordagem psicopolítica estar vinculada à análise das ações do Estado, as preocupações sobre democracia, políticas públicas, burocracia estatal e cidadania não atravessavam seus escritos – suas preocupações estavam essencialmente voltadas para a manutenção do sistema sociopolítico vigente, da ordem social repressiva e do poder das elites dominantes de seu período.

Já em uma proposição teórica mais consistente e articulando as reflexões da psicanálise à política, Harold Lasswell desenvolveu as bases da Psicologia Política norte-americana a partir de uma abordagem psicodinâmica de análise do comportamento político, tendo como marco a publicação do livro *Psychopathology and Politics*, em 1930. Posteriormente, Lasswell (1951a) elaborou uma abordagem de análise de políticas públicas, contribuindo para a constituição do campo das chamadas “*policy sciences*”, direcionando suas preocupações para as discussões em torno da cidadania e do bom governo – iniciadas, no entendimento do autor, pela antiga filosofia grega de Platão e Aristóteles. Para Lasswell, “a recuperação da perspectiva que é expressa no termo ‘*policy sciences*’ é simbólica por conta da mesma preocupação pela tomada de decisões que, em nosso caso, são destinadas para a implementação da dignidade humana” (LASSWELL, 1951a, p. 472-473, tradução nossa).

Lasswell buscou a produção de modelos analíticos que possibilitassem uma melhor execução das políticas públicas, visando o bem-estar individual e social, além de processos de ampliação da cidadania, sendo comumente destacado pela literatura como um dos principais precursores do campo da Análise de Políticas Públicas (FARAH, 2016; MARQUES, 2013; SOUZA, 2006). No entanto, como destacado por Charles Hilliard (2007) – apesar da pouca relação que é feita entre a sua “*political psychology*” e sua “*policy science*” nos dias atuais – Lasswell produziu duas abordagens que estão rigorosamente vinculadas e representam um único paradigma teórico, constituído a partir da mesma base epistemológica. Desse modo, sua “teoria da *policy science* não pode ser verdadeiramente compreendida e, de fato, é incompleta, sem uma compreensão de sua *political psychology*. Sua *policy science* pode ser melhor entendida como uma expressão madura de sua *political psychology*” (HILLIARD, 2007, p. 3, tradução nossa).

Por outro lado, com o giro behaviorista da Psicologia em meados do século XX, acompanhado pelo descrédito da aplicação das teorias psicodinâmicas nas Ciências Sociais no contexto norte-americano, tivemos o surgimento de outras abordagens psicopolíticas em políticas públicas, como a proposta de Marshall Segall (1976) – naquele momento, professor da cadeira de Psicologia Social e Política da Maxwell School of Syracuse University, criada por Floyd H. Allport, em 1924. Em sua perspectiva, entende-se por Psicologia Política o exame da aplicabilidade dos conhecimentos sobre comportamento humano aos dilemas que perpassam o desenvolvimento e a execução das políticas públicas. Neste sentido, baseando-se nos trabalhos de Burrhus F. Skinner, em uma proposta de “psicologia científica”, Segall apresentou a ideia do/a “psicólogo/a como engenheiro/a social” (SEGALL, 1976, p. 27, tradução nossa), a partir da utilização de técnicas de controle do comportamento para a melhoria do funcionamento das políticas públicas e o aperfeiçoamento da gestão social.

Como destacado pelo autor, “desde que saibamos como o comportamento é controlado, nós, mais do que qualquer outro, podemos controlá-lo; assim vamos fazer isso racionalmente e, com certeza, para bons fins” (SEGALL, 1976, p. 27, tradução nossa). Nesta perspectiva, a Psicologia Política foi definida como a utilização dos preceitos da psicologia behaviorista (de base empírica e experimentalista) à análise de políticas públicas, visando o aperfeiçoamento de tecnologias sociais aplicáveis ao contexto da administração pública.

As propostas de Le Bon (1910), Lasswell (1951a) e Segall (1976) não estão teoricamente conectadas, mas constituem fragmentos históricos de um campo. Estes três exemplos servem para demonstrar que, apesar da existência de rupturas teóricas e epistemológicas, diversas empreitadas para a construção de estudos psicopolíticos em políticas públicas já foram executadas ao longo da história. Como mostraremos mais adiante, outros trabalhos, para além dos contextos europeu e norte-americano, atentaram-se à mesma problemática de pesquisa, visando a produção de uma Psicologia Política aplicada ao contexto das políticas públicas. As abordagens propostas por estes três autores são bastante distintas e nos levantam uma série de questões que não poderão ser sanadas neste artigo. Como, por exemplo, qual o significado dado ao termo “psicologia política” em diferentes trabalhos feitos ao longo da história? Trata-se do mesmo significado? E se o termo é marcado por uma forte polissemia, é possível delimitar uma proximidade epistêmica?

Assim, antes de adentrarmos a análise dos trabalhos contemporâneos realizados no contexto latino-americano sobre Psicologia Política e políticas públicas, é necessário apresentar uma breve introdução do campo de Políticas Públicas (propriamente dito), isto é, enquanto um espaço autônomo de produção de conhecimento que vem sendo aprofundado por diversas correntes teóricas e metodológicas sob um enfoque multidisciplinar (MARQUES; FARIA, 2013).

HISTÓRICO E DEFINIÇÕES DO CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Assim como apresentamos no ponto anterior, diversos estudos levantaram reflexões sobre o papel do Estado e de sua ação político-administrativa desde fins do século XIX. No entanto, a consolidação de um campo das Políticas Públicas ocorreu em um contexto histórico particular, a partir da conformação de uma comunidade epistêmica direcionada ao estudo desta temática. Dessa forma, entendemos como fundamental a compreensão do desenvolvimento histórico deste campo, assim como suas principais definições conceituais. Em nossa perspectiva, atualmente, este campo acadêmico constitui-se enquanto um dos principais espaços de produção de reflexões de natureza teórica e metodológica sobre o tema, oferecendo assim importantes ferramentas analíticas para o estudo de políticas públicas.

Cabe destacar que, apesar de se tratar de uma empreitada multidisciplinar (MARQUES; FARIA, 2013), este campo foi principalmente articulado por pesquisadores/as da Ciência Política e da Administração Pública. O campo das Políticas Públicas é geralmente definido por diversos/as autores/as (FARAH, 2016; FREY, 2000; SOUZA, 2006) como focado no estudo do conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelos governos. De forma ampla, trata-se do estudo do “Estado em ação”, ou seja, “estudar políticas é analisar por que e como

o Estado age, dadas as condições que o cercam, do conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais” (MARQUES, 2013, p. 24).

Logicamente, trata-se de uma definição simplificada que, em poucas palavras, apresenta um panorama geral do campo, dando ênfase à atuação do Estado e do governo – em detrimento de perspectivas que pensam a política pública para além da ação estatal. De forma complementar, podemos destacar que o estudo de políticas públicas é um fazer complexo e multideterminado que envolve não apenas a análise das ações de atores estatais, mas, também, a compreensão das inter-relações entre Estado e sociedade civil (FARAH, 2016; FREY, 2000; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; MARQUES; FARIA, 2013; SOUZA, 2006; SPINK, 2018).

Este campo de estudos busca analisar as políticas públicas em suas diversas esferas, desde a formulação, implementação e avaliação à análise dos processos relacionais, dos atores envolvidos e dos desenhos institucionais que perpassam a construção de políticas públicas como um fenômeno amplo e complexo. Por conseguinte, atualmente, presenciamos um movimento de constante problematização e complexização do estudo das políticas públicas; não se trata apenas da análise formal das ações do Estado e de seu aparelho burocrático, mas, sim, da compreensão de uma ampla rede de fenômenos, instituições e atores envolvidos no fazer e na gestão da política.

Dessa forma, no interior do campo das Políticas Públicas, temos diversas abordagens e direcionamentos de estudo que tratam de processos tais como: capacidades estatais (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2017), implementação e governança (BICHIR; BRETTAS; CANATO, 2017), burocracia de nível de rua e discricionariedade (LOTTA, 2019), movimentos sociais e políticas públicas (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018), sistemas federativos e descentralização (ARRETCHE, 2012), entre outros. Como destacado por Celina Souza (2006), trata-se de um “campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26). Isto significa que a literatura especializada no campo das Políticas Públicas pode ser dividida tanto em modelos analíticos quanto em modelos normativos (MARQUES, 2013).

Historicamente, a demarcação de um campo de estudo de políticas públicas, enquanto uma empreitada acadêmica particular, ocorreu apenas nos anos de 1950, no contexto norte-americano (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015; FARRAH, 2016; FREY, 2000; SOUZA, 2006). Neste momento histórico, o estudo de políticas públicas foi influenciado fundamentalmente pelos princípios do behaviorismo difundidos na Ciência Política³, ou seja, pela centralidade da análise do comportamento dos indivíduos e da racionalidade que perpassa os processos decisórios (MARQUES, 2013). Esta perspectiva contrapôs-se às análises que abarcavam somente aspectos formais e jurídicos das políticas públicas, sem se atentarem à atuação dos indivíduos nos processos políticos e no funcionamento cotidiano das ações governamentais. Como definiu Lasswell, em certa medida apresentando uma espécie de *ethos* da perspectiva behaviorista no estudo de fenômenos políticos, “o uso de categorias ‘institucionais’ na descrição da vida política é indispensável, mas os analistas

públicos que se utilizam delas têm pouco a dizer sobre as influências ‘pessoais’ que modificam o comportamento esperado pelas ‘legislaturas’, ‘executivos’ e ‘judiciários’” (LASSWELL, 1951b [1930], p. 2, tradução nossa).

Assim como discorrido por Marta Farah (2016), a publicação da obra *The Policy Sciences*, em 1951, por Daniel Lerner e Harold Lasswell, constituiu-se num importante marco histórico relacionado à conformação do campo, com a definição de princípios conceituais, teóricos e metodológicos que se tornaram basilares. No artigo “Policy Orientation”, presente nesta obra, Lasswell apresentou, pela primeira vez, uma subdivisão do campo das *policy sciences*, diferenciando o “estudo de políticas públicas” (*policy studies*) da “análise de políticas públicas” (*policy analysis*). O primeiro compreende a mobilização e produção de conhecimento que busca entender a natureza deste objeto e, conseqüentemente, a natureza do Estado, assim como os modelos teóricos utilizados para analisar os processos de formulação e implementação de políticas. Por outro lado, o segundo busca a produção de conhecimento de caráter aplicado, capaz de subsidiar as políticas em si; ou seja, compreende o estudo para as políticas públicas, visualizando processos de formulação, implementação, gestão e avaliação (FARAH, 2016).

Outro ponto importante para refletirmos sobre a natureza das políticas públicas – que, em determinada medida, está também contido na divisão “*policy studies*” e “*policy analysis*” – é a distinção entre os termos “*politics*” e “*policy*”. Diferentemente da língua inglesa, nas línguas portuguesa e castelhana, a palavra “política” é utilizada para se referir a ambos os sentidos, gerando confusões no processo de tradução. No entanto, existem distinções conceituais importantes que estão presentes nos dois termos da língua inglesa.

Como apresentado por Klaus Frey (2000), com a utilização do termo “*politics*” tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição” (FREY, 2000, p. 216). Ou seja, o termo abarca um aspecto mais normativo das políticas públicas, comumente embasado em uma reflexão de natureza político-filosófica, social e/ou ideológica. Em contrapartida, “a dimensão material ‘*policy*’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas” (FREY, 2000, p. 217). Podemos sustentar, então, que “*politics*” e “*policy*” são duas dimensões indissociáveis do estudo das políticas públicas. Entretanto, é evidente que, a depender do enfoque e do enquadramento analítico, uma destas dimensões pode ser privilegiada – conseqüentemente delimitando os objetivos, desenvolvimentos e conclusões apresentadas em pesquisas.

Seguindo tais reflexões, assim como apresentado por Rolando Franco e Jorge Lanzaro (2006), existem distintas visões sobre a constituição da complexa relação entre “política” (*politics*) e “políticas públicas” (*policies*). Para os autores, uma visão destaca a política como a esfera que explica e determina as características das políticas públicas, enquanto que a outra visão “sostiene que la hechura de las políticas públicas [...] tiene cierta ‘autonomía relativa’ respecto de aquella, por cuanto el éxito de las mismas depende de que exista una capacidad instalada de conocimiento para el ámbito decisorio de la política” (FRANCO; LANZARO, 2006, p. 14). Em conformidade com a segunda proposta, a qual considera a

interdependência entre “*policies*” e “*politics*”, vemos o porquê de algumas políticas públicas apresentarem resultados práticos muito distintos daqueles visados inicialmente no processo de formulação.

Neste sentido, fica evidente a importância do estudo minucioso das “*policies*” enquanto um fenômeno autônomo, algo que não representa a exclusão do estudo da influência das “*politics*” no processo de fazer uma política pública. Frequentemente, os/as psicólogos/as políticos/as assumem apenas a primeira visão e, por isso, correm o risco de não conseguir analisar adequadamente a complexidade interna do processo de produção das políticas públicas (*policies*), na medida em que restringem suas discussões aos modelos normativos (em maior ou menor grau) de crítica do Estado, tomado como uma entidade monolítica e opaca, constituída apenas por suas relações políticas (*politics*).

Na realidade latino-americana, presenciamos a expansão acadêmica do campo de Políticas Públicas durante a década de 1990, em confluência com os processos de redemocratização do aparelho estatal e de abertura política. Como discorrido por Giovanna Valenti e Ulises F. Llanos (2009), a partir da queda da “base de legitimidade” dos governos autoritários – vinculada ao período de crise econômica que aprofundou o desgaste e o descrédito político – “se impuso la necesidad de recuperar el espacio público, cambiar los modelos de toma de decisiones existentes y brindar soluciones racionales de gobierno a los crecientes problemas económicos y sociales” (VALENTI; LLANOS, 2009, p. 180).

Cabe destacar que a condição periférica da região em relação ao contexto geopolítico internacional, as graves crises econômicas e os déficits de democratização foram fatores determinantes na incorporação tardia do debate sobre políticas públicas como um fenômeno autônomo. Historicamente, enquanto nos Estados Unidos e na Europa Ocidental a orientação para o estudo das políticas públicas “em si” se consolidou como um enfoque predominante durante os anos 1960 e 1970, na América Latina, esta perspectiva surgiu como uma ferramenta inovadora apenas nos anos de 1990 (SPINK, 2018). Com o processo de abertura política e a redemocratização, que marcaram a realidade latino-americana neste período, uma nova lógica de exercício do poder ganhou preponderância, na qual processos de negociação e acordos políticos se tornaram relevantes na estruturação de agendas governamentais e na implementação das políticas públicas (VALENTI; LLANOS, 2009).

As particularidades do contexto regional também impossibilitam a aplicação vertical dos modelos teóricos clássicos da “*policy science*” norte-americana (LAHERA, 2006). A despeito do processo recente de abertura política, com a incorporação de fórmulas democráticas advindas da tradição norte-americana e europeia, o “carácter incompleto del pacto que sostiene la organización política e institucional, el uso recurrente de los mecanismos de excepción como alternativa para gobernar y la consolidación de una cultura del atajo como mecanismo de supervivencia social” (LAHERA, 2006, p. 116) se constituem ainda como características persistentes. Isto se alia aos problemas da informalidade, da precariedade política e da fragmentação social, os quais tornam as democracias latino-americanas projetos frágeis, marcados por uma significativa instabilidade.

A estruturação do campo acadêmico das Políticas Públicas na América Latina, enquanto uma empreitada multidisciplinar, é ainda um processo em consolidação (MARQUES;

FARIA, 2013). Por outro lado, tal campo oferece importantes reflexões para se pensar o fazer das políticas públicas, envolvendo tanto o estudo de fenômenos políticos (*politics*) quanto de fenômenos operacionais e práticos das políticas (*policies*), trazendo potentes ferramentas teóricas e metodológicas para a resolução dos complexos problemas que envolvem a implementação de políticas públicas no contexto latino-americano.

Assim, em conformidade com tais reflexões, podemos agora apresentar as seguintes indagações: quais as possíveis intersecções entre o campo das Políticas Públicas e da Psicologia Política? Existem contribuições particulares da Psicologia Política para o estudo desta temática? E, por fim, como este campo acadêmico pode auxiliar a Psicologia Política no processo de estudo e análise de políticas públicas? Para responder a estas perguntas, analisaremos três abordagens psicopolíticas de estudo de políticas públicas desenvolvidas por pesquisadores/as de reconhecida importância no campo da Psicologia Política latino-americana.

TRÊS ABORDAGENS PSICOPOLÍTICAS DE ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Como já discorrido no primeiro ponto, a Psicologia Política consolidou-se, no contexto latino-americano, a partir de fins da década de 1980, em um amplo diálogo com a Psicologia Social de tradição crítica. Em um momento de abertura democrática, após décadas de regimes autoritários na América Latina, tivemos o direcionamento da atenção de psicólogos/as para o estudo das políticas públicas. Entretanto, nos dias atuais, esta aproximação – entre Psicologia Política e políticas públicas – constitui-se enquanto um processo em construção, cujos contornos não estão bem delimitados. Por isso, convém salientar que as articulações com o campo das Políticas Públicas são ainda muito incipientes, provavelmente pela conformação histórica de modelos distintos de fazer científico, ancorados em diferentes perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas.

Após extensa busca e revisão da literatura especializada disponível⁴, selecionamos três trabalhos acadêmicos que, em nossa avaliação, apresentaram reflexões mais sistemáticas e trouxeram importantes contribuições teóricas e metodológicas para a produção de abordagens psicopolíticas em políticas públicas⁵. É importante ressaltar que elencamos três critérios para a seleção dos trabalhos: (1º) se a obra se localiza no campo da Psicologia Política, (2º) se trata da temática das políticas públicas, e (3º) se produz reflexões teóricas e metodológicas explícitas sobre as especificidades de uma abordagem psicopolítica para o estudo de políticas públicas. Assim, a partir disso, selecionamos os seguintes trabalhos de referência para a realização de uma análise mais detalhada:

- . O artigo “Políticas Públicas no enfoque da Psicologia Política”, de Telma R. de Paula Souza (2015), professora da Universidade Metodista de Piracicaba, no Brasil – sendo o sétimo capítulo do livro *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*, organizado por Silva e Corrêa (2015).
- . O livro *Psicología Política*, de Mirta González Suárez (2012), professora da Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica.

- E a tese de livre-docência *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, defendida por Alessandro Soares da Silva (2012) na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, no Brasil.

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TELMA SOUZA (2015)

A proposta apresentada por Telma de Paula Souza (2015) é derivada de sua atuação enquanto pesquisadora e militante no campo das políticas de participação social no Brasil. A autora buscou levantar, fundamentalmente, reflexões referentes à representatividade dos processos democráticos, às políticas de controle social e às relações entre Estado e sociedade civil. Como destacado na introdução de seu artigo, sua definição de Psicologia Política ancorou-se nas reflexões político-filosóficas de Agnes Heller, as quais tratam da dimensão humano-genérica – ou seja, do processo de formação de um posicionamento ético-político comprometido com o “nós” em detrimento do particularismo do “eu”.

Dessa forma, em linhas gerais, a autora definiu a Psicologia Política como um campo de estudos e ações que busca compreender os fatores subjetivos da História; os espaços de tensão entre indivíduos e grupos que são regulados por instituições responsáveis pelo apaziguamento dos antagonismos sociais. Neste sentido, a política seria caracterizada essencialmente por relações de antagonismo e de tensões intersubjetivas. De forma mais precisa, Souza apresentou que:

A Psicologia Política, neste sentido, está voltada para a compreensão dos processos de reificação e das ações coletivas que afirmam e/ou negam tal processo e seus produtos. Para a construção desta compreensão, necessariamente, a Psicologia Política situa-se na fronteira dos saberes disciplinares, buscando articular tais saberes sem a preocupação de construir uma síntese, buscando configurar o campo de tensão para o planejamento de ações estratégicas que facilitem o movimento histórico na dimensão humano-genérica (SOUZA, 2015, p. 222).

Cabe destacar que, em sua visão, as políticas públicas são definidas como ações implementadas pelo Estado, conceituado como a instituição reguladora da organização social que, em sua forma presente, atua como “um agente despolitizador” – por neutralizar antagonismos e, conseqüentemente, os espaços de articulação de diferenças. Dessa forma, apostando na força dos movimentos sociais, Souza voltou suas atenções para os processos de participação democrática, refletindo sobre as possibilidades de transformação das estruturas do Estado a partir de sua abertura e democratização.

Em decorrência deste posicionamento crítico e “negativo”, a Psicologia Política poderia atuar como um contraponto às estruturas clientelistas e paternalistas do Estado brasileiro, e a uma ideologia conservadora calcada no elitismo e no individualismo que inviabiliza a partilha do poder político. Em suas palavras, a partir de um processo de desnaturalização ideológica, a Psicologia Política certamente contribuiria “para a efetivação de uma gestão democrática das políticas sociais, que favoreça a cultura participativa, o que é um requisito

para se romper com os limites da compatibilidade com o sistema atual” (SOUZA, 2015, p. 224). Tal ruptura radical é vista como necessária na medida em que o sistema se utiliza das políticas de participação social formais para a manutenção do *status quo* a partir de uma retórica “participacionista”.

Por outro lado, Souza problematizou que, sem o questionamento da democracia representativa vigente e a produção de reflexões críticas sobre o poder do Estado, a Psicologia Política assumiria um papel legitimador, contribuindo para o fortalecimento do poder despolitizador do Estado em relação à sociedade e aos movimentos sociais. Assim, sem a devida reflexão crítica, a Psicologia Política poderia acabar reforçando a ação neutralizadora das atuais políticas públicas (SOUZA, 2015, p. 235).

Em contraponto a uma possível atuação “despolitizada”, a autora apresentou uma série de questões críticas que devem compor a agenda de pesquisa e de ações para o estudo das políticas públicas pela Psicologia Política – em confluência com a perspectiva axiológica de “democracia participativa radical” e o posicionamento ético-político de abertura democrática. Esta agenda seria composta fundamentalmente por: (1) o respeito aos direitos humanos nas políticas públicas; (2) o equilíbrio de poderes; (3) a visibilidade e o controle dos processos de tomada de decisão; (4) o grau de representatividade dos mecanismos eleitorais; (5) a qualidade dos filtros que regulam o acesso ao sistema político e o grau de elasticidade das regras do jogo; (6) os limites postos às ações do Executivo e dos aparatos repressivos; (7) a liberdade e as formas de organização política e de associação; e (8) o grau de controle sobre as informações (SOUZA, 2015, p. 230).

Em nosso entendimento, Souza (2015) definiu sua abordagem psicopolítica de estudo das políticas públicas enquanto um posicionamento de compromisso ético-político com a transformação social e com a ampliação de processos democráticos. Trata-se, portanto, de uma reflexão de base político-filosófica mais direcionada à construção teórica ampla do que à análise estrita da burocracia do Estado. Dessa forma, a autora buscou, a partir de uma epistemologia materialista histórico-dialética, a definição de princípios normativos que direcionassem suas reflexões teóricas, demonstrando um compromisso político explícito com o questionamento do *status quo* e do poder das elites dominantes. Nesta perspectiva, a Psicologia Política enquanto um campo de saber constituir-se-ia fundamentalmente como uma ferramenta político-discursiva (PARISÍ, 2016), podendo atuar tanto como uma discursividade legitimadora do *status quo* quanto como uma discursividade transformadora e/ou revolucionária.

PODER, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MIRTA SUÁREZ (2012)

O livro *Psicología Política*, de Mirta González Suárez (2012) – apesar da reação intuitiva que podemos ter com o seu título – não se constitui enquanto um manual de Psicologia Política, e nem um estudo que aborda de forma específica alguma das temáticas clássicas do campo. Trata-se, de fato, de um trabalho sobre formulação e avaliação de políticas públicas, o qual levanta os conhecimentos produzidos pela Psicologia Política, sobretudo latino-americana, para a produção de reflexões e análises sobre as relações entre Estado e sociedade civil.

Certamente, este livro ampliou o objeto de estudo e as inquietações teóricas da autora, a qual se debruçou, ao longo de sua vida, sobre o estudo de temáticas relacionadas aos direitos sexuais e às políticas feministas. Como apresentado em sua introdução: “Este libro está dedicado a todas las personas interesadas en cumplir a una labor de cambio social hacia el logro de una sociedad mejor, en la cual el cumplimiento de los derechos humanos sea una realidad cotidiana” (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. ix).

Em sua abordagem, psicologia e política são campos de saber/fazer inseparáveis, pois se, por um lado, a psicologia busca a compreensão dos fenômenos subjetivos e individuais que perpassam o cotidiano das pessoas, por outro, esta análise se torna incompleta e parcial sem a inclusão de elementos econômicos, políticos, sociais e culturais. Neste sentido, os estudos psicopolíticos podem abranger tanto a compreensão de aspectos mais íntimos, como a sexualidade, quanto de aspectos macrosociais, como as estruturas de governo. Assim, a autora afirmou que – dada a indissociabilidade entre psicologia, sociedade e política – os estudos sobre políticas públicas devem necessariamente caminhar pelas esferas micro e macro de análise; por exemplo, na visualização de *continuum* como “pessoas ⇆ relações interpessoais ⇆ família ⇆ comunidade ⇆ grupos organizados ⇆ Estado” (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. 3). Em sua definição sobre o campo, González Suárez apresentou que:

La psicología política **no es un aspecto o área de la psicología** sino que constituye un interés transversal multidisciplinario [...]. Se trata entonces de analizar activamente los procesos políticos y su impacto sobre la subjetividad, así como la influencia que se puede tener desde la psicología para el cambio social, especialmente por medio del desarrollo de políticas públicas (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. 7-8).

Neste sentido, González Suárez (2012) aposta na academia e nas ciências como uma “consciência crítica da sociedade”, um pensamento autônomo aos interesses dos grupos poderosos. No entanto, historicamente, “la exclusión y culpabilización de grupos vulnerables ha sido constantes en el desarrollo de la ciencia, de forma tal que las respuestas no se dirigen a quienes más las necesitan sino a quienes tienen mayores recursos” (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. 24). Assim, a ciência não se encontra distante dos jogos de poder, mas está essencialmente vinculada às lutas políticas que ocorrem na sociedade, constituindo-se enquanto uma estrutura político-discursiva de legitimação ou questionamento do *status quo*. Em sua concepção, a própria Psicologia Política reproduz tais assimetrias de poder; quando, por exemplo, autores do hemisfério norte como Le Bon e Lasswell recebem destaque, enquanto outros pensadores latino-americanos como Paulo Freire e Mariátegui são ignorados.

Em seu livro, foi reservado um grande espaço para a definição de dois conceitos fundamentais para a sua discussão sobre Psicologia Política – as noções de “Estado” e “políticas públicas” – que perpassam questões como participação social, democracia, formulação e avaliação de políticas, entre outras. Referente à concepção de Estado, foi apresentado que existem diferentes configurações desta estrutura de poder, vinculadas a fatores ideológicos, políticos e socioeconômicos, os quais se instituem em determinado período histórico ou território, definindo essencialmente os contornos das políticas públicas. Dessa forma, uma das

principais características dos Estados latino-americanos, segundo a autora, é que “el Estado como defensor del poder excluyente – centrado en el mantenimiento del *status quo* que defiende los privilegios y sobre todo los bienes económicos – constituye un impedimento para el desarrollo” (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. 122).

Concomitantemente, a autora define as políticas públicas como “todas aquellas medidas oficiales que constituyen lineamientos de acción desde los organismos que tienen la potestad legal para hacerlo” (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. 147). Em outras palavras, podemos dizer que as políticas públicas são as ações oficiais promovidas pelo Estado. Neste sentido, o Estado também seria a instituição que regula as relações sociais e, portanto, suas ações poderiam garantir direitos básicos para toda a população. Tendo isso em vista, González Suárez (2012) defendeu a proposição de um “Estado Social de Direito”, que recupera os marcos essencialmente psicopolíticos da democracia, dos direitos humanos, da cidadania e do bem-estar social. Nesta proposição, o Estado poderia ser colocado a serviço da ampla maioria da população, garantindo o pleno desenvolvimento humano – ou seja, a capacidade das pessoas desenvolverem suas potencialidades individuais a partir de condições igualitárias, possibilitando também o progresso social (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. 141).

Na realidade latino-americana, pelo funcionamento inadequado do Estado, grupos comunitários e organizações não governamentais atuam para suprir algumas necessidades demandadas por setores sociais mais vulnerabilizados. Entretanto, para a autora, tais medidas não são suficientes para garantir o cumprimento de direitos básicos de toda a população, restringindo-se a ações paliativas e de curto alcance. A democratização dos espaços do Estado e a institucionalização da participação social seriam os mecanismos que podem contribuir para a superação deste cenário, garantindo a efetivação de políticas públicas cidadãs, ancoradas na perspectiva dos direitos humanos. Em suas palavras: “Los procesos participativos son partes de las políticas públicas ya que se debe oír la voz de los diversos grupos y respetar su autonomía para construir conjuntamente el cambio social hacia el desarrollo humano pleno” (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2012, p. 213). Neste sentido, uma política pública efetiva constituir-se-ia com a participação da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, tanto nos processos de discussão do problema e de formulação de políticas públicas quanto nas etapas de monitoramento e avaliação.

Cabe destacar que, em diversos momentos, a autora ressalta o funcionamento prático das políticas públicas, produzindo um “passo a passo” sobre o processo de organização de demandas da população, buscando a sua institucionalização na agenda governamental. Para isso, no livro, são apresentados alguns exemplos de políticas públicas construídas a partir da pressão popular e da ação de movimentos sociais; desde o processo de formulação e implementação, ao controle e avaliação.

Em linhas gerais, podemos apresentar que a Psicologia Política proposta por González Suárez (2012) está intrinsecamente vinculada ao estudo da problemática das políticas públicas, em uma perspectiva ética-política de crítica à produção científica tradicional e de questionamento das estruturas de poder que viabilizam relações de dominação e subjugação. Compreendemos que seu livro buscou a produção de um manual introdutório sobre o funcionamento das políticas públicas, direcionado, sobretudo, para os movimentos

sociais. No entanto, seu trabalho focou-se fundamentalmente em uma leitura normativa das políticas públicas (sobre o que é bom e o que é ruim em termos políticos) e, apesar de trazer algumas proposições para o campo prático da participação social, suas reflexões não se debruçaram em análises mais aprofundadas de caráter empírico e aplicado.

ÉTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ALESSANDRO SILVA (2012)

Em sua tese de livre-docência *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, Alessandro Soares da Silva (2012) apresentou uma ampla reflexão sobre a história da Psicologia Política e a sua constituição latino-americana como um “fazer científico” comprometido com a transformação da realidade social. Seu trabalho produziu uma longa revisão bibliográfica sobre o surgimento da Psicologia Política, tratando, principalmente, das condições históricas, sociais e políticas que propiciaram e constrangeram a constituição do campo desde o final do século XIX.

Para o autor, a Psicologia Política seria um espaço de disputas e de instabilidades; ou seja, não é possível apresentar uma definição final e acabada sobre o que é o campo, pois ele se encontra em constante reconfiguração, constituindo-se numa empreitada polissêmica. Neste sentido, sua abordagem psicopolítica encontra-se atravessada por esta concepção, sendo uma proposição analítica perpassada por uma forte heterodoxia teórica. Por outro lado, vemos uma conformação epistemológica influenciada pela tradição de pensamento crítico latino-americano, a partir da presença da filosofia materialista histórico-dialética.

Um primeiro ponto de análise da obra é a temática dos movimentos sociais. Para o autor, a compreensão do funcionamento dos movimentos sociais é um importante elemento para o entendimento dos processos de formação da consciência política, da identidade coletiva e do sentimento de comunidade – possibilitando assim o estabelecimento de ações guiadas pelo princípio ético da solidariedade. Em sua perspectiva, os movimentos sociais são a chave para a constituição de uma nova ética social, não se tratando de um mero resultado de crises sociais. Assim, “os movimentos sociais denotam as várias complexidades da realidade social, as quais nos levam a compreendê-los como uma forma de *antecipação da sociedade viradora*” (SILVA, 2012, p. 216). Ou seja, os movimentos sociais carregariam em si a possibilidade de um novo saber e de um novo mundo, uma outra sociedade para além da lógica capitalista de dominação, exploração e competição atuais.

Nesta linha de reflexão, Silva (2012) argumenta que se trataria de um momento oportuno para a emergência de uma Psicologia Política dos movimentos sociais e das políticas públicas que “seja capaz de abrir caminhos de diálogo entre movimentos sociais, Estado e o conjunto de uma sociedade cegada pela confusão derivada da imprecisão e da mistura do que são as esferas pública e privada, e que muitas vezes se desdobra em políticas pouco ou nada públicas” (SILVA, 2012, p. 203). Para o autor, a confusão e a distorção da verdadeira função das políticas públicas decorrem de um movimento contemporâneo de “privatização da ética”; isto é, um aprofundamento das tendências ideológicas do individualismo e do isolacionismo, as quais amplificam a ilusão dos “indivíduos-ilha”.

Nesta perspectiva, dificilmente produziremos políticas públicas realmente cidadãs e emancipatórias sem o enfrentamento das tendências privatistas presentes no capitalismo contemporâneo. Por outro lado, somente a ação pública, a participação social e a atuação dos movimentos sociais poderiam romper com tais tendências, a partir da afirmação de “sujeitos políticos coletivos” e de uma ética baseada na solidariedade, buscando a democratização das estruturas do Estado e, conseqüentemente, das políticas públicas⁶. Como destacado pelo autor, “a privatização da ética e da subjetividade tem implicações políticas sérias e revela paradoxos próprios da ideologia capitalista” (SILVA, 2012, p. 253).

A partir de tais considerações sobre movimentos sociais e ética, Silva (2012) acrescentou novos elementos para se pensar sobre a Psicologia Política, a qual, por estar, fundamentalmente, preocupada:

em entender as relações e implicações dessas relações entre aspectos “psi” e aspectos políticos na produção do comportamento de grupos e indivíduos [...], ela tem se dedicado a um aspecto determinante da vida política: o governo dos homens. Não podemos deixar de entender que uma dimensão central desse governo é constituída pelo campo das políticas públicas, que, mais contemporaneamente, constitui uma das temáticas mais abordadas pelos estudos de psicólogos/as políticos, particularmente no Brasil (SILVA, 2012, p. 227).

Neste sentido, o autor compreende que a temática das políticas públicas constituiu-se enquanto um importante assunto de interesse da Psicologia Política, sendo as esferas do Estado, do governo e das políticas públicas campos essenciais de análise para a compreensão de como aspectos psicossociais e políticos interagem no mundo contemporâneo. Em sua perspectiva, Silva (2012) definiu as políticas públicas como o puro agir político do Estado e da sociedade, os quais atuam como “sujeitos políticos coletivos”. Políticas públicas seriam, portanto, o “conjunto de decisões, iniciativas, ações (mas também seus contrários), adotadas simultaneamente (ou pelo menos sequencialmente no tempo) pelo Estado e pelas organizações da sociedade para resolubilizar problemas considerados públicos por ambos” (SILVA, 2012, p. 229). Assim, é apresentada uma perspectiva que não considera as políticas públicas exclusivamente como ações do Estado, mas como toda e qualquer ação política voltada para a resolução de problemas de interesse público.

Desse modo, a “intervenção psicopolítica nas políticas públicas” atuaria sobretudo a partir de uma perspectiva de fortalecimento da participação social, potencializando o papel ativo desempenhado pelos/as cidadãos/ãs na esfera pública. Para o autor, tal abordagem proporcionar-nos-ia novas ferramentas para a amplificação da conscientização social e política, contribuindo para a formação de uma nova postura frente aos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A partir de tais reflexões, Silva (2012) apresentou que seu enfoque em Psicologia Política está “fundamentalmente comprometido com o objeto último da política pública: o/a cidadão/cidadã. Eles precisam ser admitidos como sujeitos de ação e da ação, como partes aptas a participar efetivamente e afetivamente do processo de governança” (SILVA, 2012, p. 235).

Assim, nesta perspectiva, um enfoque psicopolítico de intervenção em políticas públicas

deveria atuar a partir de três espaços principais, potencializando o processo de participação política e a interação dialógica: (I) o conflito em que a demanda está localizada, ou na qual ela se constitui enquanto uma problemática pública; (II) o conflito que perpassa o Estado/governo; e (III) os espaços de aproximação entre agentes do governo e agentes demandantes, localizados na sociedade civil. A Psicologia Política atuaria, portanto, como um espaço de produção de diálogo entre diferentes atores sociais envolvidos no processo de produção de uma política pública.

Por fim, destacamos que a abordagem psicopolítica em políticas públicas proposta por Alessandro Soares da Silva (2012) é também perpassada fundamentalmente por reflexões de natureza político-filosófica, sobre como o processo de conformação de políticas públicas pode ser reconfigurado – ou, nas palavras do autor, “humanizado” – visando a ampliação da cidadania e da democracia para a promoção da dignidade humana (SILVA, 2012, p. 254). Neste sentido, os objetivos de sua Psicologia Política estão direcionados para a produção de parâmetros normativos que nos amparem em reflexões sobre a possibilidade de construção de uma nova sociedade, baseada nos princípios da ética, da igualdade, da solidariedade e da coletividade. Por conseguinte, as políticas públicas apresentam-se como um campo estratégico para viabilizar e impulsionar este projeto ético-político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, buscamos apresentar algumas especificidades do estudo das políticas públicas na América Latina a partir das contribuições dos campos da Psicologia Política e das Políticas Públicas. Retomamos assim os aspectos históricos e constitutivos de ambos os campos e explicitamos suas principais definições conceituais, teóricas e metodológicas, para então realizar uma análise de três trabalhos de referência da Psicologia Política sobre as políticas públicas. No contexto latino-americano, a Psicologia Política tem, até agora, se debruçado essencialmente sobre o estudo normativo das políticas públicas, ou seja, há um enfoque maior direcionado à esfera da política (*politics*), em detrimento de estudos que tratam analiticamente do aspecto operativo das políticas públicas (*policies*).

Compreendemos que este direcionamento à crítica e à produção de reflexões de caráter político-filosófico, certamente, está vinculado às particularidades da Psicologia Política na realidade latino-americana, pois esta tem buscado responder às questões da fragilidade democrática (resquício de regimes autoritários), da profunda e persistente desigualdade socioeconômica, dos frequentes conflitos sociais, da forte mobilização popular e de movimentos sociais, e do contexto político permeado pela violência e pelo patrimonialismo. Entretanto, existe um déficit na articulação entre tais aspectos normativos, produzidos pelos estudos psicopolíticos, e pesquisas de caráter aplicado que visam decifrar a complexidade dos processos de produção, gestão e operacionalização das políticas públicas.

Como discorrido anteriormente, o campo de Políticas Públicas, pela própria delimitação de seu objeto de estudo – algo que envolve um processo de especialização – possui reflexões (em nível teórico e metodológico) mais “amadurecidas” sobre o estudo de políticas públicas. Tal campo tem se debruçado na compreensão das políticas públicas enquanto um fenômeno

multideterminado, o que envolve a produção de análises que combinem aspectos normativos e operativos das políticas.

Avaliamos que a análise detalhada dos três trabalhos evidenciou esta característica normativa do estudo das políticas públicas pela Psicologia Política no contexto latino-americano. Desse modo, ficou evidente nas abordagens de Souza (2015) e Silva (2012) a primazia de reflexões político-filosóficas que permeiam uma disputa no campo das discursividades, trabalhando fundamentalmente sob o estabelecimento de princípios ético-políticos relacionados ao exercício da democracia e da cidadania. Apesar de González Suárez (2012) traçar algumas considerações sobre o aspecto operativo de gestão das políticas públicas, suas reflexões também se concentraram na elucidação de proposições normativas – na definição do que é “bom” e do que é “ruim” em termos de ação governamental, gestão social e participação da sociedade civil. Neste sentido, notamos que, no contexto latino-americano, a Psicologia Política aproximou-se mais do campo de inquérito das “*politics*”, traçando poucas linhas de articulação com o que poderíamos intitular de “*policy analysis*”.

Logicamente, o estudo normativo das políticas públicas é uma tarefa fundamental que possibilita a produção de importantes conhecimentos que balizam a formulação e regulamentação de tais políticas. Contudo, compreendemos que o processo de análise da formulação, implementação e execução também se constitui como um dos aspectos centrais do estudo de políticas públicas – algo que ainda se encontra pouco amadurecido nos estudos psicopolíticos. Dessa forma, lançamos mão da seguinte pergunta: como a Psicologia Política pode contribuir para a compreensão dos aspectos subjetivos, individuais e micropolíticos do funcionamento prático de políticas públicas?

A partir da revisão de literatura, entendemos que a articulação destes dois campos pode trazer importantes contribuições para a consolidação, no contexto latino-americano, de novas abordagens de estudo das políticas públicas. Isto significa propor novas pesquisas que, a partir das realidades locais, produzam reflexões que se atentem simultaneamente aos aspectos normativos (das *politics*) e operativos (das *policies*), tratando principalmente sobre a inter-relação de suas dimensões psicossociais e políticas.

Cabe destacar que as reflexões que aqui foram levantadas não abarcam a totalidade do debate, mas pretenderam ser apenas um ponto de partida para a produção de novos questionamentos. Nossas inquietações neste artigo visam instigar o debate em torno das possíveis articulações entre o conhecimento psicopolítico e o estudo de políticas públicas, de modo a propor uma via promissora de análise e intervenção prática para uma agenda em consolidação. Sem dúvida, este ainda é um desafio à Psicologia Política latino-americana.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em set. 2019. Aceito para publicação em jul. 2020.
- 2 Importante destacar que utilizaremos o termo “Políticas Públicas” (em maiúsculo) quando nos referimos ao campo, e o termo “políticas públicas” (em minúsculo) para fazer menção ao objeto de estudo.

- 3 É importante destacar que o behaviorismo na Ciência Política (MARQUES, 2013) se tratou de um movimento distinto do comportamentalismo na Psicologia. O período da “*behavioral revolution*” das décadas de 1940 e 1950 constituiu-se enquanto uma guinada epistemológica dentro do campo da Ciência Política nos Estados Unidos, passando a valorizar modelos cientificistas de pesquisa, com a primazia do “individualismo metodológico”, de esquemas de causalidade e de abordagens empíricas e explanatórias (KATZNELSON; MILNER, 2002).
- 4 A revisão de literatura foi realizada a partir da busca de publicações disponíveis em livros e coletâneas (os quais podem ser visualizadas nas referências bibliográficas) e em periódicos científicos, com recorte espacial-geográfico para a América Latina. Utilizamos o descritor “políticas públicas/política pública” nos periódicos *Revista Psicologia Política* (Brasil) e *Revista Electrónica de Psicología Política* (Argentina) – os dois únicos periódicos do campo da Psicologia Política da América Latina. A busca foi realizada até 6 de junho de 2019.
- 5 Convém mencionar que os estudos de Giseli Paim Costa (2009), Guilherme Borges da Costa (2012) e Frederico Viana Machado (2013) são bons exemplos sobre a aplicação de reflexões da Psicologia Política para o estudo de políticas públicas específicas. No entanto, tais trabalhos não produziram reflexões mais explícitas e sistemáticas sobre as implicações e as particularidades do estudo de políticas públicas em uma abordagem psicopolítica.
- 6 Silva (2012) dialoga com a perspectiva da “ação pública”, isto é, uma abordagem emergente no campo de Políticas Públicas que compreende os processos das políticas públicas para além da centralidade na burocracia do Estado, em benefício de sistemas de análise mais abertos, capazes de integrar a complexidade de relações, disputas e orientações coletivas que envolvem atores públicos e privados em diferentes níveis. Esta abordagem tem sido objeto de interesse crescente não apenas na Psicologia Política, mas nos estudos em Psicologia como um todo, conforme Spink (2018). Para mais detalhes sobre essa abordagem, conferir o trabalho de Lascoumes e Le Galès (2012).

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, v. 105, p. 15-46, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-015046/105>>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63>>. Acesso em: 5 jun. 2019.
- ARRETCHE, M. T. **Democracia, federalismo e descentralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Fiocruz, 2012.
- BICHIR, R.; BRETTAS, G. H.; CANATO, P. Multi-level governance in federal context: the social assistance policy in the city of São Paulo. **Brazilian Political Science Review**, v. 11, n. 2, p. 1-28, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201700020003>>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- COSTA, G. B. **Consciência, participação e negociação: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê**. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, G. P. **Cidadania e Participação**: impactos da Política Social num Enfoque Psicopolítico. Curitiba, PR: Juruá, 2008.

COTTAM, M. L.; DIETZ-UHLER, B.; MASTORS, E.; PRESTON, T. **Introduction to Political Psychology**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004.

DORNA, A. **Fondements de la psychologie politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150981>>. Acesso em 5 ago. 2019.

FRANCO, R.; LANZARO, J. Política y políticas públicas: determinación y autonomía. In: FRANCO, R.; LANZARO, J. (Org.). **Política y políticas públicas en los procesos de reforma de América Latina**. Buenos Aires: Minō y Dávila, 2006. p. 13-40.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 21, p. 212-259, 2000.

GOMIDE, A.; PEREIRA, A; MACHADO, R. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 1, p. 3-12, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/sec.v20i1.51311>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GONZÁLEZ SUÁREZ, M. **Psicología Política**. 2. ed. San José: Editorial UCR, 2012.

HILLIARD, C. S. **Lasswell's Political Psychology Revisited** [Mimeo]. Riverside-CA: University of California, 2007.

HUR, D. U.; LACERDA JÚNIOR, F. (Org.). **Psicologia Política Crítica: Insurgências na América Latina**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016a.

HUR, D. U.; LACERDA JÚNIOR, F. (Org.). **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016b.

IYENGAR, S.; MCGUIRE, W. J. (Ed.). **Explorations in Political Psychology**. Durham, NC: Duke University Press, 1993.

JOST, J. T.; SIDANIUS, J. (Ed.). **Political Psychology**. New York, NY: Taylor & Francis Books, 2004.

KATZNELSON, I.; MILNER, H. V. (2002). American Political Science: the discipline's state and the state of the discipline. In: KATZNELSON, I.; MILNER, H. V. (Ed.). **Political Science: State of the Discipline**. Washington, DC: American Political Science Association, 2002. p. 1-26.

- LAHERA, E. Encuentros y desencuentros entre política y políticas públicas. In: FRANCO, R.; LANZARO, J. (Org.). **Política y políticas públicas en los procesos de reforma de América Latina**. Buenos Aires: Minõ y Dávila, 2006. p. 75-100.
- LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió, AL: EDUFAL, 2012.
- LASSWELL, H. D. Democratic Character. In: LASSWELL, H. D. **The Political Writings of Harold D. Lasswell**. Glencoe, IL: The Free Press, 1951a. p. 465-525.
- LASSWELL, H. D. Psychopathology and Politics. In: LASSWELL, H. D. **The Political Writings of Harold D. Lasswell**. Glencoe, IL: The Free Press, 1951b [1930]. p. 1-284.
- LE BON, G. **La Psychologie Politique et la Défense Sociale**. Paris: Ernest Flammarion, 1910.
- LOTTA, G. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019.
- MACHADO, F. V. **Do Estatal à Política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)**. 2013. 387 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- MAGANÃ, I.; DORNA, A.; TORRES, I. (Ed.). **Contribuciones a la psicología política en América Latina: contextos y escenarios actuales**. Santiago: RIL Editores, 2016.
- MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 23-46.
- MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia Política Latino-Americana. **Revista Psicologia Política**, v. 13, n. 28, p. 555-573, 2013.
- MONTERO, M. (Ed.). **Psicología Política Latinoamericana**. Caracas: Panapo, 1987.
- MONTERO, M.; DORNA, A. La psicología política: una disciplina en la encrucijada. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 25, n. 1, p. 7-15, 1993. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80525101>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- NESBITT-LARKING, P.; KINNVALL, C.; CAPELOS, T.; DEKKER, H. (Ed.). **The Palgrave Handbook of Global Political Psychology**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2014.

PARISÍ, E. R. Definiendo a la psicología política. **Boletín (Soc. Psicol. Urug.)**, v. 46, p. 20-38, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bpsu/n46/n46a05.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

PARISÍ, E. R. Crise e Insurgência, Controle da Subversão e Subversão do Controle: o papel da Psicologia Política. In: HUR, D.; LACERDA JÚNIOR, F. (Org.). **Psicologia Política crítica: insurgências na América Latina**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016. p. 36-49.

RODRÍGUEZ KAUTH, A. La Psicología Social y la Psicología Política Latinoamericana: ayer y hoy. **Psicología Política**, v. 22, p. 41-52, 2001.

SABUCEDO, J. M. **Psicología Política**. Madri: Editorial Síntesis, 1996.

SEGALL, M. H. **Human behavior and public policy: a Political Psychology**. Nova Iorque: Pergamon Press, 1976.

SILVA, A. S. **Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. 2012. 277 f. Tese (Livre Docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Org.). **No interstício das disciplinaridades: A psicologia política**. Curitiba, PR: Editora Prismas, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

SOUZA, T. R. P. Políticas Públicas no enfoque da Psicologia Política. In: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Org.). **No interstício das disciplinaridades: A psicologia política**. Curitiba, PR: Editora Prismas, 2012. p. 219-347.

STEIN, J. G. Political Learning and Political Psychology: A Question of Norms. In: MONROE K. R. (Ed.). **Political Psychology**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2002. p. 107-117.

SPINK, P. Psicologia e políticas públicas. In: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. (Org.). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018. p. 13-31.

VALENTI, G.; LLANOS, U. F. Ciencias sociales y políticas públicas. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 71, n/e, p. 167-191, 2009.

**Maria
Fernanda
Aguilar Lara**

Doutoranda e mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP).

**Henrique
Araujo
Aragusuku**

Doutorando e mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Membro do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Política e Movimentos Sociais (NUPMOS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**José Fernando
Andrade Costa**

Doutorando e mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente na Área de Psicologia do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana.



Foto: Grace Rodrigues



Foto: Grace Rodrigues

“Era um Biquíni de Bolinha Amarelinha tão Pequeninho”: análise de um artefato cultural de moda e sua [re]significação a partir dos Estudos Culturais¹

Carlos César de Oliveira Lacerda, Fernando Gomes de Paiva Júnior e Sérgio Carvalho Benício de Mello

Resumo

O objetivo deste estudo foi desenvolver uma discussão sobre a influência de artefatos culturais em práticas socioculturais nos Estudos Organizacionais a partir das perspectivas de gênero e relações de poder tratados sob a égide dos Estudos Culturais. Foi delineado a partir da biografia e de aspectos históricos do biquíni através da lente teórico-metodológica do Circuito Cultural proposto por Du Gay *et al.* (1997). Foi construída uma representação gráfica de cunho teórico que discute as ideias abordadas neste estudo, indicando ser o biquíni uma vestimenta que integra o universo simbólico feminino em meio à evolução das convenções sociais em seu contexto de relações de gênero. Tal artefato do vestuário dispõe de uma cultura peculiar e se articula com práticas sociais próprias. O biquíni é discutido como um significante de status social a partir de práticas de resistências, contextos, indivíduos e ambientes, uma vez que ele representa um sujeito portador de uma cultura própria. As contribuições apontam para o entendimento de práticas sociais que estão associadas a um produto cultural, contemplando identidades culturais atreladas a sua projeção social como indumentária que reflete um protagonismo de gênero.

Palavras-chave

Estudos Culturais. Circuito da Cultura. Artefato Cultural. Biquíni.

Abstract

The aim of this study was to develop a discussion about the influence of cultural artifacts on sociocultural practices in Organizational Studies from the perspectives of gender and power relations, treated under the aegis of Cultural Studies. It was delineated from the biography and historical aspects of the bikini through the theoretical-methodological lens of the Cultural Circuit proposed by Du Gay *et al.* (1997). A graphical representation of a theoretical nature was built, which discusses the ideas approached in this study, indicating that the bikini is a garment that integrates the symbolic female universe amid the evolution of social conventions in its context of

gender relations. Such an artifact of clothing has a peculiar culture and it articulates with its own social practices. The bikini is discussed as a signifier of social status from resistance practice, contexts, individuals and environments, since it represents a subject with a culture of its own. The contributions point to the understanding of social practices that are associated with a cultural product, contemplating cultural identities linked to its social projection as clothing that reflects gender protagonism.

Keywords Cultural Studies. Circuit of Culture. Cultural Artifact. Bikini.

INTRODUÇÃO

A perspectiva dos Estudos Culturais (EC) contempla um debate que envolve questões sociais, econômicas e políticas, uma vez que a cultura é considerada como sendo tão constitutiva do mundo social como processos econômicos ou políticos. A abordagem dos EC representa o repensar das relações sociais pela demarcação da cultura por um prisma político (HALL, 2011). Logo, a discussão da cultura a partir dos EC como âncora epistemológica que fornece uma visão com múltiplas faces de compreensão a posiciona numa perspectiva de abordagem interdisciplinar e revela uma preocupação política no âmago do fenômeno organizacional (ALMEIDA; GUERRA; PAIVA JÚNIOR, 2009).

Discutir a cultura por esse viés é repensar relações sociais sob o âmbito dos Estudos Organizacionais, o que amplia o leque de alternativas voltadas para se compreender o modo como um artefato dotado de valor simbólico se relaciona com as práticas do cotidiano por meio do estudo da comunicação, da circulação e da representação. A relevância desses estudos para o âmbito organizacional é conhecida há algum tempo e, na dimensão social, a comunicação faz-se presente no campo dos Estudos Organizacionais (LEÃO; FRANCO, 2013; CAVALCANTE, 2007). Bezerra e Davel (2017) debatem a respeito do conceito de valor simbólico e sua implicação para a dimensão cultural na tradição que desvela um sentido mais amplo de relação sociocultural entre as pessoas que agenciam os significados simbólicos nessa esfera, além de se trazer à tona a vinculação entre o consumo e a satisfação de valores culturais (ALLEN, 2000; 2001).

O atual debate que articula as relações entre os Estudos Culturais e os Estudos Organizacionais ainda está em fase embrionária, porém, é um debate relevante para ampliar as bases epistemológicas dos estudos em envolvem as Teorias das Organizações. Por exemplo, o artigo de Almeida, Guerra e Paiva Júnior (2009) é um desses estudos no qual os autores rediscutem a cultura nos Estudos Organizacionais a partir dos Estudos Culturais, considerando a abordagem interdisciplinar e política por meio de um movimento

que reconstrói a interação indivíduo-organização nas relações espaço e tempo.

Após esse trabalho, essa relação ficou mais evidenciada por meio de estudos que, como discutido por Almeida, Guerra e Paiva Júnior (2010), trabalham com produtos de consumo a partir de um empreendedorismo numa perspectiva social e de bens simbólicos (PAIVA JÚNIOR *et al.*, 2014) ou através de modelos que envolvam processos de circulação e articulação como um circuito integrado, ao considerar o significado que produz, consome e representa diferentes identidades por meio de objetos culturais (DU GAY *et al.*, 2013; PAZ E SILVA; PAIVA JÚNIOR; MUZZIO, 2018).

Corroborando tais perspectivas, a globalização, o crescimento dos meios de comunicação e a velocidade das informações vêm exercendo grande impacto na forma com que a sociedade se organiza e, principalmente, na maneira que um indivíduo se relaciona com o outro e com os produtos que são projetados por meio de significados e demarcações culturais (DINIZ; SUAREZ, 2018). Nesse sentido, determinado artefato cultural mantém uma relação direta e simbólica com o modo de se experienciar uma prática social através de sua identificação para determinada sociedade (DU GAY *et al.*, 1997). Nesse caso, a moda, por exemplo, tem sido objeto de estudo pautado no fato de que a vestimenta contempla a discussão que envolve a cultura como elemento integrante e expressivo conduzida sob a égide conceitual de uma modalidade de empreendedorismo concebida aqui como cultural. Portanto, o fenômeno da moda no universo das vestimentas envolve um processo de criação reconhecido por elementos que existem de valor na cultura de uma comunidade, onde se começa a gerar protagonismo sociopolítico e econômico para seus criadores e consumidores (CAMPOS; DAVEL, 2017).

É nessa perspectiva que o estudo se debruça na discussão a respeito da biografia do biquíni como artefato cultural de moda por ser ele uma peça de destaque presente na história da moda e que tem perpassado transformações significativas ao longo dos anos. Este estudo está fundamentado na história e na biografia do biquíni por meio de uma análise documental e bibliográfica que reflete a respeito das maneiras como a cultura influencia as práticas sociais, algo semelhante ao trabalho de Du Gay *et al.* (1997) na sua discussão sobre o papel cultural do *walkman*, para assim, ampliar a utilização dessa abordagem teórica e reforçar os estudos dirigidos sobre produtos culturais sob a égide dos Estudos Organizacionais.

Produtos culturais já foram objetos de estudos em diferentes pesquisas na área da gestão. Por exemplo, a abordagem de questões sobre artefatos culturais discutidos no trabalho de Paiva *et al.* (2018) se reflete na compreensão sobre o engajamento nas práticas empreendedoras na certificação da cachaça artesanal como um produto cultural. Neutzling *et al.* (2015) também ampliam o debate sobre a produção de cachaça artesanal numa perspectiva de criação de valor e internacionalização. Já Toldo e Lopes (2017) discutem sobre a forma como o cinema no status de arte se expressa na produção cultural, sobretudo quando articulado à estrutura organizacional de suas produtoras. Por outro lado, Souza Leão *et al.* (2017) fazem um estudo sobre a festa popular do São João sob o foco de mercadorização da cultura, além de outro estudo relacionado à festa popular como produto cultural, no qual se aborda o carnaval cultural de Pernambuco (SOUZA LEÃO; SILVA, 2016).

Colaborando com essa abordagem, Ipiranga, Lopes e Souza (2016) também discutem, em seu trabalho sobre produtos culturais no segmento gastronômico, que a experiência estética nas práticas culinárias de uma organização gastronômica configura o olhar da gastronomia com a perspectiva de uma prática cultural. Correia-Lima *et al.* (2015b) levantam essa discussão ao abordarem a indústria do humor no Ceará como expressão da identidade cultural deste estado. Por outro lado, Oliveira e Mello (2016) articulam diferenças culturais a partir do estudo na formação do campo organizacional do circo contemporâneo como uma organização cultural no contexto brasileiro e canadense. Assim, diferentes estudos caminham para alcançar solidez do ponto de vista científico no que diz respeito às temáticas aqui relacionadas.

Na visão de Johnson (2006), algumas premissas sobre o tema da cultura apreciando produtos culturais fazem surgir tópicos de reflexão relacionados a: I) os processos culturais estão vinculados com as relações sociais; II) a cultura pressupõe poder; III) a cultura é um discurso de diferenças e lutas sociais, como será discutido a partir do biquíni. Nos estudos anteriormente citados, é possível observar essas relações de emancipação humana.

Dessa forma, a atenção investigativa concentra-se no movimento que tange à maneira como tem evoluído o biquíni no seu status de artefato de moda sob a perspectiva conceitual dos EC. Isso revela suas fases de relacionamento cotidiano com o modo de viver dos indivíduos, este influenciado pela mídia e vice-versa, o que fortalece as economias locais direcionadas para fomentar o desenvolvimento social no engajamento do conhecimento produzido pela experiência dos usuários (CUNLIFFE; SCARATTI, 2017).

A abordagem do circuito cultural, desenvolvida por Du Gay *et al.* (1997) e Johnson (2006), além do estudo relacionado à Codificação e Decodificação proposto por Hall (2011), apresenta a construção de significados observáveis não apenas por meio de um objeto e sua produção, mas pelo fato desses significados serem produzidos em diferentes ambientes e circularem em torno de processos e práticas sociais diversas (ALMEIDA, 2012). Com isso, o olhar conceitual de Hall (2011) desconstrói o modelo linear de comunicação que perpassa as ideias de conotação e denotação.

Para se discutir a respeito do biquíni com base nessa abordagem expressiva da forma cultural no âmbito dos Estudos Organizacionais, foi explorada a maneira como tal artefato do vestuário feminino tem sido representado, além da indicação de quais identidades sociais estão relacionadas a ele, a partir do conceito de identidade tratado no circuito da cultura proposto por Du Gay *et al.* (1997). Portanto, a pergunta feita neste estudo é: *como um artefato cultural de moda praia pode influenciar na [re]significação identitária de uma sociedade sob a perspectiva dos Estudos Culturais?*

O objetivo central reside em promover uma discussão de cunho teórico na intenção de ampliar o conhecimento a respeito de artefatos culturais, práticas sociais e cultura nos Estudos Organizacionais, entendendo que, de acordo com Krüger e Minello (2017), o conhecimento gerado em meio à produção de determinado artefato por intermédio da cultura local fornece um valor tanto tangível quanto intangível, movido pela memória coletiva referente àquele fenômeno social.

A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS, O CIRCUITO DA CULTURA E A IDENTIDADE

A cultura tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Especificamente na abordagem dos Estudos Organizacionais, Farias e Guedes (2005) desenvolveram um estudo discutindo sobre o movimento cultural a partir de uma abordagem interdisciplinar focada na globalização e no consumo. Os autores argumentam que esse movimento cultural iniciou-se no Brasil nos anos de 1990 por meio da crescente diferença entre as perspectivas do consumo e da produção determinada pelas estratégias globais. Entretanto, na visão dos autores, é observada uma mesma raiz histórica entre a área dos Estudos Organizacionais e as perspectivas da produção e do consumo (FARIAS; GUEDES, 2005). Deve-se refletir que ambas perspectivas também fazem parte do circuito da cultura proposto por Du Gay *et al.* (1997).

Na visão de Santos, Andrade e Luiz (2017), no início do século XXI, houve uma transição de perspectivas de desenvolvimento fundamentado apenas no sistema cartesiano e pragmático para a exploração de modelos não vistos nas discussões como a cultura e a identidade, a partir de uma epistemologia de processos, por exemplo (COOPER, 1976). A pesquisa que opera na área dos EC remete ao ato de compreender a construção dos significados com base em determinadas práticas sociais, emergentes por meio da leitura de sua manifestação na órbita cultural. Dessa maneira, os EC apresentam-se como uma alternativa para se problematizar os processos clássicos econômicos de produção, consumo e regulação, por exemplo, ao articular conceitos como representação e identidade cultural no âmbito dos Estudos Organizacionais sob o ponto de vista interpretativo (ALMEIDA; GUERRA; PAIVA JÚNIOR, 2009; CARRIERI; RODRIGUES, 2001; SOUZA; CARRIERI, 2012).

Assim, os EC ajudam a entender que o significado de um produto cultural não está pautado tão somente no momento de sua produção em si, mas também nas relações que estabelece com outras dimensões, a exemplo de consumo, identidade e representação, como resultado de sua interação com outros processos culturais numa dinâmica de produção e reprodução de significados construídos socialmente (HALL, 2006). Essa discussão oferece compreensão do modo como o contexto organizacional movido pela comunicação está sobreposto em ambientes sociais, culturais e políticos (AMÉRICO, 2016), através de processos que envolvem a troca circular e não linear das simbologias e das representações (CAVALCANTE, 2007).

Alguns estudos que envolvem a discussão dos EC têm buscado caminhos para compreender fenômenos na teoria organizacional a partir de um olhar de práticas no circuito da cultura. Por exemplo, Silva (2014) apresenta o processo de regulação cultural na conversão de um APL. Nesse mesmo caminho, Guerra (2010) discute o cinema e a produção cultural na sua relação com o empreendedorismo. Paz e Silva, Paiva Júnior e Muzzio (2018) desenvolveram um estudo tratando do significado da xilogravura e sua relevância para a cultura nordestina numa leitura dos EC por meio da Teoria da Representação de Stuart Hall. Corroborando essa linha de discussão, Du Gay *et al.* (1997) desenvolvem um modelo de circuito cultural que tem como base a biografia do *Walkman* e seus processos de interação como um artefato cultural que possui diferentes significados culturais relacionais.

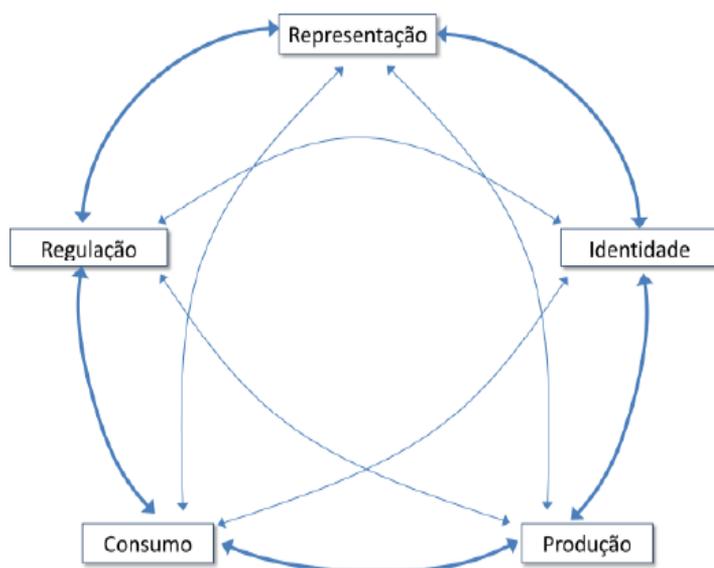
Desse modo, a cultura é percebida por um prisma dos EC não apenas como leitura de algum segmento da arte, mas também como uma construção de identidades e representações que posiciona o significado como elemento problematizador de um tipo de ação sociocultural (VEIGA-NETO, 2000). Na visão de Hofstede (1980), a cultura envolve também economia, política, estrutura social, religião, educação e língua. Os EC podem ser definidos como “uma tradição intelectual e política; ou em suas relações com disciplinas acadêmicas; ou em termos de paradigmas teóricos; ou, ainda, por seus objetos característicos de estudo” (JOHNSON, 2006, p. 19-20). De acordo com o autor, eles são vistos como uma espécie de alquimia para se produzir algum conhecimento útil, além da concepção múltipla de autores inspirados na interdisciplinaridade e que se recusam a pensar o conceito de cultura de forma isolada (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 2002).

A ideia de circularidade é relevante nesse debate, uma vez que as práticas cotidianas fazem parte de um contexto social. Nesse sentido, Hall (2003) aponta a ideia de circularidade que vem do sistema social, propagada de maneira circular. Para o autor, também é possível pensar esse processo como uma estrutura produzida e sustentada através da articulação de momentos distintos, mas que são práticas conectadas, como observamos em modelos da produção da cultura. Logo, esses modelos foram desenvolvidos em decorrência da tentativa de se compreender o procedimento como é constituída a produção da cultura nas interações sociais.

O estudo de Johnson (2006) também foi desenvolvido para demonstrar que os significados de um artefato cultural perpassam conceitos que se relacionam entre si, além de estarem vinculados a práticas sociais pautadas pela relação entre produção e consumo. Ambos estudos foram relevantes no sentido de se chegar à proposta conceitual deste estudo: o modelo teórico-metodológico de Du Gay *et al.* (1997), comentado anteriormente.

O modelo do referido autor aborda a cultura num sentido mais global, saindo de uma esfera gerencialista e situando a discussão numa perspectiva mais antropológica e interpretativista. Nesse sentido, Hall (1997) preconiza que a cultura está entrelaçada com práticas dotadas de significados e valores manifestos pela sociedade e carentes de serem interpretadas por meio de preceitos culturais que procuram corresponder à confecção de um produto requerido pela sociedade (CORREIA-LIMA *et al.*, 2015a). Portanto, as práticas sociais são vistas como esforços humanos cotidianos, contemplando seus significados, idealizados com base em determinadas construções sócio-históricas (ESCOSTEGUY, 2010).

O modelo proposto por Paul Du Gay *et al.* (1997) no estudo “*Doing cultural studies: The history of the Sony Walkman*” contempla um circuito analítico voltado para auxiliar na compreensão das relações em torno do *Walkman Sony* e, a partir de então, são identificados cinco momentos culturais distintos, a saber: representação, identidade, produção, consumo e regulação (Figura 1), cuja interação pode levar a implicações variáveis e contingentes, pois o circuito ajuda-nos a entender que não existe um significado fixo e sim emergente no artefato cultural.

Figura 1 - Modelo teórico-metodológico do Circuito Cultural

Fonte: Du Gay et al. (1997, p.3).

A **Representação** tem relação com os modos de produção do significado, correspondente ao conceito presente em nossas mentes por meio da linguagem, diante da existência de fato ou da observação empírica (HALL, 1997). A relação entre a representação e a cultura pressupõe a ideia de que a cultura tem vínculos com os significados compartilháveis. Assim, tal linguagem assume posição relevante nesse debate, pois é por meio dela que os artefatos culturais geram seus sentidos na esfera social.

A **produção** está relacionada ao período no qual os significados são compartilhados em determinado grupo (HALL, 2011). Isso significa que o momento da produção associa-se a práticas sociais que compõem determinado contexto. Assim, os *insights* relativos ao modo de confeccionar um produto simbólico são maneiras de resgatar histórias atreladas a formas de viver dos indivíduos na ideação de algum produto cultural em que a cultura referente àquele artefato inspirador do fenômeno também enseja uma produção em marcha. Negus (1997) discute acerca da teoria da produção da cultura, sendo que uma das suas conclusões se pauta pela autonomia do homem e crescente envolvimento dos indivíduos em atividades criativas.

Pela perspectiva dos EC, a ideia de **consumo** é desmistificada como sendo algo não apenas referente à aquisição ou compra de determinado produto que tenda a romper com o paradigma determinista (MILLER, 1997). Assim, o ato de consumir algo em si já é, ao mesmo tempo, aquele mesmo ato de criar identidades, ao operar em conexão com todos os outros elementos do circuito. Isso significa que o consumo representa uma esfera do bem simbólico que se transforma em signos sociais. Na visão de Torres e Allen (2009, p. 1), “[...]”

analisar os efeitos de elementos da cultura e dos valores humanos no comportamento de consumo significa explorar as variáveis mais subjetivas de uma pessoa”.

A **regulação** busca compreender as relações sociais normatizadas a partir de procedimentos institucionalizados em que a ordem social é produzida e reproduzida de acordo com movimentos que ocorrem na relação de espaço e tempo (THOMPSON, 1997). Essa dimensão do circuito cultural também está associada aos estudos de Michel Foucault quando o mesmo discute a regulação e a genealogia do poder de instituições como escolas, prisões e hospitais por meio dos discursos e práticas (FOUCAULT, 2012).

No que diz respeito ao conceito de identidade cultural abordado como dimensão do circuito da cultura, tal identidade é relacional e marcada pela diferença. Dessa maneira, a identidade de algum ser distingue-se de características do outro pelo que não é (WOODWARD, 2000) ao articular nas teorias organizacionais que essas identidades remodelam a sociedade, reinterpretando os significados das características do ambiente resultante de uma interação social entre o indivíduo e o meio (PAIVA JÚNIOR; CORREA; SOUZA, 2006; TILIO, 2009).

Ontologicamente, o conceito de **identidade** pode ser discutido sob duas óticas: uma essencialista e outra definida a partir da concepção dos EC e dos Estudos Organizacionais (Quadro 1). A perspectiva essencialista recupera a questão da “verdade”, colocando a identidade num caráter estável (SILVA, 2000). Dessa forma, o indivíduo fica desvinculado de processos globalizadores. Hall (2003) não se mostra a favor desse tipo de identidade, pois, quando a identidade é vista de modo fixo, impossibilita-se que novos significados possam ser atribuídos aos atores sociais. Woodward (2000) levanta algumas questões que nos fazem refletir a respeito desse tipo de identidade: de que maneira as identidades são fixas ou de que forma poderão ser alternativas, fluidas e cambiantes?

Quadro 1 - Óticas da identidade

ÓTICA ESSENCIALISTA	ÓTICA DOS ESTUDOS CULTURAIS
Identidade fixa	Identidade fluida
Passado = presente	Passado reconstruído no presente
Indivíduo inerente a sua condição (sem possibilidade de mudança)	Indivíduo “libertador” (com possibilidade de mudança)
Uma única “verdade”	“Verdade (s)”

Fonte: Adaptado de Silva (2000).

As identidades são fragmentadas, construídas e transformadas continuamente por representações ou interpelações dos sistemas culturais que as rodeiam (HALL, 2003). Discutir identidade por esse viés é compreender o passado que sofre transformações quando é reivindicado no presente. Assim, o passado é reconstruído, reconhecendo a fluidez da identidade ao significar sua multiplicidade e subjetividade (MACHADO, 2003). Portanto, a construção identitária é simbólica e social, existindo uma relação entre a identificação do indivíduo e o uso de tal artefato (SILVA, 2014). Almeida *et al.* (2016) desenvolveram um estudo sobre a certificação de origem do queijo coalho do Agreste Pernambucano a fim de

discutir como essa questão da identidade cultural pode contribuir para o desenvolvimento territorial.

Na ótica dos EC, essa discussão da identidade também está relacionada aos tipos de pessoas que utilizam certos produtos (SOUZA, 2009). Isso significa que as identidades e os produtos são produzidos cultural e socialmente. Também não podemos deixar de fora desse debate as relações de poder, algo inerente às relações sociais por meio da emergência do sujeito, disputas e rupturas. De acordo com McCracken (2003), a procura por novos entendimentos dos sistemas simbólicos consiste na demanda para se entender o comportamento dos agentes de mercado, denotando a importância dos contextos simbólicos e entendendo que a cultura é a lente pela qual o indivíduo enxerga os fenômenos cotidianos repletos de significados. A relevância do circuito está na combinação dos conceitos e procedimentos distintos ao acessar o significado como uma prática social.

CULTURA DA MODA E TEORIAS DE COMUNICAÇÃO: CONCEITOS E ABORDAGENS

A construção dos significados ocorre à luz das categorias e princípios culturais que dialogam com uma lógica não gerencial, simbólica e de representação (DALMORO *et al.*, 2017). Nesse sentido, a moda também assume um debate concebido sob uma perspectiva ampla, sociológica, simbólica e cultural.

Ao longo dos anos, a moda vem sendo modificada de acordo com as necessidades das pessoas. Isso significa que os trajes vêm tendo que se adaptar ao contexto social e, assim, a construção dos significados também vai se modificando ao longo dos anos (RASLAN; DORNELLES, 2010). Assim, os artefatos culturais vão sendo ressignificados e os aspectos primordiais daquele lócus cultural vai entrando em constante diálogo com o contexto social e com as identificações culturais que vão emergindo no cotidiano.

A partir dos seus acessórios, a moda comunica seus sentidos nascentes, uma vez que ela vai falando por si só com sua recepção. “Assim, o vestir precede a comunicação verbal ao estabelecer uma identidade individual de gênero, bem como as expectativas dirigidas para outros tipos de comportamento (papéis sociais baseados nessa identidade)” (STREY, 2000, p. 150). Dessa forma, as vestimentas adquirem uma dimensão comunicativa através da mensagem que cada indivíduo quer passar para sua audiência e isso constitui uma forma de gerar significados para determinado grupo da sociedade.

De acordo com Garcia e Miranda (2005), a cultura pode ser influenciada pela moda, mudando o comportamento do consumidor de forma que ele busque alterações que o façam se sentir confiante. Esse debate dialoga com as discussões da cultura da mídia como forma de levantar questões socioculturais contemporâneas ao discutir a própria identidade do sujeito a partir de seu estilo de vida. O movimento da mídia que contempla seus interlocutores (rádio, jornal, internet e, principalmente, a TV) faz parte de um processo associado à própria construção da subjetividade desses interlocutores, então, as articulações começam a ferver nessa construção do sujeito, delimitando sua cultura por meio da manifestação sociopolítica

dessas mídias e mecanismos de comunicação (KELLNER, 2001).

Para Barbeiro (2003), o processo de comunicação vai mais além do que aparenta, até por ser algo amplo e complexo, denotando a evidência de um receptor não passivo. Tal dinâmica revela o protagonismo de um receptor que tem o poder de discernir com relação ao movimento que quer executar, o qual se configura na condição de receptor como produtor ao mesmo tempo também da informação.

Dessa forma, o momento da recepção não é algo linear como se discutia nos modelos anteriores aos estudos de comunicação unilateral, sem levar em consideração diversos fatores externos. Tanto a emissão quanto a recepção são momentos de construção de significados, pois a produção e o consumo fazem parte de um processo recíproco de determinações justamente pela sua circularidade nessas estruturas (HALL, 2003). É nesse contexto que se insere a moda praia feminina, uma vez que é através do biquíni que se traz uma geração de significados expressos a partir de práticas de resistências e contextos sociais de gênero.

No pensamento de Garcia (2010), o nome biquíni foi uma maneira de protestar contra uma série de testes atômicos realizados pelos Estados Unidos. Devido às críticas recebidas pela imprensa da época, o biquíni não obteve uma aceitação imediata pela população. Esse artefato cultural foi se transformando à medida que o contexto social também se modificava. “Moda é cultura” (BRASIL, 2012, p. 14-15).

Todos esses aspectos têm um impacto na economia e a moda praia feminina, cada vez mais, ganha espaço nas vitrines, sendo ressignificada. Dessa forma, a moda faz parte da cultura, porque ela pode ser discutida sob um espectro de expressão cultural. Com a moda, o sujeito é reconhecido socialmente e pode se diferenciar do outro. Diante do exposto, entende-se que a cultura da moda a partir da identidade é capaz de expressar subjetividades e desvendar singularidades por meio de rupturas.

TRILHA METODOLÓGICA

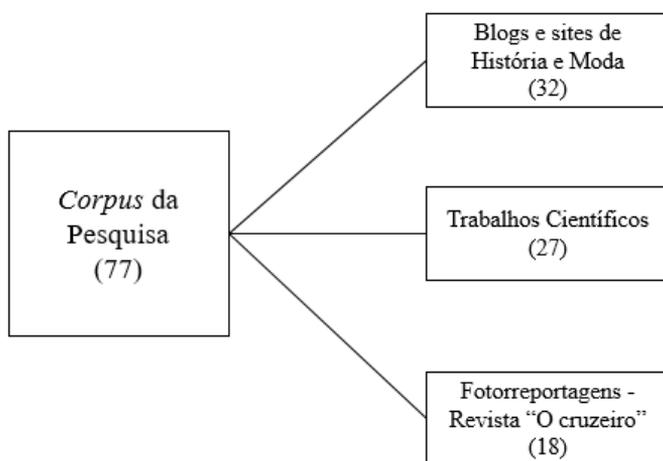
Este estudo foi norteado pelo eixo dos Estudos Culturais numa perspectiva de Estudos Organizacionais, uma vez que assume o caráter crítico sob a base de uma abordagem qualitativa e uma ontologia interpretativista, ao considerar que a metodologia qualitativista emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, método e análise dos dados (CRESWELL, 2010).

O trabalho é de cunho teórico, bibliográfico e histórico, proporcionando reflexões sobre a temática abordada no contexto de articulação entre os Estudos Culturais e a História nos Estudos Organizacionais. Na realidade brasileira, já é possível observar estudos que articulam história e administração, especificamente nos Estudos Organizacionais (VIZEU, 2010; COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; BARROS, 2014; BARROS; CARRIERI, 2015; BARROS, 2017; COSTA; SILVA, 2018). São debates que discutem a respeito de uma concepção histórica nas organizações, tratada em diferentes contextos de atuação, e que traz novos olhares e objetos de estudo para o universo da gestão.

É relevante mencionar que, de acordo com Saukko (2003), não existe uma metodologia específica para trabalhos que envolvam estudos sobre cultura. Essa não especificidade ocorre devido à discussão que envolve a cultura nas suas diferentes formas de manifestação social. Sendo assim, o modelo teórico que sustenta o estudo pauta-se no circuito da cultura proposto por Paul Du Gay *et al.* (1997), no qual a abordagem é tanto teórica quanto metodológica; assim, o circuito da cultura também faz parte da lente metodológica.

A construção do *corpus* ocorreu por meio de fontes secundárias, totalizando 77 itens para análise. Diferentes arquivos documentais, fotográficos e bibliográficos sobre a biografia do biquíni foram considerados para dar um protagonismo à história dessa peça de moda a partir do seu surgimento nos anos de 1940. Assim, os procedimentos técnicos foram realizados por meio de análise documental, análise bibliográfica e análise fotográfica oriundos de: sites, trabalhos científicos, fotorreportagens da revista “O Cruzeiro” (1966-1970) e blogs com conteúdos de moda e história, ou seja, foram dados coletados a partir de trabalhos e documentos referentes ao contexto sócio-histórico do produto cultural, sendo estes documentos já existentes, mas sem um tratamento analítico, e que são passíveis de interpretações, pois esta é uma característica da pesquisa documental (FLICK, 2013). A Figura 2 organiza as informações referentes à construção do *corpus* da presente pesquisa.

Figura 2 - Construção do corpus da pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

As fontes de pesquisa foram localizadas e acessadas inicialmente por meio de buscas em sites e blogs que apresentam assuntos referentes a moda praia, trajes e sua relação com conteúdos históricos, como por exemplo: blog “Pajaris”, revista “Vogue Internacional”, portal São Francisco, blog “digital e têxtil”, portal “Terra”, blog “elcosturas”, blog “woomagazine”, Almanaque Folha Uol, entre outros. Em relação à análise bibliográfica (trabalhos e artigos científicos), eles foram coletados por meio de buscas em repositório das instituições de ensino (para o caso de TCC e dissertações) e periódicos cujo tema estivesse relacionado a conteúdos de moda e problematizações sobre o corpo feminino. As palavras-chave

utilizadas nesse ponto da pesquisa foram: biquíni, história, biografia do biquíni, corpo e feminino, em um recorte temporal entre os anos 1950, 1960 e 1970. Em todos os casos de acesso às fontes de pesquisa, foi considerado como critério apenas: a) material publicado na língua portuguesa; b) arquivos de domínio público; c) eliminação de informações oriundas de propagandas comerciais; e d) entre os recortes temporais já apresentados.

No que diz respeito à Revista O Cruzeiro, é importante destacar que ela surge em meados de 1928 e permanece em circulação até 1975 como uma mídia visual relevante, discutindo e apresentando informações políticas, culturais, comportamentais e intelectuais do país (CELESTE, 2001; ROMANELLO, 2009). Este material foi coletado por meio de acesso à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>).

Para a análise dos dados obtidos, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, a qual pode ser conceituada como um “procedimento clássico para analisar materiais de texto de qualquer origem, de produtos da mídia a dados de entrevista” (FLICK, 2013, p. 134). Inicialmente, foi realizada a codificação das informações coletadas e estabelecidas categorias *a priori* resultantes do material empírico sob a lente teórica da temática abordada. O resultado da codificação apontou quatro categorias: 1) Trajetórias; 2) Histórico; 3) Evolução; e 4) Identidade. Ainda, buscou-se discutir o objeto portador de cultura em termos do seu significado e, especialmente, por ser um meio ajustado para perceber a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção de análise e discussão dos resultados foi dividida em dois blocos complementares, resultantes da categorização: O primeiro bloco é composto por 1) Trajetórias, 2) Histórico e 3) Evolução do biquíni, e o segundo bloco apresenta seu posicionamento a partir da categoria da 4) Identidade no circuito cultural resultado da codificação.

BLOCO I - O biquíni como um artefato cultural: Trajetórias, Histórico e Evolução

O contexto inicia-se na Europa renascentista (século XV), onde, nas casas de banhos coletivos, homens e mulheres banhavam-se, mas, ao ficarem molhados, as túnicas ficavam transparentes, deixando o corpo à mostra. Então, percebeu-se a necessidade de cobrir as partes que ficavam expostas mesmo abaixo das túnicas. Foi a partir de então que o traje de banho foi idealizado. A roupa cobria todo o corpo e ficava por baixo das túnicas. Strey (2000) argumenta que a moda se comunica por meio dos acessórios, assim, os costumes estão imersos numa cultura que se manifesta por trás de cada vestimenta.

Segundo Niemeyer (2008), a moda para trajes de banho pouco mudou na segunda metade do século XIX, composta ainda por calças até os tornozelos, cobertas por uma túnica que

chegava até os joelhos. Nessa época, no pé, usavam-se sapatilhas com pequenos furos para sair a água, porque não se andava descalço na praia. Assim, todo o corpo ficava coberto por peças rústicas e de difícil uso (Figura 3). O progresso na evolução das vestimentas de banho e os direitos da mulher relacionam-se, sinalizando que as questões do empoderamento refletem-se na história e na moda.

Figura 3 - Veste de banho no século XIX



Fonte: (PENTEADO, 2009).

As roupas eram confeccionadas em tecidos grossos, como a lã, os quais ficavam encharcados e pesados. Somente no século XVIII, os banhos de mar tornaram-se um hábito social e cultural. As mudanças nos trajes de banho pouco variavam de ano para ano e, ainda no início do século XX, tecidos diferentes e ornamentos como bordados e apliques artesanais participavam destas pequenas mudanças. Com o passar do tempo, as roupas de banho ganharam tecidos mais leves e modelagens mais confortáveis para entrar na água.

Neste momento, os macacões com bermudas eram complementados com acessórios, como sapatos, cintos, lenços e toucas, os quais se comunicavam entre si. Na visão de Johnson (2006), os significados de um produto cultural perpassam conceitos que se relacionam com a cultura e se apresentam como elemento de destaque potencial nessa comunicação, o que se coaduna com a perspectiva de Diniz e Suarez (2018) ao relacionarem os produtos por meio de seus significados culturais.

A partir de determinada mudança cultural na medicina, o banho de praia torna-se mais frequente quando uma pesquisa divulga seu benefício para a saúde; porém, o banho deveria ser de até 3 minutos. Mesmo que de modo devagar, essas mudanças transformaram a cultura da vestimenta, deixando os corpos cada vez mais livres dos tecidos (NIEMEYER, 2008). Assim, as propostas relativas ao biquíni apresentam *looks* mais leves, deixando de lado o

caimento exagerado, bermudas bufantes, babados e túnicas pesadas. O novo traje difundido passa a ser uma espécie de longo maiô de lã com comprimento nas coxas (Figura 4).

Figura 4 - Traje de banho início do século XX



Fonte: (NIEMEYER, 2008).

As roupas pautavam-se por um ideal de mulher submissa, denotando obediência aos princípios de uma sociedade demarcada por conceitos opressores e melancólicos. Nesse sentido, o ato de mostrar o corpo não significa liberdade, pelo fato de a sociedade ainda ser refém de preconceitos sociais em relação à participação da mulher na teia social. Somente nos anos 30, foi permitida a produção de maiôs elásticos com secagem mais rápida e encurtou-se o comprimento desse tipo de indumentária de banho.

Com o passar dos anos, o biquíni, como peça de vestuário, foi sendo transformado em outros formatos de vestimenta de lazer para as banhistas à medida que aspectos culturais e históricos iam passando também por transformações. Assim, esse artefato foi sendo ressignificado ao longo do tempo até chegar ao que conhecemos como biquíni. Nesse debate, a regulação e as relações de poder, por exemplo, são discutidas por Foucault (2012), o qual declara serem as relações sociais, no que tange aos trajes e ao corpo, uma forma de subversão da realidade de um modo regulatório.

A criação do biquíni faz parte de um contexto conflitante, porque há uma disputa sobre quem seria o estilista criador desse artefato cultural de moda. O criador mais reconhecido é o designer e estilista francês Louis Réard (1897-1984), o qual apresenta um pequeno traje de apenas duas peças e o batiza de biquíni em 1946. Já outro francês, Jacques Heim,

não alcança muita repercussão em termos de notoriedade, deixando o mérito para Louis Réard. O biquíni é considerado uma das invenções mais importantes do século XX depois da bomba atômica, e causou um escândalo moral devido a sua proposta desafiadora de ruptura no que tange aos modos de representação de gênero para a sociedade da época (PENTEADO, 2009).

Ainda de acordo com Penteado (2009), o nome biquíni foi inspirado em uma ilha dos EUA chamada Bikini. Essa ilha teria sido local de teste nuclear, onde várias bombas foram explodidas, assim como o biquíni que “explodiu” dando vida a uma postura de liberdade às mulheres daquela época. Como o lugar explosivo, a invenção também foi considerada uma bomba e uma explosão. Kellner (2001) discute a cultura da mídia, denotando o poder dessa na comunicação como tendo sido o fato da propagação do biquíni na sua concepção.

O biquíni sempre foi um artefato de moda polêmico, sendo difícil encontrar um modelo próprio para divulgar a estética dessa peça, uma vez que, para os padrões da esfera social da época, no início de seu uso, ele ainda era considerado uma indumentária de moda praia escandalosa. Para conseguir um modelo que aceitasse desfilá-lo, o estilista teve que contratar uma dançarina de cassino por um pagamento bem agenciado. Assim, a primeira mulher a usar biquíni foi Micheline Bernardini, dançarina do Casino de Paris e modelo, escolhida por Louis Réard para desfilá-lo, em 5 de julho de 1946 (Figura 5).

Figura 5 - A primeira mulher a usar biquíni - Micheline Bernardini



Fonte: New York Times, 2015.

Logo após a exposição, o artefato “popularizou-se” e os americanos começaram a utilizar a peça em filmes, exposições e passarelas. Assim, o uso do biquíni expande-se, ganhando relevância e sendo divulgado e explorado nas fotos de publicidade, preenchendo espaço no cinema e sendo tema de filmes, como por exemplo, “E Deus criou a mulher” (1956), “Bikini Beach” (1964), “A Máquina de fazer Bikini” (1965) e “Bikini Car Wash” (1992), ampliando

o conceito moda praia, inclusive em letras de músicas. No entanto, é preciso mencionar que essa visibilidade não esconde o processo de luta pela liberdade do corpo feminino na resistência ao articular que o uso de trajes menores teve como emblema diferentes conflitos ao longo dos anos em que, durante algum tempo, a mulher podia ser moralmente condenada ou até presa caso vestisse o traje. Dessa maneira, o biquíni como um artefato cultural ainda permanece num campo de disputas simbólicas e materiais no seio da sociedade.

Sobre o filme “E Deus criou a mulher” de 1956, é interessante notar que foi nessa época que a peça estreou no cinema e a atriz francesa Brigitte Bardot o vestiu pela primeira vez nas telas. Essa estreia impulsionou um debate sobre o culto ao corpo, a roupa íntima e diferentes estereótipos em uma época em que a figura feminina era vista como dona do lar em um sistema de crenças, como ocorre até os dias atuais em alguns círculos sociais (CASADEI, 2007).

Em meados dos anos 60, com a intensificação do movimento feminista, a Garota de Ipanema (Helô Pinheiro) democratizou o uso do biquíni na realidade brasileira, tornando-se símbolo da liberação feminina, juntamente com a atriz Leila Diniz. Entretanto, o biquíni foi usado no Brasil pela primeira vez pela alemã Miriam Etz, no Rio de Janeiro, no ano de 1948. É importante mencionar que antes dos anos 60, mais precisamente nos anos 50, a cultura pop, por meio das *pin-ups* e *sex symbols* de Hollywood, contribuiu para que a peça se tornasse um meio para valorizar o corpo, trazendo a questão de ser sexy e ser confortável ao mesmo tempo, protagonizado por Marilyn Monroe, ao articular uma liberdade que também veio a partir do surgimento da pílula anticoncepcional e o uso das minissaias (CANTON; SCHILLER, 2008).

Os modelos de biquíni foram se diversificando em tons e formas chegando inclusive à década de 60, a partir do designer norte-americano Rudi Gernreich, quando foi sendo deixada de lado a parte superior do biquíni, surgindo o *topless*, e peças bem menores, o que tornou este traje ainda mais ousado, contraditório e polêmico (OLIVEIRA, 2014). Também na década de 1960, eram comuns os concursos de beleza e de Miss, nos quais essas peças de moda apareciam cada vez mais, popularizando-se no meio artístico (BUENO, 2012). A Figura 6 a seguir apresenta esse contexto de concurso com o uso do biquíni e sua popularização.

Aqui chama-se atenção para um paradoxo no que diz respeito à instrumentalização complexa do corpo feminino e os trajes a ele atribuídos ao problematizar que, nessa “quase obrigatoriedade” do uso de peças menores, diferentes posições femininas podem ser julgadas hoje em dia de puritanas se optarem por usar short e camiseta nas praias. Essa questão reflete uma discussão pautada na objetificação e sexualização do corpo da mulher, pois a proibição ou a quase obrigatoriedade do uso de peças menores faz parte de um discurso hegemônico de cultura opressora que reflete uma posição que reprime o próprio direito de vestir. Dessa forma, infere-se que poucas vezes na história as mulheres em sociedades ocidentais e pós-industriais tiveram total agência sobre o que vestem seus corpos.

Nos anos 80, por exemplo, surgiram diversos modelos, como asa-delta, enroladinho (short de lycra que era enrolado formando uma calcinha), sunquíni e fio dental. A fim de resumir

toda a evolução histórica desse artefato cultural de moda, foi criada uma linha do tempo contemplando a evolução do biquíni (Quadro 2), fazendo emergir uma filosofia contra o conservadorismo, explorando a contraditória complexidade do culto ao corpo feminino maquiado em discursos opressores.

Figura 6 - Uso de biquíni em concurso de beleza - anos 1960



Fonte: O Cruzeiro, 1966.

Quadro 2 - Resumo da evolução do tempo em relação ao traje de banho

ANO	TRAJE DE BANHO
1490-1500	Vestido e calça usada por baixo para esconder o corpo. As roupas eram feitas em tecidos grossos, como a lã, que ficavam encharcados e pesados.
1890-1910	Um pouco mais confortável, apesar de grande. Já fica parecido com um maiô.
1930	Nos anos 30, os fios sintéticos foram criados e permitiram a produção de maiôs elásticos com secagem mais rápida. Os comprimentos encurtaram-se e as pernas já podiam ser exibidas nas praias. Também começam a surgir trajes de banho em duas peças.
1950	Os modelos de roupa de banho ficaram mais cavados.
1960	Modelo "engana mamãe": a parte das costas aberta, ao ser visto de frente parecia um maiô e, de costas, um biquíni. O biquíni com cinto também foi tendência nessa época. Em 1964, foi criado o modelo batizado de monokini, peça que deixava os seios à mostra (topless).

ANO	TRAJE DE BANHO
1970	Foi nos anos 70 que os biquínis começaram a ficar bem pequeninhos. Além do top menor, o modelo batizado de “tanga” tinha calcinha bem cavada com cintura mais baixa.
1980	Nesta época, surgiram os biquínis asa delta, os quais marcaram a década. O modelo tinha calcinha bem cavada e com as laterais puxadas para cima. Também nasce o modelo fio dental no Brasil.
1990	Os biquínis passaram a ganhar maior diversidade de modelos e a integrar o cenário fashion. As mulheres já podiam escolher peças que melhor servissem seu tipo físico.
Anos 2000	Maiô fora d’água: Eles são usados por mulheres que querem curtir festas e passeios de verão e combiná-los com outras peças.
Atualmente	A moda praia é livre. O retrô é bem-vindo: existem biquínis minúsculos para pegar sol com poucas marcas e, ao mesmo tempo, alguns modelos voltaram a ficar grandes como as peças dos anos 30.

Fonte: Organização dos autores a partir dos dados da pesquisa, 2018.

Em sua evolução, a tanga também surge na Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, questionando o conceito de pudor ao articular questões de empoderamento (PACCE, 2016), colocando a figura feminina como símbolo de resistência ao considerar que a vestimenta de banho também foi capaz de protagonizar essa evolução.

A trajetória do biquíni na condição de artefato cultural de moda é marcada por mudanças, paradoxos e resistências a partir de contextos sociais, sendo essa indumentária ressignificada por intermédio de práticas culturais de quebra das convenções sociais ao longo do tempo (HALL, 2006). Assim, o biquíni faz parte do universo cultural inscrito no conhecimento e no imaginário da sociedade. Ele não é apenas uma parte da nossa cultura, senão representa uma “cultura distinta”, permeado por conflitos e resistência feminina.

BLOCO II - Posicionamento do biquíni a partir dos EC e sua [re]significação – a lógica da Identidade através do circuito cultural

O biquíni como um artefato cultural por meio do seu histórico e evolução permite uma discussão sobre os cuidados do corpo a partir do debate sobre a sexualidade, e resistência, a pornografia e a crítica em relação à prática do seu uso por ser uma peça de destaque e reprodução social (POMPEU; SOUZA, 2018).

O olhar diferenciado na produção de um artefato cultural nos dias de hoje envolve não apenas a compreensão de como esse objeto é produzido tecnicamente, mas como esse objeto é produzido cultural e socialmente. Nesse aspecto, “esses significados são construídos socialmente e instituídos por meio de distintas formas de interação social” (ALMEIDA; PAIVA JÚNIOR; GUERRA, 2013, p. 39).

Na dimensão da identidade, a discussão foi pautada com base no mote de como um artefato foi criado e recriado através das representações sociais, debate este que amplia os diálogos

entre identidades individuais, de grupo e corporativas, explorando alguns dos efeitos que o biquíni tem na identidade cultural nas sociedades. Isso levanta a questão de como vários grupos e tipos de mulheres, a partir do contexto, passaram a ser associados a algum tipo de biquíni, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 - Contexto social / modelos

EVENTO	CONTEXTO SOCIAL /PRÁTICA	CARACTERÍSTICA / MODELOS
Europa Renascentista (Século XV-XVI)	Casas de banhos coletivos; a praia não era um ambiente social; transição do feudalismo para o capitalismo; valorização das artes; forte individualismo; racionalismo exacerbado; crises; questionamento da "modernidade"; superexploração do trabalho; homem no centro; religião em foco.	O corpo não poderia ficar à mostra; vestido longo e calça; tecidos grossos.
Século XVII-XVIII	Revoluções; liberalismo; iluminismo; "modernidade"; separação entre fé e razão; a ciência como alternativa; contestação contra a igreja católica; "liberdade".	Modelos ainda compridos, apesar de serem mais confortáveis; ainda cobria todo o corpo.
Século XIX	Alta burguesia; criação da constituição; trabalho assalariado; crescimento das cidades; industrialização; primeiras reivindicações; greves; crescimento dos impérios; primeiras ideias do feminismo; mulher no mercado de trabalho.	Transformações lentas no início com peças ainda cobertas. Ao passar dos anos, na década de 50, o conforto ganhou mais espaço, dando mais liberdade aos modelos.
Século XX-XXI	Grandes invenções; debate intenso sobre o feminismo; século de realizações; cultura do eu; participação social; desenvolvimento sustentável; implantação de sistemas democráticos, cultura do "selfie"; desenvolvimento tecnológico.	Maior liberdade; cores, formas e designers; corpo mais exposto; peças ajustadas e com acessórios; moda livre.

Fonte: Organização dos autores a partir dos dados da pesquisa, 2018.

O uso do traje de banho, desde os primórdios da civilização, já faz parte do modo de vida das pessoas. A partir da gênese da sua evolução histórica, ele tem entrado em nossa cultura com grande impacto nas sociedades anteriores, assim vem se consolidando como parte do universo cultural (HALL, 2010), pois, em torno da representação do uso do biquíni, há um conjunto distinto de significados e práticas sociais.

A palavra biquíni evoca uma imagem segundo a qual se pode usar tal vocábulo como símbolo que se comunica com outras pessoas em uma variedade de contextos, dessa forma, esse artefato do vestuário pertence à cultura popular brasileira, porque foi construído um mundo de significados em torno dele, a ponto de se tornar um artefato cultural (STREY, 2000). Ele conecta-se com um conjunto de práticas sociais, a exemplo de: passear no litoral, ter momentos de lazer, sair de folga no trabalho, local público da praia, aproveitar a estação do verão, status social e entretenimento. Johnson (2006) corrobora esse pensamento ao discutir as práticas sociais inerentes aos produtos.

O uso do biquíni também é uma prática cultural que está associada aos ambientes de convivência sociocultural, tais como as áreas de praia, piscina, passeio de barco, ar livre ou caminhada no calçadão. Isto, porque ele tem um perfil social que se manifesta através de dinâmicas identitárias de resistências (WOODWARD, 2000).

Outra maneira de pensarmos sobre o uso do biquíni como artefato cultural reside em discutir sobre suas similaridades e diferenças com outro traje de banho e identificar o modo como isso consolida a discussão referente à identidade do biquíni no seu status de criação do que existe de valor na cultura (CAMPOS; DAVEL, 2017).

Primeiramente, o biquíni é uma peça para banho como o maiô (similaridade), por exemplo, mas também é diferente de qualquer outra peça usada para banho. Além de ser ousado, ele também adquire um protagonismo identitário ao representar um grito de fala e de voz, ao significar um ato de resistência quando se questiona que somente mulheres que não se sentem inseguras de mostrar seus corpos o vestem e que possuem fortes convicções da sua posição social.

No entanto, atualmente, após a significação do empoderamento feminino, diferentes discursos ganham espaço na mídia, denunciando o corpo perfeito e exigindo um certo protagonismo, como por exemplo, a repercussão do videoclipe e música "Vai Malandra" da artista Anitta, no qual se representa uma alegoria da periferia do Rio de Janeiro, onde jovens com diferentes corpos e formas tomam sol na laje, usando biquínis de fita isolante. Ou ainda, essa questão pode ser problematizada sobre as diferentes discussões contemporâneas e de combate à gordofobia, em que o uso de biquínis por pessoas gordas configura-se um lugar de resistência.

Essa combinação de similaridades e diferenças dá ao biquíni uma posição definida e específica por meio de produção da cultura. Neutzling *et al.* (2015) e Paiva *et al.* (2018), ao estudarem a produção da cachaça e suas interfaces, concluem que essas atividades também promoveram mudanças significativas como o biquíni ao longo dos tempos nas práticas produtivas e comerciais previamente estabelecidas no contexto da construção das práticas.

A publicidade tem papel relevante nesse debate, uma vez que as organizações precisam criar sentido nas pessoas que consomem os produtos, ou seja, elas devem se envolver com os significados que o produto tem acumulado e devem tentar construir uma identificação entre os consumidores. A mídia tem função importante nessa construção a partir de anúncios, fazendo com que o consumidor seja parte daquele produto. O agente de propaganda, nesse caso, precisa criar uma identificação entre o cliente e o produto (KELLNER, 2001).

A propaganda funciona como valor de identidade e os consumidores precisam se identificar com os tipos de pessoas ou situações retratadas nas propagandas. Nesse caso, a identificação ocorre no momento em que o consumidor se sente atraído pelo produto através da representação deles na propaganda. Assim, a mídia comunica por se envolver com as autoimagens idealizadas e os desejos não revelados pelos consumidores (DU GAY *et al.*, 1997).

Os anúncios na mídia seletiva enfatizam as qualidades de uma mulher magra, jovem, pele clara, alta e de cabelos lisos, dessa forma, a organização delimita o uso desse artefato, recriando identidades e tentando limitar ainda mais quem pode e quem não pode usar essa peça. Barbeiro (2003) já chama atenção para esse fato quando discute um receptor não passivo como acontece com o empoderamento feminino, mas que está imbuído de significados adquiridos ao longo da vida.

No caso apontado, o biquíni está sendo usado para criar um significado de padrão de beleza, sendo compartilhado com as mulheres que fazem parte desse grupo. Dessa forma, questiona-se: quais identidades ou estereótipos sociais estão sendo representados e propagados na mídia?

Já na década de 60, mulheres sentiam-se reprimidas a usarem peças pequenas e isso foi inclusive propagado na letra da música “Biquíni de bolinha amarelinha” do compositor Paul Vance, na qual apresenta uma mulher tímida diante de uma peça tão pequena. Quantas “Anas Marias” precisaram se esconder atrás de uma cabine diante de um padrão de beleza estabelecido por um grupo e que exclui outro(s)?

Ana Maria entrou na cabine e foi vestir um biquíni legal, mas era tão pequenino o biquíni que Ana Maria até sentiu-se mal [...] Era um biquíni de bolinha amarelinha tão pequenininho, mal cabia na Ana Maria. Ana Maria, toda envergonhada, não quis sair da cabine assim. Ficou com medo que a rapaziada [...] Ana Maria olhou-se no espelho e viu-se quase despida afinal. Ficou com o rosto todinho vermelho e escondeu o maiô no dedal [...] (Trecho da música “Itsy bitsy teenie weenie yellow polka dot bikini”, composição original de Paul Vance, 1960 e, em língua portuguesa, escrita em 1964 pelo maestro Hervé Cordovil, interpretada por Celly Campello e, posteriormente, pela Banda Blitz).

Percebe-se que “Ana Maria” sentia-se excluída do padrão exigido na época, fato que até certo tempo perdurou nos grandes desfiles de moda do mundo. Assim, são expressos os significados que estão por trás de um artefato cultural de moda a partir de práticas sociais de resistências. O significado associado aqui encontra-se no “entre-lugar”, entre o biquíni e a imagem, denotando poder e feminilidade.

Por meio da sua publicidade, a mídia tem características personalizadas suficientes para impor identidades sociais, deliberadamente construídas para serem destinadas a uma identificação pessoal (KELLNER, 2001). São essas as únicas pessoas que utilizam ou poderiam utilizar o biquíni? O alcance real e potencial de usuários varia muito, seja pela classe social, geração, estilo de vida e interesse cultural. Os anúncios estão refletindo o mundo social de consumo dos usuários desse artefato cultural de moda sem levar em consideração as subjetividades de

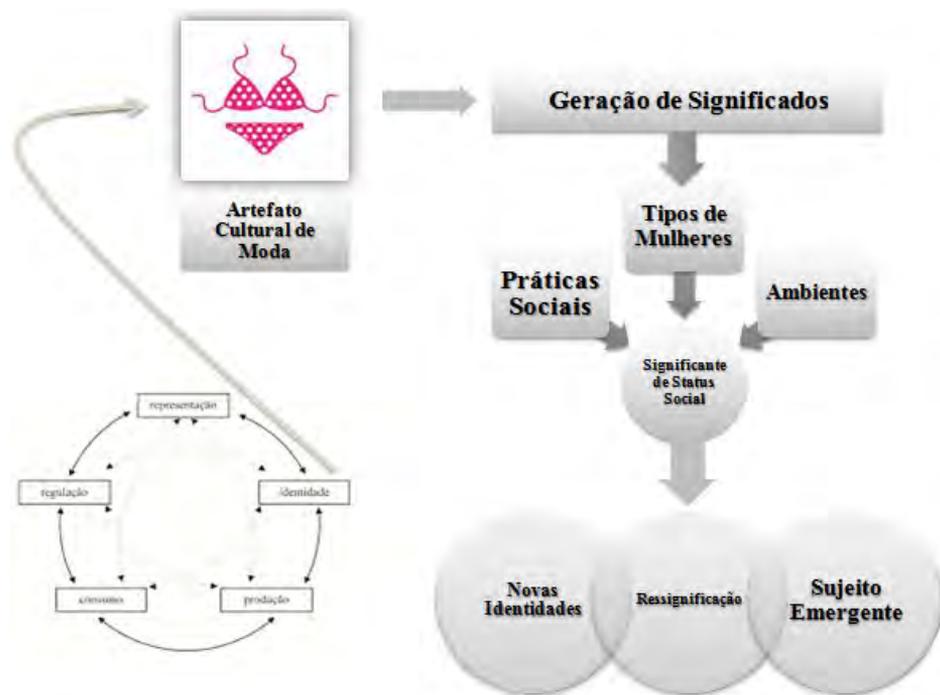
cada indivíduo. Portanto, pelo discurso midiático, o biquíni torna-se apenas um significante de status social de juventude e de beleza, acessando, assim, os significados e as características culturais que representam como valor simbólico e cultural (BEZERRA; DAVEL, 2017).

As propagandas atuais sugerem que, para significar algo de cunho simbólico, o indivíduo faz parte de um padrão estabelecido, pois pode usar um biquíni, mas a forma como funciona a representação por meio da identidade também propõe o oposto. Se a pessoa não faz parte do grupo seletivo, ela pode obter um tipo de identidade emergente, ou seja, a identidade marcada pela diferença como discute Woodward (2000).

Os significados e as formas como tudo isso funciona fazem o indivíduo anexar novas identidades e a posição de um sujeito emergente, trazendo um conceito pautado em um estilo de vida propagado pela cultura hegemônica, fazendo você se tornar uma pessoa apta a possuir determinado objeto através de geração de significados como o discutido até agora, o biquíni.

Nesse esteio, a geração de significados desdobra-se em práticas sociais, tipos de mulheres e ambientes que se tornam um significante de status social marcado pela diferença em forma de resistência, gerando novas identidades por meio da resignificação de um sujeito emergente como apresentado na representação gráfica que discute as principais ideias sobre a temática abordada neste ensaio (Figura 7).

Figura 7 - Representação gráfica de um artefato cultural de moda através da identidade



Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

Essa análise também carrega reflexões sobre a articulação do conceito de poder com a resistência feminina ao longo dos anos. Foucault (2014) discute, em seu segundo ciclo teórico, a genealogia do poder através do micro poder e a construção dos saberes. Para o autor, o poder apontado por ele não está localizado em lugar algum da estrutura, ou seja, se o poder é usado em alguma situação, ele é exercido como uma prática, é produtivo, está em fluxo, está nos discursos e tem papel disciplinador, logo, esse poder é necessário e emana de qualquer lugar, como por exemplo, o poder em forma de resistência (SOUZA, 2011). Portanto, o poder está sempre em fluxos, ou seja, ele ocorre a partir da manifestação de relações sociais e os discursos produzidos em dada sociedade.

Por meio dos movimentos políticos, sociais e ideológicos, percebe-se uma vivência humana através do discurso do empoderamento feminino e libertação de padrões patriarcais, discutindo (des)igualdade e o direito das mulheres através do uso do corpo. Butler (2013) pauta suas discussões sobre essa materialidade ontológica do corpo, rejeitando críticas simplistas e observando essas práticas como “lugares de poder”. Nas palavras de Guerra e Paiva Júnior (2009, p. 8), “a produção cultural também é entendida como uma produção permeada pela(s) lógica(s) do poder”.

A análise de um artefato cultural de moda permite-nos inferir que ele faz parte de um universo simbólico complexo, marcado por conflitos ao longo da sua história, possuindo uma cultura própria e se articulando com as práticas sociais, sendo um significante de status social marcado pela diferença, como discutem Hall (2011), Veiga-Neto (2000), Johnson (2006), Silva (2014) e Almeida (2012). Ainda em meio a tais relações, existe uma “linha de costura” representada por vínculos sociais que permeiam as interações entre o produto, indivíduo e ambiente por meio do conhecimento gerado na produção de um artefato e pelo seu valor presente na memória (KRÜGER; MINELLO, 2017). Isso significa que o contexto evidenciado no cotidiano social também integra essa discussão, na qual se propõe uma reflexão entre objeto e significado: o significado não surge diretamente do objeto, mas da maneira como o objeto é representado no discurso e da forma como ele interage com o indivíduo a partir do contexto e das práticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estudo sob a égide dos EC, no que tange ao olhar conceitual da abordagem do circuito da cultura proposto do Du Gay *et al.* (1997) para refletir o histórico do biquíni, discutiu sobre as maneiras como a cultura se expressa nas sociedades, nas quais são definidas posturas e identidades que influenciam os consumidores a partir de uma gama de práticas culturais de resistências. Assim, a emergência de um sujeito mostra-se pautada por significados manifestados por sinais da sua cultura, na qual as disputas e conflitos são inerentes a essas relações que rompem com o prisma do sujeito passivo de subjetividades em suas diferenças.

O significado emergente entre o biquíni e a imagem de uso denota poder e feminilidade. Com isso, o biquíni revela-se um significante marcado pela diferença e geração de novas

identidades num sujeito emergente. Assim, determinado artefato cultural pode influenciar as práticas culturais de uma sociedade vinculadas a ele e o modo como a identidade se ressignifica a partir do posicionamento de certo produto, associado a significados presentes na sua produção e consumo, ou seja, o biquíni revela-se como um sujeito portador de cultura, uma vez que expressa signos e símbolos emergentes do cotidiano de mulheres que demarcam a força política de afirmação social e sua resistência por meio de seu uso. Dessa forma, tais discussões apontam para o entendimento de práticas sociais vinculadas a um produto cultural, contemplando identidades culturais atreladas à sua projeção social como indumentária que reflete um protagonismo de gênero.

Este estudo contribuiu para o debate em torno dos EC ao elucidar o uso do biquíni como artefato portador de cultura, gerando transformação na ordem social e avançando no sentido de propor reflexões sobre os significados inerentes às relações de poder e à força sociocultural dos produtos culturais; além de demonstrar a relevância desse estudo e problematizar sobre novos objetos de estudos na interdisciplinaridade a partir de uma proposta que não compõe o *mainstream* da gestão.

As implicações gerenciais do estudo projetam-se na discussão que emerge no âmbito do componente globalizado dos produtos que mostram estar em conformidade com determinada lógica cultural, além do ato de se discutir políticas públicas para que tal produto não se transforme apenas numa esfera mercadológica, senão exerça a geração de significados através de práticas sociais em torno do uso desses artefatos culturais.

A apreciação dos conceitos e produtos simbólicos contempláveis pelo circuito cultural pode constituir exemplo de possibilidades da abertura de avenidas de discussão, por exemplo, a regulação e representação de produtos derivados dos videogames e do cinema, além de diferentes produtos culturais vinculados à economia criativa, entendendo que o presente estudo se debruçou na discussão do histórico do biquíni com respeito à identificação de elementos culturais presentes na esfera social ao revelar tensões em questões de gênero e afirmação social.

A análise de produtos culturais diversos pode ser efetuada a partir da proposta teórico-empírica do circuito da cultura em leituras socioculturais de linguagens expressivas da manifestação cultural, tais como: festas populares, música, dança, gastronomia, cinema, teatro e confecção de produtos artesanais. Nesses casos, ainda se sugere a utilização de outras metodologias críticas que discutam a interdisciplinaridade voltada para aclarar a compreensão dos fenômenos em evolução nesses contextos simbólicos de representação.

NOTA

1 Submetido à RIGS em out. 2019. Aceito para publicação em jun. 2020.

REFERÊNCIAS

ALLEN, M. W. The Attribute-mediation and product meaning approaches to the influences

of human values on consumer choices. In: COLUMBUS, F. (Ed.). **Advances in psychology Research**. Huntington: Nova Science Publishers, 2000. p. 1-45.

ALLEN, M. W. A practical method for uncovering the direct and indirect relationships between human values and consumer purchases. **Journal of Consumer Marketing**, v. 18, n. 2, p. 102-120, 2001.

ALMEIDA, S. L. **Inovação e [Re]articulação de significados culturais: disputas e alianças pela atribuição de sentidos ao queijo de coalho artesanal no contexto da indicação geográfica “Agreste de Pernambuco”**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ALMEIDA, S. L.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; GUERRA, J. R. F. Representação da Produção e Consumo do Queijo Coalho Artesanal. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 37-58, 2013.

ALMEIDA, S. L.; GUERRA, J. R. F.; PAIVA JÚNIOR, F. G. Que Cultura é essa nos Estudos Organizacionais? Uma Proposta de [Re]Discussão a partir dos Estudos Culturais. In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA, S. L.; GUERRA, J. R. F.; PAIVA JÚNIOR, F. G. O Empreendedorismo Compreendido sob a Perspectiva dos Estudos Culturais: A Contribuição Teórica do Circuito da Cultura. In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, S. L.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; COSTA, C.; GUERRA, J. R. F. Geographical indication re-signifying artisanal production of curd cheese in Northeastern Brazil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 6, p. 715-732, 2016.

AMÉRICO, B. L. Comunicação organizacional em debate: relacionando estudos culturais e a escola de Montreal. **Pensamento & Realidade**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração-FEA, v. 30, n. 4, p. 21-30, 2016.

BARBEIRO, J. M. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

BARROS, A. Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7-25, mar. 2014.

BARROS, A. Antecedentes dos Cursos Superiores em Administração brasileiros: as Escolas de Comércio e o Curso Superior de Administração e Finanças. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 15, p. 88-100, 2017.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **RAE**, v. 55, n. 2, p. 151-161, mar./abr. 2015.

BEZERRA, C. O.; DAVEL, E. P. B. Tradição e inovação na era digital: valor simbólico, cultura e marketing. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, n. 3, p. 288-312, 2017.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Economia e cultura da moda no Brasil**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/obec/assets/acervo/arquivo/04._pesquisa-economia-e-cultura-da-moda-2012._pags._6_a_29.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BUENO, E. A. **Uma história visual da nudez e sensualidade feminina na revista O Cruzeiro (1966-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 2013.

CAMPOS, I. M.; DAVEL, E. Identidade, arte e gestão em prol do empreendedorismo cultural: sarau empreendedor como tecnologia social. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 2, p. 783-808, 2017.

CANTON, K.; SCHILLER, L. **Moda: uma história para Crianças**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CAVALCANTE, R. C. Os Estudos organizacionais e a sua contribuição para a comunicação de organizações. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas–Abrapcorp, 1., São Paulo. **Anais...** 2007.

CARRIERI, A. P.; RODRIGUES, S. B. As Transformações nas Significações Culturais em uma Empresa de Telecomunicações: De Empresa Pública a Filial Privada. In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.

CELESTE, M. M. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

COOPER, R. The open field. **Human Relations**, v. 29, n. 11, p. 999-1017, 1976.

CORREIA-LIMA, B. C.; CABRAL, A. C. A.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; PESSOA, M. N. M.; SANTOS, S. M. O processo de institucionalização de um campo cultural sem a dependência de macroatores: o campo do humor no Ceará. **Revista Alcance**, v. 22, n. 1, p. 55-79, 2015a.

CORREIA-LIMA, B. C.; CABRAL, A. C. A.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; PESSOA, M. N. M.; SANTOS, S. M. Ceará, Estado de Graça: Raízes Socioculturais Históricas que Antecedem o Campo Organizacional do Humor. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 21, p. 367-399, 2015b.

COSTA, A. M.; SILVA, M. A. C. Empresas, Violação dos Direitos Humanos e Ditadura Civil Militar Brasileira: A Perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **Organizações &**

Sociedade (IMPRESSO), v. 25, p. 15-29, 2018.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. Perspectiva histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set. 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CUNLIFFE, A. L.; SCARATTI, G. Embedding Impact in Engaged Research: Developing Socially Useful Knowledge through Dialogical Sensemaking. **British Journal of Management**, v. 28, n. 1, p. 22-44, 2017.

DALMORO, M.; MEDEIROS, L.; PAULI, J.; AMARANTE, M. V. As lógicas dos produtores invisíveis: significados culturais na produção agrícola familiar. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, n. 3, p. 92-115, 2017.

DINIZ, F.; SUAREZ, M. C. Cultural Meanings and Consumers' Discourses about their Brand Abandonment. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2018.

DU GAY, P.; HALL, S.; JANES, L.; MACKAY, H.; NEGUS, K. **Doing Cultural Studies: The story of the Sony walkman**. Londres: Sage, 1997.

DU GAY, P.; HALL, S.; JANES, L.; MACKAY, H.; NEGUS, K. **Doing Cultural Studies: The story of the Sony walkman**. 2. ed. Londres: Sage, 1997.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografias dos Estudos Culturais – Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIA, Alexandre; GUEDES, Ana. Movimento cultural nos estudos organizacionais: uma abordagem interdisciplinar focada no consumo e na globalização. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 1, p. 1-16, 2005.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Pensa, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org., intr., rev. de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRANCO, S. M.; LEÃO, A. L. M. S. Codificando/Decodificando a comunicação organizacional: uma contribuição dos estudos culturais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 7, n. 1, p. 32-49, 2013.

GARCIA, C. **O biquíni – uma verdadeira bomba**. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/biquini.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

GARCIA, C.; MIRANDA, A. P. **Moda e comunicação: experiências, memórias e vínculos.** São Paulo: Anhembi/Morumbi, 2005.

GUERRA, J. R. F. **O Empreendedor na Produção Cinematográfica: A dinâmica empreendedora de realizadores de filmes pernambucanos.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GUERRA, J. R. F.; PAIVA JÚNIOR, F. G. Repensando a articulação entre o empreendedorismo e a produção cultural: o olhar inspirado nos estudos culturais. In: ENECUT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5., 2009, Salvador. **Anais...** 2009.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.). **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices.** London/Thousand Paks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2011.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HALL, S. Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação. In: HALL, S. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 387-404.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences.** Beverly Hills: Sage, 1980.

IPIRANGA, A. S. R.; LOPES, L. L. S.; SOUZA, E. M. A experiência estética nas práticas culinárias de uma organização gastronômica. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 191-210, 2016.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, T. T. (Org.). **Estudos Culturais: uma introdução.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KRÜGER, C.; MINELLO, I. F. Atitude empreendedora em discentes de graduação: entre a teoria e a prática. **Revista Alcance** (Online), v. 24, n. 2, p. 191-206, 2017.

MACCRACKEN, G. **Cultura & Consumo.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. SPE, p. 51-73, 2003.

MILLER, D. Consumption and its Consequences. In: MACKAY, Hugh (Ed.).

Consumption and Everyday Life. Londres: Sage, 1997. p. 1-50.

NEGUS, K. The Production of Culture. In: DU GAY, P. (Ed.). **Production of Culture/ Cultures of Production.** Londres: Open University/Sage. 1997. p. 67-102.

NELSON, C.; TREICHLER, P. A.; GROSSBERG, L. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. **Alienígenas em sala de aula:** Uma introdução aos estudos culturais em educação. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. p. 139-159.

NEUTZLING, D. M.; SANTOS, M. S. D.; BARCELLOS, M. D. D.; LAND, A. L. Value Creation from Internationalization of Sugar Cane by-products: a multi-stakeholder view of artisanal cachaça production. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, n. 55, p. 890-910, 2015.

NIEMEYER, L. **Moda praia brasileira.** São Paulo: Editora Cosac Naify, 2008.

OLIVEIRA, J. M. S. **Relações entre o design de biquíni e o “corpo remodelado” na moda-praia carioca.** Dissertação (Mestrado em Design) – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, J. S.; MELLO, C. M. As Lógicas Institucionais no Campo Organizacional Circo Contemporâneo: Uma Etnografia Multissituada no Contexto Brasil-Canadá. **Revista Alcance**, v. 23, n. 4, p. 475-494, 2016.

PACCE, L. **Biquíni Made In Brazil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2016.

PAIVA, A. L.; ANDRADE, D. M.; ANTONIALLI, L. M.; BRITO, M. J. Strategic entrepreneurship: observations from the practices of cachaça certification. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 19, n. 2, p. 3-24, 2018.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; MARTINS, W. S.; FERNANDES, O. L. C.; SILVA, A. D. F.; SANTANA, G. A. Empreendedor inovando o bem simbólico na rede de negócios: produção & consumo de software no Porto Digital. **Exacta**, v. 12, n. 3, p. 293-301, 2014.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; CORRÊA, M. I. S.; SOUZA, A. C. R. A identidade cultural e a articulação de caráter empreendedor na busca por um desenvolvimento local. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006.

PAZ E SILVA, K. M.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; MUZZIO, H. A recriação do significado da xilogravura produzida por J. Borges: uma análise por meio dos Estudos Culturais à luz da representação de Stuart Hall. **REOCUPE - Revista do Observatório de Cultura de Pernambuco**, v. 1, p. 23-34, 2018.

PENTEADO, F. B. **Universo moda praia.** Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. (Graduação em Moda) – Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Florianópolis, 2009.

POMPEU, S. L. E.; SOUZA, E. M. A Produção Científica sobre Sexualidade nos Estudos

Organizacionais: uma análise das publicações realizadas entre 2005 e 2014. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 84, p. 50-67, 2017.

RASLAN, E. M. S.; DORNELLES, B. C. P. A moda, como meio de comunicação, gera símbolos diferenciados de tecnologia. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 17, p. 51-66, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLO, J.L. Uma história da revista O cruzeiro 1930-1960. In: GRAWRYSZWSKI, Alberto (Org.). **O Cruzeiro: uma revista (muito) ilustrada**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina/LEDI, 2009.

SAUKKO, P. **Doing research in cultural studies: an introduction to classical and new methodological approaches**. Londres: Sage Publications, 2003.

SILVA, A. D. F. **O processo regulador na [Re] conversão de um Arranjo Produtivo Local: o caso do Portomídia – Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, A. C. R. **O “Circuito da Cultura” e a estruturação de um discurso: fazendo sentido do vinho do Vale do São Francisco**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos Ebape. BR**, v. 10, n. 1, p. 40-64, 2012.

SOUZA LEÃO, A. L. M.; LIMA PERDIGÃO, J. G.; FRANCO, S. M.; FERREIRA, B. R. T. São João de Campina Grande como megaevento: imbricamento entre sistema e mundo da vida na mercadorização da cultura. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 2, p. 87-94, 2017.

SOUZA LEÃO, A. L. M.; SILVA, C. E. P. Cultura, Magia e Trocas: uma análise semiológica das Propagandas sobre o Carnaval de Pernambuco. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 133-149, 2016.

SOUZA, W. L. Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 4, p. 103-124, 2011.

STREY, M. N. Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas. **Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia**, Porto Alegre, n. 13, p. 148-154, 2000.

THOMPSON, K. Regulation, De-Regulation and Regulation. In: THOMPSON, K. (Ed.). **Media and Cultural Regulation**. Londres: Sage, 1997. p. 9-68.

TILIO, R. C. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 1, n. 1, p. 109-119, 2009.

TOLDO, G. S.; LOPES, F. D. Cinema como arte ou entretenimento: uma visão de seus realizadores e a estrutura organizacional de suas produtoras. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 167-190, 2017.

TORRES, C. V.; ALLEN, M. W. Influência da cultura, dos valores humanos e do significado do produto na predição de consumo: síntese de dois estudos multiculturais na Austrália e no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 3, p. 127-152, 2009.

VEIGA-NETO, A. Michel Foucault e os estudos culturais. In: COSTA, M. V. (Org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 167-191.

VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **RAE (Impresso)**, v. 50, p. 36-46, 2010.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade & Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-66.

**Carlos César
de Oliveira
Lacerda**

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (PPGA/UECE). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE). Graduado em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

**Fernando
Gomes de
Paiva Júnior**

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Administração pela Universidad de Deusto, País Basco, Espanha. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutorado pelo Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD), Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade Federal de Pernambuco.

**Sérgio
Carvalho
Benício de
Mello**

Tem formação na área de Administração de Empresas e Filosofia, tendo alcançado o título de Doutor pela City University of London, Reino Unido. É professor titular da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de produtividade em pesquisa nível 1D do CNPq.



Foto: Grace Rodrigues

A Utilização da Contabilidade Gerencial nos Centros de Tradições Gaúchas¹

Tamires Martini, Sinara Jaroseski e Roberto Birch Gonçalves

Resumo

Os Centros de Tradições Gaúchas são sociedades civis sem fins lucrativos que atuam na preservação e difusão da cultura tradicionalista gaúcha, buscando o fortalecimento de valores éticos e morais. No entanto, para essas entidades manterem-se em atividade, são arrecadados recursos oriundos de terceiros, havendo dificuldade na captação e na aplicação desses recursos. Diante disso, a Contabilidade Gerencial atua fornecendo instrumentos que auxiliam a gestão, pois tratam as informações geradas, aprimorando as decisões que potencializam a captação e a utilização de recursos. Portanto, o objetivo do artigo é analisar a utilização da contabilidade gerencial para o terceiro setor na percepção dos gestores de CTGs filiados à 25ª Região Tradicionalista (RT). Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa com vinte e nove entidades. Os resultados mostram que o fato de os CTGs não executarem a Contabilidade Gerencial, seja por falta de conhecimento dos gestores ou por falta de recursos para sua implantação, impacta negativamente sua autossustentabilidade e perenidade.

Palavras-chave

Contabilidade Gerencial. Instrumentos. Gestão. Terceiro Setor. Centros de Tradições Gaúchas.

Abstract

The Gaúcho Tradition Centers (Centros de Tradições Gaúchas – CTGs) are non-profit civil societies that work in the preservation and diffusion of Gaúcho traditionalist culture, seeking to strengthen ethical and moral values. However, for these entities to remain active, funds from third parties are collected, with difficulties in attracting and applying these funds. Due to that, Managerial Accounting provides instruments that assist management, as it processes the information generated, improving the decisions that enhance resource capture and use. Therefore, the aim of the article is to analyze the use of management accounting by the third sector in the perception of managers of CTGs affiliated to the 25th Traditionalist Region (RT).

Therefore, an exploratory research with a quantitative approach was carried out with twenty-nine entities. The results show that the fact that CTGs do not perform Managerial Accounting, either due to the lack of knowledge by managers or due to the lack of resources for its implementation, negatively impacts their self-sustainability and permanence.

Keywords Management Accounting. Instruments. Management. Third Sector. Gaúcho Tradition Centers.

INTRODUÇÃO

O evidente aumento dos números de organizações do Terceiro Setor, tanto na esfera nacional quanto internacional, justificado pelos seus objetivos perante a sociedade, os quais circunscrevem no propósito de buscar alternativas aos mais distintos problemas sociais (TONDOLO, 2014), amplia o número de estudos que envolvem essas entidades (SANTOS; LEAL, 2012). Ocupando uma posição intermediária entre o primeiro setor e o segundo setor (PAES, 2018), o Terceiro Setor vem suprindo as lacunas de demandas da sociedade (LIMA; FREITAG, 2014), na medida em que atua no tratamento de problemas sociais que não são atendidos pelo Estado, nem são do interesse das empresas, cuja finalidade é o lucro.

A necessidade de recursos de toda ordem para que as entidades do Terceiro Setor mantenham-se em atividade coloca os gestores frente a desafios de arrecadação de fundos, contratação de mão de obra, aspectos legais, entre outros. De fato, os gestores exercem suas atividades a partir de uma lógica instrumental específica, capaz de mesclar os princípios ontológicos da essência pública com as técnicas gerenciais predominantes no setor privado (PATZLAFF *et al.*, 2015). No entanto, pelo fato de não haver normas que regem a elaboração e execução de instrumentos gerenciais, o critério para adoção é particular, conforme a decisão de cada gestor, dependendo dos recursos e conhecimentos dos instrumentos e seus resultados.

Assim, a contabilidade gerencial deve ser utilizada na tomada de decisão, independentemente do porte da organização, fundamentada no fato de que os recursos das entidades sem fins lucrativos são limitados (CFC, 2015). Porém, ficaram evidentes, em estudos realizados anteriormente, dificuldades gerenciais como: a falta de conhecimento dos gestores sobre os instrumentos gerenciais e limitação encontrada na maioria dessas entidades no que diz respeito à aplicação de controles e análises em sua estrutura funcional, devido à falta de recursos para tal (MARIO *et al.*, 2013).

Nesse cenário, encontram-se as entidades culturais que atuam na difusão da cultura tradicionalista gaúcha espalhada por todas as regiões do Brasil e fora dele (HERÊNCIO, 2017). Estes tipos de organizações demandam informações adequadas a fim de assegurar a

viabilidade das suas atividades, garantindo a sobrevivência e ampliação da atuação, e podem se abastecer da gestão embasada na contabilidade gerencial.

As entidades do Terceiro Setor, mesmo que suas atividades não tenham um objetivo de lucratividade como as demais empresas, também necessitam da atuação da Contabilidade Gerencial, afinal, precisam destinar de forma inteligente os recursos arrecadados para ampliar a sua atuação na sociedade de forma autossustentável. Além disso, o Terceiro Setor vem crescendo significativamente nos últimos anos, conforme evidenciado nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em 2002, observou-se que o número de associações e fundações sem fins lucrativos era de 275,9 mil; já em 2010, houve um crescimento de 8,8% no número de FASFIL (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos) para 290,7 mil.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a utilização da contabilidade gerencial no terceiro setor na percepção dos gestores de CTGs filiados à 25ª Região Tradicionalista (RT) para que se possa responder à questão de pesquisa do estudo: qual a contribuição da Contabilidade Gerencial para as entidades que difundem a cultura tradicionalista gaúcha?

REFERENCIAL TEÓRICO

Contabilidade gerencial

A Contabilidade tem função administrativa que se caracteriza pelo controle do patrimônio, bem como exerce função econômica ao apurar o resultado das organizações, funções que são desempenhadas com o intuito de prestar informações úteis (VICECONTI; NEVES, 2017), objetivas e relevantes para a tomada de decisões dentro e fora da empresa (MARION, 2015; CREPALDI; CREPALDI, 2019b). A Contabilidade Gerencial é um importante instrumento de análise e interpretação, visando à tomada de decisões, não podendo ser considerada uma simples ramificação da Contabilidade Financeira (MARION; RIBEIRO, 2018), pois visualiza o âmbito geral da organização de forma harmônica ao invés de observar cada atividade e etapa isoladamente identificando oportunidades de melhorias (JOÃO, 2015). Perspectivas que são determinantes para entidades do terceiro setor, pois mesmo sendo caracterizadas por serem sem finalidade de lucro, há alta competitividade na busca de recursos financeiros, exigindo capacidade de gestão para serem competitivas (TONDOLO, 2014).

Do ponto de vista da gestão, uma dificuldade é o fato dessas entidades serem formadas por indivíduos especializados nas atividades-fim, normalmente relacionadas ao desenvolvimento social e ao campo de atuação das organizações, e não em expertises gerenciais como contabilidade, recursos humanos, entre outras. De modo que a falta de propriedade de conhecimentos técnicos acarreta em deficiências estruturais de planejamento, podendo até inviabilizar as atividades (LOPES; VIANA, 2013). Além disso, muitos gestores atuam de forma voluntária, podendo criar uma possível vulnerabilidade no que tange à exigência por resultados (TONDOLO, 2014). Por outro lado, é difícil a contratação onerada de um profissional que esteja apto a utilizar os meios mais adequados para o gerenciamento

de projetos (MARIO *et al.*, 2013). Assim, podem acontecer equívocos administrativos e financeiros, e até gastos desnecessários que poderiam ser evitados, prevenindo contra desperdício de recursos financeiros.

Além das dificuldades financeiras, as entidades enfrentam dificuldades administrativas e contábeis. Por vezes, a preocupação cotidiana é apenas cumprir as exigências das leis e dos financiadores na aplicação exata e prestação de contas dos recursos recebidos, não se preocupando em criar um sistema de informações gerenciais para poder aperfeiçoar a utilização desses recursos na tomada de decisões (LOPES; VIANA, 2013).

Outro obstáculo é o custo para obtenção de informações contábeis; também há pouca divulgação das informações contábeis por parte das entidades, pois, para os investidores sociais, os custos das informações representam uma grande parcela da destinação dada às suas doações (CRUZ, 2010). Nesse sentido, Santos e Leal (2012, p. 14) afirmam que não utilizar as ferramentas gerenciais nas organizações deste setor “seja por falta de conhecimento da sua importância ou por falta de recursos para sua implantação, pode prejudicar ou comprometer a gestão eficiente”, podendo acarretar, no pior dos casos, o encerramento da atividade da entidade pela sua inviabilidade. Porém, as organizações podem se utilizar da contabilidade gerencial para melhorar seu desempenho.

Instrumentos de contabilidade gerencial aplicáveis no terceiro setor

Além de ser mantida em constante atualização, a informação contábil-gerencial deve ser conciliada e sustentada de acordo com as técnicas contábeis, normalmente sustentadas por um sistema de informação contábil adequadamente estruturado, para possibilitar a utilização eficiente dos dados necessários para a gestão econômica e financeira da empresa, proporcionando a excelência na relação custo benefício da geração e comunicação das informações (CREPALDI; CREPALDI, 2019a).

No entanto, a base de sustentação está no plano congruente de contas contábeis, seguindo os critérios de fidelidade, clareza e denominação adequados, levando em consideração as características das atividades de uma empresa do terceiro setor. Caso não sejam seguidos esses princípios, o plano de contas não atenderá à demanda de representar fielmente o patrimônio, não sendo possível elaborar relatórios gerenciais contábeis úteis para a tomada de decisão (AMORIM, 2018), principalmente nos dois grandes grupos de informação contábil gerencial conforme Coelho e Lins (2010): i) avaliação de desempenho econômico-financeiro (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração de fluxos de caixa); e ii) avaliação de desempenho de produtos (gestão estratégica de custos, indicadores relacionados ao processo operacional).

Ainda, para Marion e Ribeiro (2018), a avaliação de desempenho econômico-financeiro tem três aspectos a serem observados: liquidez, rentabilidade e endividamento, mensurados com o intuito de medir a garantia de pagamento às obrigações, o êxito econômico e a correta utilização dos capitais próprios em relação aos capitais de terceiros. Tais avaliações que demonstram o desempenho das organizações precisam ser executadas rotineiramente.

Assim, os gestores saberão se a organização está ou não atingindo as metas estipuladas. Sucessivamente, a análise das divergências demonstra os fatores que acarretaram no êxito ou não, possibilitando aos gestores a visão necessária para intervir, reparando falhas ou aprimorando processos para ampliar o desempenho (MARION; RIBEIRO, 2018).

Fundamentando-se no fato de que a informação gerada pela Contabilidade Gerencial para um usuário pode não ser ótima para outro, conforme o *Financial Accounting Standards Board* - FASB (2010), deve esta tentar atender o maior número de usuários diferentes. Sendo assim, as afirmações de diferentes autores que discorrem sobre as ferramentas da Contabilidade Gerencial aplicáveis ao Terceiro Setor são elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Contabilidade gerencial aplicáveis ao Terceiro Setor

Instrumento	Autores	Objetivo
Accountability / Prestação de Contas	Mario et al. (2013); Dall'Agnol et al. (2017)	A publicação das informações contábeis fornece a credibilidade aos provedores de recursos e também aos receptores dos resultados, ampliando a captação de recursos.
Auditoria	Lopes e Viana (2013); CRC (2018)	Atua tanto com base nas exigências legais quanto para empregar credibilidade à gestão das organizações mediante expressão de uma opinião de um auditor independente.
Balanced Scorecard (BSC)	Atkinson et al. (2015); Crepaldi e Crepaldi (2019b)	Proporciona a visão em um conjunto claro de objetivos das áreas de uma entidade, visando o alinhamento da organização com as estratégias planejadas.
Controle Interno	Lima e Freitag (2014); Crepaldi e Crepaldi (2019b)	São procedimentos adotados para a segregação de tarefas, não permitindo que um indivíduo realize todas as atividades interligadas, mitigando a possibilidade de condutas antiéticas.
Demonstrações Contábeis	Coelho e Lins (2010); Marion e Ribeiro (2018)	A análise das demonstrações possibilita o conhecimento da situação econômica e financeira (liquidez, rentabilidade e endividamento). Visa a garantia de pagamento às obrigações, êxito econômico e a correta utilização dos capitais.
Gestão Baseada em Valor (GBV)	Araújo, Fregonesi e Neto (2011); Costa e Souza (2015)	Métrica adaptável ao Terceiro Setor, a qual permite comparar o retorno sobre o custo total de capital investido e o valor social agregado à comunidade.
Gestão Contábil	Lopes e Viana (2013); Lima e Freitag (2014)	Consiste na prática contábil, respeitando as peculiaridades das organizações do terceiro setor. A sua inobservância pode inviabilizar as atividades das organizações.
Métodos de Custeio	Lima e Freitag (2014); Crepaldi e Crepaldi (2019b)	Possibilitam estimar despesas operacionais, custos de serviços aos beneficiários. Também oferece feedback econômico sobre a eficiência do processo através do mapeamento do consumo de recursos.
Orçamentos	Olak e Nascimento (2010); Atkinson et al. (2015)	Auxiliam as organizações a desempenhar as funções de planejamento pela gestão, formalização de responsabilidades, relacionamentos e apresentar os planos esperados.

Planejamento Estratégico	Mario et al. (2013); Crepaldi e Crepaldi (2019b)	Estabelece metas em curto e médio prazo que possibilitarão a consecução dos objetivos propostos. Abrange todas as atividades planejadas e todos os recursos.
Plano de contas	Lima e Freitag (2014); CFC (2015)	Tem a função descritiva do reconhecimento das transações, terminologias e a forma de registro e evidenciação de fatos.

Fonte: Autores.

Diante dos instrumentos evidenciados, Olak e Nascimento (2010) listaram as principais demonstrações e as suas contribuições para as entidades sem fins lucrativos: (i) Balanço Patrimonial (BP), pois evidencia a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade; (ii) Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* (DSDE), é a demonstração que tem a mesma finalidade da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), utilizada nas entidades do segundo setor, no entanto, específica para o Terceiro Setor; (iii) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPLS), porque fornece a movimentação ocorrida em determinado período nas contas que compõem o patrimônio líquido social da entidade; e (iv) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), pois evidencia recebimentos e pagamentos do período e o respectivo saldo existente para cumprir com compromissos vencidos.

Castro, Costa e Souza (2015, p. 5) ressaltam a importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), justificando ser esta a “demonstração de análise da geração e distribuição de riqueza”. Para Crepaldi e Crepaldi (2019a), a DVA proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e também a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.

METODOLOGIA

Neste trabalho, seguiu-se o sugerido por Marconi e Lakatos (2017), realizando-se um estudo exploratório para que se pudesse ter uma maior proximidade ao objeto do estudo, objetivando reiterar e clarificar conceitos do uso da contabilidade gerencial no terceiro setor.

Primeiramente, realizou-se pesquisa bibliográfica para uma verificação dos diversos aspectos que devem ser considerados para a eficiência da contabilidade gerencial no terceiro setor, neste estudo, com foco nas entidades culturais de tradicionalismo gaúcho de Participação Plena filiadas à 25ª Região Tradicionalista.

Procedimentos de coleta e análise dos dados

Complementarmente, procedeu-se à realização de entrevistas estruturadas mediante questionário abordando aspectos qualitativos e quantitativos aplicados aos responsáveis das entidades abrangidas. O objetivo foi a observação da forma prática dos conceitos teóricos levantados através da pesquisa bibliográfica, por meio dos seguintes procedimentos de coleta e análise de dados:

- . Determinação da amostragem de pesquisa, por intermédio de consulta ao cadastro de entidades e suas classificações perante a 25ª RT;
- . Elaboração, pré-teste e distribuição de um questionário semiestruturado. O questionário contemplou 42 questões, sendo em sua maioria fechadas, tratadas por escala Likert. As questões abertas referem-se a seis questionamentos, para os quais os respondentes tinham a alternativa de acrescentar alguma opinião, sendo esta transcrita no decorrer da análise de dados;
- . Entrevista com os gestores dos CTGs. Em cada CTG, foi entrevistado o gestor que é o Patrão ou, na falta deste, o Agregado de Pilchas (quatro situações);
- . Tabulação das respostas, utilizando a ferramenta de planilha eletrônica e software de análise estatística (SPSS);
- . Relação dos dados levantados com o embasamento teórico, alinhado ao objetivo e à questão de pesquisa.

A amostra aplicada neste estudo abrange os CTGs de Participação Plena filiados à 25ª Região Tradicionalista (RT). Sendo assim, foram analisadas vinte e nove entidades, de acordo com o banco de dados fornecido pela secretaria da 25ª RT, atualizado até dia 06 de agosto de 2019, sendo que o total de vinte e nove questionários foi validado, representando 35 % do total de 80 CTGs pertencentes a 25ª RT.

Para iniciar os procedimentos de coleta e análise dos dados, foi elaborado um questionário semiestruturado embasado no padrão aplicado na pesquisa realizada por Vargas (2018). Posteriormente, este questionário foi submetido à validação por meio de pré-teste efetivado por dois professores com títulos de Doutorado e Mestrado em Administração, para ajustes que melhoraram o entendimento das questões. Num segundo momento, o questionário foi enviado aos respondentes, utilizando-se o recurso de formulários *online* do *Google*, desta forma, obtiveram-se dez respostas dos gestores mais familiarizados com tecnologia. Para as demais dezoito respostas, foram aplicados questionários acompanhados presencialmente, visando minimizar desentendimentos e facilitar que fossem respondidos pelos gestores.

Na sequência, as respostas foram tabuladas, possibilitando a análise estatística dos dados coletados (GIL, 2017), com o uso do *software* IBM® SPSS® *Statistics* 21, embasada no referencial teórico obtido na pesquisa bibliográfica.

As estatísticas foram descritivas e análise estatística de referência cruzada, conforme Fávero e Belfiore (2017), com o objetivo de verificar a existência de expressividade na relação entre o perfil dos respondentes e suas entidades representadas com os atributos desta pesquisa. Deste modo, foi possível um maior entendimento da associação das variáveis categóricas a partir da utilização do comando *Crosstabs* do SPSS®, o qual realiza cruzamentos entre variáveis, agregando conteúdo e conhecimento às análises.

UNIDADE DE ANÁLISE: MTG E SUAS REGIÕES TRADICIONALISTAS

O MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho) é um órgão catalisador, disciplinador, orientador das atividades dos seus filiados e entidades. Sendo os seus objetivos classificados em duas ordens: i) congregar os Centros de Tradições Gaúchas e entidades para a padronização de procedimentos e realização de atividades com abrangência estadual ou nacional; e ii) preservar o núcleo da formação gaúcha e a ideologia consolidada nos estudos da história, da tradição e do folclore, além do que constam nos documentos, como as teses aprovadas em congressos e a Carta de Princípios, a qual define os objetivos do tradicionalismo gaúcho desde o ano de 1961 (MTG, 2019). O Movimento Tradicionalista é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída pela união de entidades legalmente constituídas, sob a denominação de Centro de Tradição Gaúcha ou outra designação que evidencie o seu escopo (VARGAS, 2018); são locais destinados ao culto da tradição, espalhados pelo Brasil e pelo mundo (HERÊNCIO, 2017).

De acordo com o Estatuto do MTG (2014), em seu capítulo VIII, as Regiões Tradicionalistas (RTs) são órgãos com personalidade jurídica própria de desconcentração territorial do movimento, compostas por um número ilimitado de entidades tradicionalistas devidamente filiadas. Ao todo são classificadas em trinta e uma RTs, sendo elas definidas conforme divisão territorial estabelecida no art. 195 do Regulamento Geral do MTG (2015). Esta divisão pode sofrer alterações mediante solicitação dos municípios ou no caso de emancipação, quando o novo município é integrado à região à qual pertence o município de origem. Nesta classificação (MTG, 2015), estão as cidades: Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Pádua, Nova Roma do Sul e São Marcos, compondo a Vigésima Quinta Região Tradicionalista (25ª RT).

Os CTGs podem ser divididos em categorias conforme suas atividades (MTG, 2015): i) Entidades de Participação Plena (Centro de Tradições Gaúchas - CTG ou Departamento de Tradições Gaúchas - DTG); ii) Entidades de Participação Parcial; iii) Entidades Especiais; e iv) Entidades Associativas Tradicionalistas Municipais. As entidades de Participação Plena possuem um número mínimo de oitenta associados titulares, sede própria ou permanente e estrutura organizacional composta por, no mínimo, as invernadas cultural, artística e campeira. Já as entidades de participação parcial têm um número mínimo de quarenta sócios titulares e uma estrutura organizacional composta pela área cultural e mais uma área de atuação. A terceira categoria engloba as entidades especiais que têm como característica dedicar-se a uma área da cultura ou do folclore gaúcho e têm um mínimo de quinze sócios titulares (VARGAS; 2018).

ANÁLISE DOS DADOS

características da contabilidade das entidades

Foram realizados questionamentos acerca dos serviços contábeis prestados aos CTGs, com o intuito de analisar as demandas, motivações e satisfação sobre estes. Primeiramente, classificaram-se as entidades pelo perfil dos serviços contábeis. Foi identificado que

pouco mais da metade das entidades (51,7%) possui contabilidade terceirizada, enquanto 24,1% dos CTGs possuem contabilidade voluntária. Entretanto, apenas uma entidade possui contabilidade interna, pelo fato de ser pertencente a uma fundação mantida por uma empresa classificada como sociedade anônima que se beneficia por incentivos fiscais para promover a cultura. Todavia, o índice que mais chama atenção nesse levantamento é o número de entidades que não atendem às obrigações contábeis e tributárias por não manterem a contabilização regular – seis entidades, correspondendo a 20,7%.

CTGs que Possuem Contabilidade Regular

Com o objetivo de verificar as características dos serviços contábeis prestados às entidades estudadas, foram aplicados questionamentos específicos às vinte e três entidades que possuem contabilidade regular. Inicialmente, houve a indagação a respeito das causas que motivam a contabilização regular nos CTGs, conforme as classificações demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1 - Motivação para contabilização regular

Questão	Alternativa	Quantidade	%
Características dos serviços contábeis	Cumprir com obrigações perante o fisco	15	65,2%
	Prestar contas com colaboradores	13	56,5%
	Cumprir com obrigações perante o MTG	8	34,8%
	Gerar informações para a gestão de recursos	6	26,1%
Utilização das Demonstrações Contábeis	Prestar contas	17	77,3%
	Fundamentar decisões	6	27,3%
	Não utilizo	5	22,7%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Nota-se que os aspectos legais são preponderantes, pois 15 (65,2%) entidades mantêm a contabilidade especialmente para cumprir com as obrigações perante o fisco, e oito entidades (34,8%) também executam a contabilização para manter-se em regularização com o MTG. Tendo em vista que 73,9% das entidades que possuem contabilidade recebem relatórios e demonstrações dos seus contadores, sendo a Demonstração do Fluxo de Caixa (76,5%) e o Balanço Patrimonial (52,9%) os mais lembrados pelos gestores. Apenas seis CTGs (26,1%) consideram a elaboração de informações para a gestão de recursos um motivo para a contabilização adequada.

Concomitantemente, obteve-se um percentual muito aproximado de 27,3% das entidades que usufruem das demonstrações para fundamentar as decisões quando questionadas sobre a utilização das mesmas. Do mesmo modo, obteve-se o índice de 77,3% dos CTGs que utiliza as demonstrações para prestar contas aos colaboradores e à sociedade de modo geral. Em contrapartida, a Tabela 1 apresenta que cinco entidades (22,7%) não identificaram qualquer

aproveitamento dos dados provenientes das demonstrações elaboradas pelos contadores.

Por fim, com o intuito de averiguar a satisfação em relação aos serviços prestados pelo contador, obtiveram-se os seguintes dados evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2 – Satisfação dos serviços contábeis

	Contagem	Média	D. Padrão	Varição
São satisfatórios os serviços disponibilizados pela contabilidade	23	4,35	1,0706	24,62%
São atendidas pela contabilidade as demandas de informações essenciais para a gestão	23	4,35	1,0706	24,62%
Há relevância de dados fornecidos pela contabilidade para a tomada de decisão	23	3,87	1,1795	30,48%
É importante o acompanhamento do trabalho do contador, dando suporte para gerar informações adequadas	23	4,39	0,9409	21,43%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa

Verifica-se que foi atribuída a média de 3,87 na escala Likert, de acordo com a Tabela 2, quando questionado sobre a relevância de dados fornecidos pela contabilidade para a tomada de decisão. Essa média é proporcionalmente a mais baixa obtida na pesquisa, representando que a grande maioria dos respondentes considera-se indeciso para classificar a importância dos dados fornecidos.

Dessa forma, esta análise comprova que, de modo geral, as entidades estão satisfeitas com os serviços contábeis. Apenas reforça que alguns CTGs não identificam significância alguma nos dados fornecidos pela contabilidade para fundamentar as decisões gerenciais.

Por fim, procedeu-se à realização do teste *t* com os dados levantados no questionário com o intuito de averiguar a existência da diferença linear entre as médias das variáveis. Obteve-se, assim, a Tabela 3.

Tabela 3 – Teste t para comparação entre médias

	t	df	Sig.	≠ Média	Std. ≠ de erro	Interv. de 95% de confi. da ≠	
						Menor	Maior
Recebe relatórios e demonstrações pelo contador?	4,1376	21,0000	0,0005	1,5980	0,3862	0,7948	2,4012
São atendidas pela contabilidade as demandas de informações.	2,6188	5,3147	0,0445	1,5980	0,6102	0,0570	3,1391

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com base nos resultados, pode-se afirmar que, o teste *t* retornou o Sig. (valor- *p*) de 0,0445 < 0,0500, ou seja, é menor que o nível de significância escolhido = 0,05 (PESTANA;

GAGEIRO, 2005). Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que existe a diferença linear entre as médias das variáveis testadas. Permitindo a afirmação de que o fato de receber ou não os relatórios e demonstrações contábeis afetam diretamente no atendimento à demanda de informações necessárias para a gestão.

CTGs que não Possuem Contabilidade Regular

Com o objetivo de investigar as causas dos seis CTGs (20,7%) que não mantêm a escrituração contábil em conformidade, bem como o descumprimento de obrigações acessórias e principais exigidas pelo fisco, foram direcionados questionamentos específicos a estes. Primeiramente, a Tabela 4 apresenta os impedimentos apresentados pelas entidades que justificam as irregularidades.

Tabela 4 – Motivos de não haver contabilidade regular

	Contagem
Alto custo dos honorários	3
Há controles internos que dispensam os serviços contábeis	3
A estrutura da entidade não comporta a contratação do serviço	1
Somos uma instituição filantrópica	1

Fonte: Dados provenientes da pesquisa

Com esta análise, é possível identificar a falta de preparo técnico dos gestores, tendo em vista que três deles afirmaram que os controles internos dispensam os serviços contábeis e um deles alegou que a instituição é filantrópica. Todavia, de acordo com o CRC RS (2018), as entidades sem fins lucrativos, assim como qualquer pessoa jurídica, independentemente do seu enquadramento jurídico ou da forma de tributação, estão sujeitas a cumprir com várias obrigações acessórias e principais. No caso de entidades sem fins lucrativos, o CRC RS (2018) elenca as principais obrigações, sendo: obrigações trabalhistas e previdenciárias, obrigações fiscais, obrigações contábeis, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e as obrigações específicas das organizações do Terceiro Setor.

Pode-se perceber que, para parte dos gestores, essas obrigações são desconhecidas, sendo confundida a imunidade e a isenção tributária da atividade da sua instituição com a dispensa de qualquer obrigação atendida pelos serviços contábeis.

Ainda, foi identificada uma entidade que se considera sem estrutura que comporte a contratação dos serviços contábeis, demonstrado o entendimento que o profissional contábil deve ser apenas para entidades de grande porte, não sendo o caso do respondente. Também, houve três entidades que afirmam que o alto custo dos honorários é o impedimento de manter-se em regularidade. Análises estas que fortalecem a afirmação descrita em revisão bibliográfica pertinente à visão atribuída ao alto custo para obtenção de informações contábeis (CRUZ, 2010), em muitos casos, impossibilitando a contratação de um contador.

Logo, foi questionado a estas entidades quais são os controles internos efetuados para atender às demandas de informações pertinentes à gestão, sendo que não há qualquer dado obtido a partir da contabilização dos fatos, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Controles internos de entidades irregulares

	Contagem
Livro caixa	5
Relatório de gastos	5
Contas bancárias	1
Relatórios e projeções	1

Fonte: Dados provenientes da pesquisa

Verifica-se que, a principal atribuição dos controles executados está em evidenciar os recebimentos e pagamentos do período e o respectivo saldo existente para cumprir com compromissos vencidos, de acordo com as cinco entidades que realizam o livro caixa e cinco que elaboram relatório de gastos.

O mesmo ocorre com as entidades que possuem contabilidade regular, pois atribuíram média alta de 4,5862 na escala Likert para a afirmação sobre a elaboração dos fluxos de caixa, de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6 – Elaboração dos fluxos de caixa

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
São elaborados internamente fluxos de caixa, demonstrando entradas e saídas de valores	29,0000	4,5862	0,8245	17,98%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com isso, pode-se apontar que, independentemente de haver contabilização dos fatos, a maioria dos gestores dos CTGs concorda parcialmente com a importância da elaboração do fluxo de caixa.

Desse modo, fica evidente a inexistência de informações precisas para fundamentar as decisões da gestão, bem como, a deficiência de meios de avaliação de desempenho com o intuito de medir a correta utilização dos capitais, garantia de pagamento às obrigações e êxito econômico (MARION; RIBEIRO, 2018). Podendo assim, comprometer a continuidade da atividade da entidade em virtude da sua inviabilidade, consequência, em muitos casos, da não aderência de ferramentas da Contabilidade Gerencial, tanto pela falta de conhecimento quanto pela falta de recursos para a implantação das mesmas (SANTOS; LEAL, 2012).

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DA CONTABILIDADE NA GESTÃO

Objetivando investigar a utilização e a relevância atribuída aos instrumentos da Contabilidade Gerencial na gestão dos CTGs, foram aplicados questionamentos abrangendo os principais instrumentos aplicáveis ao Terceiro Setor, conforme apresentado no Quadro 1 anteriormente. A Tabela 7 apresenta um panorama dos instrumentos utilizados pelas entidades pesquisadas.

Tabela 7 – Instrumentos da contabilidade utilizados

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coef. de Variação
Há a prestação de contas para os colaboradores da entidade, comprovando a destinação das doações	23	4,5217	0,9941	21,98%
É efetuada auditoria, com o intuito de acrescentar credibilidade nas demonstrações contábeis	23	3,5217	1,3097	37,19%
São utilizados com frequência controles internos, buscando evitar desvios dos recursos financeiros da entidade	29	4,4483	0,9097	20,45%
Há avaliação de desempenho, utilizando indicadores	23	3,0000	1,4460	48,20%
São analisadas as demonstrações contábeis a fim de avaliar a situação econômica e patrimonial do CTG	23	4,1739	1,1929	28,58%
São mensurados os custos a fim de mapear o consumo de recursos	29	4,3103	1,0387	24,10%
É elaborado o orçamento com a finalidade de balancear as receitas com as demandas de gastos	29	4,4828	0,9111	20,32%
O planejamento estratégico é válido para apresentar de forma clara as metas da entidade	29	4,4828	0,7378	16,46%
São realizadas análises entre as metas planejadas e as alcançadas	29	3,8621	1,1870	30,73%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Nota-se que a prestação de contas para comprovação da destinação dos recursos nas entidades estudadas é a principal atribuição dada às informações provenientes da contabilidade, com 77,3% afirmando seu uso e importância. O item obteve a maior média (4,5217). Com isso, pode-se apontar que os CTGs prezam pela transparência nas ações da gestão, buscando demonstrar aos interessados a aplicação dos recursos.

Em relação à indagação se as demonstrações contábeis são submetidas a auditoria (média 3,5217), juntamente com o elevado coeficiente de variação de 37,19%, há a interpretação de que os respondentes apresentam-se indecisos para afirmar se as demonstrações contábeis são submetidas a auditoria. Levando em consideração a evidência da baixa instrução específica dos gestores, atribuem-se os resultados obtidos ao provável desconhecimento do que venha a ser auditoria das demonstrações contábeis.

Com o objetivo de averiguar se, de fato, há a análise das demonstrações por parte dos gestores dos CTGs, foi interrogado sobre a avaliação de indicadores e a avaliação da situação econômica e patrimonial. Sobre a avaliação de desempenho utilizando indicadores, percebe-se novamente o provável desconhecimento do que venha a ser estes dados. De modo que os respondentes apresentam-se indecisos para afirmar se a avaliação de desempenho através de indicadores é realizada em suas entidades (média de 3,0000), bem como o alto coeficiente de variação apurado de 48,2%.

Em contrapartida, os gestores concordam parcialmente com a afirmação sobre a avaliação da situação econômica e patrimonial do CTG com a média de 4,1739 na escalada Likert. Entretanto, o significativo coeficiente de variação de 28,58% demonstra que alguns gestores não realizam essa avaliação. Portanto, pode-se afirmar que a análise das demonstrações contábeis nos CTGs é focada na avaliação patrimonial e econômica, sendo que esta não é realizada na totalidade das entidades estudadas.

Na questão seguinte, investigou-se a utilização de métodos de custeio nos CTGs. Mesmo que os gestores concordem parcialmente com a afirmação sobre a mensuração dos custos em suas entidades (média de 4,1739), todavia, há um alto desvio padrão de 1,0387, representando que não são em todas as entidades que são executadas metodologias de custeio para mapear o consumo de recursos e a eficiência das atividades.

Os gestores foram questionados quanto à relevância atribuída à execução de orçamento. A média de 4,4828 representa que a gestão utiliza de orçamento para balancear as receitas arrecadadas com as demandas de gastos geradas pela atividade do CTG.

O planejamento estratégico consiste, principalmente, em estabelecer metas que serão atingidas em curto e médio prazo e que possibilitarão a consecução dos objetivos propostos (MARIO *et al.*, 2013). Portanto, houve a verificação da relevância do planejamento estratégico nos CTGs. Mediante o exposto, evidencia-se que os gestores concordam parcialmente (média de 4,4828) que o planejamento estratégico é eficiente ao demonstrar com clareza as metas da entidade. Ainda que a análise sobre o alcance das metas não seja relevante a essas entidades (média 3,8621) somado ao alto coeficiente de variação obtido de 30,73%.

Portanto, percebe-se a desatenção por parte da gestão das entidades em relação à fixação de metas, sendo que são as metas que norteiam os resultados que precisam ser alcançados por qualquer organização (MARTINS; GUINDANI, 2013). De modo que, mesmo não tendo por finalidade o lucro, as entidades precisam estabelecer as metas para definir as escolhas sobre o que deverá ser executado, bem como as escolhas pertinentes à aplicação dos recursos arrecadados (ATKINSON *et al.*, 2015).

Tendo em mente a função básica dos controles internos nas organizações do Terceiro Setor, as quais, conforme Lima e Freitag (2014), tratam da segregação de tarefas, o que consiste em não permitir que o mesmo indivíduo realize atividades interligadas, questionou-se a existência de controles internos, ao relacionar as principais atividades exercidas pela gestão com o questionamento sobre a existência de segregação de função no setor financeiro dos

CTGs, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Segregação de funções

Planej. e orçam. Arrec. doações			Quais são suas principais atividades exercidas na gestão do CTG?						
			Compras.	Pgtos.	Elab. relat.	Coord.	Total		
Existe segregação de funções no setor financeiro?	Sim	C	21	11	11	13	8	3	24
		%	72,4%	37,9%	37,9%	44,8%	27,6%	10,3%	82,8%
	Não	C	5	2	2	3	2	1	5
		%	17,2%	6,9%	6,9%	10,3%	6,9%	3,4%	17,2%
Total		C	26	13	13	16	10	4	29
		%	89,7%	44,8%	44,8%	55,2%	34,5%	13,8%	100,0%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Verifica-se a não existência de segregação de funções no setor financeiro nas entidades estudadas, sendo que a maioria dos gestores (82,8%) afirma haver tal segregação (média de 4,4483). Todavia, grande parte dos respondentes é responsável por atividades interligadas. Dentre estas atividades, estão desde a elaboração de planejamento e orçamentos (89,7%), arrecadação de doações (44,8%), compras (44,8%) e respectivos pagamentos (55,2%) até a elaboração de relatórios de controles internos (34,5%). Demonstrando a deficiência na atribuição de funções que evitem desvios e fraudes pelo fato de serem executadas por diferentes indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa consistiu em investigar a utilização da Contabilidade Gerencial nas entidades de tradições gaúchas, listando os instrumentos específicos que são aplicáveis nas organizações sem fins lucrativos, bem como as contribuições proporcionadas na gestão dos recursos em busca da continuidade das atividades das entidades em prol da sociedade.

Por meio deste estudo, observam-se os obstáculos enfrentados pelas organizações do Terceiro Setor em relação à autossustentabilidade financeira, bem como os empecilhos na utilização da informação contábil-gerencial fornecida pelos instrumentos contábeis. Assim, a fim de evidenciar a relevância atribuída à execução de ferramentas da Contabilidade Gerencial nas instituições sem fins lucrativos, realizou-se o estudo nos CTGs de Participação Plena filiadas à 25ª Região Tradicionalista (RT).

Os resultados mostraram que pouco mais da metade das entidades (51,7%) possui contabilidade terceirizada, enquanto 24,1% dos CTGs possuem contabilidade voluntária. O uso da contabilidade gerencial deve-se basicamente aos aspectos legais e prestação de contas para comprovação da destinação dos recursos, fato alegado por 15 (65,2%) entidades, e oito entidades (34,8%) executam a contabilização para manterem-se em regularização com o MTG. Porém, seis entidades (20,7%) não atendem às obrigações contábeis e tributárias por não manterem a contabilização regular descumprindo as obrigações acessórias e principais

exigidas pelo fisco. Este fato deve-se à falta de preparo técnico dos gestores, tendo em vista que três deles afirmaram que os controles internos dispensam os serviços contábeis e um deles alegou que a instituição é filantrópica.

Os principais relatórios recebidos pelas entidades que possuem contabilidade são a Demonstração do Fluxo de Caixa (76,5%) e o Balanço Patrimonial (52,9%). Apenas seis CTGs (26,1%) consideram a contabilidade como geradora de informações para a gestão de recursos, o que afeta diretamente o atendimento à demanda de informações necessárias para a gestão.

Também foi evidenciado que, mesmo que os gestores concordassem parcialmente com a afirmação sobre a mensuração dos custos em suas entidades (média de 4,17), há um alto desvio padrão de 1,04, representando que não são todas as entidades que executam controles de custeio para mapear o consumo de recursos e a eficiência das atividades. Já o orçamento é utilizado (média de 4,48) para balancear as receitas arrecadadas com as demandas de gastos geradas pela atividade do CTG.

Cabe ressaltar que se verificou a não existência de segregação de funções no setor financeiro nas entidades estudadas. Esta ausência pode facilitar os desvios e fraudes, na medida em que não são executadas por diferentes indivíduos. Aqui, observa-se uma importante oportunidade de melhoria na gestão dos CTGs.

Em suma, as entidades estão satisfeitas com os serviços contábeis, porém, alguns CTGs não utilizam a contabilidade gerencial na sua plenitude, desperdiçando um arsenal de informações e fatores importantes para uma gestão mais eficiente dos recursos, tanto na captação quanto no seu uso cotidiano.

limitações e sugestões de estudos futuros

Tendo em vista que todas as pesquisas possuem limitações ligadas ao contexto em que foram realizadas, sejam elas teóricas, metodológicas ou práticas, pode-se identificar, neste estudo, que a literatura possui limitações sobre a aplicabilidade da Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor, bem como as definições atualizadas a cerca do tradicionalismo. Dessa forma, este estudo trás uma contribuição para o meio acadêmico nestes dois aspectos.

Também, pode-se considerar que a amostragem desta pesquisa restringiu-se apenas a uma determinada Região Tradicionalista, fazendo com que os dados e a interpretação dos resultados se limitem a uma amostra, a qual, embora extensa, ainda é específica.

Como estudo futuros, sugere-se ampliar a pesquisa para outras Regiões Tradicionalistas, comparando-se os resultados em termos de convergências e divergências, com isso, podendo-se sugerir medidas de profundas melhorias para as entidades em termos legais e controle de custos.

Por fim, ressalta-se a importância deste tema, pois apresenta a relevância dos conhecimentos contábeis no gerenciamento das organizações do Terceiro Setor, de modo a serem utilizados

por diversas entidades para contribuir e ampliar o atendimento à carência social ou à defesa de direitos difusos ou emergentes.

implicações gerenciais para as entidades

As dificuldades financeiras enfrentadas pelas entidades do Terceiro Setor são, em parte, resultado das deficiências gerenciais e de procedimentos gerenciais. Contudo, mesmo não havendo o conhecimento total das possíveis ferramentas aplicáveis, os CTGs utilizam-se do básico e, diante das deficiências identificadas na utilização das ferramentas da Contabilidade Gerencial, sugere-se: i) que haja uma melhor distribuição de tarefas relacionadas à gestão dos recursos financeiros que sejam interligadas entre si, com o intuito de diminuir os riscos de desvios e fraudes; ii) a fixação de metas, tanto em curto quanto em longo prazo, para poder nortear as decisões da gestão no que se refere à captação e aplicação dos recursos financeiros; e iii) a aderência de análises das demonstrações contábeis com o uso de indicadores, facilitando a interpretação da situação econômica, conseqüentemente, gerando informações úteis e precisas para fundamentar as decisões da gestão.

NOTA

1 Submetido à RIGS em abr. 2020. Aceito para publicação em ago. 2020.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Valdir de Oliveira. **Manual prático de Contabilidade: fisco-tributária e ajustes contábeis e fiscais por meio de subcontas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

CRC. Conselho Regional de Contabilidade. **Terceiro Setor Guia de orientação para o profissional da Contabilidade**. 2018. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019a.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019b.

CRUZ, C. V. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do Terceiro Setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-24062010104557/publico/CassiaCruzTese.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.

DALL'AGNOL, Camila Fortuna *et al.* Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no Terceiro Setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 187-203, abr./jun. 2017.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de Análise de Dados: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel[®], SPSS[®] e Stata[®]**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FASB. Financial Accounting Standards Board. **Statements of financial accounting concepts n. 2: qualitative characteristics of accounting information**. 2010. Disponível em: <<https://www.fasb.org>>. Acesso em: 26 maio 2019.

GIEHL, Pedro Roque *et al.* **Elaboração de projetos sociais**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HERÊNCIO, Diego. Conjunto Farroupilha: análise histórica e investigação de suas influências para a música do Rio Grande do Sul. **Revista da Fundarte**, ano 17, n. 33, p. 114-136, jan./jul. 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

JOÃO, Belmiro N. **Tecnologia da informação gerencial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LIMA, Gudrin M. L. de; FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: teoria e prática**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LOPES, Paloma de Lavor; VIANA, Natalia da Silva. Administração Contábil no Terceiro Setor. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 10., 2013. ANAIS... RESENDE: FACULDADES DOM BOSCO, 2013.

MADY, Eliane Batista. **Pesquisa de Mercado**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARTINS, Tomas Sparano; GUINDANI, Roberto Ari. **Estratégia e competitividade**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARIO, Poueri do Carmo *et al.* A utilização de instrumentos de Contabilidade Gerencial em entidades do Terceiro Setor. **Sociedade, Contabilidade & Gestão**, v. 8, n. 1, 64-79, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MTG. Movimento Tradicionalista Gaúcho. **História do MTG e o Grupo dos 8**. Disponível em: <https://mtg3.hospedagemdesites.ws/pag_grupodos8.php>. Acesso em: 31 maio 2019.

MTG. **Conceituações e Tradicionalismo**. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/tradicionalismo/286>>. Acesso em: 31 maio 2019.

MTG. **Estatuto do MTG**. Caxias do Sul: MTG, 2014.

MTG. **Regulamento Geral do MTG**. Porto Alegre: MTG, 2015.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e Terceiro Setor**. 3. ed. São Paulo: Método, 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus Editora, 2019.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PATZLAFF, Airton Carlos *et al.* Aspectos legais e contábeis do Terceiro Setor: o controle principiológico em fundações de direito privado. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 6, n. 10, p. 73-88, 2015.

PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. **Análise de dados para ciências sociais: a complementariedade do SPSS**. 4. ed. rev. e aum. Lisboa, Portugal: Sílabo, 2005.

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei n. 415/2015, de 28 de novembro de 2017**. Altera a Lei n. 13.490, de 21 de julho de 2010, que institui o Sistema Estadual Unificado de apoio e Fomento às Atividades Culturais – PRÓ CULTURA, e dá outras providências. Disponível em: <<http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20171208-01-101338/EX20171208-01-101338-PL-415-2015.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2019.

SANTOS, Danilo Vasconcelos; LEAL, Edvalda Araújo. Atributos da Contabilidade Gerencial: Um estudo de caso em uma Organização Hospitalar sem fins lucrativos. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 9., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2012.

SILVA Jr., Severino Domingos da; COSTA Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das Escalas de *Likert* e *Phrase Completion*. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídias**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, out 2014. SLOMSKI, Valmor *et al.* **Contabilidade do Terceiro Setor: uma abordagem operacional - aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. São Paulo: Atlas, 2012.

TONDOLO, Rosana da Rosa Portella. **Desenvolvimento de capital social organizacional em um projeto interorganizacional no Terceiro Setor**. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Administração) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4794>>. Acesso em: 16 maio 2019.

VARGAS, Leticia Marques. **Do monopólio a à espetacularização da cultura: uma análise do processo de empresarização dos Centros de Tradições Gaúchas**. Pelotas, 2018. 192p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_b07022904c2b3938ef839864150c5f6f>. Acesso em: 31 maio 2019.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade básica**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Tamires Martini Graduanda em Ciências Contábeis – UCS e Gestão Financeira – UCS. Profissional da área fiscal e recuperação tributária. Conselheira fiscal titular da 25.^a Região Tradicionalista.

Sinara Jaroseski Contadora, Especialista em Controladoria, com MBA em Gestão Empresarial – FGV. Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS. Professora universitária, com experiência profissional em controladoria e contabilidade. Coordenadora de Pós-Graduação Lato Sensu: Planejamento Tributário Contábil, Controladoria; Auditoria e Perícia – UCS. Profissional da área da contabilidade, finanças e controladoria.

Roberto Birch Gonçalves Graduado em engenharia eletrônica. Doutor em Administração – UFRGS. Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor do Mestrado Profissional em Biotecnologia e Gestão Vitivinícola (PPGVIT- UCS), do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA- UCS) e do Curso de Comércio Internacional.



Foto: Grace Rodrigues



Foto: Grace Rodrigues

Dinâmicas Locais de Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar¹

Alan Ferreira de Freitas e Alair Ferreira de Freitas

Resumo

Este trabalho objetivou investigar a prática da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estudando os casos da inserção da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz (COOFELIZ) e da Associação dos Agricultores Familiares de Guaraciaba (ASFAG) no fornecimento de gêneros alimentícios às escolas públicas de seus respectivos municípios. Foi necessário levar em consideração quais atores estão diretamente envolvidos com o atendimento das exigências da Lei 11.947 de 2009 e como eles se relacionam. Com a análise dos casos, foi possível sustentar a afirmativa de que a implementação do PNAE configura-se como um jogo de interações entre diferentes atores, no qual o formato da implementação do programa é adaptado às práticas dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que as práticas dos agricultores familiares também precisam se ajustar às exigências do programa.

Palavras-chave

Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Alimentação Escolar. Cooperativas. Redes.

Abstract

This study aimed to investigate the practice of implementing the National School Feeding Program (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) by studying the cases of the Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz (COOFELIZ) and the Associação dos Agricultores Familiares de Guaraciaba (ASFAG) as suppliers of food to public schools in their respective municipalities. It was necessary to consider which actors are directly involved in meeting the requirements of Law 11,947 of 2009 and how they interrelate. Based on the analysis of the cases, it was possible to support the statement that the implementation of the PNAE is a game of interactions among different actors in which the program implementation is adapted to the practices of family farmers and farmers' practices also need to be adjusted to the program requirements.

Keywords

Public Policies. Family Farming. School Feeding. Cooperatives. Networks.

INTRODUÇÃO

Em 2009, a Lei nº 11.947, que remodela o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), consolidou a estratégia estatal de inserção da Agricultura Familiar na rota das compras públicas realizadas pelo governo federal, ampliando as possibilidades de comercialização de produtos oriundos desse segmento. A referida lei determinou que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de alimentos para as escolas públicas fossem usados na aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores familiares locais.

Além de impactar a alimentação escolar e a segurança alimentar dos estudantes, estudos têm mostrado um significativo impacto na organização social e na valorização dos produtos da agricultura familiar nos municípios (ASSAO, 2012; ABREU, 2014; SILVA, 2015; CUNHA, 2015). Dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016 mostram a significativa evolução do número de empreendimentos da agricultura familiar que possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)³ jurídica, saltando de 91 em 2009 para 6414 em 2016. Com os significativos impactos do PNAE para a agricultura familiar, é importante que se avance na direção de maior compreensão sobre a implementação desse programa nos contextos locais e se elucide o papel e a qualidade das organizações formadas e/ou induzidas para acessá-los.

Grisa (2012), Silva (2015) e Triches (2010) apontaram que os estudos sobre a implementação da compra institucional de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar estão muito mais focados em discorrer sobre impactos, sobretudo econômicos, do que propriamente sobre os processos sociais desencadeados pelo programa, subjacentes, mas condicionantes de seus resultados. Ainda é marginal na literatura estudos que abordam a organização dos agricultores e suas interações em direção à institucionalização da compra pública de alimentos. Os jogos de interesse que permeiam a construção deste mercado institucional e as formas como interações sociais moldam o processo de implementação do programa não podem ser relegadas a um plano periférico das análises. Reside aí uma lacuna a partir da qual este trabalho pretende galgar algumas contribuições.

Em decorrência destas questões empíricas e teóricas, procurou-se analisar a experiência de inserção da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz (COOFELIZ) e da Associação dos Agricultores Familiares de Guaraciaba (ASFAG) no processo de compra institucional de alimentos para a alimentação escolar nos seus respectivos municípios-sede. Estas organizações são chamadas a serem protagonistas no processo de implementação da Lei 11.947 de 2009 por serem organizações formais que organizam e representam agricultores familiares locais. A questão de pesquisa que se apresenta diante deste contexto é: Quais atores estão presentes e como eles se relacionam na prática da implementação do PNAE? De que forma os atores locais estão ajustando o formato de implementação da política à realidade local? Em que medida a operacionalização da Lei 11.947 está provocando mudanças nas práticas dos agricultores familiares?

Responder a essas questões significa defender a tese de que a implementação do PNAE configura-se como um jogo de interações entre diferentes atores, no qual o formato do

programa é adaptado à realidade local ao mesmo tempo em que as práticas dos agricultores familiares também precisam se adaptar às exigências do programa. Pretende-se, por um lado, insistir no aspecto interativo do processo de implementação do PNAE e na abertura que seu desenho institucional proporciona para que a institucionalização da compra pública ocorra ajustada às dinâmicas locais. Por outro lado, espera-se apontar algumas mudanças ocorridas nas práticas dos agricultores a partir do acesso ao PNAE em seus municípios.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PROCESSO DE INTERAÇÃO

O “problema da implementação” foi o motivo básico do crescimento da temática dentro do campo de estudos de políticas públicas. Os principais estudos emergiram com uma questão básica: por que há tanta diferença entre objetivos traçados e resultados alcançados? O estudo de Pressman e Wildavsky (1973) é um dos pioneiros sobre esta questão. Os autores marcaram as discussões sobre políticas públicas ao estudarem a Agência de Desenvolvimento de Oakland. Para os autores, o projeto analisado tinha todos os requisitos para dar certo, mas não foi implementado no cronograma esperado e não gerou os resultados previstos.

A principal constatação de Pressman e Wildavsky (1973) é que o processo de implementação é muito mais complexo do que o debate sobre as políticas públicas do período estava supondo. As constatações e as evidências da discrepância entre objetivos e resultados revelaram a natureza altamente política do processo de implementação. A partir de então, pesquisadores têm questionado a implementação como um processo linear e mecânico (*top-down*), o qual apenas traduz as metas em operações uniformes. Em vez disso, a implementação passou a ser considerada uma etapa permeada por conflitos, relações de poder e cooperação (*bottom-up*).

Essa abordagem recebeu grande influência da noção de *street-level bureaucrats* ou burocratas de nível de rua, desenvolvida pelo trabalho de Lipsky (1980). Esta definição deu sentido e importância a atores até então marginalizados analiticamente na avaliação de políticas públicas. Os burocratas de nível de rua são profissionais que estão na linha de frente e influenciam a política com o cotidiano de seu trabalho. Para Lotta (2010) a noção de burocratas de nível de rua considera que os atores implementadores possuem discricionariedade e colocam as regras em prática de acordo com a realidade que vivenciam e o modo como percebem a política pública. Poderíamos dizer, baseado nesta constatação, que as políticas públicas são, então, adaptadas ao contexto local de acordo com o “jogo da implementação” apresentado por Bardach (1977).

A constatação apresentada acima reforça a ideia de que não existe apenas uma forma assumida pelo processo de implementação. Os resultados e regras do processo não serão homogêneos, embora a formulação e o desenho apresentem regras que são gerais. A lógica dos autores que defendem essa vertente interpretativa é que há regras e normas que são centralizadas, mas a execução é descentralizada e dependente dos atores locais e das relações que possuem, as quais particularizam os processos locais de tradução e implementação da

política (LOTTA, 2010).

Silva (2015), estudando o PNAE, e Lotta (2010), estudando o sistema de saúde pública do Brasil, constataram que estas políticas públicas, por um lado, garantem a homogeneidade de acesso a direitos por parte dos beneficiários definidos e, por outro, permitem uma heterogeneidade de soluções. A conclusão foi que, apesar de serem produzidas no nível federal, permitem diferenciações no nível local.

Para Lotta (2010), estas diferenciações nos resultados e processos inerentes às políticas públicas está diretamente relacionado aos arranjos organizacionais formados para a implementação a partir das interações dos atores envolvidos. A partir dessas interações e de suas interferências no processo, a autora argumenta que analisar o processo de implementação não é somente dar atenção as burocracias, mas sua relação com os atores e com os fatores contextuais que podem interferir. Esse sentido ressignifica o processo de execução da política, colocando a implementação enquanto processo de interação (LOTTA, 2010).

Esta abordagem relacional pressupõe compreender as redes sociais. Para isso, recorre-se a Granovetter (1973), o qual coloca as redes sociais como categoria analítica com o intuito de descortinar as relações sociais sobre as quais se edificam as ações econômicas. O autor propõe a compreensão do que chamou de “a força dos laços fracos”, para delimitar uma dimensão estrutural de análise das redes. Os laços fracos são aqueles de menor intensidade e frequência (como nas relações com amigos de amigos) e laços fortes os de grande intensidade e alta frequência (como nas relações entre familiares e amigos mais íntimos). Os laços fortes não favorecem a circulação de informações, pois as redes são muito densas. Indivíduos que compartilham laços fortes comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os indivíduos com os quais temos relações de laços fracos são importantes, porque nos conectam com vários outros grupos, possibilitando o acesso a recursos e oportunidades que não teríamos se fôssemos “fechados” no grupo social restrito.

Onde as redes são mais coesas, tende-se a estabelecer sistemas de regulação mais facilmente, cristalizando as regras gerais em noções comuns aos diferentes atores. Nesse tipo de rede, deve haver maior pressão contra o comportamento incorreto, desencadeando ações que diminuam o problema do “carona” (RIZZA, 2006). Devido à coesão da rede, a maior proximidade entre os atores favorece a construção das relações de confiança o que também desencoraja o comportamento oportunista, o que, por sua vez, é considerado quase que inevitável no contexto das relações econômicas.

Na noção de redes sociais, fundada nos laços fortes e laços fracos de Granovetter (1973), um importante princípio que deriva das suas constatações teóricas refere-se aos “buracos estruturais”, definido por Burt (1992). Os atores não se conectam e se fecham somente em uma rede. Há atores que servem de “ponte” entre uma rede e outra. Quando não há a “ponte” de uma rede a outra, Burt (1992) considera a existência de um buraco estrutural. Os laços fracos são importantes, pois servem para extrapolar os buracos estruturais, promovendo as conexões entre atores de redes e/ou grupos diferentes.

As constatações acima alerta-nos sobre a importância de estudar os processos sociais e políticos subjacentes aos programas e políticas públicas, levando em consideração que o contexto local exerce grande influência na determinação do processo político (BERMAN, 2007). Nesse sentido, devemos entender, como aponta Subrats (2006), que a implementação é um sistema de interação estratégica, traduzindo-se em inúmeras relações que se entrelaçam, envolvendo grande número de diversificados atores. A abordagem relacional da implementação de políticas públicas, portanto, pressupõe compreender os atores, suas interações e os elementos contextuais que constroem ou habilitam suas ações no âmbito do programa.

DELIMITAÇÕES EMPÍRICAS E METODOLÓGICAS

Como estratégia metodológica, utilizou-se o estudo de dois casos. Foi estudada a operacionalização da Lei 11.947 nos municípios de Espera Feliz e Guaraciaba, em Minas Gerais. Os dois municípios situam-se na Zona da Mata Mineira, possuem predominância de população rural e grande presença de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Tomaram-se os casos de inserção da COOFELIZ e da ASFAG no processo de compras públicas da agricultura familiar para a alimentação escolar.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de maio e setembro de 2017. Foram realizadas entrevistas semidirigidas com 14 informantes de Guaraciaba (5 representantes do Poder Público, 2 parceiros e 7 agricultores familiares) e 12 informantes em Espera Feliz (1 do Poder Público, 3 parceiros e 8 agricultores familiares). Como parceiros, foram consideradas pessoas ou organizações que assessoram o grupo de agricultores; Poder Público são pessoas ligadas à municipalidade local e agricultores familiares. A amostra foi não estatística e intencional, compreendendo informantes que estavam envolvidos diretamente nos processos de implementação do PNAE nos municípios. Nos textos, os informantes são citados de acordo com sua categoria e com o número que os identifica (ex: Agricultor 1, Agricultor 2) e será atribuído o nome “Funcionária M” para a profissional contratada pela prefeitura de Guaraciaba para organizar o processo de compra institucional dos agricultores.

Para a organização e análise dos dados coletados em campo, seguiu-se à prescrição de Bardin (2011). O autor destaca que, em pesquisas qualitativas, ao menos três etapas básicas são importantes: a pré-análise (exploração do conteúdo do material coletado), a descrição analítica (organização do material por proximidade de sentido e construção das categorias analíticas) e o tratamento dos resultados (interpretação do material empírico, seguindo as categorias e confrontando os dados com a abordagem teórica). Portanto, os dados foram armazenados e ordenados por categorias previamente definidas, sendo: i) o início da compra, ii) os atores, iii) a relação entre os atores e iv) mudança nas práticas dos agricultores. Após esta separação, as análises procederam-se a partir de cada categoria, levando em consideração as questões de pesquisa.

DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS LOCAIS

Oficialmente, a COOFELIZ foi instituída em março de 2006. Sua base social é composta por agricultores familiares de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto Caparaó. Estatutariamente, os cooperados precisam produzir sem agrotóxico. Segundo dados coletados em campo em 2016, a COOFELIZ possuía 93 cooperados, sendo 83 com DAP física. Embora 83 cooperados possuam DAP física, 60 agricultores cooperados da COOFELIZ é que participam das chamadas públicas para entregar os produtos nas escolas.

A COOFELIZ possui uma forte parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Estas organizações possuem a mesma base social e constituem a mesma rede de agricultores familiares do município. Atualmente, a cooperativa conta com dois funcionários e um técnico agrícola, viabilizado por um projeto financiado pela Petrobrás. A cooperativa possui um endereço virtual (<http://www.coofeliz.com.br/>) e criou uma marca denominada “Chão Feliz”, mostrada na Figura 1, abaixo.

Figura 1: Marca Chão Feliz



Fonte: <http://www.coofeliz.com.br/>

Em Espera Feliz, além da COOFELIZ, a Associação de Agricultores Familiares do Córrego Ventania, criada em 2014, também entra na disputa para a venda dos produtos para alimentação escolar. A associação possui 24 associados e foi criada especificamente para garantir o acesso dos agricultores ao programa. São agricultores que possuem ligação com uma família específica de Espera Feliz e que não pertencem à mesma base social da COOFELIZ. A relação entre as duas organizações será descrita posteriormente.

O município de Espera Feliz possui 5.454 alunos distribuídos em 27 escolas⁴. Segundo dados do FNDE (2016), em 2011, foram repassados um total de R\$ 350.870,53 à alimentação escolar, sendo que apenas R\$ 69.778,76 (19,89%) foi gasto na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Em 2014, é nítida uma evolução nas aquisições, dos R\$ 459.845,42 repassados pelo FNDE, R\$ 144.095,15 (31,34%) foram utilizados para adquirir produtos locais.

Em Guaraciaba são 1.803 alunos distribuídos em 4 escolas estaduais e 12 municipais, sendo que as municipais estão localizadas majoritariamente na Zona Rural⁵. Em 2011, foram repassados R\$ 120.341,50, dos quais R\$ 25.116,43 (20,87%) foram utilizados para a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar. Em 2014, os agricultores familiares venderam um total de R\$ 58.765,32 em produtos para a alimentação escolar,

alcançando 39,66% dos R\$ 148.155,91 que o município recebeu do FNDE, contando escolas municipais e estaduais.

Guaraciaba possui 9 associações rurais, das quais 5 possuem DAP jurídica, sendo: Associação dos Resistentes a Barragens, Associação Comunitária do São Mateus e Regiões, Associação Comunitária das Comunidades do Bananal e Adjacências, Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Patrimônio de São Sebastião e a Associação dos Agricultores Familiares de Guaraciaba (ASFAG). A ASFAG é uma associação considerada “geral” por congregar agricultores de todas as outras associações. Como se percebe, as outras associações foram constituídas em suas respectivas comunidades. Tomou-se a ASFAG como objeto de análise por ser a operadora do PNAE em Guaraciaba.

A venda para a alimentação escolar tornou-se tão relevante para Guaraciaba que o Poder Público local cedeu uma funcionária contrata para organizar e gerenciar a venda dos agricultores familiares locais para as escolas. Esta mesma funcionária ajuda na organização da ASFAG e é a principal referência para os agricultores quando o assunto é a associação ou o PNAE.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE NA PRÁTICA

Nosso pressuposto, como já apresentado, é que, no contexto local, o formato de execução da compra institucional é permeado por negociações e acordos que permitem sua adaptação à realidade dos agricultores familiares fornecedores e das escolas receptoras. Isso quer dizer que a forma como PNAE é implementado localmente depende do modo como os atores se relacionam e de suas capacidades de criarem os meios necessários para coordenar o processo de organização da produção, compra e venda dos alimentos.

O ponto de partida

Antes da Lei 11.947 de 2009, representantes do Poder Público dos dois municípios estudados relataram que a merenda escolar era adquirida diretamente de supermercados e empresas atacadistas por meio de licitação. Era grande o volume de enlatados e embutidos, pois esses produtos tinham prazo de validade estendido. Com a Lei 11.947/2009, o cenário de aquisição dos alimentos para a alimentação escolar mudou significativamente, uma vez que a compra também deveria ser realizada localmente. A Secretaria Municipal de Educação e as escolas estaduais começaram a se organizar em vista a atender às exigências. Tanto em Guaraciaba quanto em Espera Feliz, a experiência acumulada com a operacionalização do PAA contribuiu para a implementação do PNAE. Diversas frutas, verduras, legumes e tubérculos foram introduzidos ao cardápio escolar para satisfazer a oferta local de produtos, o que promoveu uma alteração na base alimentar das escolas.

Em Espera Feliz, segundo relatos do técnico do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) que assessora a COOFELIZ: “[...] foram os agricultores que chegaram até o

poder público para discutir. A prefeitura desconhecia, só tinha ouvido falar por alto. Eles que tiveram a iniciativa”. A proatividade dos agricultores e sua independência em relação ao Poder Público foram notórios nos depoimentos coletados, marcando a forma como aconteceram as articulações para que ocorresse a compra de produtos para a alimentação escolar neste município.

Segundo relatos da presidente da COOFELIZ, a informação sobre a possibilidade de vender para as escolas (sobre a Lei 11.947-2009) chegou até o STR e a COOFELIZ por meio de dois contatos, inicialmente pelo primeiro presidente da COOFELIZ, o qual estava em cargo de direção na Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETRAF). Posteriormente, essa informação chegou por meio de um Técnico do CTA-ZM que incentivou a venda para a merenda escolar.

Em Guaraciaba, quando se questionou aos agricultores entrevistados sobre como ficaram sabendo sobre a possibilidade de venda de gêneros alimentícios para a merenda escolar, todos responderam ter sido por meio da EMATER ou em reunião com representante da prefeitura. Em Guaraciaba, a rede dos agricultores familiares é restrita ao município, com centralidade na prefeitura e na EMATER. Logo, as informações que chegam até os agricultores são provenientes, em grande parte, desses atores, os quais coordenam o processo de interação com o programa e sua gestão. Como as informações concentram-se nos atores principais, os agricultores, marginais na rede, ficam sujeitos às orientações deles provenientes.

Com a concretização da possibilidade de venda para a merenda escolar, os diretores da COOFELIZ, em 2009, iniciaram um processo de negociação direta com a Secretaria de Educação, responsável por planejar e adquirir os gêneros alimentícios das escolas municipais. Segundo relatos da diretora da COOFELIZ, “A gente não conhecia ninguém das escolas e hoje elas são parceiras diretas”, explicitando que a ação da cooperativa, assentada sobre o protagonismo da agricultura familiar, incidiu na integração de parcerias para facilitar a implementação do PNAE.

Foi necessário superar barreiras iniciais para a consolidação da venda dos produtos para a alimentação escolar. De acordo com o Agricultor 4 de Espera Feliz:

Os problemas para entregar os produtos começaram logo nas primeiras entregas. A secretaria de educação exigia produtos que a gente não produzia e as merendeiras das escolas não gostavam dos produtos, porque estavam acostumadas com um padrão e tamanho que é o dos que produzem com muito veneno.

Este mesmo problema foi constatado nos relatos coletados em Guaraciaba. A presidente da ASFAG relatou que teve reclamações quanto à qualidade dos produtos e que foi preciso “muita conversa” da EMATER com as escolas para entenderem como eram os produtos da agricultura familiar. Observação precisa ser feita sobre quem eram os atores que promoveram o diálogo acerca da realidade local e necessidade de adaptação aos produtos da agricultura familiar: em Espera Feliz, um representante da própria cooperativa (agricultor familiar) e, em Guaraciaba, a EMATER.

Os agricultores vinculados à COOFELIZ também tiveram que desenvolver formas de interação com os dirigentes e merendeiras das escolas. A COOFELIZ, com apoio do STR e do CTA, realizou um seminário local para discutir as possibilidades e limites do programa, convidando todos os atores envolvidos (as merendeiras, representantes da prefeitura, EMATER e nutricionista). De acordo com relatos da diretora da COOFELIZ,

Aquele foi um momento muito importante para a gente saber o que se esperavam da qualidade dos alimentos. Mas também pudemos discutir o que é que a gente produz e como nossa produção poderia ser aproveitada da melhor forma. Ali, cada um tinha seu papel e mostrou seu valor. As merendeiras puderam ver como aproveitar o que a gente produz e ver de perto como a gente trata os alimentos. Mas tem um outro lado importante que teve que ser mostrado que é falar pra eles que a gente produz sem agrotóxico. E acredito que a escola valoriza isso e pode até usar para falar pros meninos.

O depoimento demonstra como a rede do PNAE começa a se formar juntamente com outros atores que possuem interesses ou responsabilidades junto ao programa. A sensibilização em torno do alimento, da qualidade e do formato da produção geraram confiança, insumo básico de uma rede social coesa, como afirmou Granoveter (1973). Esse encontro e outros dele decorrentes criam oportunidades para ampliar a interação entre os atores e, assim, construir relações de proximidade, facilitando o diálogo e as convergências sobre o PNAE, mas mantendo a cooperativa da agricultura familiar como central nessa rede.

Para que a compra dos alimentos acontecesse, a primeira adaptação necessária foi a do cardápio. As escolas precisariam adaptar a alimentação aos produtos da época, produzidos localmente, por exemplo, substituindo batata inglesa por inhame ou batata-baroa. Essa adequação aconteceu nos dois municípios estudados e foi fundamental para garantir a execução do programa. Como a elaboração dos cardápios é de autonomia das escolas, essa atividade pôde ser feita por meio da intervenção dos próprios atores locais.

Em Guaraciaba, foram realizadas reuniões promovidas pela EMATER para informar e sensibilizar as escolas sobre a execução do PNAE na região. Estes espaços tiveram o objetivo de informar, mas, também, de negociar a elaboração de Chamadas Públicas. Em Espera Feliz, além do seminário local, foram realizadas oficinas com as merendeiras sobre o aproveitamento dos produtos locais e foram promovidas visitas das mesmas até as propriedades dos agricultores familiares da cooperativa para que conhecessem a forma de produção sem agrotóxico e se sensibilizassem sobre a importância de valorizar isso. As negociações iniciais apresentadas indicam que o processo de interação entre os atores foi essencial para institucionalizar as compras públicas nos municípios e adaptar etapas do programa à realidade local.

Que atores estão presentes

Como já foi possível notar, existem 3 categorias de atores que são cruciais para que as compras institucionais aconteçam no âmbito local: os agricultores, o Poder Público e os parceiros (agentes articuladores). Além de identificar estes atores, os informantes da

COOFELIZ e da ASFAG foram questionados sobre todas as relações que a organização possuía. O nosso intuito foi captar a extensão das conexões que cada organização estabelece. Segundo Portugal (2007), quanto mais conexões o indivíduo ou organização possui mais informações e outros recursos ele pode ter acesso. Ao fazer esse questionamento, listamos todas as organizações ou pessoas que foram citadas pelos entrevistados que, de alguma forma, possuem relação com a organização. A COOFELIZ citou: nutricionista da prefeitura; PJR - Pastoral da Juventude Rural; Grupo de Mulheres; UFV – Universidade Federal de Viçosa; um assessor parlamentar; TERAVIDA – Associação de Terapeutas de Espera Feliz; rede de consumidores Teravida (Belo Horizonte); Associação da Ventania, Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata; STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz; rede de consumidores Raízes da Mata (Viçosa); CÁRITAS Brasileira; Samarco Mineração S.A.; CTA/ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira; Governo do Estado de Minas Gerais; EMATER; FETRAF – Federação Nac. dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; CRESOL – Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária e UNICAFES – União Nacional das Coop. de Agric. Familiar e Economia Solidária. Os parceiros da ASFAG foram: EMATER-MG local; prefeitura municipal (SMAPR); STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Funcionária M; nutricionista da prefeitura e um deputado federal.

É facilmente perceptível que a COOFELIZ expandiu suas redes para o âmbito estadual e federal e que a rede da ASFAG é restrita ao município. Essa constatação referenda a forma como ficaram sabendo da oportunidade de vender para as escolas. No caso da ASFAG, a EMATER, o principal contato da associação, foi quem informou. Apesar da extensa rede acessada pela COOFELIZ na prática da compra institucional dos alimentos, os informantes da pesquisa relataram que estão envolvidos diretamente apenas com as escolas, a nutricionista do município, a Associação da Ventania, a qual também realiza a compra, e o CTA, como parceiro. No caso de Guaraciaba, estão envolvidos diretamente com o PNAE a Secretaria de Educação (SE) e a Secretaria de Meio Ambiente e Produção Rural (SMAPR). A primeira por gerenciar o recurso da merenda escolar e a segunda pelo envolvimento direto com os agricultores. Devido à grande demanda de trabalho e articulação local em torno da Lei 11.947 e na gestão do PAA, a prefeitura contratou a Funcionária M, vinculada à SMAPR, para ser a responsável local por lidar com as burocracias dos programas e com a comunicação entre os envolvidos. O trabalho desenvolvido por essa funcionária agiliza o processo de compra institucional e grande parte do trabalho que seria das organizações de agricultores é transferido a ela, tanto que alguns agricultores a denominam “secretária da ASFAG”. Além destes atores, ligados ao Poder Público, a EMATER local recebe centralidade no processo de articulação, sendo mediadora, juntamente com a funcionária M, entre agricultores e Poder Público.

Como eles se relacionam

Primeiramente, vamos delimitar as relações estabelecidas pela COOFELIZ e a ASFAG com as outras organizações de agricultores familiares presentes nos seus municípios. Em

Guaraciaba, apesar do número de associações com DAP jurídica, não há competição nem intenção de que mais de uma organização concorra à chamada pública. A Funcionária M é quem organiza a forma como os agricultores vão se inserir na chamada e que mantém a intermediação do processo de venda com as escolas. No caso de Espera Feliz, o contato com as escolas é sempre realizado diretamente com os diretores escolares; a COOFELIZ possui uma negociação direta com a escola, favorecendo os acordos formais e informais em relação à compra.

A diretoria da COOFELIZ, ao receber a demanda das escolas, faz contato direto com os agricultores cooperados. As entregas dos produtos dos agricultores às escolas são planejadas pela própria cooperativa e eles são responsáveis por levar os produtos até a sede, no centro de Espera Feliz, onde a COOFELIZ organiza e realiza a distribuição para as escolas. Essa logística era considerada um dos principais entraves. No entanto, por meio do contato com um deputado federal, intermediado pelo seu assessor parlamentar, o qual já foi presidente da COOFELIZ, a cooperativa conseguiu adquirir um caminhão de pequeno porte a custo zero.

A inserção em outras redes como a rede de cooperativas da UNICAFES, a rede de Agroecologia, por intermédio do CTA, e o contato com figuras políticas permitem à cooperativa conseguir benefícios e informações que lhe são estratégicos, como foi o caso da aquisição do caminhão. O Agricultor 2 afirma que “a cooperativa é o que é por meio das parcerias. Os projetos e os recursos conseguidos até hoje foram por meio de parceiros que nos ajudaram a escrever e estiveram conosco”. Consta-se que a amplitude e a coesão das redes sociais de que a COOFELIZ e seus membros fazem parte são importantes catalizadores do acesso a recursos, materiais e imateriais, contribuindo para superar desafios da agricultura familiar e, assim, dinamizar localmente a implementação do programa.

O CTA é apontado como parceiro estratégico da cooperativa pelos cooperados entrevistados, assim como o STR. O STR, porque a sede da cooperativa é do sindicato e alguns gastos mensais da organização são de responsabilidade dele. O CTA, por disponibilizar assistência técnica e acompanhamento à COOFELIZ. Vários projetos escritos pelo CTA e que beneficiam a COOFELIZ foram aprovados, movimentando a estrutura de produção dos cooperados com a criação de estruturas de torrefação de café, agroindústria e equipamentos para a cooperativa.

O depoimento do Agricultor 1 sintetiza a importância das parcerias estabelecidas pela cooperativa, afirmando que “sem os parceiros, a gente tinha fechado as portas”. O importante não foi só a conexão, mas, sim, quão importante é o ator ao qual se está conectado e a forma como a interação acontece. Por isso, o processo pode ocorrer de forma diferente em contextos diferentes.

Já em Guaraciaba, as escolas fazem um edital com especificações de produção semestral, mas com entregas regulares semanalmente. Não há contato direto dos gestores escolares ou da Secretaria de Educação com os agricultores para negociação sobre a compra e venda dos produtos. As escolas, por meio da Secretaria de Educação (SE) e da nutricionista responsável, elaboram um cardápio prévio que é enviado para a Secretaria de Meio Ambiente

e Produção Rural (SMAPR) e para a EMATER. A SMAPR, junto com a Funcionária M, fazem contato com os agricultores interessados e, em reunião, é feito um planejamento prévio das disponibilidades locais no semestre. Como determinação, os agricultores que participarem desta reunião estarão participando da chamada pública, caso tenham interesse.

A partir do planejamento prévio da oferta local de produtos, a SE elabora o edital da chamada pública e então a EMATER elabora o projeto de venda dos agricultores e faz um planejamento detalhado da expectativa de produção para os meses do semestre. O grupo de agricultores interessados é mobilizado pela SMAPR, logo, beneficiam-se os agricultores que possuem relações mais estreitas com os servidores públicos responsáveis.

A oferta dos agricultores locais é sempre maior que a demanda das escolas. Para favorecer a todos, a prefeitura criou uma regra: a demanda das escolas é rateada pelo número de interessados. Assim, se há demanda por 50 quilos de feijão e cinco produtores possuem feijão para entregar, cada um entrega 10 quilos.

Outro mecanismo para fazer funcionar o programa local é a elaboração de uma tabela contendo as datas de entrega, produto a ser entregue e produtor responsável. Esse planejamento é elaborado pela funcionária M e distribuído aos agricultores. Segundo relatos da mesma, ela orienta aos agricultores que deixem o planejamento pregado na geladeira de casa e ainda precisa ligar para garantir que a entrega seja realizada. Como se pode perceber, todo processo é conduzido por atores centrais, externos à agricultura familiar. A cotação do preço dos alimentos é realizada pela EMATER, que também faz a reunião com os produtores e elabora o projeto de venda para eles. A documentação e comunicação é toda organizada pela funcionária M, e a SMAPR fica responsável pelas articulações com a SE. Todas as dúvidas que são provenientes dos agricultores são sanadas com a prefeitura ou a EMATER. Da forma como as relações se estabelecem para a operacionalização do PNAE, os agricultores e suas organizações ocupam sempre um papel marginal no processo e as redes de implementação do programa possuem alto grau de centralidade.

Em Espera Feliz, o relacionamento direto com as escolas foi propiciado pela geração de confiança mediante a reputação da organização. As conexões da COOFELIZ foram importantes para a criação de mecanismos que facilitam a operacionalização do PNAE. No caso, os agricultores foram agentes hábeis na utilização de formas inovadoras de organização e ação, relacionando-se entre si e com outros atores, inclusive com os decisórios. As habilidades sociais dos líderes foram fundamentais no processo de mobilização de recursos. Como argumentado por Fligstein (2007), as habilidades sociais são usadas na construção de novas instituições e na indução ao processo de cooperação, tornando-se fundamental para que empreendimentos sejam erguidos pelas forças sociais locais.

O protagonismo da agricultura familiar, sua centralidade em diferentes redes sociais, a reputação construída em Espera Feliz e a habilidade social de alguns atores neste município criaram um ambiente institucional favorável para a emergência de práticas inovadoras no processo de gestão do PNAE, como foi o caso do Vale Solidário, adotado para facilitar o fornecimento dos produtos para a alimentação escolar. Os agricultores familiares não recebem o pagamento das escolas assim que entregam os produtos e este foi um empecilho

inicial para ampliação do acesso ao PNAE. Para contornar o problema, a COOFELIZ, em parceria com a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária – CRESOL, criou um mecanismo institucional para garantir que o pagamento pudesse ser realizado de forma imediata aos agricultores fornecedores. O Vale Solidário funciona como uma espécie de cheque informal, emitido pela cooperativa com o valor que o cooperado tem a receber pela entrega que realizou, concedendo esse crédito para uso dos agricultores.

Para garantir o funcionamento do mecanismo, a COOFELIZ fez parceria com inúmeros comerciantes locais, os quais aceitaram o vale como moeda. Após trinta ou sessenta dias, valor de pagamento pelas vendas, os comerciantes ou os próprios agricultores poderiam retirar na CRESOL o valor correspondente. Esse mecanismo criado pela COOFELIZ permitiu que os agricultores pudessem usufruir do valor referente à sua entrega transacionando com os comerciantes locais. O Vale Solidário sustenta-se nas relações de confiança e na reputação edificada com a rede criada pela COOFELIZ, pela CRESOL e todas as outras organizações que integram suas redes sociais e ajudam a reforçar sua legitimidade.

Uma forma de interação constatada na prática da implementação do programa que revela relações de confiança e o modo como se constrói o processo de fornecimento dos produtos é a relação de colaboração efetivada entre os agricultores para garantir as entregas planejadas. Aqueles agricultores que optaram por não ingressar na dinâmica do PNAE, por meio de suas relações de proximidade com os agricultores que entregam pelo programa, podem eventualmente colaborar para sanar as dificuldades de entrega ocasionadas por imprevistos. Quando os entrevistados de Guaraciaba e de Espera Feliz foram questionados “porque não fazem parte” ou “porque alguém não faz parte”, as respostas, em geral, foram que o motivo está vinculado a três fatores: 1- privilegiar outros canais de comercialização e o PNAE permite vender muito pouco; 2- receio de comprometer-se com um planejamento e 3- desconfiança em relação à organização social ou ao pagamento. Porém, foi possível perceber que, tanto em Espera Feliz como em Guaraciaba, os agricultores têm o costume de permitir que um agricultor que não tem a DAP ou que não esteja no projeto de venda entregue em nome de um agricultor que esteja regular. Denominamos essa estratégia de “estratégia colaborativa”.

Este processo é uma forma de acesso informal ao mercado institucional, também identificado por Silva (2015), o qual afirmou que esse modo de acesso, que vai além das determinações legais, sinaliza que o número de beneficiários do PNAE pode ser muito maior dos que os números contabilizados pelas estatísticas governamentais. No caso de Guaraciaba e de Espera Feliz, essas são medidas que fazem com que os caminhos de acesso sejam diferentes das normativas estabelecidas pela Lei. A compra de produtos de outros agricultores é uma ação estratégica de garantia de produtos em quantidade necessária para o cumprimento de contrato. Todos esses arranjos possíveis de acontecer entre os agricultores para garantir o fornecimento, e mesmo para ampliar a sua participação no programa, são garantidos pelas relações sociais estabelecidas por eles. Acontecem entre agricultores que possuem algum tipo de vínculo. As redes constituídas anteriormente são o solo fértil destas estratégias.

AS IMPLICAÇÕES DO PNAE NAS PRÁTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

As políticas públicas de compra governamental produziram um efeito inesperado, ligado ao processo alimentar. Vai além dos 30%. Os agricultores familiares entrevistados disseram que o fato de terem ampliado a produção e terem a oportunidade de comercializar produtos que antes não possuíam valor de mercado fez com que se mudasse o cardápio ao se acrescentarem hortaliças e frutas que passaram a ser produzidas. Nas escolas, segundo depoimentos coletados em campo, o efeito sobre a alimentação é nítido. As mudanças decorrentes da introdução dos produtos locais fizeram com que os cardápios escolares passassem por alterações substanciais, principalmente na substituição dos processados e embutidos.

Em Guaraciaba, tanto os técnicos da EMATER quanto a Funcionária M relataram que agricultores familiares que nunca plantaram hortaliças e frutas para fins comerciais estavam procurando a prefeitura para saber como acontece o processo de venda para a merenda escolar com a intenção de iniciar a conexão com o mercado institucional. Isso mostra a gradual difusão da informação sobre a compra pública, mas, mais do que isso, a abertura de oportunidade para a geração de renda.

Nos dois municípios analisados, aumentaram os incentivos por parte do Poder Público para a produção sustentável e saudável de alimentos. Em Guaraciaba, os gestores públicos emplacaram um projeto em 2016 para o fomento de produção sem agrotóxicos, com foco nos produtores que entregam para alimentação escolar.

Outra constatação é que a introdução da compra institucional em Espera Feliz e Guaraciaba também provocou mudanças nas práticas da gestão pública, principalmente nos setores de alimentação escolar e de compras e licitações, pois possuem relação direta com as exigências da Lei 11.947. Nutricionistas e as Secretarias de Educação tiveram que se adequar às novas dinâmicas de trabalho estabelecidas no âmbito das compras públicas e passaram a compreender melhor as necessidades dos fornecedores locais e os desafios da agricultura familiar para produzir e vender.

A possibilidade de venda para a alimentação escolar impactou diretamente muitas práticas dos agricultores familiares. De acordo com o Agricultor 6 de Espera Feliz: “tivemos que fazer de tudo para nos adequar e conseguir atender às exigências sanitárias”. Esta é uma adequação que a legislação exige para que os agricultores possam entregar produtos de origem animal e agroindustrializados. O atendimento aos padrões higiênico-sanitários requer uma adaptação da forma de produção.

Outras mudanças são facilmente perceptíveis no âmbito das organizações sociais formalizadas. Se se aumenta o volume de recursos em circulação e se complexifica o processo gerencial, impõe-se às organizações coletivas formais a necessidade de reestruturação da gestão. Essa é uma mudança prática notável. Em Espera Feliz, segundo relatado pela presidente, a cooperativa teve que contratar uma funcionária para auxiliar no processo gerencial e estabelecer maior conexão com os cooperados. Segundo relatos de campo, a COOFELIZ passou a cobrar uma taxa administrativa de 20% para custear as despesas

administrativas. Em Guaraciaba, como a Funcionária M faz a parte gerencial da associação e dá respostas às pressões sofridas pela organização, os agricultores não sentem a evolução da complexidade gerencial.

Com o aprendizado gerado no processo de acesso ao PAA e ao PNAE em Espera Feliz, a COOFELIZ conseguiu, em 2016, acessar outro mercado institucional fora de seu município sede. Com a instituição do PAA estadual em 2015, os órgãos públicos como hospitais e presídios ligados ao Estado de Minas Gerais também precisam adquirir 30% dos alimentos consumidos dos agricultores familiares. Com essa oportunidade aberta, a COOFELIZ participou e venceu uma chamada pública da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). A chamada pública correspondeu a R\$ 208.500,00, com oportunidade de fornecimento de 12.419,517 kg de pó de café torrado e moído e de 293 kg de feijão preto.

O depoimento da presidente da COOFELIZ revela que, apesar do grande avanço que significa vender para a rede de hospitais de BH, esse mercado tem seus desafios particulares:

Já entregamos demais para os hospitais de BH. Já foram entregues 50 mil reais, mas não recebemos nada ainda. Agora mesmo, o rapaz da rede lá me ligou querendo que fôssemos entregar mais. Ele me disse que era pra gente entender que governo é isso mesmo, que não se sabe quando vai receber, mas recebe. Mas eu respondi que nós não vamos mais entregar enquanto não pagarem. Já são 50 mil, e é muita coisa pra receber (Dirigente COOFELIZ).

Esta nova experiência possibilitada pela rede construída pela COOFELIZ e pela infraestrutura que a cooperativa construiu é um avanço em termo de ampliação dos mercados. No entanto, ainda são inúmeros os desafios para viabilizar a efetivação do processo, pois depende do cumprimento dos acordos.

A principal questão envolvida em todas estas constatações de mudanças e adaptações ocorridas nas práticas dos agricultores é de que a implementação da compra institucional de alimentos para a alimentação escolar não possui relação apenas com o alcance dos 30% para satisfazer as exigências da Lei. Todas as lentas e gradativas mudanças provocadas pela implementação em rede sinalizam que as mudanças provocadas por esse tipo de programa vão além das previstas pelos burocratas que as formularam. Os processos sociais e econômicos subjacentes à venda e compra de gêneros alimentícios precisam ser levados em consideração, pois desencadeiam uma série de reações à estrutura social e econômica local.

A partir das descrições realizadas nesse tópico e das constatações feitas por meio dos depoimentos coletados nas entrevistas, foi possível organizar uma síntese das alterações que, na visão dos informantes, ocorreram na prática dos agricultores familiares com a implementação do PNAE. A primeira alteração é de ordem **Produtiva**, englobando a ampliação de área plantada; aumento da variedade de cultivares; maior incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos; e adoção de práticas higiênico-sanitárias. Alterações de ordem **Social** relacionam-se à ampliação do número de associados e cooperados; ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo; e à ampliação da rede de contatos.

Alterações de caráter **Econômico** implicam em incremento da renda; investimento na produção; maior atenção às práticas gerenciais; ampliação dos canais de venda; e a inclusão produtiva. Por fim, no que tange às alterações de ordem **Política e Cultural**, estão o estreitamento das relações com o Poder Público; maior visibilidade municipal do grupo de agricultores familiares (reconhecimento político); interação com diferentes atores do Poder Público; mudança de hábitos alimentares; novas representações sociais sobre os alimentos locais; e valorização dos produtos livres de agrotóxicos.

Estas modificações ocorreram de forma particular em cada localidade. As especificidades foram garantidas pelas diferentes características assumidas pelo processo. Os recursos acessados, as redes construídas e as potencialidades locais foram determinantes para a construção das mudanças observadas. Muitas destas modificações são efeitos indiretos dessa política pública e sinalizam o modo como a política influencia a prática dos agricultores, assim como essas práticas também influenciam a política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível afirmar que a implementação do PNAE se configura como um conjunto de interações entre diferentes atores, no qual o formato da implementação é adaptado ao contexto local, ao mesmo tempo em que as práticas dos agricultores familiares também precisam se adaptar às exigências do programa. Esta constatação implica trazer ao campo de análise de políticas públicas a complexidade do processo de implementação e a necessidade do olhar microssociológico para captar os processos sociais inerentes ao “jogo da implementação” e a forma como os “jogadores jogam”.

Os casos demonstraram com nitidez que as especificidades locais são determinantes à compreensão da implementação desta política. O formato do processo de implementação é uma construção social que se edifica no processo de interação entre os diversos atores que se envolvem diretamente com a prática da compra institucional de alimentos. A maneira como se envolvem, ou seja, a configuração da rede de atores integrados ao processo de implementação é condicionante dos resultados do programa. Em Espera Feliz, onde a agricultura familiar e sua organização econômica coletiva construiu efetivo protagonismo no diálogo e na condução do PNAE, observaram-se inovações e externalidades positivas importantes, bem como maior apropriação dos próprios agricultores, os quais ampliaram suas experiências políticas e administrativas. Já em Guaraciaba, onde se observou uma prática tutelada em relação à agricultura familiar, que é marginal na execução do programa, percebe-se a dependência das organizações de agricultores familiares em relação à prefeitura e à EMATER para que o acesso seja viabilizado e mantido.

Pode-se considerar que, nos dois contextos analisados, o PNAE é interpretado, adaptado e transformado pelos atores sociais em interação, sublinhando a importância das dinâmicas locais de implementação para compreender a trajetória da política pública. Se o programa e sua execução nos municípios sofrem adaptações, é porque as interações locais impactam diretamente o modo de implementação. Porém, percebemos que o programa também impacta

as redes sociais, trazendo novas configurações à estrutura social. A criação da proximidade com as escolas e as novas dinâmicas de planejamento e relacionamento estabelecidas pela COOFELIZ e pela ASFAG são um reflexo desse processo.

Na medida em que a implementação do PNAE dialoga com as realidades e necessidades locais, melhores resultados podem ser alcançados já que os agricultores se apropriam da política como parte de seu cotidiano e do modus operandi de suas organizações. Por isso, as práticas locais são transformadas e adaptadas. Portanto, as interações locais em torno de uma política pública não são determinações das regras das políticas ou do ambiente institucional, mas das habilidades dos atores locais em construir coalizões políticas. É no meio dessas interações que as ações são criadas e remodeladas. Isso quer dizer que as mudanças ocorridas nas práticas dos agricultores estão relacionadas às mudanças nas relações sociais. Poderíamos compreender, dessa forma, que, quando se passa a operacionalizar a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, as regras são interpretadas pelo grupo, moldando as relações, assim como são moldadas por elas, a partir das interpretações que fazem.

As descrições sobre a forma de operar a Lei 11.947 nos municípios e as relações entre os atores envolvidos demonstram que o papel que desempenham e o tipo de relação que possuem entre si é um aspecto fundamental na apreensão da estrutura social subjacente à execução do PNAE. Como vemos, no alcance dos 30%, o município de Guaraciaba está sendo mais eficiente que Espera Feliz, pois conseguiu comprar percentualmente mais. No entanto, o que se sustentou com as análises é que os resultados e a eficiência de um programa da natureza do PNAE não podem ser avaliados com base nesse indicador, sob o risco de se desconsiderar muitos outros resultados relevantes e os processos sociais e econômicos que ele desencadeia.

O conhecimento das estruturas das relações aponta para a utilidade de intervenções sobre o ambiente das interações. Isso quer dizer que as redes importam aos processos de desenvolvimento e, principalmente, na compreensão da implementação de programas públicos de compra governamental, onde se estabelece um mercado institucional. Isso salienta, portanto, que a *politics*, mais que a *policy*, nesse caso, é fundamental para desvelar a dinâmica local de implementação das políticas e como ela impacta seus resultados.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em set. 2019. Aceito para publicação em jul. 2020.
- 2 A DAP funciona como uma espécie de identidade que reconhece o agricultor como “familiar” e o habilita a acessar políticas do governo federal que sejam exclusivas para esse público. A DAP jurídica é conferida a organizações formais, devidamente legalizadas, cujo quadro social seja composto por no mínimo 70% de agricultores familiares possuidores de DAPs físicas ativas. As DAPs são emitidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).
- 3 Dados disponíveis em: <http://www.deepask.com/>
- 4 Dados disponíveis em: <http://www.deepask.com/>

REFERÊNCIAS

- ABREU, K. D. R. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte**: Implicações práticas e teóricas. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, 2014.
- ASSAO, T. Y. **Alimentação escolar**: percepções de atores sociais de uma escola da região metropolitana de São Paulo. 2012. 117 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2012.
- BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 63-74, 1997.
- BARDACH, E. **The Implementation Game**: What Happens after a Bill Becomes a Law. Cambridge: MIT Press, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2011.
- BERMAN, P. El estudio de la macro y micro-implementación. In: VILLANUEVA, Luis F. A. **La implementación de las políticas**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2007. p. 281-317.
- BURT, R. S. **Structural Holes**: The Social Structure of Competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.
- CUNHA, W. A. **Implicações dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz-MG**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2015.
- FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **Fórum**, v. 47, n. 2, p. 61-80, abr./jun. 2007.
- GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 1980.
- LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas**: o impacto dos fatores relacionais

e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. 295f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOTTA, G. S.; PAVEZ, T. Agentes de implementação e a mediação de políticas públicas: entre dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, p. 109-125, jul. 2010.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, nº. 271, 2007. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/271.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

PRESSMAN J. L.; WILDAVSKY A. **Implementation**. Berkeley: University of California Press, 1973.

RIZZA, R. The Relationship between Economics and Sociology: The Contribution of Economic Sociology, Setting out from the Problem of Embeddedness. **International Review of Sociology**, v. 16, n. 1, p. 31-48, 2006.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**: coletânea, v. 2. Brasília: ENAP, 2006. p. 240.

SILVA, D. W. **Produzindo prerrogativas de cidadania**: O acesso da agricultura familiar à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar. 2015. 223f. Tese (Doutorado) – Programa de pós graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo**: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

**Alan Ferreira
de Freitas**

Professor adjunto do departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV), orientador do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Doutor e Mestre em Extensão Rural pela UFV.

**Alair Ferreira
de Freitas**

Professor adjunto do departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), orientador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Extensão Rural pela UFV.



Foto: Grace Rodrigues

A Pobreza no Brasil e a Nova Classe Média a Partir dos Capitais de Pierre Bourdieu: diagnóstico das obras de Jessé Souza¹

Marinette Santana Fraga, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio e Cláudia Aparecida Avelar Ferreira

Resumo

O artigo analisa a pobreza e a Nova Classe Média no Brasil segundo Jessé Souza a partir da Teoria dos Capitais de Bourdieu. Duas principais contribuições foram examinadas e estão direcionadas para a relação dos capitais, *habitus* e relação social; caracterizando a pobreza e a farsante Nova Classe Média brasileira. Desenvolveu-se um quadro que representa a matriz relacional dos capitais e a situação de pobreza. A proposta foi elucidar a crítica desses autores sobre a realidade da denominada “Nova Classe Média”, tendo como fundamentação os capitais. De forma realística, os resultados das narrativas experienciadas por Jessé Souza possibilitaram evidenciar a presença, a ausência ou a escassez desses capitais no contexto da situação de pobreza.

Palavras-chave

Nova Classe Média. Capitais de Bourdieu. *Habitus*. Pobreza.

Abstract

The article analyzes poverty and the New Middle Class in Brazil according to Jessé Souza from Bourdieu's Theory of Capitals. Two main contributions were examined and are directed to the relationship of capital, *habitus* and social relationship; characterizing poverty and the farcical New Brazilian Middle Class. A chart was developed that represents the relational matrix of capital and the situation of poverty. The proposal was to clarify the criticism of these authors about the reality of the so-called “New Middle Class”, based on capital. Realistically, the results of the narratives experienced by Jessé Souza made it possible to highlight the presence, absence or scarcity of these capitals in the context of the situation of poverty.

Keywords

New Middle Class. Bourdieu's Capitals. *Habitus*. Poverty.

INTRODUÇÃO

Os estudos de pobreza no Brasil e no cenário internacional possuem múltiplas abordagens, tendo, em geral, a renda como principal causa de segregação das condições de vida. A pobreza é o componente essencial de políticas públicas da assistência social (PONTES, 2010) e possui pluralidade de conceitos, perpassando as vertentes políticas: estrutura social (PONTES, 2010); econômica: renda (SPICKER *et al.*, 2006); sociológica: capacidades, liberdades, oportunidades, afirmação e sustentabilidade (SEN, 2000); e sustentável: como renda e liberdades individuais (STEVEN *et al.* 2017).

No entanto, estas concepções apresentam-se ora com visões críticas favoráveis ou desfavoráveis ora de forma complementar em relação à renda. Dessa forma, não há consenso para definição da pobreza, do sujeito e da sua culpabilidade devido às várias vertentes de análise. Tal situação reflete-se na produção acadêmica e causa ambivalências no campo da gestão social com outras áreas do conhecimento. Indaga-se: é possível argumentar a pobreza e a nova classe média a partir dos capitais de Bourdieu nas obras de Jessé Souza?

Jessé Souza questiona que, no paradigma essencialista culturalista dominante, não se faz oportuno outros olhares, por isso, no artigo “(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é ‘ser gente’?”, publicado em 2003, demonstra que ele se associa a Charles Taylor e à Sociologia de Pierre Bourdieu para criar um paradigma que faz frente ao essencialismo culturalista, com uma visão que possibilita abordar as realidades culturais e simbólicas, buscando preencher “as lacunas e silêncios da configuração científica hegemônica que articula essencialismo cultural, por um lado, e a fragmentação conjuntural e pragmática da explicação teórica, por outro” (SOUZA, 2003, p. 53).

Como a Sociologia de Bourdieu destaca a hierarquia da valoração social, Souza (2003, p. 53) procura articular com os capitais de Bourdieu por eles darem subsídios para denunciar que “a produção de uma desigualdade social tende a se naturalizar tanto no centro quanto na periferia do sistema”, sistema este considerado em mercado e Estado.

O objetivo deste artigo foi analisar a pobreza e a Nova Classe Média no Brasil segundo Jessé Souza a partir da Teoria dos Capitais de Bourdieu, dando ênfase ao simulacro da mitigação da pobreza do Brasil, tendo como cerne analítico a centralidade no sujeito e sua identidade como ator ativo.

Foi realizada uma revisão de literatura narrativa (DA SILVA, 2019) por meio das obras de Souza (2009; 2012) e, após diversas releituras das narrativas e interpretação, foram identificados os tipos de capitais. Portanto, essas narrativas suportam a categorização da Teoria de Capitais de Bourdieu: capital econômico, cultural, social e simbólico, o que dá apoio para análise da pobreza e da Nova Classe Média. Este ensaio tem como contribuição teórica a evidenciação dos tipos de capitais de Bourdieu nas obras de Jessé Souza.

Este ensaio teórico é constituído de três seções, sendo a primeira a introdução, seguida da argumentação do simulacro da mitigação da pobreza e os capitais de Bourdieu, segmentada em três subseções: capitais de Bourdieu e campo social; pobreza e a farsante Nova Classe

Média no Brasil (NCM); e concepções de Jessé Souza e o *habitus* de um grupo social batalhador concebido como classe média; e, por fim, as considerações finais.

SIMULACRO DA MITIGAÇÃO DA POBREZA DO BRASIL E OS CAPITAIS BOURDIEU

Capitais de Bourdieu e Campo social

Segundo Bourdieu (1989, p. 134), “os capitais são as forças que definem as probabilidades de ganho num campo ou subcampo e envolvem disputas nos espaços sociais. A distribuição desses capitais representa a forma de distinção de dominação e de poder nas relações sociais; a esse conhecimento denotou-se a Teoria dos Capitais nos campos”.

Os campos são a “representação dos espaços sociais estruturados, cujas propriedades dependem das posições dos múltiplos atores e que podem ser analisadas independentes das características particulares dos indivíduos ou grupos” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Assim, define-se campo social como “um espaço global de posições sociais, configurado em torno de um sistema de desvios de distintos níveis, cuja existência acontece nas relações dos atos entre as instituições, os agentes e todos os atores sociais. Tais relações efetivam-se nos jogos de conflitos, posições e distinções” (BOURDIEU, 1989, p. 179).

Segundo Wacquant (1992), o campo de Bourdieu refere-se a uma sociedade diferenciada que se constitui por diversos microcosmos sociais. Um espaço de desenvolvimento de interesses individuais, coletivos e de disputas para o funcionamento dos múltiplos campos (campo econômico, artístico, religioso, político, escolar, esportivo), visando ajustar as suas lógicas existenciais. Como resultado, os campos possuem leis de funcionamento gerais que não sofrem variações e propriedades particulares que são específicas de cada campo.

Nessa vertente, Bourdieu (1989, p. 149) explicita que a “estrutura do campo social é definida em cada momento pela estrutura da distribuição do capital”. Encontra-se, portanto, no campo, diversos espaços sociais permeados de distintos capitais, sendo eles econômico, cultural, social e simbólico. Tais capitais levam à distinção pelo ter e não ter, pelo poder e não poder, pela dominação e não dominação.

Além desses conceitos bourdieusianos, o desenvolvimento teórico perpassa a farsante Nova Classe Média adotada pelo Brasil. Segundo Abramovay (2012); Pochman (2012; 2013; 2014) e Souza (2012), a nova classe média é constituída por pessoas que ainda estão em situação de pobreza e que devem, por vontade própria, pleitear formas de integração social, sem dependência das classes dominadoras.

No entanto, as pessoas precisam de oportunidades em relação aos seus capitais tangíveis e intangíveis. Para isto, o pressuposto básico é a compreensibilidade do contexto, ou seja, do meio no qual o conhecimento das atividades e da caracterização do cotidiano das pessoas, em situação de pobreza, são essenciais, visto que se trata de um campo social com suas próprias disposições, seus *habitus* e dinâmica de modo de vida (BOURDIEU, 1989;

SOUZA, 2012). Esses conceitos de campo social, *habitus* e disposições são provenientes das obras de Bourdieu e especiais para a compreensão dos capitais.

Segundo Souza (2012, p. 10), no Brasil, as pessoas mais vulneráveis pertencem a um grupo de batalhadores originários da classe mais pobre, conhecida de forma pejorativa como “ralé brasileira”. Este grupo caracteriza-se pelas pessoas que estão acentuadamente abaixo dos princípios de dignidade, são mal pagas e exploradas.

A classe “ralé” é desprezada e explorada pelas classes dominantes. As pessoas da “ralé” possuem origem em famílias desestruturadas. No geral, a família é conduzida pela mãe que divide seu tempo entre o lar e o trabalho. A mulher, na maioria das vezes, atua sozinha, buscando combinar trabalho ocasional e instável com a criação dos filhos. E a característica principal da “ralé”, segundo Jessé Souza, é a estratégia de transformar necessidade em virtude (SOUZA, 2012), forma que é utilizada por muitas pessoas desse meio social para representar o agir, o pensar e o sentir, ao buscarem a mudança de sujeito passivo para ativo.

Todavia, essa consciência de afirmação e valorização requer condições cognitivas e psicossociais, atributos que podem estar ausentes em muitos indivíduos da “ralé” (SOUZA, 2009), manifestando-se nas relações sociais. Nesta visão, o autor defende uma pobreza condicionada não só à renda, mas ao capital social e cultural mencionados por Bourdieu.

O capital social refere as possíveis redes relacionais. Corresponde a um conjunto de recursos atualizados ou potenciais que tem conexão estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de estabelecimento recíproco (BOURDIEU, 2008).

O capital cultural refere as ações dos indivíduos ao longo do tempo para aquisição de atributos. Dessa forma, existem três formas de capital cultural: o incorporado, o objetivado e o institucionalizado. Das três formas de capital cultural, a forma incorporada pertence somente ao indivíduo, o qual o traz em seu corpo, e somente a ele pertence. Pode ser mutável ao longo do tempo, mas não pode ser transmissível, e, por meio da forma de ser e de se comportar, pode implicar na demonstração de poder e de diferencial, mesmo em relação aos detentores de capital econômico. Na forma objetivada, o capital cultural transforma-se em econômico na forma de posse. Todavia, se não for materializado e se efetivar como simbólico, não será transferível e pertencerá somente ao seu indivíduo, pois será um bem intangível de valor simbólico e necessitará de reconhecimento por terceiros para se transformar em capital econômico (BOURDIEU, 2007).

O capital cultural pode e tende a se converter em capital econômico, todavia, pode ser explorado pelos meios de produção quando do estado objetivado ou institucionalizado (BOURDIEU, 1979). Dessa forma, a renda pode aprisionar o indivíduo em uma ciranda econômica de produção, exploração e consumo. A sua posse não significa desenvolvimento de capital cultural e de capital social, ela fornece uma ilusão de crescimento e de melhores condições de vida nos padrões estabelecidos por interesses dominantes.

Já o capital simbólico se refere à forma assumida por todos os tipos de capital (Capital

Cultural, Econômico e Social), percebida pelos atores sociais como reconhecimento, status e atribuição de valor, exemplo: o valor que se dá à confiança (BOURDIEU, 1989).

Pobreza e a farsante Nova Classe Média no Brasil (NCM): concepções de Jessé Souza

O ambiente da pobreza perpassa a necessidade da afirmação do indivíduo em relação à sua ideia de autonomia individual relativa. Descobrimo-se como “um ser determinado e não somente autodeterminado, o indivíduo se torna mais apto a fazer escolhas a partir da sua própria condição no mundo” (SOUZA, 2009, p. 223).

Habermas (2011) corrobora o assunto ao mencionar que é preciso fortalecer o eu, a autoconfiança, o sentimento de dignidade e a autoestima das pessoas em situação de pobreza, por meio de dedicação e apoio. Schulz (2010) destaca a necessidade da participação e inclusão de diversos atores na discussão e deliberação de políticas públicas.

Nessas dimensões, Souza (2009) advoga a ausência de percepção da construção sociocultural da situação de pobreza nas políticas públicas. Conforme Crossley (2017), a vivência na pobreza apresenta-se como um efeito de falhas pessoais. Discorre que as causas da pobreza pela pesquisa científica social, durante quase um século, foram reconhecidas e deturpadas pela narrativa oficial de justiça social: prevalência da pobreza no trabalho, problemas de baixos salários e efeitos corrosivos da pobreza e privação material.

Já em outra vertente tem-se a ideologia do mérito. O segredo da dominação social moderna está nas precondições sociais que permitem o mérito (SOUZA, 2009). Portanto, existem nas políticas públicas uma dominação do homem por mecanismos distintos e simbólicos.

Os referidos mecanismos levam a uma vida em condições precárias, sem as pessoas se darem conta de que são os invisíveis nos sistemas econômicos, políticos e culturais. A vida dos invisíveis caracteriza-se pela ausência de disciplina, autocontrole e cálculo prospectivo, levando à personalidade autorresponsável e racional (SOUZA, 2012).

Essas são algumas características sociais, causas universais de todas as classes sociais e da posição dominante das classes média e alta. Tal aceitação conduz às generalizações pré-concebidas de que as classes marginalizadas são culpadas da própria exclusão e miséria. Se todas as classes sociais possuem os mesmos recursos sociais, então a marginalidade e a pobreza só podem ser culpadas da própria preguiça, burrice e arcaísmo dos marginalizados, levando à invisibilidade da classe baixa e de seus estigmas, crítica Souza (2009).

Carrion (2014), em seus estudos interpretativos, contribui com o aspecto da invisibilidade ao dissertar o princípio de dignidade como condição humana. Esse princípio encontra-se nas pesquisas de Jessé Souza e tem como objetivo diminuir os estigmas.

Bouzarovsk e Simcock (2017) citaram a consideração de Reid, McKee e Crawford (2015), para os quais o estigma é dependente do contexto. Por exemplo, o estigma associado à pobreza e ao subconsumo é mais predominante em sociedades com maiores desigualdades

econômicas e onde as políticas públicas sugerem que os pobres são responsáveis por sua pobreza (PICKETT; WILKINSON, 2012; WALKER, 2014; WALKER *et al.*, 2016). Goffman (2008;1963) explicita que a pessoa em situação de pobreza se constitui de um estigma que ecoa no seu reconhecimento somente na perspectiva da opressão.

Soares (2005), com a teoria do estigma social, argumenta que a classe baixa ou marginalizada deve, por vontade própria, pleitear uma forma de integração não subordinada. Souza (2009, p. 410) questiona esses estudos e coloca: “por que a ‘ralé’, como classe do ‘corpo’ sem conhecimento (capital cultural), nem dinheiro (capital econômico), não reage ao seu desvalor e humilhação cotidianos?” Em resposta, o autor argumenta que as pessoas dependem das relações sociais com os outros atores sociais e das oportunidades que essa interação proporciona.

Para Serra (2017, p. 127), a pobreza precisa ser tratada como pobreza de oportunidades, por isso, nesta vertente, a autora evidencia:

A privação de condições dignas de moradia e de educação básica limitam as oportunidades de realizações das pessoas, e essas oportunidades dependem fundamentalmente do local onde a pessoa vive. Em suma, o enfrentamento da pobreza no Brasil exige tratar da desigualdade de oportunidades, de modo que todos tenham condições de uma vida decente em sociedade, independentemente de onde vivam.

Tais oportunidades, citadas pela autora, são inseridas nas relações sociais essenciais para o bem-estar das pessoas e refletem nas funções descritas por Sen (2000). As relações são os meios que permitem a transformação das coisas materiais em resultados valiosos. Essas relações permitem a satisfação das necessidades humanas intangíveis, entre elas o respeito, o pertencimento, o amor, o senso de valor e a identidade do indivíduo (SEN, 1984; 1985; 1989). Todos esses fatores estão ligados ao Capital Simbólico de Bourdieu.

Souza (2012) criticou o surgimento de uma nova classe no Brasil, defendida por economistas, entre eles, Marcelo Neri. Para Souza (2012), não se trata de uma nova classe média e, sim, de um grupo de trabalhadores/batalhadores brasileiros que tiveram oportunidades a novos consumos de bens e serviços, por meio dos seus trabalhos formais e informais, ou seja, trata-se de um grupo social e não uma classe teórica. São as pessoas provenientes da “ralé” que buscaram melhoria de vida e atingiram um nível social, o qual ficou conhecido de forma midiática como sendo Nova Classe Média (NCM) ou Emergentes. Essa classe foi responsável pelo fortalecimento do mercado interno, dinamismo econômico e pelo desenvolvimento do novo capitalismo brasileiro.

As perspectivas e debates entre diversas correntes da NCM são abordados por Abramovay (2012); Souza e Lamounier (2010); Neri (2011); Pochman (2012; 2013; 2014). Os autores discutem diversas questões, entre elas: a preocupação com educação e inserção ocupacional; análise das atitudes e expectativas das pessoas; hiato de renda (PI), isto é, quanto de renda falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer suas necessidades básicas no mercado; também discutem o bem-estar social e os diversos aspectos da realidade de

diferentes pessoas; questionam até que ponto os níveis de renda e de consumo serão, ou não, sustentáveis no futuro; analisam o acesso a mercados como porta de saída da pobreza, como o acesso às microfinanças, microsseguros, microcrédito; e destacam a evolução dos estoques de ativos das famílias, com base em uma ampla visão da natureza dos padrões de vida conquistados.

Conforme Neri (2011; 2017), a caracterização da NCM perpassa critério de renda, percepções de sustentabilidade financeira, ambições, valores e projetos de sociedade. A abordagem da NCM sustenta-se na classificação de classes econômicas segundo a categoria do consumidor e do produtor.

A NCM é uma classe média emergente e é o motor da expansão da economia, porém, a sua sustentabilidade é uma incógnita no desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2004). A farsante Nova Classe Média é um segmento da classe trabalhadora que, sendo atomizado e individualizado pelo consumismo, torna-se politicamente inofensivo e indiferente à ação coletiva (POCHMANN, 2012; 2013; 2014). É representada pelos trabalhadores em situação de pobreza que, com a remuneração do trabalho, seguem os mecanismos de dominação do capitalismo. A NCM é composta por mais pessoas empregadas, mas não necessariamente com condições adequadas e dignas de trabalho (POCHMANN, 2012; 2013; 2014). O autor indaga se as pessoas da NCM seriam capazes de planejar seu futuro.

Conforme Souza (2012), a NCM não é uma classe e, sim, um grupo de trabalhadores proveniente do capitalismo neoliberal, no qual a produção flexível foi a grande responsável pelo desemprego estrutural. O autor acrescenta dimensões importantes à análise da suposta classe média, as quais transcendem o aumento da renda. Para o autor, os capitais social e cultural **são dimensões ausentes ou** precárias para os trabalhadores/batalhadores da Classe C e para os da “ralé” (classe mais empobrecida da sociedade). Na classe “ralé”, encontram-se as pessoas que carecem de relações sociais, de tempo para estudar, de competências sociais e capacidades, como disciplina e autocontrole, atributos indispensáveis para a pessoa ser bem-sucedida no capitalismo moderno e até para se ter uma autopercepção de dignidade e acesso aos direitos sociais (SOUZA, 2012).

Neri (2011) defende que a NCM é constituída por pessoas que aumentaram seus consumos e suas rendas. Logo, elas possuem melhores condições de vida. Souza (2012) faz uma crítica que há um discurso economicista na divulgação da existência de uma nova classe de emergentes brasileiros, com imagem de um mercado (neo) liberal. Para Pochmann (2012, p. 69), a “Nova Classe Média se destaca na elevação de índices de mão de obra que migraram do setor primário para o setor terciário nos últimos anos”.

Souza (2012) considera que o equívoco da Nova Classe Média, defendida por Neri (2011), é não considerar a transferência de valores imateriais e de seus privilégios no tempo. Entre eles, o capital cultural e a ausência de determinados fatores sinalizam uma violência simbólica que aprisiona as pessoas na visão financeira e materialista; uma classe totalmente teórica, que oculta o cotidiano e as condições de vida das pessoas em situação de pobreza, cuja fonte de recurso é a venda de seus trabalhos.

A suposta Nova Classe Média – na realidade, um grupo social – define-se como uma classe com pequena incorporação de capitais da sociedade moderna. Os principais capitais a que tem acesso são os econômicos e os culturais de habilidades incorporadas. Isto explica seu não pertencimento a uma classe média tradicional (SOUZA, 2012), a qual já possui tais capitais, sentindo-se diferenciada, sendo favorecida pelo contexto.

O grupo social de trabalhadores/batalhadores desenvolve disposições para o comportamento, os quais permitem a articulação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo (SOUZA, 2012). O que caracteriza toda classe batalhadora e trabalhadora é a sua inclusão subordinada no processo histórico de acumulação do capitalismo. “O trabalhador, ao contrário da ralé e de todos os setores desclassificados e marginalizados, é reconhecido como membro útil à sociedade. Ele pode criar uma trajetória de sucesso pessoal e enfrentar a pobreza” (SOUZA, 2012, p. 55).

HABITUS DE UM GRUPO SOCIAL BATALHADOR CONCEBIDO COMO CLASSE MÉDIA

O livro “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?” (SOUZA, 2012) segregou a classe dos batalhadores em trabalhadores e empreendedores. Os primeiros caracterizam-se pela presença de disposições primárias, como: ter origem familiar estruturada, presença dos pais na infância, ausência de necessidade material imediata; disposição para o trabalho esforçado e honesto, zelo pelo significado de dignidade; demonstração de disposições econômicas básicas para cálculo e administração de forma primária.

No entanto, os elementos diferenciais do batalhador empreendedor são denominados de disposições secundárias. Exemplos são a disposição e cálculo para autossuperação e disposição para chefia e liderança (SOUZA, 2012). Nesse contexto, a pobreza refere-se às condições em que vive a “ralé” brasileira, da qual surgiu a teórica Nova Classe Média.

No Brasil, a partir da invisibilidade social, analítica e política, os pertencentes à pobreza formam a ralé estrutural brasileira, a qual se refere a uma massa de trabalhadores vítimas de incapacitações, inibições e falta de oportunidades econômicas (SOUZA, 2009).

Nesse cenário, existe a denominada ética da responsabilidade do Estado com o cidadão. Porém, essa ética teria que ir ao encontro da observância e do respeito ao *habitus* de cada classe social. Bourdieu (1980, 2006) explica que o *habitus* se refere a um conjunto de disposições para a ação e é adquirido como aprendizado espontâneo e inconsciente desde a infância.

Souza (2009, p.107) corrobora ao afirmar que:

[...] os sujeitos não agem isolados havendo uma transformação concomitante em diversas instituições no tempo e no espaço. Portanto, as classes sociais não são definidas apenas pela renda, mas por seu *habitus*, ou seja, um conjunto de pressupostos e condições para a ação social estruturados por um pertencimento prévio de classe.

Souza (2009) disserta que apenas a gênese de um fenômeno social pode explicar sua eficácia no mundo moderno naturalizado, tornando-se invisível para os indivíduos modernos. Uma questão importante nesse patamar é que o comportamento não tem apenas o mercado para o moldar e as classes teóricas devem ser percebidas nas concepções de grupos sociais.

As pessoas estão envolvidas, além da hierarquia econômica, em uma moral, presente nas formas sociais e institucionais modernas (SEN, 1981). Essa moral, em ambientes de pobreza, pode ser a razão de os desfavorecidos se sentirem valorizados diante das hostilidades nas relações sociais.

A concepção teórica desse aspecto é denominada de expressivismo, o qual propõe valores como regra de conduta, fonte de admiração, respeito, autoestima e reconhecimento social. Segundo Simmel (2005), o expressivismo defende que cada pessoa possui ou deveria possuir uma voz própria, ou seja, um conceito vertical e não universalizável de personalidade que ganha obrigatoriedade.

Honneth (2003; 2007) defende a teoria do reconhecimento como um valor moral que se refere ao bem e à virtude como pertencente apenas ao indivíduo, sendo esse valor dele e de mais ninguém (SOUZA, 2009). Essa teoria destaca a relevância das relações sociais para a dignidade das pessoas e suas autovalorizações. Nessa ênfase, tem-se o que a sociologia denomina de fontes morais, as que estão por trás do funcionamento de todas as sociedades modernas e da ação cotidiana de todos os indivíduos, para garantir a igualdade social e a liberdade. Cita-se, como exemplo, a dignidade do trabalho útil e a expressão da própria personalidade individual (SEN, 1991).

Como explicitado nos estudos de Bourdieu (1980; 1996; 2007b; 2011), os dominados acabam contribuindo para a dominação da qual são vítimas, pois o seu corpo (através de seus gestos) aceita, espontaneamente e por antecipação, os limites de classe impostos e sem ser preciso recorrer a qualquer justificação racional para essa atitude (SOUZA, 2009).

Pelos estudos desenvolvidos, concluiu-se que a sociedade brasileira é estratificada por classes sociais teóricas, definidas pela renda e pela capacidade diferencial de incorporação de disposições e de conhecimento. Essa observação está inserida na abordagem sociológica que coloca em evidência a citação: “não é a renda, mas o *habitus* um fator de divisão social” (SOUZA, 2009, p. 335).

O *habitus* corresponde a um conjunto de características humanas socialmente adquiridas que define, em traços gerais, certo modo de conduzir a vida. Indivíduos socializados, em um contexto de *habitus* primário, incorporam as formas de pensar e agir necessárias para alcançar qualificação profissional, autorrespeito e estima social (BOURDIEU, 1980; 1996; 1989; 2007a; 2011).

Corroborando o contexto dos *habitus*, a realidade da pobreza, na visão das pessoas que a vivenciam no livro “A ralé brasileira: quem é e como vive” (SOUZA, 2009), apresentou-se como uma centralidade no dinheiro (capital econômico disponível) para as necessidades imediatas. Nesse livro, a renda das pessoas desse contexto social foi considerada como a

causa de suas condições materiais precárias e morais, uma vez que essas pessoas lutam pelos fatores de cultura e educação para superar ou minimizar a sua situação de pobreza, mas se veem limitadas e marginalizadas pelas instituições públicas e privadas. Portanto, não possuem autonomia absoluta de suas vidas, tratando-se somente de uma autonomia relativa.

A ascensão de alguns atores da “ralé” não pode ser generalizada como solução de sucesso para a saída da pobreza. Muitos permanecem ou retornam para a situação de pobreza e suas trajetórias são marcadas pela dominação das forças econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Esta rede de dominação direciona e restringe o acesso aos distintos capitais propostos por Bourdieu. A “ralé” é uma classe marcada pela ausência, dificuldades ou restrição da incorporação desses capitais (SOUZA, 2009).

Souza (2009) enfatiza a exploração da “ralé” por outras classes dominantes, as quais necessitam e compram os serviços das pessoas desse meio social. Esse tipo de trabalho é caracterizado como incerto, precário, mal remunerado e desvalorizado, marcando a vida e o comportamento do prestador de serviço e de sua família, configurando-se em simbiose, na qual os dominadores exploram a mão de obra da classe chamada “ralé”, cujas pessoas precisam dessa exploração para terem condições de se manterem em seu novo *status*.

A estratégia de vida da “ralé”, diante da incerteza do capital via trabalho, pode ser concebida como estratégia do imediatismo. A prioridade é satisfazer as necessidades primárias de sobrevivência. Como consequência, tem-se a dificuldade de pensar a médio e longo prazos, prevalecendo o jogo das subjetividades. Essas são essenciais para se vencer as dificuldades de um dia após o outro (SOUZA, 2009).

Enfim, o mundo dos capitais na situação da pobreza vincula-se, de forma especial, ao capital cultural. Muitas vezes, as pessoas são limitadas às habilidades inatas do seu contexto social e de vida, de forma exemplificada, cita-se o dom para a culinária, música, lutas, danças e serviços artesanais. O capital cultural deriva da possibilidade de incorporação e utilização do conhecimento útil, bem como das relações sociais para o seu reconhecimento. Ele é marco do sucesso e do fracasso social de todas as classes sociais e de todos os indivíduos.

Para determinar o que constituem cada capital de Bourdieu, apresentam-se alguns elementos que possibilitam demonstrar o que faz parte de um capital específico. O Quadro 1 demonstra a matriz de categorização de identidade da pobreza, seus elementos e a Teoria dos Capitais propostas por Bourdieu, com base nas obras de Souza (2009; 2012).

Quadro 1 – Análise interpretativa de capitais na situação da pobreza

Categorias dos capitais de Bourdieu na situação de pobreza	Elementos identificadores dos Capitais
Desestruturação familiar.	Relações familiares instrumentais: abuso afetivo e economia emocional; carências de disciplina, autocontrole e cálculo; produção e reprodução de indivíduos: miseráveis na vertente econômica, carentes de autoconfiança e de autoestima na psicossocial (Capital Cultural com ênfase em herança do meio).
Ideologia da “meritocracia” masculina.	Ser homem; exploração da mulher e objetivação; machismo e sexismo (Capital de herança cultural).
Falta de internalização das precondições psicossociais.	Ausência das precondições para viver em sociedade competitiva (Capital Social).
Acesso à cultura.	Integração subalterna, obediência e restrição de ação; objeto de realização política; culto à criatividade do artista da “ralé”, o qual insiste, a despeito de tudo, em criar; culto à simplicidade dos humildes (Capital Social pautado em dominação pelo poder econômico).
Ausência de base da autoconfiança e do reconhecimento social: limitação da dignidade expressiva.	Trabalho produtivo e útil; resultado do ensino da arte e de atividades lúdicas direcionadas; desconsideração do multiculturalismo (Capital Social pautado em opressão e Capital Cultural restritivo).
Violência e desigualdade social.	Desorganização familiar; carência afetiva; ausência dos pais; falta de dinheiro; opressão institucional; violência simbólica: o estigma da delinquência, classe perigosa, “ralé” honesta; dificuldades de usufruir dos benefícios dos direitos humanos, devido ao seu contexto social; previsão da probabilidade de reincidência a crimes; maior vulnerabilidade ao controle policial (Capital Cultural e Social dominante destruindo o Capital Simbólico).
Anseios a prestígio e o reconhecimento social.	Adesão à religiosidade neopentecostal; expressões econômicas: acesso à riqueza, prestígio, objetificação das mulheres etc.; falta de reconhecimento da cidadania: sujeição às decisões das classes dominantes; insegurança existencial das pessoas (Capital Cultural, Capital Econômico e Simbólico; necessidade de conversão constante).

Categorias dos capitais de Bourdieu na situação de pobreza	Elementos identificadores dos Capitais
Ausência da dignidade humana das crianças e dos mais frágeis.	Utilidade ou inutilidade imediata para o trabalho; satisfação de pulsões sexuais dos homens adultos (Capital Cultural negativo do meio prejudicando o Capital Simbólico).
Compulsão em consumo e rotina de trabalho.	Provas de subordinação ao capitalismo; sustentação do padrão de consumo; sensação de dignidade; consumo imediato para as necessidades materiais e simbólicas (Capital Econômico e Simbólico com traços de cultura do consumo).
Analfabetismo.	Condição social e instituição educacional impedem a construção de uma relação afetiva positiva com o conhecimento; suposta ignorância ocasionada pela falta de instrução escolar: sujeito passivo; destruição emocional das crianças: maus alunos, incapacidade, preguiça e desinteresse para os estudos (Capital Cultural restritivo e discriminatório, impedindo a construção de capital econômico e simbólico, o que pode levar à desconstrução moral do sujeito)
Luta pela meritocracia.	Valor do ser humano pela afirmação de qualidades para o trabalho mecânico; luta contra a reprodução das instituições modernas para a sociedade do mérito: narrativa do que "não ser"; busca de disciplina: família, mercado e escola (Capital Simbólico de valorização humana, propiciando Capital Econômico).
Cultura de laços particularistas de afeto.	Capacidade de amar e ser amado, de ser feliz e realizado no espaço privado das intimidades amorosas (Capital Simbólico com ênfase no pertencimento).
Vulnerabilidade e precariedade do universo familiar.	Condições materiais e sociais precárias de existência; construção de subjetividades precarizadas; baixa autoconfiança e autoestima (Capital Econômico e Simbólico).
Necessidade de expressivismo.	Transformação de necessidade em virtude; valor das habilidades para trabalho subordinado e em atividades não exercidas pelas outras classes (Valor Simbólico do trabalho como forma de autovalorização - pertencimento).

Categorias dos capitais de Bourdieu na situação de pobreza	Elementos identificadores dos Capitais
Sociabilidade.	Valor da reciprocidade e da solidariedade (ajuda aos iguais); poupança vista como estratégia individualista de enriquecimento; falta de sociabilidade familiar para a aquisição das habilidades emocionais e cognitivas (Capital Simbólico e Cultural com vertente de solidariedade. Traços do Capital Econômico como ruptura de confiança das relações).
Hostilidade no sistema de saúde.	Percepção da desvalorização moral, social e política; falta de valor humano não monetário ou não econômico - invisibilidade (Capital Simbólico e Cultural - opressão).

Fonte: elaborada pelos autores. Adaptado de Jessé Souza (2009; 2012) e Bourdieu (1980; 1996; 1979; 1989; 2007b; 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições de Jessé Souza no campo da gestão social e sustentabilidade possibilita o debate sobre os capitais de Bourdieu e a pobreza no Brasil, os quais remetem à discordância e concepção teórica heterogênea do que é a NCM. Souza (2012) e Pochmann (2014) criticam a denominação de Nova Classe Média e advogam que se trata de um grupo social advindo da base da pirâmide. As pessoas desse grupo não podem ser interpretadas somente como pertencentes a classes teóricas com base na renda. São pessoas que possuem diversas formas de ocupação e que fazem da quantidade de trabalho o elemento principal para aumentar a renda e o consumo ao longo da sua vida. Por outro lado, falta a essas pessoas o tempo para os seus projetos de vida, suas relações, construção do seu capital cultural e o controle de suas emoções.

Após a caracterização da pobreza brasileira com base nos livros de Souza (2009; 2012), observou-se que a situação da falta de recursos financeiros básicos em relação aos capitais estudados requer melhores condições nas relações individuais tanto no ambiente interno quanto no externo, ou seja, capital social.

Portanto, a pobreza representa ausência relativa de bens tangíveis e intangíveis (exemplo capital econômico, cultural, social e simbólico). Ela é influenciada pelas características dos campos sociais e pela diferenciação nas oportunidades, cujos acessos são influenciados pelas relações sociais como fatores de integração na sociedade.

Assim sendo, de forma complementar, é notório compreender que o campo social da pobreza evidencia diversos aspectos dessa situação, decorrentes da ausência e falta de acesso aos capitais econômico, cultural, social e simbólico abordados nesta pesquisa. O conjunto dos capitais forma a estrutura de capitais de Bourdieu e se torna necessário conhecer a proporcionalidades de cada capital nessa estrutura.

NOTA

1 Submetido à RIGS em nov. 2019. Aceito para publicação em ago. 2020.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril S.A., 2012.
- BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 30, p. 3-6, 1979.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da ação**. 9. ed. Tradução Maria Correia. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. 3 ed. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). **Escritos de Educação** Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.
- BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. 10 ed. Tradução Magali de Castro. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, p. 71-79. 2008.
- BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes. In: **O poder simbólico**. Lisboa. 70. ed., 2011, p. 135-165.
- BOUZAROVSK, S.; SIMCOCK, N. Spatializing energy justice. **Energy Policy**, v. 107, p. 640-648, 2017.
- CARRION, R. S. Cidadania. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.
- CROSSLEY, S. The 'official' social justice: an examination of the Coalition government's concept of social justice. **Journal of Poverty and Social Justice**, v. 25, n. 1, p. 21-33, 2017.
- DA SILVA, W. M. Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2019.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada** (1963). 4.

ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HABERMAS, J. Trabalho, amor e reconhecimento. O filósofo Axel Honneth completa 60 anos de idade. Uma viagem em pensamentos de Marx a Hegel para Frankfurt: ida e volta. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 337-341, jan./jun. 2011.

HONNETH, A. Redistribution as Recognition: A Response to Nancy Fraser. In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition? A Philosophical Exchange**. Londres: Verso, 2003.

HONNETH, A. Recognition as Ideology. In: Van Den Brink, B.; OWEN, D. (Ed.). **Recognition and Power**. Cambridge (UK): Cambridge University, 2007.

NERI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

NERI, M. C. **Microcrédito, dinâmica empresarial e mudança de classe: o impacto do CrediAmigo**, 2017. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cps/crediamigo2>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PICKETT, K.; WILKINSON, R. Income inequality and psychosocial pathways to obesity. In: OFFER, A.; PECHEY, R.; ULIJASZEK, S. **Insecurity inequality & obesity**. British Academy Scholarship, cap. 10, 2012.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POCHMANN, M. Mobilidade social no capitalismo e re-divisão internacional da classe média. In: BARELT, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2013. p. 156-170.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PONTES, R. N. Concepções de pobreza dos atores sociais na política de assistência social no período FHC. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 161-190, jul./dez. 2010.

REID, L.; MCKEE, K.; CRAWFORD, J. Exploring the stigmatization of energy efficiency in the UK: an emerging research agenda. **Energy Research & Social Science**, n. 10, p. 141-149, 2015.

SCHULZ, R. Reconhecimento no entendimento das lutas sociais de mulheres em condições de extrema pobreza. **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 184-201, jul./dez. 2010.

SEN, A. **Poverty and Famines Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SEN, A. Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures. **Journal of Philosophy**, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1984.

- SEN, A. **Commodities and Capabilities**. Amsterdam: North-Holland, 1985.
- SEN, A. Development as capability expansion. **Journal of Development Planning**, n. 19, p. 41-58, 1989.
- SEN, A. Social exclusion: concept, application and scrutiny. **Asian Development Bank**, Social Development Papers, n. 1, p. 1-54, jun. 2000.
- SERRA, A. S. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. 161 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.
- SIMMEL, G. Da psicologia da moda: um estudo sociológico. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. **Simmel e a modernidade**. 2. ed. rev. Brasília: Editora da UnB, 2005.
- SOARES, L. E. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Distrito Federal: CNI, 2010.
- SOUZA, J. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 59, p. 51-73, nov. 2003.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SPICKER, P.; ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, S.; GORDON, D. **Poverty**. An international glossary. Londres: ZedBooks, 2006.
- STEVEN, J. L.; HAIDER, L. J.; ENGSTRÖM, G.; SCHLÜTER, M. Resilience offers escape from trapped thinking on poverty alleviation. **Sci. Adv.**, n. 3, p. 1-11, 2017.
- WALKER, R. **The Shame of Poverty**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- WALKER, R.; KYOMUHENDO, G. B.; CHASE, E.; CHOUDHRY, S.; GUBRIUM, E. K. **Poverty-in-Iraq-2012-2014**. Washington: World Bank, 2016.
- WACQUANT, L. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**, de Pierre Bourdieu, com Loïc Wacquant. Paris: Editions du Seuil, 1992.

**Marinette
Santana Fraga**

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Contabilidade pela FVC. Docente da UFJF, Campus Governador Valadares.

**Armino
dos Santos
de Sousa
Teodósio**

Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador das áreas de Gestão Social e Ambiental, Políticas Públicas e Estudos Organizacionais. Líder do Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social (NUPEGS) do PPGA da PUC Minas. Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestre em Ciências Sociais (Gestão de Cidades) pela PUC Minas e Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Cláudia
Aparecida
Avelar Ferreira**

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS). Mestre em Administração pelo Centro Universitário UNA.



Foto: Grace Rodrigues

Mapeando Dificuldades e Intervenções no Cotidiano das Organizações de Cultura Popular em Caruaru-PE¹

Elisabeth Cavalcante dos Santos, Ítalo Henrique de Freitas Ramos da Silva, Pâmela Karolina Dias e Wilson Mike Morais

Resumo

Neste texto, o objetivo é refletir sobre o cotidiano de organizações de culturas populares em Caruaru-PE, a partir de duas vivências: a primeira, referente ao mapeamento das principais dificuldades vividas por mestres(as), e a segunda, referente às intervenções realizadas. Partimos da noção de cotidiano de Michel de Certeau, para compreender as práticas táticas (ou microrresistências), e a premissa filosófica das práticas para a compreensão da realidade social. Realizamos conversas informais e entrevistas semiestruturadas com doze mestres(as) de onze diferentes segmentos da cultura popular e observações não participantes. Destacamos que as dificuldades mapeadas são expressões dos conflitos existentes no cotidiano dos(as) mestres(as), levando-os a realizar práticas táticas. Ademais, ressaltamos as ações de intervenção como possíveis microrresistências às práticas acadêmicas instituídas, capazes de se relacionar com as práticas das próprias organizações de culturas populares, criando “espaços” nos “lugares” instituídos, e constituindo o cotidiano.

Palavras-chave

Cotidiano. Práticas. Organizações de Culturas Populares. Dificuldades. Intervenções.

Abstract

In this text, the objective is to reflect upon the everyday life of popular culture organizations in Caruaru-PE, based on two experiences: the first one referring to the mapping of the main difficulties experienced by masters and the second one referring to interventions that were carried out. We started from Michel de Certeau's notion of everyday life, to understand the tactical practices (or micro-resistances), and philosophical premise of practices to understand social reality. We conducted informal conversations and semi-structured interviews with fifteen masters from eleven different segments of popular culture, and non-participating observations. We emphasize that the mapped difficulties are expressions of the conflicts that exist in the masters' everyday lives, which lead them to carry out tactical practices (or micro-

resistance). In addition, we emphasize intervention actions as a possible micro-resistance to instituted academic practices, capable of relating to the practices of popular culture organizations themselves, creating “spaces” in the instituted “places”, and also constituting everyday life.

Keywords Everyday Life. Practices. Popular Culture Organizations. Difficulties. Interventions.

INTRODUÇÃO

Neste relato de experiência, tecemos reflexões acerca do cotidiano de organizações de culturas populares² da cidade de Caruaru-PE, a partir da descrição de duas aproximações vividas por nosso grupo de pesquisadoras e pesquisadores: a primeira, referente a um mapeamento das principais dificuldades enfrentadas por mestres, mestras³ e artistas das culturas populares caruaruenses, e a segunda, referente às intervenções realizadas nesse contexto.

Nosso grupo era composto por uma professora e estudantes do curso de graduação em administração (atualmente estudantes de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo) do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco. Este campus foi fundado em 2006 como resultado do processo de interiorização do ensino público no Brasil, tendo como propósito dirimir as desigualdades no acesso ao ensino superior de qualidade e promover o desenvolvimento local, por exemplo (MENDONÇA, 2015).

A cidade de Caruaru está localizada na Região Agreste do Estado de Pernambuco, a qual possui um dos arranjos produtivos locais de confecções mais importantes do país (LIRA, 2011; SEBRAE, 2013). Particularmente, Caruaru é conhecida nacional e internacionalmente pelas famosas feiras de rua (IPHAN, 2017), e pela riqueza cultural, envolvendo o artesanato feito em barro (LORÊTO, 2016), as bandas de Pífano, o Boi Bumbá (SANTOS; HELAL, 2017), a Capoeira, o Afoxé, a Literatura de Cordel, o Bacamarte, o Mamulengo, a Dança (SANTOS *et al.*, 2019), os festejos juninos (SANTOS; ALMEIDA; HELAL, 2016), e tantas outras expressões.

Para tecer as reflexões empreendidas, utilizamos a noção certeuniana de cotidiano (*everyday life*) – cujo argumento central é de que o cotidiano é constituído pelos “lances táticos e situacionais que expressam as artes de fazer” (GOUVÊA; CABANA; ISHIKAWA, 2018, p. 306) do homem (ou mulher) comum ou ordinário(a) que, “na existência cotidiana, (re) cria seus espaços por diferentes caminhos” (FRANCO, 2017, p. 31).

Por trás dessa noção de cotidiano, partimos da premissa filosófica de que a realidade é constituída por práticas que se conectam por meio de inteligibilidades, formando malhas de práticas (SCHATZKI, 2003). Em outros termos, a inteligibilidade diz respeito àquilo que faz sentido para as pessoas, e é esse sentido incorporado, esse conjunto de saberes, dizeres e fazeres do corpo, que dá uma configuração específica às práticas e à realidade social

(SCHATZKI, 2001; 2003; 2006; 2012). Promover esse tipo de discussão nos estudos em administração tem se mostrado relevante no sentido de compreender as organizações não como coisas, mas como construções espontâneas de redes de ações (ou performances) que seguem a ideia do que precisa ser feito, somado à união de potenciais passados e futuros presentes na memória organizacional (SCHATZKI, 2006; CZARNIAWSKA, 2013). Em outras palavras, é ver as organizações enquanto processos inacabados (*organizing*) (CZARNIAWSKA, 2008; DUARTE; ALCADIPANI, 2016), feitas e refeitas a cada minuto, constituindo interconexões entre elementos diversos como atividades, objetos e seus usos, conhecimento, linguagem, emoções, motivações (SANTOS; SILVEIRA, 2015). É entender as organizações enquanto práticas exercidas no cotidiano.

Nesse sentido, Michel de Certeau mostra-se um autor útil à nossa compreensão do cotidiano das culturas populares, pois valoriza a história dos homens e mulheres comuns, “personagens abandonadas pelos projetores, construídas como figurantes das histórias comumente narradas” (TEIXEIRA, 2015, p. 379). Assim, acreditamos contribuir para “dar ouvidos” àqueles que o discurso hegemônico cala (GOUVÊA; CABANA; ISHIKAWA, 2018), uma vez que os estudos em administração têm priorizado a perspectiva econômica e racional-instrumental, sob uma lógica empresarial.

Cabe também ressaltar que tais agentes falam de um contexto periférico, historicamente invisibilizado e tido como atrasado em relação à modernidade, nomeadamente, o Nordeste brasileiro e o Agreste pernambucano (IBARRA-COLADO, 2006; ARAÚJO, 2004; ALBUQUERQUE Jr., 2011; SÁ, 2018). Nesse sentido, este texto também se justifica pela necessidade de problematizar tal contexto e as organizações que nele existem. As teorias que resgatam as práticas cotidianas mostram-se uma importante aliada neste propósito (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019).

APROXIMAÇÕES COM O CAMPO

Nos meses de março e abril de 2017, realizamos três entrevistas exploratórias com mestres(as) das culturas populares de Caruaru-PE. Essas entrevistas exploratórias não seguiram roteiro nem foram gravadas, e constituíram conversas informais. Seu principal objetivo foi apresentar a pesquisa e os(as) pesquisadores(as), identificar quais os principais segmentos da cultura popular caruaruense, e quem eram os(as) seus(suas) principais mestres(as).

Neste momento, acessamos os Mestres 1, 2 e 3, do segmento do Boi Bumbá, do Cordel e da Capoeira, respectivamente. As entrevistas foram realizadas nas “casas” de cultura existentes na antiga Estação Ferroviária da cidade⁴, cada uma reservada a uma expressão popular. Tais casas foram construídas temporariamente como decoração para o festejo junino da cidade, mas acabaram sendo cedidas pela prefeitura aos grupos de cultura, os quais fizeram dessas casas temporárias, de madeira compensada, verdadeiras sedes de trabalho. Nessas casas, os mestres e seus grupos reuniam-se, apresentavam-se, recebiam visitantes (principalmente na época dos festejos juninos) e realizavam outras atividades importantes, como as aulas sobre cultura popular.

A partir das informações coletadas nessas entrevistas, montamos um quadro exploratório que permitiu o acesso a outros(as) mestres(as) culturais para realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas aconteceram entre os meses de maio e outubro de 2017. Estas seguiram roteiro⁵, foram gravadas e transcritas. Foram entrevistados(as) doze mestres(as) de onze diferentes segmentos da cultura popular caruaruense, nomeadamente, o Boi Bumbá, o Cordel, a Capoeira, o Afoxé, a Dança Popular, o Pífano, o Circo, o Artesanato, a Mazurca, o Bacamarte, e o Mamulengo. Para acessar os(as) entrevistados(as), foi utilizado o quadro exploratório montado através das três primeiras conversas informais, realizadas na primeira fase da pesquisa.

Nessas entrevistas, acessamos os(as) mestres(as) nas casas de cultura da Estação Ferroviária, como a Casa do Mamulengo e a Casa do Boi, mas também fomos às residências dos(as) mestres(as), e às suas oficinas, sempre muito simples e aconchegantes. Em todos estes espaços, percebemos a riqueza de elementos expostos, fossem bonecos (no caso do Mamulengo), cordéis (na Casa do Cordel), instrumentos (na Casa do Boi e da Capoeira) etc. Víamos claramente as histórias dessas organizações expostas em cada elemento presente no ambiente.

Entre os meses de abril e julho de 2017, realizamos observação não participante em 3 reuniões do Conselho Municipal de Cultura e em 1 fórum de políticas culturais para a cultura popular, os quais aconteceram no Museu do Barro da cidade e na Casa do Cordel. No mês de julho de 2017, também realizamos observação não participante em duas oficinas de um dos grupos de Boi Bumbá investigado, na Casa do Boi. As observações foram sistematizadas e geraram relatos com os principais conteúdos discutidos.

Para organização do material coletado nessa primeira aproximação com o campo, o qual nos permitiu levantar as principais dificuldades dos(as) mestres(as) das culturas populares, utilizamos análise temática de conteúdo (BARDIN, 1977), reunindo trechos de entrevistas que se referiam ao mesmo tema, gerando sete temas distintos.

A partir da análise das possibilidades levantadas pelos(as) mestres(as) para superação das dificuldades, selecionamos uma delas – o intercâmbio entre universidade e comunidade – para realizar intervenções. Essa foi a possibilidade escolhida, devido à escassez de recursos do nosso grupo de pesquisadores(as). Desse modo, durante os anos de 2017 e 2018, foram realizadas ações de intervenção, limitadas por nossas capacidades de tempo e recursos, uma vez que nenhuma ação foi financiada, mas construída a partir de esforço coletivo do grupo e de parceiros(as) encontrados(as).

Similarmente a Santos, Silva, Campos e Cordeiro (2018), entendemos por intervenção, a ação conjunta e refletida de dois ou mais agentes, com o objetivo de gerar benefícios mútuos, seja em termos sociais, culturais, de aprendizagem, econômicos etc., e atenta aos jogos de forças que ela mesma cria (como toda e qualquer produção social constituída por relações de poder).

DIFICULDADES MAPEADAS

Os mestres e mestras acessados são, em sua maioria, pessoas com mais de 50 anos de idade. Os mais jovens nem sempre são reconhecidos como mestres(as), porém, resguardam conhecimentos importantes para os grupos populares em que atuam, possuindo papel essencial na transmissão do saber-fazer de forma oral na maior parte das vezes. A partir dos relatos dos(as) mestres(as), foi possível realizar um mapeamento das dificuldades vivenciadas no cotidiano desses agentes.

A primeira dificuldade diz respeito às **assimetrias entre culturas**, destacando-se nos relatos a concorrência desleal entre as culturas populares e a cultura pop (Mestre 10), e a pouca visibilidade das manifestações tradicionais quando comparadas à ascensão das manifestações contemporâneas (Mestra 6). A segunda dificuldade refere-se à **desvalorização e preconceitos**, devido à incompreensão do público em geral sobre os significados das culturas populares, principalmente aquelas de matriz africana. Sobre isso, a Mestra 6 diz:

[...] mesmo que muitas pessoas não entendam lá fora, mas a gente sabe o que a gente tá fazendo, o que a gente tá dançando e por que a gente tá fazendo aquilo. Que para muitos, às vezes, pode ser até engraçado, ridículo, mas a gente sabe que a gente tá reproduzindo a cultura de um povo que tá lá e que ninguém enxerga, que é como se fosse um povo invisível, né.

Outro tema recorrente nas falas dos mestres e mestras diz respeito à **precariedade do trabalho**, pois eles e elas narram trabalhar muitas horas por semana, por vezes sem condições ou remuneração adequadas, como nas casas de cultura na antiga Estação Ferroviária da cidade, a qual não possuía banheiros e, frequentemente, era alvo de assaltos. A **ausência de matéria prima para produção**, como taboca para produção do pífano (Mestre 7), a madeira para construção do berimbau (Mestre 5) e o barro para o artesanato (Mestre 12), também foi um tema recorrente nas entrevistas. Houve destaque ainda para temas como a **ausência de projetos públicos para a cultura popular além do São João**, considerado o maior festejo da cidade, atraindo pessoas de todo o país; a **possível perda dos saberes dos mestres e mestras**, uma vez que não há registro escrito dos saberes dominados pelos mestres e mestras (Mestre 8) e muitos jovens não têm interesse em desenvolver os trabalhos referentes à cultura popular (Mestre 12); e a **relação conflituosa com o poder público**, devido às exigências burocráticas para o exercício da atividade (Mestre 11), o não cumprimento de valores acertados (Mestre 7), o pouco apoio (Mestre 8), a falta de transparência (Mestra 4) etc. A partir das dificuldades relatadas pelos(as) mestres(as) entrevistados(as), aqui resumidas, percebemos a existência de diferentes agentes que constituem o cotidiano das culturas populares em Caruaru-PE: (1) o poder público – representado nas falas como aquele que define os processos burocráticos que devem ser seguidos, que já atrasou cachês, que não foi transparente sobre o uso dos recursos públicos, que dá pouco apoio e incentivo para ações das culturas populares, que não desenvolve políticas públicas de salvaguarda dos(as) mestres(as) e saberes, dentre outras questões levantadas; (2) os jovens – que são tidos como desinteressados na continuação da cultura popular; (3) o público consumidor – que, por vezes, não entende a proposta das expressões culturais, de acordo com os entrevistados; e (4) a universidade – tida como detentora de um saber que poderia ser usado para superar dificuldades.

Cada um desses agentes parte de contextos distintos, exercendo papéis diferentes numa mesma malha de práticas (SCHATZKI, 2003). Aqui, entendemos que essa malha constitui a realidade social, e constringe as (e é constringida pelas) performances dos praticantes (SCHATZKI, 2001; 2003; 2006; 2012). Dentre as práticas que permitem às organizações de culturas populares *(r)existirem*, e que podemos observar a partir dos relatos dos(as) mestres(as), estão: **prática de apresentação** (comum a vários segmentos, mas que possuem especificidades a depender da organização); **prática burocrática** (como a de registro de “licença” e de autorização para atuação do Bacamarte); **prática de customização de roupas** para serem comercializadas pelo Boi Bumbá; **prática de construção dos instrumentos** (organizações ligadas ao pífano, à Capoeira e ao Boi Bumbá); **prática de manutenção do espaço** onde atuam; **prática de ensaios**; **prática de confecção de bonecos** de barro; **prática de vendas** (diferente para cada segmento, pois alguns lidam com produtos, como o Artesanato em Barro e o Cordel, e outras comercializam serviços); **prática de elaboração de projetos**; **prática de elaboração de loas** (cânticos que expressam tradição oral); **prática de participação** nos conselhos públicos municipais; **prática de solicitação de recursos** junto aos órgãos públicos etc.

Essa diversidade de práticas e de agentes nela inseridos presume lógicas, entendimentos, estruturas de pensamentos, capitais sociais e culturais também distintos, o que pode tornar o diálogo entre os agentes algo conflituoso. Foi o que percebemos, por exemplo, nos comentários dos entrevistados e entrevistadas sobre o difícil diálogo entre eles(as) e o poder público, ou entre eles(as) e o público consumidor, o qual não entende as culturas populares. Cabe destacar aqui que só investigamos os(as) mestres(as) que possuem uma visão específica sobre o que cada agente envolvido no campo deveria realizar, baseado nos entendimentos compartilhados existentes nessa prática cultural. Desse modo, podemos afirmar que a realidade das organizações de culturas populares em Caruaru, entendida aqui como uma malha de práticas (SCHATZKI, 2003), é composta por diferentes agentes, em diferentes situações sociais e em diversificadas práticas, gerando conflitos diversos.

Entretanto, conforme pontua Certeau (2014), apesar de as tensões e violências existirem inevitavelmente na realidade, elas fornecem os “equilíbrios simbólicos, os contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (CERTEAU, 2014, p. 44). É o que pode ser observado no próprio evento de São João da cidade, de certo modo criticado pelos(as) mestres(as) investigados(as), por acontecer somente uma vez ao ano, mas que tem ampla adesão (não de forma pacífica) dos(as) praticantes das culturas populares.

Diante dessas relações de forças desiguais, percebemos estratégias definidas por agentes de poder como o poder público (o qual define processos burocráticos a serem seguidos pelos agentes), a universidade (detentora de um conhecimento tido como de maior valor), ou a igreja (cujos sistemas de crenças não reconhecem outros mais marginalizados, como os de matriz africana). São esses agentes que definem lugares de poder e impõem sistemas às culturas populares, como coloca Certeau (2014).

Entretanto, apesar de Certeau (2014) apontar para a existência de sistemas de produção impostos por ordens dominantes, nos quais os homens (e mulheres) ordinários se inserem,

estes não necessariamente exercem a passividade. Na verdade, esses agentes sociais fazem diferentes usos desses sistemas, manipulando-os por meio das táticas.

Por táticas, o autor entende as maneiras de utilizar os sistemas impostos, as “trampolinagens” realizadas para “driblar contratos sociais” (CERTEAU, 2014, p. 74), o “fazer” com regras postas por outros, a “arte do fraco” (p. 95), que “depende de saberes muito antigos” (p. 46). Essas táticas dos homens (e mulheres) comuns são resistências às estratégias, exercidas por sujeitos que manipulam as forças e o poder, como as organizações empresariais, exércitos, instituições científicas, cidades, instaurando um lugar próprio, capaz de exercer o controle.

Desse modo, percebemos a existência de microrresistências no dia a dia dos(as) mestres(as) e artistas, as quais mantêm vivas as organizações culturais a despeito de tantas dificuldades. Ou seja, mesmo diante de preconceitos, de falta de infraestrutura básica, de ausência de pagamentos justos, esses agentes entrevistados resistem, seja pressionando o poder público nas reuniões do conselho de políticas culturais, seja realizando pequenas apresentações para se manterem ao longo do ano, seja buscando parcerias com as universidades, ou seja, insistindo em existir (ROQUE, 2003).

Consideramos que essas táticas ou práticas de resistência constituem o cotidiano das organizações de culturas populares dos mestres e mestras. Como colocam Gouvêa, Cabana e Ishikawa (2018), esse cotidiano é “feito pelos praticantes como um trabalho de *patchwork*, no qual, peças de diferentes tamanhos vão se encaixando no dia a dia, formando uma obra de arte que, na maioria das vezes, não é percebida” (p. 310). É nesse cotidiano que o homem (ou mulher) ordinário sempre pode “desfazer a fatalidade da ordem estabelecida” (CERTEAU, 2014, p. 74), mas considerando as amarras às quais está submetido, o que não o permite romper de forma brusca com o sistema imposto.

INTERVENÇÕES REALIZADAS

Ao final das entrevistas com os mestres e mestras, solicitamos que pontuassem possíveis alternativas diante das dificuldades relatadas. Nas respostas, os(as) mestres(as) mencionaram um intercâmbio entre universidade e comunidade que pudesse concretizar ações diversas como o registro escrito de saberes populares, auxílio na elaboração de projetos culturais etc. Assim, realizamos nossas ações de intervenção no sentido de promover aproximações entre a universidade e a comunidade.

Em 2017, convidamos mestres(as) das culturas populares (do segmento do Boi Bumbá, do Pífano, e do Cordel), a participarem do processo de ensino-aprendizagem no espaço universitário, compartilhando experiências, histórias, saberes, e modos de intervir na realidade por meio das culturas populares, até então desconhecidas por muitos estudantes, habituados às teorias e histórias “sem vida” na academia.

Em novembro do mesmo ano, promovemos cine-debate na universidade com integrantes do grupo de Capoeira e estudantes do curso de administração, com o objetivo de discutir a vida e a obra do Mestre Pastinha, fundador da Capoeira Angola. Em agosto de 2018, membros

do mesmo grupo de Capoeira e estudantes do curso de administração realizaram visita à Reserva Quilombola, localizada em Serra da Barriga, na cidade de União dos Palmares, em Alagoas.

Nesses intercâmbios, percebemos como a Capoeira Angola se relaciona à ginga, a qual, na verdade, se refere a todo movimento do corpo, sendo um verdadeiro modo de existir, como relatou o Mestre 5:

[...] a gente fala que Capoeira Angola é o seu dia a dia, a ginga, aquele passo que a gente pensa que é difícil não é nada mais do que você tá andando, você anda de outra forma, em vez de você tá andando pra frente, você tá andando pro lado, você vai num balanço assim, é, você tá jogando bola, a bola cai debaixo de um carro você vai se abaixar pra pegar, isso é um movimento de Capoeira Angola, mas, depois de um tempo, você vai aprendendo.

Em abril de 2018, na antiga Estação Ferroviária da cidade de Caruaru, realizamos o evento denominado Feira da Estação com alguns dos(as) mestres(as) entrevistados(as). A feira foi composta por feira criativa, rodas de conversa e apresentações culturais, e constituiu um momento rico para trocas entre agentes diversos. Nessa feira, realizamos projeto de extensão de Formação em Produção Cultural em Caruaru-PE, o qual previa o envolvimento de estudantes universitários na prática da produção cultural e os certificou pelas horas dedicadas. Estiveram envolvidos na realização do evento estudantes dos cursos de graduação em Administração, Comunicação Social e Design da UFPE.

Outro projeto de extensão que surgiu em 2018, a partir das reflexões feitas nas aproximações com o cotidiano das culturas populares, foi a Formação para Agentes Culturais Locais, um curso gratuito e aberto à comunidade caruaruense, com duração de 1 ano, no qual os participantes tiveram contato com diferentes expressões culturais como fotografia, ilustração, poesia, teatro etc. Nesse projeto, experimentamos outros modos de estar no mundo, utilizando a cultura como possibilidade de empoderamento, o que permitiu trocas ricas entre artistas e profissionais, construção de parcerias e realização de projetos.

Outra intervenção foi a elaboração e partilha de cartilha sobre constituição jurídica de associações, diante da dificuldade relatada por integrantes do Boi Bumbá. E, em novembro e dezembro de 2018, realizamos a distribuição de relatórios contendo as dificuldades e proposições apontadas pelos(as) mestres(as) e artistas entrevistados.

Através dessas intervenções, buscamos construir espaços de trocas entre saberes científicos e populares, no intuito de aproximar essas duas formas de estar no mundo, as quais podem ser complementares. Desse modo, promovemos debates e vivências dentro e fora do ambiente universitário, ampliando possibilidades de aprendizado através da exploração de elementos sensoriais e das mais diversas manifestações culturais. Estudantes de graduação foram envolvidos de diversas formas nessas ações de intervenção, por acreditarmos na importância de formar profissionais que possuam, nos seus horizontes de atuação, o envolvimento em suas comunidades, fortalecendo culturas, identidades e, conseqüentemente, o desenvolvimento social. Importante destacar também que essas intervenções só fazem sentido, no âmbito da universidade, quando articulam ensino, pesquisa e extensão, pilares dessas entidades.

Uma reflexão importante proporcionada por essas intervenções, e que nos ajudou a compreender um pouco mais o cotidiano das culturas populares em Caruaru-PE, é que elas foram promovidas por um agente muito específico no jogo de relações de forças apontado na seção anterior: a universidade. Um agente de poder que possui interesses específicos e que, historicamente, não promoveu diálogo com os conhecimentos populares, valorizando um conhecimento científico impessoal, racional-instrumental, distante das questões cotidianas, dos homens (e mulheres) ordinários e comuns. Esse agente detém capital cultural valorizado socialmente, o qual é visto pelos próprios agentes entrevistados como necessário para superar dificuldades como captação de recursos, gestão financeira etc.

As noções de “lugar” e “espaço” de Certeau (2014) são úteis aqui. Para ele, no “lugar”, notam-se as práticas estratégicas colocadas pelos praticantes por meio do planejar, do projetar o direito adquirido da posse, estabelecendo as posições das práticas. O “lugar” implica estabilidade e possibilita ao “próprio” uma forma de capitalizar o tempo e ter autonomia, monitorando forças que se movam em sentido oposto às estratégias (CERTEAU, 2014). O espaço, por sua vez, é um lugar praticado pelo homem (ou mulher) comum, no exercício das táticas cotidianas. As táticas, portanto, permitem a criação de espaços nos lugares estrategicamente pensados, ou seja, as táticas são práticas de resistência, e é no cotidiano que elas se desenvolvem.

O “lugar” da universidade, construído historicamente, e impossível de ser desconstruído por meio de ações pontuais, gerou algumas situações ao longo das intervenções realizadas. Percebemos, por exemplo, a dificuldade em acessar alguns ambientes para realização da feira da estação, e também algumas discussões, principalmente nas rodas de conversa promovidas, como os questionamentos feitos pelos(as) artistas locais sobre o papel da universidade na comunidade, e a problematização sobre a linguagem pouco acessível utilizada por ela.

Entendemos que a universidade, para além desse papel que vem exercendo historicamente junto às culturas populares, pode ser um agente intermediador de interesses diversos, como observado nas ações de intervenção brevemente descritas anteriormente, no sentido de buscar e viabilizar soluções para problemas cotidianos. Diante do exposto, e entendendo a pesquisa, assim como as organizações de culturas populares, como uma malha de práticas historicamente constituídas, percebemos a universidade como um dos agentes “mais fortes” (usando o termo de Michel de Certeau), produtor de sistemas e de ordens que são impostas aos “mais fracos”. Realizar pesquisas intervencionistas que promovam o diálogo com os homens (e mulheres) comuns e com os conhecimentos populares por eles(as) produzidos não rompe com sistemas impostos, mas pode ser entendido como microrresistências táticas que questionam ordens impostas e constituídas por “outros” em contextos diferentes dos nossos (CERTEAU, 2014).

Assim, cada uma das intervenções realizadas é entendida por nós, praticantes em constante reflexão sobre nossa própria prática, como “espaços” (onde se constituem as táticas), construídos à mercê das possibilidades restritas (de tempo, recursos financeiros, pessoas etc.) nesse “lugar” (onde se constituem as estratégias) da universidade, pautado num sistema de conhecimentos por vezes excludentes.

Entendemos que essas táticas de resistência (que resistem a modos instituídos de se fazer pesquisa), articulam-se às próprias táticas das organizações de culturas populares, criando diversas possibilidades, sentidos, performances e tensões, e constituindo, também, o cotidiano dessas organizações, feitas por homens e mulheres comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que este relato de experiência seja útil para melhor compreensão do cotidiano das organizações das culturas populares em Caruaru-PE, semelhante a tantos outros, constituídos por relações de forças, expressas nas dificuldades percebidas pelos praticantes, mas também composto por microrresistências táticas, as quais permitem a essas organizações sobreviverem diante de tantas adversidades.

Também esperamos que este relato de experiência contribua para o debate sobre o fazer da pesquisa a partir de teorias das práticas que, mesmo que de forma indireta, envolvem os pesquisadores(as) nas lutas diárias dos homens e mulheres comuns, e que geram a possibilidade de criação de novas ferramentas metodológicas e de resistências.

Como principal sugestão para pesquisas futuras, recomendamos uma análise dos possíveis sentidos, sujeitos, performances e tensões criados na articulação de táticas de resistência, praticadas por agentes com repertórios e entendimentos distintos, e que ocupam lugares diferentes nas relações de poder instituídas. Sugerimos também investigação da nova realidade dos mestres e mestras da cultura popular, os(as) quais, antes, desenvolviam suas atividades nas casas de cultura, na antiga Estação Ferroviária da cidade, mas que, em 2019, foram transferidos para o galpão dessa Estação.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em fev. 2020. Aceito para publicação em ago. 2020.
- 2 Por culturas populares, entendem-se os saberes-fazeres de povos historicamente marginalizados. São as elaborações específicas de suas condições de vida, as quais se dão numa interação conflitiva com setores hegemônicos, como resultado de uma apropriação desigual de capital cultural (CANCLINI, 2013).
- 3 Por mestres e mestras, entende-se aqueles(as) que incorporam saberes-fazeres valorizados num segmento específico (seja ele a Capoeira, o Pífano, o Mamulengo etc.), permitindo uma organização social do conhecimento enredada na prática que possibilita, inclusive, construir identidades de trabalho (FIGUEIREDO; IPIRANGA, 2015).
- 4 No ano de 2019, as casas de cultura da antiga Estação Ferroviária de Caruaru foram derrubadas e os grupos culturais que ali exerciam suas atividades foram transferidos para o galpão existente nessa mesma Estação.
- 5 No roteiro das entrevistas semiestruturadas, solicitamos informações sobre a organização cultural na qual os(as) mestres(as) atuavam; sobre a história do(a) mestre(a) e da organização; sobre sua rotina de trabalho dentro e fora do organização; sobre como aprenderam o que sabem e como transmitem esse saber; sobre as principais dificuldades; sobre o papel da universidade; sobre outras organizações que conhecem na cidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr., D. M. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARAÚJO, T. B. Northeast, Northeast: what northeast? **Latin-American Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 16-41, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.
- BISPO, M. Estudos Baseados em Prática: conceitos, história e perspectivas. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 13-33, 2013.
- BISPO; M. S.; SOARES, L. C.; CAVALCANTE, E. D. C. Panorama dos estudos sobre práticas no Brasil: Uma análise da produção. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COUTO, F. F.; HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. Organizações outras: Diálogos entre a teoria da prática e a abordagem decolonial de Dussel. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 2, p. 249-267, 2019.
- CZARNIAWSKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 3, n. 1, p. 4-20, 2008.
- CZARNIAWSKA, B. Organizations as obstacles to organizing. In: ROBICHAUD, Daniel; COOREN, François (Ed.). **Organizations and organizing: Materiality, agency, and discourse**. Nova Iorque: Routledge, 2013. p. 3-22.
- DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar para os estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 57-72, 2016.
- FRANCO, B. L. **Práticas organizativas dos empreendedores culturais na constituição das cidades: Compreendendo a produção e ocupação dos espaços da cidade por grupos de Forró em Brasília, Distrito Federal**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- FIGUEIREDO, M. D; IPIRANGA, A. S. R. How can we define mastery? Reflections on learning, embodiment and professional identity. **Brazilian Administration Review**, v. 12, n. 4, p. 348-364, 2015.
- GOUVÊA, J. B.; CABANA, R. P. L.; ISHIKAWA, E. Y. As histórias e o cotidiano nas organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. **Farol - Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 5, n. 12, p. 297-347, 2018.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, Londres, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. (n.d.). **Inventário Nacional de Referências Culturais do Maracatu Nação**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARACATU_NA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Dossiê Registro da Feira de Caruaru**. Recife, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_caruaru.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LIRA, S. M. **Muito além das Feiras da Sulanca**: a produção da confecção no Agreste/PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

LORÊTO, M. S. S. **Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE**. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MENDONÇA, R. M. L. **Análise da Implementação do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco no Contexto da Expansão e Interiorização das Universidades Federais Brasileiras**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

NICOLINI, D. **Practice Theory, Work, & Organization**: an introduction. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ROQUE, T. Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê? **Lugar Comum**, v. 17, p. 23-32, 2003.

SÁ, M. **Filhos das feiras**: uma composição do campo de negócios agreste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

SANTOS, E. C.; ALMEIDA, M. F.; HELAL, D. H. Representações como Práticas Organizativas da Cidade de Caruaru/Pe. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3 n. 8, p. 1254-1312, 2016.

SANTOS, E.; HELAL, D. H. Práticas de trabalho da cultura popular no agreste de Pernambuco: entre o moderno e o tradicional. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 16, n. 2, p. 127-150, 2017.

SANTOS, E. C.; SILVA, J. K. F.; CAMPOS, P. O.; CORDEIRO, G. M. S. Aprendizagem em Ação no Curso de Administração: Intervenção em Organização Cultural na Cidade de Caruaru-PE. **TPA - Teoria e Prática em Administração**, v. 8, n. 1, p. 75-105, 2018.

SANTOS, E. C.; SILVA, I. H. F. R.; DIAS, P. K.; MORAIS, W. M. Reflexões acerca dos Saberes e Práticas Organizativas das Culturas Populares em Caruaru-PE. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 10., 2019, Recife. **Anais...** Recife, 2019.

SANTOS, L. L. S.; SILVEIRA, R. A. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações e Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 79-98, jan./mar. 2015.

SEBRAE. **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano, 2012**. Recife, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/barra_funcionalidade/sebraepernambuco-estudos-e-pesquisas,aae8e29765326410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. Nova Iorque: Routledge, 2001.

SCHATZKI, T. R. A New Societist Social Ontology. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 174-202, 2003.

SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organizations Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.

SCHATZKI, T. R. A primer on practices. **Practice-based education**. Practice Education Work and Society, Sense Publishers, v. 6, p. 13-26, 2012.

TEIXEIRA, J. C. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. 2015. 412 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

- | | |
|---|--|
| Elisabeth Cavalcante dos Santos | Doutora em Administração pela UFPB. Líder e pesquisadora do Grupo Vivências. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo (PPGIC). Professora Adjunta do Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (NG/CAA/UFPE). E-mail: elisabeth.csantos@ufpe.br |
| Ítalo Henrique de Freitas Ramos da Silva | Graduando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: italohenriquedefreitas@gmail.com |
| Pâmela Karolina Dias | Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo (PPGIC/UFPE). Graduada em Administração pelo Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE). Pesquisadora do Grupo Vivências. E-mail: pamela.dias@ufpe.br |
| Wilson Mike Morais | Mestrando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo (PPGIC/UFPE). Graduado em Administração pelo Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE). Participante do grupo de pesquisa e extensão Grupo Vivências. E-mail: wilson.mmorais@ufpe.br |

RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

A RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social é uma publicação acadêmica com periodicidade de 4 meses, contando, portanto, com 3 números por ano.

Pressupõe-se que a gestão social situa-se na contemporaneidade e em territórios pluridisciplinares de prática e investigação acadêmica, tratando de diversas problemáticas ligadas a campos de conhecimentos tais como Sociologia, Antropologia, Administração, Educação, Geografia, Arquitetura, Ciência Política, dentre outras.

Ao valorizar essa concepção abrangente e inclusiva da gestão, a RIGS publica documentos originais para o contexto brasileiro. São textos, fotos e vídeos que demonstram sua contribuição para o avanço da pesquisa e da prática com base na interdisciplinaridade.

A RIGS publica documentos inseridos em seis tipologias de contribuição: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual.

www.rigs.ufba.br

